

CADERNO DE TEXTOS

37º CONGRESSO do ANDES-Sindicato Nacional

Salvador/BA, 22 a 27 de janeiro de 2018

Tema Central: Em defesa da educação pública e dos direitos da classe trabalhadora.

100 anos da reforma universitária de Córdoba.

**SINDICATO
ANDES
NACIONAL**

**Sindicato Nacional dos Docentes
das Instituições de Ensino Superior**

SCS – Setor Comercial Sul, Q. 2, Bloco C, Ed. Cedro II, 5º andar

Brasília - DF

Fone: (61) 3962-8400

<http://www.andes.org.br>

E-mail: secretaria@andes.org.br

Gestão 2016/2018

Presidente: Eblin Joseph Farage

Secretário-Geral: Alexandre Galvão Carvalho

1º Tesoureiro: Amauri Fragoso de Medeiros

Diretor responsável por Imprensa e Divulgação: Luis Eduardo Acosta Acosta

SUMÁRIO

Apresentação	09
Atualidade das lutas de Córdoba 100 anos depois	10
Metodologia de Trabalho	14
Proposta de Cronograma e Pauta do 37º CONGRESSO	15
Proposta de Regimento do 37º CONGRESSO	16
TEMA I – MOVIMENTO DOCENTE, CONJUNTURA E CENTRALIDADE DA LUTA	
Texto 1 – Movimento docente, conjuntura e centralidade da luta - <i>Diretoria do ANDES-SN</i>	29
Texto 2 – Reorientar o ANDES-SN na luta unitária contra Temer e suas contrarreformas <i>Contribuição do(a)s sindicalizados: Diretoria eleita da ADUFERPE, Ailton Contrim Prates (ADUFAL), Alberto Handfas (ADUNIFESP), Alexandre Medeiros (ADUFPI), Ana Carolina Galvão Marsiglia (ADUFES), Antonio Eduardo Oliveira (APUR), Benerval Pinheiro Santos (ADUFU), CARLOS Eduardo Müller (ADUFAL), Carlos José Cartaxo (ADUFPB), Cassia Hack (SINDUFAP), Celi Taffarel (APUB); Cláudio Félix (ADUSC); Claudio Lira (APUB), Dailton Alencar Lucas de Lacerda (ADUFPB); David Teixeira (APUR); Domingos Savio da Cunha Garcia (ADUNEMAT); Edna Aparecida Sampaio (ADUNEMAT); Edson Franco de Moraes (ADUFPB), Eduardo Jorge Silva (ADUFERPE); Érika Suruagy (ADUFERPE); Eron Pimentel (ADUFPE), Eudes Baima (SINDUECE); Everaldo Andrade (ADUSP); Fábio Vernturini (ADUNIFESP), Falcão Vasconcelos Luiz Gonzaga (ADUFU), Fátima Aparecida Silva (APUR), Fernando Cunha (ADUFPB);, Flávio Melo (ADUFERPE); Francine Iegelski (ADUFF), Hélcio Batista (ADUFERPE), Gisele Moreira (APESJF), Helio Girão (SINDUECE); Humberto Clímaco (ADUFG); Jair Reck (ADUNB), Jânio Ribeiro dos Santos (ADUFPI), José Arlen Beltrão de Matos (APUR); Juanito Vieira (APESJF); Karina Cordeiro (APUR), Kimi Tomizaki (ADUSP); Lenucia Moura (SINDUECE); Leni Hack (ADUNEMAT), Lisleandra Machado (APESJF), Luciene Neves Santos (ADUNEMAT), Márcia Morschbacher (SEDUFMS), Marco Aurélio Oliveira (SESDUFT); Mairton Celestino (ADUFPI), Marise Carvalho (APUB); Melina Silva Alves (ADUFPB), Pedro Silva (SINDUECE), Raquel Rodrigues (ADUFS-BA), Sara Munck (APESJF), Silvina Carrizo (APESJF), Tarcísio Cordeiro (APUR); Tiago Nicola (ADUSC), Carolina Nozella Gama (ADUFAL), Eduardo Giavara (ADUFU), Joelma Albuquerque (ADUFAL), Manuel Andrade (ADUnB), Frederico Augusto D'avila (APESJF).</i>	42
Texto 3 – Nossa luta é agora, nosso lugar é nas ruas: greve geral para barrar as reformas e por pra fora Temer e todos os corruptos do congresso! - <i>Contribuição do(a)s professore(a)s Alyne Souza, Patricia Andrade, Luís Silva, Egmar Souza, Aritana Dutra, Marconis Fernandes Lima, Gilcelene Brito (SINDCEFET-PI), Fontoura Santos, Ana Laura Teixeira, André Luís Amorim de Oliveira, Maria Celma Borges, Mariana Esteves de Oliveira, Ana Lúcia Espíndola, Tarcísio Pereira, Paulo Fioravante Giareta, Armando Marino Filho (ADLESTE), Douglas Bezerra, Geraldo Carvalho, Romildo Araújo (ADUFPI), Francileide de Araújo Rodrigues, Romildo Raposo (ADUFPB), José Nunes da Silva, Levy Paes Barreto, Helio Cabral, Argus Vasconcelos de Almeida (ADUFERPE), Sinoélia Silva Pessoa, Daniela Batista Santos (ADUNEB), Ana Luiza Pereira (ADUFSCAR), Marcelo Barreto Cavancanti (ADUFEPE), Raphael Furtado, Juliana Iglesias Mielin, Andrea Monteiro Dalton, Ana Fernanda Inocente Oliveira (ADUFES), Suly Rose Pereira Pinheiro, Rosenverck Estrela Santos, Welbsson do Vale</i>	48

<p><i>Madeira, Marcone Dutra, Catarina Malcher Teixeira, Roberto Santos Ramos, Roberta Maria Batista de Figueiredo Lima (APRUMA), Gelta Xavier (ADUFF), Marcos Escher (APESJF), Simone Contente, Andrey Martin (SINDUNIFESSPA), Fernando Damasceno, Jaci Vieira (SESDUF-RR), João Carlos Gilli, Graziela Lucci de Ângelo, Osmar Francisco Giuliani, Adriana Zecca, Gihad Mohamad, Maristela Da Silva Souza, Tatiana Wonsik Recomenza Joseph (SEDUFMS), Itamar Ferreira (ADUNICAMP), Sandra Moreira (ADUFPA) Áurea C. Costa, Marisa Silva Dias (ADUNESP), Antônio Neto (ADUA), Jean Menezes (ADUEMS), Waldir Bertúlio, Tomás de Aquino Silveira Boaventura (ADUFMAT), Milton Mauad, Denizalde Jesiel Rodrigues Pereira (ADUNEMAT)</i></p>	
<p>Texto 4 – Construir um novo ciclo de lutas sociais de caráter classista, anti-imperialista e socialista através do Encontro Nacional da Classe trabalhadora (ENCLAT) - <i>Contribuição do(a)s professore(a)s Benedito Araújo (ADUFS); Cleusa Santos (ADUFRJ); Elza Peixoto (APUB); Renato Fialho (ADCEFET-RJ); Rodrigo Castelo (ADUNIRIO); Milton Pinheiro (ADUNEB); Sofia Manzano (ADUSB); Mauro Iasi (ADUFRJ).</i></p>	54
<p>Texto 5 – Não está normal! direitos atacados impiedosamente - <i>Contribuição do(a)s professore(a)s Alexandre Freitas; Renato Fonseca; Carolina Emília da Silva -Diretoria e Conselho de Representantes da ADOPEAD - SSind</i></p>	58
<p>Texto 6 – Cem anos depois, a educação pública, gratuita, laica e de qualidade socialmente referenciada no centro da luta anticapitalista - <i>Contribuição do(a)s professore(a)s Alex Correia, Alexis Saludjean, Ana Claudia Diogo Tavares, Ana Crélia Dias, André Uzêda, Angélica Nakamura, Bianca Pinheiro, Claudia Piccinini, Cleusa Santos, Elaine Moreira, Eunice Bomfim Rocha, Glaucia Lelis Alves, Graça Reis, Gustavo Repetti, José Henrique Sanglard, José Miguel Bendrao Saldanha, Leila Bergold, Luciana Andrade, Luciana Boiteux, Marcelo Mello, Maria Coelho, Maria Cristina Miranda da Silva, Michelle Pereira de Souza Fonseca, Regina Pugliese, Renata Flores, Renato Barreto da Silva, Rogéria de Ipanema, Sandra Martins de Souza, Sara Granemann, Selene Alves Maia, Walcyr de Oliveira Barros - sindicalizados da Adufrj-SSind.</i></p>	61
<p>Texto 7 - Fora Temer! Em defesa da universidade pública! Pela revogação de todas medidas do governo golpista! - <i>Contribuição da diretoria da APUR Seção Sindical</i></p>	65
<p>Texto 8 – Mover a classe trabalhadora para derrotar as reformas de Temer - <i>Contribuição do(a)s professore(a)s Rigler Aragão (Sindunifesspa), Emerson Boscheto (Sindunifesspa), Janaína Bilate (ADUNIRIO), Annie Schmaltz Hsiou (ADUSP), Maíra Mendes (ADUSC), Linnesh Ramos (ADUFS-BA), Eduardo Pinto e Silva (ADUFSCAR), Júlia Benzaquen (ADUFERPE), Renata Gama (ASDUERJ) e Luis Fernando (ADUA).</i></p>	67
<p>Texto 9 – Crise do capital, intensificação das guerras, ofensiva imperialista na América Latina e o aprofundamento do golpe no Brasil - <i>Contribuição do(a)s professore(a)s Lucinéia Scremin Martins, Alexandre Aguiar dos Santos e José Pacheco Thiesen – sindicalizada(o)s da ADUFG Seção Sindical</i></p>	70
<p>Texto 10 – A revolução será negra e indígena ou não será: uma análise de raça e classe das lutas de negros e indígenas em nosso país desde a invasão portuguesa até os dias atuais - <i>Contribuição do(a)s professore(a)s Wagner Damasceno (Seção do Andes na UFSC), Antônio Rodrigues Belon (ADLESTE), Adriana Gomes Santos (SESDUF-RR)</i></p>	75

TEMA II – POLÍTICAS SOCIAIS E PLANO GERAL DE LUTAS	
Texto 11 – Política de Formação Sindical - <i>Diretoria do ANDES-SN</i>	86
Texto 12 – Política Educacional - <i>Diretoria do ANDES-SN</i>	97
Texto 13 - Política de Classe para as Questões Etnicorraciais, de Gênero e Diversidade Sexual - <i>Diretoria do ANDES-SN</i>	104
Texto 14 – Política de Comunicação e Arte - <i>Diretoria do ANDES-SN</i>	112
Texto 15 – Política Agrária, Urbana e Ambiental - <i>Diretoria do ANDES-SN</i>	117
Texto 16 – Políticas e ações para Ciência e Tecnologia - <i>Diretoria do ANDES-SN</i>	122
Texto 17 – Política de Seguridade Social e Assuntos de Aposentadoria - <i>Diretoria do ANDES-SN</i>	129
Texto 18 - 2018: Cem anos da reforma universitária de Córdoba e os projetos em disputa para a escola pública no Brasil. - <i>Contribuição do(a)s professo(a)re(a)s Daniele Azambuja de Borba Cunha e Laura Souza Fonseca (Seção Sindical do ANDES-SN na UFRGS); Maristela da Silva Souza e Carlos Alberto da Fonseca Pires (SEDUFMS); Luís Fernando Minasi (APROFURG)</i>	137
TEMA III– PLANO DE LUTAS DOS SETORES	
Texto 19 – Plano de lutas do setor das IEES/IMES - <i>Diretoria do ANDES-SN</i>	144
Texto 20 – Plano de lutas do setor das IFES - <i>Diretoria do ANDES-SN</i>	151
Texto 21 – Carreira federal do professorado universitário e afins - <i>Contribuição da Diretoria da ADUnB Seção Sindical</i>	165
Texto 22 – Progressão funcional e promoção - <i>Contribuição da Diretoria da ADUnB Seção Sindical</i>	166
TEMA IV – QUESTÕES ORGANIZATIVAS E FINANCEIRAS	
Texto 23 - Alterações no Estatuto do ANDES-SN - <i>Diretoria do ANDES-SN</i>	168
Texto 24 – Fundo Único – Fundo nacional de solidariedade, mobilização e greve do ANDES-SN - <i>Diretoria do ANDES-SN</i>	170
Texto 25 – Fundo nacional permanente de solidariedade aos(às) docentes – <i>Diretoria do ANDES-SN</i>	172
Texto 26 - Homologações: novas seções sindicais, alterações regimentais, transformação de associação de docente em seção sindical - <i>Diretoria do ANDES-SN</i>	174
Texto 27 – Prestação de contas do 62º CONAD - <i>Diretoria do ANDES-SN</i>	175
Texto 28 - Manutenção do apoio financeiro à Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF) - <i>Diretoria do ANDES-SN</i>	177

Texto 29 - Manutenção do apoio financeiro à Auditoria Cidadã da Dívida - <i>Diretoria do ANDES-SN</i>	178
Texto 30 - Apoio financeiro ao Casarão da Luta e ao sistema de formação política do movimento dos trabalhadores sem teto (MTST) - <i>Diretoria do ANDES-SN</i>	179
Texto 31 – Sede do 37º Congresso do ANDES-SINDICATO NACIONAL - <i>Diretoria do ANDES-SN</i>	180
Texto 32 – Grupos de trabalho (GT) DO ANDES-SN – <i>Diretoria do ANDES-SN</i>	181
Texto 33 – Revista Universidade e Sociedade - <i>Diretoria do ANDES-SN</i>	182
Texto 34 – Centro de Documentação do ANDES-SN - CEDOC - <i>Diretoria do ANDES-SN</i>	183
Texto 35 – Atualização dos valores para aquisição de imóvel em Brasília/DF para ampliação da sede nacional do ANDES-SN - <i>Diretoria do ANDES-SN</i>	184
Texto 36 – Regimento Eleitoral do ANDES-SN - <i>Diretoria do ANDES-SN</i>	185
Texto 37 – Filiação de pensionistas - <i>Contribuição da Diretoria da ADUnB Seção Sindical</i>	199
Texto 38 – Pela construção de eventos mais democráticos que efetivamente organizem a categoria docente - <i>Contribuição do(a)s professore(a)s Alberto Handfas e Fabio Venturini (ADUNIFESP), Everaldo Andrade (ADUSP), Cássia Hack (SINDUFAP)</i>	199
SIGLAS	202
Legislação citada nos textos da Diretoria do ANDES-SN	205

Os Textos Resolução (TR) receberam a mesma numeração que os Textos Apoio (TA) correspondentes. No caso de Texto de Apoio sem Resolução, seu número foi preservado para que, porventura, seja utilizado em proposta de Resolução apresentada durante o evento.

SUMÁRIO DOS TR

TEMA I – MOVIMENTO DOCENTE, CONJUNTURA E CENTRALIDADE DA LUTA	
TR 1 – Movimento docente, conjuntura e centralidade da luta	42
TR 2 – Reorientar o ANDES-SN na luta unitária contra Temer e suas contrarreformas	47
TR 5 – Não está normal! direitos atacados impiedosamente	60
TR 7 - Fora Temer! Em defesa da universidade pública! Pela revogação de todas medidas do governo golpista!	66
TR 9 – Crise do capital, intensificação das guerras, ofensiva imperialista na América Latina e o aprofundamento do golpe no Brasil	74
TEMA II – POLÍTICAS SOCIAIS E PLANO GERAL DE LUTAS	
TR 11 – Política de Formação Sindical	96
TR 12 – Política Educacional	103
TR 13 - Política de Classe para as Questões Etnicorraciais, de Gênero e Diversidade Sexual	111
TR 14 – Política de Comunicação e Arte	116
TR 15 – Política Agrária, Urbana e Ambiental	121
TR 16 – Políticas e ações para Ciência e Tecnologia	128
TR 17 – Política de Seguridade Social e Assuntos de Aposentadoria	136
TR 18 - 2018: Cem anos da reforma universitária de Córdoba e os projetos em disputa para a escola pública no Brasil.	142
TEMA III – PLANO DE LUTAS DOS SETORES	
TR 19 – Plano de lutas do setor das IEES/IMES	151
TR 20 – Plano de lutas do setor das IFES	163
TR 21 – Carreira federal do professorado universitário e afins	165
TR 22 – Progressão funcional e promoção	166
TEMA IV – QUESTÕES ORGANIZATIVAS E FINANCEIRAS	
TR 23 - Alterações no Estatuto do ANDES-SN	168
TR 24 – Fundo Único – Fundo nacional de solidariedade, mobilização e greve do ANDES-SN	171

TR 25 – Fundo nacional permanente de solidariedade aos(às) docentes	173
TR 26 - Homologações: novas seções sindicais, alterações regimentais, transformação de associação de docente em seção sindical	174
TR 27 – Prestação de contas do 62º CONAD	175
TR 28 - Manutenção do apoio financeiro à Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF)	178
TR 29 - Manutenção do apoio financeiro à Auditoria Cidadã da Dívida	179
TR 30 - Apoio financeiro ao Casarão da Luta e ao sistema de formação política do movimento dos trabalhadores sem teto (MTST)	180
TR 31 – Sede do 37º Congresso do ANDES-SINDICATO NACIONAL	180
TR 33 – Revista Universidade e Sociedade	182
TR 34 – Centro de Documentação do ANDES-SN - CEDOC	184
TR 35 – Atualização dos valores para aquisição de imóvel em Brasília/DF para ampliação da sede nacional do ANDES-SN	185
TR 36 – Regimento Eleitoral do ANDES-SN	185
TR 37 – Filiação de pensionistas	199
TR 38 – Pela construção de eventos mais democráticos que efetivamente organizem a categoria docente	200

Apresentação

O 37º Congresso do ANDES-SN será realizado em Salvador/BA, sob a organização da diretoria do ANDES-SN e da ADUNEB Seção Sindical, no período de 22 a 27 de janeiro de 2018, e seu tema central é: Em defesa da educação pública e dos direitos da classe trabalhadora: 100 anos da reforma universitária de Córdoba.

O ano de 2017 foi de intensos ataques à classe trabalhadora, aos serviços públicos e em particular à educação pública. O ANDES-SN esteve nas mais diversas frentes de lutas contra esse conjunto de ataques. De norte a sul do Brasil, os docentes organizados em nosso sindicato não se furtaram de construir lutas, em unidade com diversos setores, contra as reformas trabalhistas e da previdência, a PEC 55, a Reforma do Ensino Médio, além de participar ativamente da Frente Nacional Escola sem Mordaza e da Frente em Defesa das Instituições de Ensino Superior Públicas. Greves, mobilizações, mesmo com a criminalização intensa de lutadores e lutadoras, foram deflagradas pelo ANDES-SN em defesa da autonomia, de orçamento e de condições dignas de trabalho, assim como a histórica Greve Geral e o *#Ocupe Brasília!*, marcos da resistência contra os ataques aos direitos trabalhistas do ilegítimo governo Temer.

O 37º CONGRESSO do ANDES-SN será realizado no centenário da Reforma Universitária de Córdoba, quando estudantes denunciaram o arcaísmo da academia e bradaram por uma Universidade crítica, autônoma e plural, por meio de uma luta contra o modelo de ensino superior de viés colonialista e elitista pautado pela sujeição da produção do conhecimento aos interesses dos poderes econômico, político e religioso. As bandeiras de luta empunhadas pelos estudantes de Córdoba devem ser uma inspiração para os(as) participantes do 37º CONGRESSO do ANDES-SN no combate a um modelo de universidade elitista, machista, lgbtfóbico, racista, xenófobo e excludente que se contrapõe ao projeto de universidade socialmente referenciada e pautada pela diversidade que o Sindicato nacional defende.

O 37º CONGRESSO do ANDES-SN, a realizar-se na cidade mais negra do Brasil, com um histórico de lutas contra as mais diversas opressões, será um momento fundamental para a categoria formular, debater e deliberar resoluções que irão instrumentalizar o Sindicato Nacional no enfrentamento da difícil quadra que se apresenta. Os textos de apoio e as resoluções da diretoria e da base, presentes nesse caderno refletem a diversidade e a pluralidade da categoria, marca maior de um sindicato democrático. Se a conjuntura é difícil, o nosso sindicato, classista, autônomo e combativo não tem outra alternativa a não ser endurecer a luta, e honrar sua trajetória de coerência, que muita orgulha seus filiados.

Até breve!

Até Salvador!

Seguimos na luta!

Diretoria do ANDES-SN

A ATUALIDADE DAS LUTAS DE CÓRDOBA 100 ANOS DEPOIS

Homens de uma República livre, acabamos de romper a última cadeia que, em pleno século XX, nos atava à antiga dominação monárquica e monástica. Resolvemos chamar todas as coisas pelos nomes que têm. Córdoba se redime. A partir de hoje contamos para o país uma vergonha a menos e uma liberdade a mais. As dores que ficam são as liberdades que faltam. (Manifesto de Córdoba, 1918)

O 37º Congresso do ANDES-SN, que acontecerá de 22 a 27 de janeiro de 2018, na cidade de Salvador, na Bahia, coincidirá com o centenário da Reforma Universitária de Córdoba, Argentina, protagonizada pelo movimento estudantil.

No início do século XX evidenciavam-se profundas mudanças naquela sociedade. Havia uma ebulição trazida pelo fim da guerra, pela revolução russa, pela chegada de imigrantes em busca de trabalho e de liberdade e que começaram a fundar sindicatos e federações na defesa dos direitos. A efervescência que era vivida na sociedade teve repercussões diretas na universidade, que continuava com traços coloniais. Assim, impulsionados pelas insatisfações que se manifestavam em diferentes setores daquele país, em 21 de junho de 1918, estudantes cordobeses(as) tomaram a decisão de se rebelar contra o conservadorismo da universidade e do lugar em que viviam. No Manifesto Pró-Reforma Universitária, os(as) estudantes destilaram duras críticas ao modelo elitista de universidade, o qual se direcionava a uma pequena minoria e privilegiava o atendimento aos interesses das classes dominantes.

O movimento, que ficou conhecido como Reforma de Córdoba, objetivou denunciar o caráter aristocrático da universidade argentina, o colonialismo cultural, representado pela cátedra, pelos métodos pedagógicos arcaicos, pelo encastelamento, pela falta de liberdade, pelo atraso nos conteúdos e métodos de ensino adotados, especialmente na Universidade Nacional de Córdoba. O Manifesto Liminar de Córdoba, ou *La juventud argentina de Córdoba a los hombres libres de Sudamérica*, lança um “grito” de denúncia e de revolta em relação ao que ocorria na sociedade com repercussões nas universidades. O fato detonador do movimento foi a eleição para reitor, que acontecera no dia 15 de junho daquele mesmo ano, que não obteve o reconhecimento dos(as) estudantes por consideraram o pleito ilegal e ilegítimo. O manifesto denunciava a universidade como “o refúgio secular dos mediocres” e, o que é mais assustador, “o lugar onde todas as formas de tyrannizar e de insensibilizar acharam a cátedra que as ditasse”. Além disso, para eles(as), o conceito de autoridade adotado na instituição era “arcaico e bárbaro” e protegia a “falsa dignidade e a falsa competência”. (MANIFESTO, 1918).

Ao fazer essas denúncias, expunham a necessidade de se criar uma universidade crítica, autônoma, plural, que pudesse se contrapor à velha sociedade, baseada na oligarquia agrária, aliada ao clero católico daquela época. No lugar da universidade elitista e de viés colonialista, a criação de um polo público de ciência e cultura voltado ao desenvolvimento da região, ancorado nos interesses da maioria da população. Para isto a instituição deveria destruir as amarras que sujeitavam a produção do conhecimento aos interesses do poder econômico, do poder político e do poder religioso. Tal proposição refletia o grande embate entre uma sociedade que aspirava mudanças, que buscava sair do atraso, que instituiu, pela primeira vez, o voto, apesar de ter excluído a mulher desse direito, que elegeu um presidente do Partido Radical, e uma universidade que mantinha

os traços básicos de sua criação: o autoritarismo, a religiosidade, a exclusão, dos seus cursos, de questões mais diretamente pertinentes à sociedade.

Cem anos depois, qual o balanço desse movimento para as universidades latino-americanas? Primeiramente, é importante destacar que existem críticas ao Manifesto e à Reforma de Córdoba, com destaque para o fato de que o foco principal foi o beneficiamento da nascente classe média – preparando-a para desempenhar cargos políticos e sociais – e para a questão do cogoverno de docentes e estudantes dirigindo a universidade – uma ideia fortemente rechaçada naquele momento (e ainda hoje) e pouco implementada. Basta lembrar, a este respeito a “Greve do Um Terço”, da UNE, do ano de 1962, que levantou a bandeira da democratização da universidade brasileira, uma das reformas de base da época, finalmente derrotada, deixando, porém, como legado uma importante experiência de luta, num momento que precedeu o golpe de 1964.

Por outro lado, existem também argumentos que destacam as importantes contribuições desse movimento, tais como: autonomia universitária em relação aos poderes econômico, político e religioso (baseada no intento de institucionalização do cogoverno, composto por professores, estudantes e egressos); abertura da instituição de ensino superior aos reclamos sociais; erradicação da teologia como forma dominante de conhecimento; ampliação e diversificação de modalidades de formação profissional; regulamentação do sistema de concursos para ingresso na carreira docente; gratuidade do ensino; reorganização acadêmica; criação de novas escolas; modernização dos métodos de ensino; docência ativa; assistência social aos(as) estudantes; democratização do ingresso; vinculação com o sistema educacional nacional; extensão universitária; fortalecimento da função social da universidade.

Enfim, entre críticas e elogios, não se pode negar que o movimento promoveu um avanço à democratização do ensino superior na Argentina e teve repercussões em outras partes da América Latina e do mundo, que passaram a reivindicar pontos fundamentais dessa reforma, com destaque para as questões referentes à autonomia universitária nos aspectos didático-pedagógicos, científicos, administrativos e financeiros, junto com as questões da democratização (acesso e permanência das camadas populares) e função social da universidade (extensão universitária). Esse projeto foi se firmando ao longo da história dos países latino-americanos, enfrentando governos republicanos, corporativistas e, sobretudo, governos ditatoriais. Nunca é demais lembrar que as universidades públicas cumpriram importantíssimo papel na redemocratização dos países que viveram sob regimes de exceção.

Assim, nas lutas da segunda década do século XX nasceu o projeto de universidade latino-americana, que, no processo dos duros confrontos de classes ao longo das décadas, foi deitando raízes, se enriquecendo política e culturalmente, com a presença de um projeto contraposto aos interesses oligárquico-imperialistas, que, desde longe, conspiram contra a emancipação dos povos latino-americanos.

Todavia, precisamos reconhecer que, nas últimas décadas, uma “nova” oligarquia, a financeira, tem tomado o lugar daquela outra contra a qual se insurgiram os(as) estudantes cordobeses(as). Essa oligarquia se expressa plenamente na submissão de vários governos latino-americanos ao ideário neoliberal, na implementação de planos econômicos – ditados pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e orientados pelo Consenso de Washington –, que trouxeram profundas alterações na forma de conceber e organizar o Estado. Em muitos países da região, houve uma intensificação do endividamento, que, ao lado de outros fatores, foi gerando uma drástica redução dos recursos para as universidades públicas. Também foi nesse contexto que outros

organismos internacionais, como o Banco Mundial (BM), apresentaram propostas de reformas educacionais e universitárias. Para solucionar a “crise” de financiamento das universidades públicas, o BM passou a defender a cobrança de taxas e mensalidades e maior atrelamento aos interesses das empresas. Esse modelo vai sendo implementado em vários países da América Latina e Caribe. É nesse processo que vai se delineando uma progressiva desresponsabilização do Estado para com o financiamento das universidades públicas e se instituindo um modelo baseado na privatização das instituições e na mercantilização das atividades por elas realizadas.

Esse modelo de universidade gerencialista, empreendedora, organizada à base de parcerias público-privadas vem aprofundando os ataques às ideias da Reforma de Córdoba, não obstante confrontar-se com expressivos movimentos de luta e de resistência de estudantes, docentes, técnicos-administrativos e técnicas-administrativas em vários países do continente latino-americano. Tais movimentos são erguidos na defesa das universidades públicas e para que elas passem a assumir, cada vez mais, as demandas de grupos sociais historicamente excluídos do acesso aos bens materiais e culturais. Neles podemos ouvir ecos das vozes dos(as) estudantes cordobeses(as) por uma instituição universitária estruturada com base na gratuidade, na laicidade, no livre acesso, na liberdade de ensinar e aprender e na administração baseada na autonomia e na democracia, com autogoverno dos três segmentos universitários e tendo a extensão universitária como uma das principais formas de cumprir a função social da instituição. Como exemplos dessa concepção, podemos citar as manifestações dos estudantes mexicanos contra a privatização, a mercantilização da Universidade Nacional Autônoma do México, a luta do movimento zapatista pela criação da Universidade da Terra, visando ao resgate dos saberes dos povos originários, das formas de representações e de convivência social e com o ambiente, e a Rebelião dos Pinguins, realizada pelos estudantes chilenos(as) na luta pela retomada do caráter público do ensino superior e para derrotar a Lei Geral da Educação, daquele país. Movimentos semelhantes continuam ocorrendo em diferentes países da América Latina, como Bolívia, Equador, Venezuela e Brasil.

Em nosso país, a universidade pública, fortemente atacada pela ditadura militar, vem se mantendo a duras penas, sobretudo a partir dos anos 1990, com a chegada ao poder de governo alinhados ao receituário neoliberal. Os duros ataques às instituições federais, estaduais e municipais de ensino superior, promovidos em diferentes governos, foram confrontados por intensos movimentos de luta, visando manter, expandir e aperfeiçoar essas instituições. Entre greves, manifestações e outras intervenções, docentes, técnicos e estudantes se levantaram para derrotar as mesmas questões vividas pelas comunidades universitárias de outros países da América Latina e Caribe.

Até os dias atuais, esses movimentos lutam para que as universidades públicas tenham respeitada a autonomia explicitada no artigo 207 da Constituição Federal de 1988: “As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial...”. A Proposta do ANDES-SN para as Universidades brasileiras (2013) salienta que a perda da autonomia vem dando “lugar a uma burocracia do mérito quantitativo que compete por índices e favorece projetos individuais no interesse apenas do mercado...” (p.10). A autonomia defendida pelo ANDES-SN e ainda não alcançada significa: “contrapor-se à dominação da universidade pelos poderes político e econômico; [...] contrapor-se à lógica produtivista que concebe a escola, o ensino e o saber como mercadorias”. (p.26).

Da mesma forma, a luta para manter a universidade pública, gratuita, laica e socialmente referenciada tem sido uma reivindicação que acompanha todas as pautas

dos sindicatos de professores (as), técnicos(as)-administrativos(as) e das entidades estudantis comprometidas com a democratização da educação superior brasileira. Apesar de não cobrar mensalidade dos(as) estudantes, as instituições públicas de ensino superior têm se privatizado grandemente, na medida em que altera a identidade e passa a se alinhar com os interesses do mercado, com reflexos nos cursos, nas investigações e nas atividades de extensão que realizam. A dependência das universidades aos imperativos financeiros e institucionais particularistas e às esferas mercantis reduz a função social, uma das reivindicações de Córdoba, deixando de priorizar aquilo que possa atender à maioria da sociedade. Da mesma forma, a agenda de cogoverno é ainda uma questão que não é mesmo discutida entre nós. Luta-se ainda pela gestão democrática, pela revogação de atos que colocam o maior poder dos processos decisórios nas mãos dos docentes, seja na composição dos diferentes colegiados que decidem todos os aspectos da vida acadêmica, seja na escolha de reitores(as), diretores(as) de centros, faculdades, institutos ou departamentos.

Depois de cem anos de Córdoba, continuamos lutando pela liberdade de ensino, pelo enfrentamento ao conservadorismo que hoje invade o país, vivendo situações de denúncia aos(às) docentes em relação à adoção de determinados autores ou à abordagem de alguns temas, fatos já ocorridos em algumas universidades públicas. Também, a liberdade de investigação ficou comprometida, na medida em que os editais dos órgãos de fomento induzem a professora e o professor a trilharem um caminho que, por vezes, os(as) impede na busca de temas sociais relevantes. A educação se tornou mercadoria, atraindo interesses de empresas que descobriram a comercialização do ensino, da pesquisa e da extensão.

A Reforma de Córdoba mostrou a possibilidade de mudança por meio da organização coletiva e de pautas que mobilizaram a sociedade. Mas, mostrou também que é preciso que os movimentos sejam independentes de partidos e de governo, que lutem pelos interesses da classe trabalhadora, que não sejam correia de transmissão das políticas neoliberais e que lutem contra a oligarquia financeira, na defesa de uma sociedade anticapitalista. A luta nas universidades brasileiras é constante e apresentam ainda muitos pontos apresentados pelos(as) estudantes de Córdoba em 1918. É uma luta de todos(as), estudantes, docentes e técnicos(as). Na realidade é uma luta da sociedade como um todo.

Na presente década do século XXI, o Brasil, assim como vários países da América Latina, vive um momento de desmonte do chamado Estado do bem-estar social, no qual um governo extremamente impopular realiza reformas econômicas, trabalhistas, previdenciárias, com retirada de direitos sociais e trabalhistas, o que irá aprofundar a miséria e a desigualdade social, com graves consequências para os mais pobres. Neste cenário desponta um enorme desafio para os(as) que lutam pelas universidades públicas: articular a ideia do movimento estudantil cordobês de 1918 de se livrar do atrelamento das instituições e de suas burocracias aos interesses particularistas e privatistas e, ao mesmo tempo, estabelecer uma criativa ligação com a dinâmica política voltada à recuperação da identidade e da dignidade de amplos grupos sociais, tais como indígenas, operários(as), mulheres, negros(as), camponeses(as), que, historicamente, foram alijados(as) dos modelos de desenvolvimento até aqui conduzidos pelas classes dominantes que têm dirigido os países desse imenso, rico e desigual continente.

Que o ânimo libertário, democrático e antioligárquico que moveu o histórico movimento dos estudantes cordobeses(as) contagie todos(as) os(as) participantes do 37º Congresso do ANDES-SN!

Metodologia de trabalho

O Congresso do ANDES-SN tem como tarefa maior definir posicionamentos políticos estratégicos e aprovar o Plano de Lutas anual do Sindicato, a partir das discussões e decisões das assembleias gerais dos docentes frente a temas que estão relacionados diretamente ao trabalho docente e suas reivindicações.

Os eventos nacionais deliberativos do ANDES-SN (Congressos e CONAD) constituem espaços democráticos de debate, de participação da base da categoria e de definições que norteiam as ações do Sindicato. Todo o trabalho é subsidiado por Cadernos de Texto que disponibilizam, previamente, o conjunto de propostas em debate, dentro do temário proposto.

A estrutura de funcionamento desses eventos deliberativos baseia-se na sucessão de três tipos de espaços: grupos mistos, preparação e realização das plenárias.

Os **grupos mistos** têm como objetivo fazer com que todos os participantes, reunidos em pequenos agrupamentos, discutam os temas pautados no evento, de forma a facilitar o amadurecimento das posições trazidas das assembleias gerais de cada Seção Sindical, e apontar as propostas que serão submetidas à deliberação nas plenárias. O resultado dos encaminhamentos dos grupos deve ser consolidado, uma vez que todos os grupos debatem todos os temas.

A **preparação das plenárias** tem como tarefa fundamental essa consolidação, para que a dinâmica de deliberações tome por base o que já foi apreciado e indicado nos grupos mistos. O trabalho nessa fase é exaustivo, exige muitas horas de dedicação e é realizado pelos diretores, que serão responsáveis pela condução da mesa dirigente da plenária, com o apoio dos relatores dos grupos.

A **realização das plenárias** tem revelado dinâmicas variáveis segundo o temário, mas também segundo a clareza e a pertinência das propostas encaminhadas para deliberação, abrindo espaço ao contraditório em relação às grandes polêmicas, e cumprindo a sua função primordial, que é a de deliberar, pelo voto da maioria dos delegados, sobre as propostas vindas dos grupos mistos.

O **Caderno de Textos** está organizado de modo a contemplar os seguintes aspectos:

1) o claro **ordenamento dos temas** do Congresso: conjuntura, centralidade, políticas (contendo proposições de princípios e posicionamentos estratégicos) e depois os planos de luta (contendo proposições de ações e agenda para sua implementação);

2) Os **Textos de Apoio (TA)** cumprem uma função pedagógica e de registro histórico para o movimento; após cada TA, uma caixa de texto com as resoluções aprovadas no 36º Congresso complementa o resgate histórico; e os **Textos Resolução (TR)** apresentam o que é novo, de fato, em termos de propostas.

O desafio será definir as prioridades e ações para o ano de 2017, na forma de uma agenda de lutas a ser apresentada à categoria e que se traduza em um chamamento forte à mobilização, que é o caminho para as conquistas.

PROPOSTA DE CRONOGRAMA E PAUTA PARA O 37º CONGRESSO DO ANDES-SINDICATO NACIONAL

Salvador/BA, 22 a 27 de janeiro de 2018

**Tema Central: Em defesa da educação pública e dos direitos da classe trabalhadora.
100 anos da reforma universitária de Córdoba**

22/1 (2ª feira)	23/1 (3ª feira)	24/1 (4ª feira)	25/1 (5ª feira)	26/1 (6ª feira)	27/1 (sábado)
9h às 12h 14h às 18h Credenciamento 10h às 13h Plenária de Abertura Plenária de Instalação	9h às 12h Grupo Misto Tema II	9h às 12h Grupo Misto Tema III	Livre	9h às 13h Plenária do Tema III	9h às 12h Plenária do Tema IV
15h às 21h Plenária do Tema I	14h às 18h Grupo Misto Tema II	15h às 19h Grupo Misto Tema IV	14h às 17h Plenária do Tema II	15h às 18h Plenária do Tema IV	14h às 16h Plenária de Encerramento
	Livre	Livre	18h30 às 21h30 Plenária do Tema II	Livre	

Pauta

Tema I – Movimento docente, conjuntura e centralidade da luta.

Tema II – Políticas sociais e plano geral de lutas.

Tema III – Plano de lutas dos setores.

Tema IV – Questões organizativas e financeiras

PROPOSTA DE REGIMENTO DO 37º CONGRESSO DO ANDES-SINDICATO NACIONAL

Capítulo I

Do CONGRESSO

Art. 1º. O 37º CONGRESSO do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior – ANDES-SINDICATO NACIONAL, previsto no inciso I do Art. 13 do Estatuto do ANDES-SINDICATO NACIONAL, convocado pela Diretoria, conforme o inciso XII do Art. 30 do Estatuto do ANDES-SINDICATO NACIONAL e organizado pela ADUNEB Seção Sindical, reunir-se-á no período de 22 a 27 de janeiro de 2018, na cidade de Salvador (BA).

Parágrafo único. O período de realização do 37º CONGRESSO poderá ser estendido pela plenária de encerramento para o dia 28 de janeiro de 2018.

Art. 2º. O 37º CONGRESSO do ANDES-SINDICATO NACIONAL tem como finalidade deliberar sobre a pauta aprovada em sua Plenária de Instalação, de acordo com o disposto no Art. 19 de seu Estatuto.

Capítulo II

Das Atribuições

Art. 3º. São atribuições do 37º CONGRESSO, conforme dispõem os incisos I a X do Art. 15 do Estatuto do ANDES-SINDICATO NACIONAL:

“Art.15. São atribuições do CONGRESSO:

I - estabelecer diretrizes para a consecução dos objetivos previstos no art. 5º;

II - decidir, em última instância, os recursos interpostos às decisões de exclusão de sindicalizados tomadas pelas S.SINDs ou ADs-S.SINDs.;

III - decidir, em última instância, os recursos interpostos às decisões do CONAD ou da DIRETORIA, que constarão obrigatoriamente de sua pauta;

IV - estabelecer a contribuição financeira dos sindicalizados do ANDES-SINDICATO NACIONAL;

V - alterar, no todo ou em parte, o presente Estatuto;

VI - referendar ou homologar a constituição de S.SINDs, ou revogar sua homologação, observado o disposto no art. 45;

VII - elaborar o regimento das eleições da DIRETORIA, conforme o disposto no art. 52;

VIII - decidir sobre a filiação do ANDES-SINDICATO NACIONAL às organizações nacionais e internacionais conforme o disposto no art. 65;

IX - referendar as alterações verificadas nos regimentos das S.SINDs ou ADs-S.SINDs, observado o disposto no art. 45;

X - criar, indicando seus componentes, ou extinguir comissões ou grupos de trabalho, permanentes ou temporários, sobre quaisquer questões.”

Capítulo III

Dos(as) Participantes

Art. 4º. São participantes do 37º CONGRESSO:

I – delegado(a)s devidamente credenciado(a)s, com direito à voz e ao voto;

a) um(a) delegado(a) de cada diretoria de seção sindical (S.SIND.) ou AD-Seção Sindical (AD-S.SIND.) (Art. 16, inciso I do Estatuto) do ANDES-SINDICATO NACIONAL;

b) delegado(a)s de base de cada S.SIND. ou AD-S.SIND. (Art. 16, inciso II do Estatuto) do ANDES-SINDICATO NACIONAL, indicado(a)s em sistema de proporcionalidade fixado pelo § 1º do Art. 17 do Estatuto;

c) delegado(a)s representativo(a)s do(a)s sindicalizado(a)s via secretarias regionais (Art. 16, inciso III do Estatuto), indicado(a)s em proporção cumulativa, fixada pelo § 1º do art. 17;

d) delegado(a)s representativo(a)s do(a)s sindicalizado(a)s, nos termos do Art. 41, inciso VIII do Estatuto.

II - os membros da comissão organizadora e da comissão diretora do 37º CONGRESSO, com direito à voz;

III – o(a)s sindicalizado(a)s do ANDES-SINDICATO NACIONAL, devidamente credenciado(a)s como observadore(a)s pela sua respectiva S.SIND. ou AD-S.SIND., e secretarias regionais, com direito à voz;

IV – o(a)s convidado(a)s pela comissão organizadora e comissão diretora, com direito à voz.

§1º O(A)s sindicalizado(a)s do ANDES-SINDICATO NACIONAL não poderão participar como convidado(a)s do 37º CONGRESSO, salvo na condição de pesquisadore(a)s, participantes de seminários ou para prestar assessoria e/ou esclarecimentos.

§2º O(A)s delegado(a)s, devidamente credenciado(a)s, só poderão ser substituído(a)s, durante a realização do 37º CONGRESSO, obedecidas as seguintes condições:

a) comprovar junto à comissão diretora, a necessidade de ausentar-se definitivamente do 37º CONGRESSO;

b) haver suplentes de delegado(a)s indicado(a)s pelas assembleias das S.SIND. ou AD-S.SIND., e pelas assembleias do(a)s sindicalizado(a)s, via secretarias regionais, credenciado(a)s como observadore(a)s no 37º CONGRESSO;

c) quando o(a) delegado(a) de S. SIND. ou AD-S.SIND., ou delegado(a) representativo(a) do(a)s sindicalizado(a)s via secretarias regionais, comprovadamente se ausentar definitivamente, sem providenciar a substituição, a comissão diretora o fará, respeitando o presente Regimento.

Art. 5º. A Presidente do ANDES-SINDICATO NACIONAL preside o 37º CONGRESSO, com direito à voz e a voto em suas sessões, e os demais membros em exercício da Diretoria (Art. 32, I, II, III e IV), excetuados aqueles cujo âmbito de competência e atuação limita-se à área de sua regional (Art. 32, V), participam com direito à voz.

Capítulo IV

Do Credenciamento

Art. 6º. O prazo de credenciamento do(a)s delegado(a)s e observadore(a)s das S. SIND. ou AD-S.SIND. do ANDES-SINDICATO NACIONAL e do(a)s delegado(a)s representativo(a)s do(a)s sindicalizado(a)s, via secretarias regionais, ao 37º CONGRESSO encerrar-se-á às 17h do dia 23 de janeiro, excetuando-se os casos justificados e aprovados pela Plenária de Instalação.

§ 1º Para o credenciamento do(a)s delegado(a)s, será exigida ata (ou extrato) da assembleia geral que deliberou sobre sua escolha, com a respectiva lista de presença.

§ 2º Para o credenciamento do(a)s observadore(a)s, será exigida ata (ou extrato) e, no caso de não ter havido assembleia geral, será exigido documento da S.SIND. ou AD-S.SIND. que o(a)s indicou.

§ 3º Fica assegurado a qualquer delegado(a) credenciado(a) ter vista e cópias da totalidade de documentos que credenciam o(a)s delegado(a)s e observadore(a)s de qualquer S.SIND., mediante requerimento à Comissão Diretora.

§ 4º Quaisquer recursos acerca do credenciamento poderão ser apresentados até o início da Plenária de Instalação, que deverá deliberar sobre o assunto até o seu final.

§ 5º Cada delegado(a) ou observador(a), no ato do credenciamento, receberá um cartão de identificação e/ou votação, em cores diferentes.

§ 6º No caso de perda ou dano do cartão, ele não será substituído, salvo por autorização expressa da Plenária.

Capítulo V

Do Funcionamento

Seção I

Dos órgãos

Art. 7º. São órgãos do 37º CONGRESSO:

I – Comissão Organizadora;

II – Comissão Diretoria;

III - Grupos Mistos;

IV - As Plenárias;

V - Comissão de enfrentamento ao assédio

§ 1º A Comissão organizadora será criada a partir da convocação.

§ 2º A Comissão de enfrentamento ao assédio será criada na plenária de instalação do 37º CONGRESSO.

§ 3º Os demais órgãos têm existência restrita ao período de sua realização.

§ 4º O quórum mínimo para o funcionamento de cada órgão do 37º CONGRESSO é de mais de 50% (cinquenta por cento) dos seus membros com direito a voto.

§ 5º Passados 15 (quinze) minutos do horário definido para o início dos trabalhos dos grupos mistos, o quórum de funcionamento se reduz para 30% (trinta por cento) dos seus membros com direito a voto.

§ 6º As deliberações só poderão ocorrer depois de verificado o quórum previsto no § 4º deste artigo.

Seção II Da Comissão Organizadora

Art. 8º. A Comissão Organizadora é constituída por 3 (três) representantes da ADUNEB Seção Sindical e por 3 (três) Diretores(as) do ANDES-SINDICATO NACIONAL.

Art. 9º. É de competência da comissão organizadora:

I - preparar a infraestrutura necessária à realização do 37º CONGRESSO;

II - organizar, junto com a comissão diretora, a Plenária de Abertura do 37º CONGRESSO;

III - realizar, junto com a comissão diretora, o credenciamento do(a)s participantes do 37º CONGRESSO.

Parágrafo único. Das decisões da comissão organizadora cabe recurso à comissão diretora.

Seção III Da Comissão Diretora

Art. 10. A Comissão Diretora do 37º CONGRESSO é composta pelo(a)s Diretores(as) do ANDES-SINDICATO NACIONAL.

Art. 11. É de competência da Comissão Diretora:

I - responsabilizar-se, junto com a comissão organizadora, pelo credenciamento do(a)s participantes do 37º CONGRESSO;

II - decidir e efetivar a substituição de delegado(a)s, de acordo com o disposto no § 2º, alíneas “a” e “c” do Art. 4º deste regimento, e anunciar a substituição do(a) delegado(a) ao 37º CONGRESSO;

III - responsabilizar-se pelas receitas e despesas do 37º CONGRESSO, organizando o rateio entre as seções sindicais;

IV - elaborar a prestação de contas do 37º CONGRESSO para apreciação no próximo CONAD;

V - organizar e compor as mesas diretoras das Plenárias do 37º CONGRESSO;

VI - organizar a composição dos grupos mistos do 37º CONGRESSO em consonância com o disposto neste Regimento.

VII - Responsabilizar-se, em conjunto com os relatores dos Grupos Mistos, pela consolidação dos relatórios dos diferentes grupos.

Parágrafo único. Das decisões da comissão diretora cabe recurso à Plenária.

Seção IV Dos Grupos Mistos

Art. 12. Os Grupos Mistos são compostos por:

I – Delegado(a)s, devidamente credenciados(as), de S.SIND., de AD-S.SIND., de delegado(a)s representativo(a)s do(a)s sindicalizado(a)s nos termos do Art. 41, inciso VIII, do Estatuto e de delegado(a)s representativo(a)s do(a)s sindicalizado(a)s via Secretarias Regionais, todo(a)s com direito à voz e ao voto;

II – Observadore(a)s devidamente credenciado(a)s, de S.SIND., de AD-S.SIND. e de sindicalizado(a)s via secretaria regional, com direito à voz;

III – Diretores(a)s do ANDES-SINDICATO NACIONAL, com direito à voz;

IV - Convidados(as), devidamente credenciados(as), com direito à voz.

Art. 13. Cada grupo misto é composto por, no máximo, 35 (trinta e cinco) delegado(a)s e igual número de observadore(a)s.

Parágrafo único. Só poderá haver, no mesmo grupo, mais de um(a) delegado(a) de uma mesma Seção Sindical ou AD-Seção Sindical, ou mais de um(a) delegado(a) dos(as) sindicalizados(as) de uma mesma Secretaria Regional, ou mais de um(a) delegado(a) representativo(a) do(a)s sindicalizado(a)s nos termos do Art. 41, inciso VIII, do Estatuto, caso o respectivo número de delegado(a)s seja superior ao número de Grupos Mistos. Essa mesma regra se aplica ao(à)s observadore(a)s.

Art. 14. Os grupos mistos são dirigidos por uma mesa coordenadora, composta por 1 (um/uma) coordenador(a), 1 (um/uma) relator(a) e 1 (um/uma) secretário(a).

§ 1º Os membros da mesa coordenadora são eleito(a)s pelo(a)s delegado(a)s componentes dos grupos.

§ 2º O(A) coordenador(a) e o(a) secretário(a) da mesa coordenadora serão eleito(a)s entre o(a)s delegado(a)s componentes dos grupos e o(a) relator(a) poderá ser um(a) observador(a), devidamente credenciado(a).

§ 3º A qualquer momento, o(a)s delegado(a)s integrantes do grupo podem deliberar sobre proposta de alteração da Mesa Coordenadora, salvaguardando o disposto no parágrafo anterior.

Art. 15. As reuniões dos grupos mistos iniciar-se-ão nos horários previstos no Cronograma do 37º CONGRESSO, observado o quórum de mais de 50% (cinquenta por cento) do(a)s delegado(a)s participantes do grupo.

§ 1º Passados 15 (quinze) minutos do horário previsto para o início das reuniões do grupo, o quórum mínimo será de 30% (trinta por cento) do(a)s delegado(a)s participantes do grupo.

§ 2º Passados 30 (trinta) minutos do horário previsto, iniciar-se-ão os trabalhos com qualquer número de delegado(a)s presentes, sendo recolhida a 1ª (primeira) lista de presença e aberta a 2ª (segunda) lista.

§ 3º As deliberações só serão tomadas por mais da metade do(a)s delegado(a)s inscrito(a)s em cada grupo misto.

Art. 16. Compete ao(à) coordenador(a) dirigir a reunião do grupo, orientando os debates e promovendo as votações de acordo com as normas deste Regimento.

Parágrafo único. A Comissão Diretora do 37º CONGRESSO deverá recomendar um ordenamento da distribuição dos textos e do Anexo ao Caderno de Textos para o conjunto dos grupos mistos no sentido de buscar garantir que cada TR seja debatido em pelo menos um grupo misto do CONGRESSO.

Art. 17. É de competência do(a) relator(a):

I - elaborar o relatório da reunião do grupo de acordo com as normas deste regimento e com as instruções da comissão diretora;

II - fazer constar do relatório o número de votos, texto completo das propostas surgidas no grupo e a situação final de cada proposta submetida à deliberação.

III - fazer constar os nomes completos do(a) coordenador(a), relator(a) e secretário(a).

Art. 18. Compete ao(à) secretário(a) auxiliar o(a) coordenador(a) e o(a) relator(a) em suas atividades.

Art. 19. O(A)s relatore(a)s dos Grupos Mistos dispõem de um prazo máximo de 1 (uma) hora, após o encerramento da reunião dos referidos grupos, para entregar à comissão diretora o relatório de seu grupo digitado, garantidas as condições pela comissão organizadora.

Art. 20. A consolidação dos Grupos Mistos será feita em reunião pelos membros da comissão diretora para tal designados, com auxílio do(a)s relatore(a)s dos diversos Grupos Mistos.

Art. 21. Dos relatórios consolidados que serão apresentados às Plenárias do 37º CONGRESSO constam, necessariamente:

I - as propostas aprovadas por maioria simples;

II - as propostas que tenham obtido, no mínimo, 30% (trinta por cento) dos votos dos delegado(a)s presentes em, pelo menos, um dos grupos mistos;

III - as propostas de redação compatibilizadas pela comissão diretora e relatore(a)s.

§ 1º A comissão diretora poderá redigir e incluir no relatório sugestões de propostas decorrentes de sistematização ou consolidação das propostas oriundas dos grupos mistos. Não poderão ser feitas propostas de acréscimo ou alteração para inclusão no relatório que não correspondam às propostas oriundas dos grupos mistos.

§ 2º O disposto neste artigo aplica-se às propostas das Plenárias dos temas II, III e IV do 37º CONGRESSO.

IV As propostas remetidas pelos Grupos Mistos para a Plenária quando tiverem sido aprovadas, ou obtidas 30% (trinta por cento) dos votos em, pelo menos, um grupo.

Art. 22. O início das reuniões dos Grupos Mistos obedecerá, rigorosamente, aos horários previstos no cronograma do 37º CONGRESSO.

Art. 23. As reuniões dos Grupos Mistos terão duração de:

a) do Tema II: 7 (sete) horas, em dois turnos;

b) do Tema III: 4 (quatro) horas;

c) do Tema IV: 3 (três) horas;

Parágrafo único. O prazo previsto no caput deste artigo poderá, por deliberação do grupo, ser prorrogado por, no máximo, 1 (uma) hora, desde que não venha a interferir no funcionamento de outras atividades do 37º CONGRESSO.

Seção V Das Plenárias

Art. 24. As Plenárias são compostas por:

I – Delegado(a)s de S.SIND., de AD-S.SIND., de delegado(a)s representativo(a)s do(a)s sindicalizado(a)s nos termos do Art. 41, inciso VIII, do Estatuto e de sindicalizado(a)s via secretarias regionais, devidamente credenciado(a)s, e pelo(a) Presidente do ANDES-SINDICATO NACIONAL, todo(a)s com direito à voz e ao voto;

II - Observadores(as) de S.SIND., de AD-S.SIND. e de sindicalizado(a)s via secretarias regionais, devidamente credenciado(a)s, com direito à voz;

III - Membros da comissão diretora com direito à voz;

IV – Convidado(a)s, devidamente credenciado(a)s, a critério da comissão diretora, com direito à voz.

Art. 25. As Plenárias do 37º CONGRESSO serão dirigidas por mesas coordenadoras cada qual composta por 1 (um/uma) presidente, 1 (um/uma) vice-presidente, 1 (um/uma) 1º (1ª) secretário(a) e 1 (um/uma) 2º (2ª) secretário(a).

§ 1º A Comissão diretora indica, entre seus membros, os(as) componentes das mesas coordenadoras das Plenárias.

§ 2º A Plenária poderá, a qualquer momento, deliberar sobre proposta de modificação da mesa coordenadora, devendo os membros não pertencentes à comissão diretora do 37º CONGRESSO serem indicados(as) pelos(as) delegados(as) presentes.

§ 3º As deliberações são adotadas por maioria simples - maior número de votos - dos(as) delegados(as) presentes, ressalvado o disposto no Art. 21 do Estatuto do Sindicato.

Art. 26. Compete ao(a) presidente da mesa coordenadora:

I - preparar junto com o(a) 1º (1ª) secretário(a) a ordem dos trabalhos da Plenária;

II - dirigir a Plenária, orientando os debates e promovendo a votação de acordo com este regimento.

Art. 27. Compete ao(à) vice-presidente da mesa coordenadora:

I - auxiliar o(a) presidente em suas atividades;

II - substituir o(a) presidente em suas ausências ou impedimentos.

Art. 28. Compete ao(à) 1º (1ª) secretário(a):

I - preparar junto com o(a) presidente a ordem dos trabalhos da Plenária;

II - elaborar o relatório da Plenária;

III - Entregar o Relatório, digitado e na forma definitiva, à comissão organizadora até 3 (três) dias após a conclusão da Plenária.

Art. 29. Compete ao(à) 2º (2ª) secretário(a):

I - auxiliar o(a) 1º(1ª) secretário(a) em suas atividades;

II - elaborar a ata da Plenária;

III - Entregar a ata, digitado e na forma definitiva, à comissão organizadora até 3 (três) dias após a conclusão da Plenária.

Art. 30. A duração de cada Plenária, contada a partir do horário previsto para o seu início, será a seguinte:

I - As Plenárias de Abertura e de Instalação terão 3 (três) horas de duração, juntas e no mesmo período;

II - Plenária do Tema I: 4 (quatro) horas;

III - Plenária do Tema II: 6 (seis) horas em dois períodos;

IV - Plenária do Tema III: 4 (quatro) horas;

V - Plenária do Tema IV: 6 (seis) horas, em dois períodos;

VI - Plenária de Encerramento: 2 (duas) horas.

§ 1º Cada Plenária, excetuada a de encerramento, poderá ser prorrogada por até 1(uma) hora;

§ 2º A Plenária de encerramento poderá ser prorrogada a critério do plenário.

§ 3º As Plenárias poderão ter seu início antecipado por deliberação da Plenária anterior.

§ 4º Os Grupos Mistos poderão ter seu início antecipado por deliberação da reunião anterior.

§ 5º As questões que não forem deliberadas no prazo estipulado neste artigo terão seu encaminhamento decidido pela Plenária.

§ 6º A duração da Plenária de Encerramento poderá ser prorrogada a critério do Plenário.

Art. 31. Compete à Plenária de Instalação:

I - aprovar o regimento, o temário e o cronograma do 37º CONGRESSO;

II - deliberar sobre a inclusão, nas discussões e deliberações do 37º CONGRESSO, de textos encaminhados após a publicação do anexo ao caderno de textos deste evento;

III - deliberar sobre recursos acerca de credenciamento ao 37º CONGRESSO.

IV - deliberar sobre os recursos necessários para o financiamento da participação de delegados(as) representativos(as) dos(as) sindicalizados(as), escolhidos(as) nos termos do Art. 41, inciso VIII, do Estatuto.

Art. 32. A verificação do quórum, no início da Plenária do 37º CONGRESSO, será feita por meio de lista de presença, na qual constará: o nome do(a) delegado(a), o nome da S.SIND., AD-S.SIND. ou secretaria regional, assinatura do(a) delegado(a) e o horário da assinatura.

§ 1º Passados 30 (trinta) minutos do horário previsto para o início da Plenária, será recolhida a 1ª (primeira) lista de presença e será aberta a 2ª (segunda) lista;

§ 2º A verificação de quórum, em qualquer momento do andamento da Plenária, será feita pela contagem dos(as) delegados(as) mediante cartão de voto.

Seção VI

Da Comissão de Enfrentamento ao Assédio

Art. 33. A Comissão será formada na plenária de instalação sendo composta por três membros da Diretoria do ANDES-SN e por dois membros indicados pela Diretoria da Seção Sindical que sedia o evento, devendo a mesma ser composta por no mínimo 3/5 de pessoas do sexo feminino.

Art. 34. A Comissão de Enfrentamento ao Assédio tem como finalidade:

I - receber representações de assédio praticado contra participantes e colaboradores dos eventos durante o período de sua realização;

- II – dar encaminhamento às representações recebidas no âmbito do 37º CONGRESSO;
- III – propor, em parceria com a comissão organizadora, estratégias educativas e de prevenção ao assédio e demais opressões;
- Art. 35. A Comissão divulgará durante o evento, o local e horário de atendimento e o fluxo a ser seguido para a realização da representação.
- Art. 36. Recebida a representação, a Comissão deve convidar o(a) representante e o (a) representado (a) para uma reunião de oitiva, separadamente, registrando seus depoimentos em relatório assinado pela partes e pela comissão;
- Parágrafo único: O depoimento poderá ser gravado com a concordância do(a) depoente;
- Art. 37. A Comissão poderá, como encaminhamento para cada representação:
- I – realizar orientações e intervenções educativas, separadamente, imediatamente após depoimento do (a) representante e do(a) representado (a);
- II – sugerir à comissão organizadora a aplicação de penalidades de advertência e suspensão a sindicalizados(as), na forma do artigo 11 do Estatuto do ANDES-SN;
- Parágrafo único – Caso o(a) representado(a) não seja sindicalizado(a), a comissão proporá outras medidas cabíveis para cada caso.
- III – Após a plenária de encerramento a comissão enviará para a diretoria do Andes- SN um relatório com a descrição das representações, apuração e encaminhamentos;

Capítulo VI Das Discussões e Votações

- Art. 38. Quando uma proposição estiver em debate nas reuniões (Grupo Misto e ou Plenária), a palavra somente será concedida, para discuti-la, a quem se inscrever na mesa coordenadora, respeitada a ordem cronológica de inscrições ou sorteio, conforme definido pelo Grupo Misto ou Plenária.
- Art. 39. Para discussão de cada matéria, será estabelecido um período de tempo compatível com o atendimento da discussão de todas as matérias e o prazo de duração para o funcionamento do Grupo Misto ou da Plenária.
- § 1º O número de inscrições observará o prazo definido no *caput* deste artigo.
- § 2º O Grupo Misto ou a Plenária poderão deliberar, a qualquer momento, sobre a prorrogação ou encerramento das discussões, atendidas as inscrições feitas antes da decisão.
- Art. 40. As discussões e votações têm o seguinte procedimento:
- I - fase de discussão: com tempo de 3 (três) minutos, improrrogáveis, para cada inscrição;
- II - fase de encaminhamento de votação de cada proposta: com tempo de 3 (três) minutos, improrrogáveis, para cada inscrito(a) em encaminhamentos contra e a favor, alternadamente e em igual número, com prévio conhecimento por parte da Plenária e dos(as) inscritos(as);
- III - fase de votação: por meio de levantamento do cartão de voto pelos(as) delegados(as), de acordo com o encaminhamento dado pela mesa coordenadora, com aprovação do Grupo Misto ou da Plenária.

§ 1º Na fase prevista no item II, não havendo encaminhamento contrário, não haverá encaminhamento a favor.

§ 2º Só serão apreciadas e deliberadas nas plenárias as seguintes propostas:

- a) aprovadas nos Grupos Mistos;
- b) minoritárias que tenham obtido, no mínimo, 30% (trinta por cento) dos votos dos(as) delegados(as) presentes em, pelo menos, um dos Grupos Mistos;
- c) oriundas dos grupos mistos e que resultem em sistematização no Plenário;
- d) sugeridas pela comissão diretora, conforme o inciso III do Art. 21.

§ 3º As propostas remetidas pelos grupos mistos para a Plenária só serão apreciadas nesta, quando tiverem sido aprovadas, ou obtidos 30% (trinta por cento) dos votos em, pelo menos, um grupo.

Art. 41. Os pedidos de esclarecimentos, e as questões de ordem e de encaminhamento, têm precedência sobre as inscrições, sendo apreciadas pela mesa coordenadora, cabendo recurso à Plenária.

§ 1º Na fase de encaminhamento das votações, só serão aceitas questões de ordem e esclarecimento.

§ 2º Na fase de votação, não são aceitas questões de ordem, de encaminhamento e esclarecimento.

Art. 42. As deliberações que impliquem alterações do estatuto do ANDES-SINDICATO NACIONAL terão de ser aprovadas por mais de 50% (cinquenta por cento) dos(as) delegados(as) inscritos(as) no 37º CONGRESSO, conforme dispõe o § 1º do Art. 21 do Estatuto.

Capítulo VII

Das Disposições Gerais e Finais

Art. 43. As propostas de moções devem ser entregues, por escrito, na secretaria do 37º CONGRESSO, até às 15 (quinze) horas do dia 26 de janeiro de 2018, endereçadas à comissão diretora, sendo especificados(as) os(as) responsáveis e os(as) destinatários(as) com endereço completo.

§ 1º As propostas de moções só poderão ser apresentadas por participantes do 37º CONGRESSO, sendo neste caso, participantes aqueles(as) estabelecidos(as) nos termos do Art. 4º e incisos deste Regimento.

§ 2º A comissão diretora deve divulgar aos participantes do 37º CONGRESSO uma cópia das moções propostas até às 10 (dez) horas do dia 27 de janeiro de 2018.

§ 3º A critério da Plenária de Encerramento podem ser acrescentadas e apreciadas outras moções apresentadas até 30 (trinta) minutos antes do início da plenária, cuja natureza ou conteúdo justifique não terem sido apresentadas no prazo previsto, cabendo à comissão diretora avaliar se atendem aos critérios estabelecidos.

Art. 44. As contagens de votos nas Plenárias serão efetuadas pelos integrantes da comissão diretora.

Art. 45. Nos grupos mistos e nas Plenárias, só serão aceitas declarações de voto de delegado(a) que se abster no momento da votação, no tempo de 1 (um) minuto.

§ 1º Somente constarão da ata da sessão as declarações de votos feitas nas Plenárias, se apresentadas por escrito à mesa.

§ 2º Não cabe declaração de voto em votação referente às propostas de encaminhamento.

Art. 46. A Diretoria terá como prazo máximo até o dia 23 de fevereiro de 2018 para divulgar o relatório final do 37º CONGRESSO.

Art. 47. Os casos omissos neste Regimento serão solucionados pela comissão diretora, cabendo recurso ao plenário.

Art. 48. Este regimento entra em vigor a partir de sua aprovação pela Plenária de Instalação do 37º CONGRESSO do ANDES-Sindicato Nacional.

Salvador, 22 de janeiro de 2018

Atendendo ao disposto no Art. 43 deste Regimento, a Comissão Diretora sugere que as moções apresentadas ao 37º CONGRESSO obedeçam ao seguinte formulário:

FORMULÁRIO PARA APRESENTAÇÃO DE MOÇÃO

Proponente(s) _____

Seção Sindical: _____

Destinatário(s)

Endereço(s) do(s) destinatário(s): _____

Cidade _____

Cep.: _____

e-mail _____

Fato motivador da Moção:

TEXTO DA MOÇÃO

O(a)s delegado(a)s presentes ao 37º CONGRESSO do ANDES-SN, realizado em Salvador/BA, no período de 22 a 27 de janeiro de 2018, manifestam _____

**TEMA I - MOVIMENTO DOCENTE,
CONJUNTURA E CENTRALIDADE DA LUTA**

TEXTO 1

Diretoria do ANDES-SN

MOVIMENTO DOCENTE, CONJUNTURA E CENTRALIDADE DA LUTA

TEXTO DE APOIO

1. Conjuntura Internacional

Em 2017 os(as) trabalhadores(as) de todo o mundo, inclusive nosso sindicato, com a realização de um seminário em novembro, comemoraram os 100 anos da revolução proletária que alterou os rumos do século XX. A conjuntura atual, no entanto, traz poucos elementos para celebração. Nas últimas décadas, depois de um período de avanços nos direitos políticos, civis e sociais por pressão das organizações dos(as) trabalhadores(as), estamos em meio a ataques e retrocessos nas conquistas históricas, caracterizando o que se convencionou chamar de neoliberalismo, cuja principal marca é o aumento da concentração da riqueza mundial. O relatório de 2016 da ONG britânica OXFAM considera que 1% da população mundial detém uma riqueza que equivale à dos 99% restantes. O relatório afirma, ainda, que as oito pessoas mais ricas do mundo possuem o mesmo que a metade mais pobre da população global.

Avança uma conjuntura de crise social generalizada, consequência da brutalidade do capitalismo na busca por lucros crescentes à custa da exploração e destruição das condições de vida dos(as) trabalhadores(as) e da natureza. É importante salientar que essa crise é múltipla, pois é econômica, social, ambiental, energética, alimentar, política e cultural. Hoje, ela se situa principalmente nos EUA e na Europa, mas atinge todo o planeta. Não há sinais de saída “virtuosa” ou “harmoniosa”. O capital realizou muitas ações, usou vários artifícios e teve várias “oportunidades” para tentar superá-la. Nenhuma delas evitou o agravamento estrutural da crise do capitalismo. Todas as medidas tomadas apenas adiaram qualquer resolução estável dos impasses e geraram o agravamento das tensões sociais, que vão se expandindo por todos os continentes e se materializam em guerras imperialistas, que geram migrações e fugas de trabalhadores, e na retomada de visões de mundo nacionalistas e xenófobas, muitas vezes de traços fascistas. Na verdade, as dificuldades de sobrevivência dos(as) trabalhadores(as) nos países centrais e periféricos do capitalismo devem-se à expropriação das condições de subsistência, à retirada de direitos e aos ajustes fiscais a favor do capital, orientados pelos organismos internacionais e implementados pelos governos na maioria dos países.

Os(as) trabalhadores(as), no entanto, resistem, reafirmam e reinventam formas de luta e organização, fazendo com que o mundo viva, hoje, em constante mudança e ebulição.

Os gritos de “liberdade, liberdade” do povo catalão representam, em parte, as mudanças que estão em curso, um processo caracterizado pela desobediência civil em defesa do projeto de independência como República catalã. Contudo, a pedido do presidente do governo espanhol Mariano Rajoy, o Senado colocou em votação a aplicação do artigo 155 da Constituição espanhola que permite a intervenção na Catalunha, com o objetivo de restaurar a legalidade constitucional, desrespeitando a vontade da maioria, por 214 votos a favor e 47 contrários. A decisão ocorreu horas depois de o Parlamento catalão

ter aprovado a proposta dos grupos independentistas de declarar a independência e abrir um processo constituinte. Com a justificativa de defender a Catalunha e consolidar sua autonomia, em nome da legalidade, Rajoy iniciou um processo de repressão e criminalização das lutas do povo catalão. Não houve preocupação em defender a democracia: na defesa da ordem, o regime democrático e a vontade popular não são prioridades. O povo da Catalunha continua resistindo.

Em geral, temos visto o enfraquecimento do setor mais liberal da burguesia e o fortalecimento de setores reacionários. A eleição de Trump nos EUA e o avanço da direita no continente europeu são exemplos disso. O recrudescimento do conservadorismo é internacional. Tal afirmação considera a reivindicação de um nacionalismo xenófobo, que ataca os(as) trabalhadores(as), que retirou a Grã-Bretanha da União Europeia, as novas políticas de imigração do pacto europeu, que restringem o acesso de refugiados ao país e ao mundo do trabalho, o crescimento dos partidos conservadores com características fascistas.

Nesse contexto de desigualdades sociais e econômicas, nos Estados Unidos intensificam-se ações xenófobas alimentadas pela política antiterror que garante capital para a indústria armamentista. A sociedade norte-americana vive intensos conflitos raciais, que têm se expressado nas manifestações contra os assassinatos de jovens negros realizados por policiais. Surge assim em 2012 o movimento *Black Lives Matter* (As Vidas dos Negros Importam), depois da absolvição do policial branco George Zimmerman, que havia assassinado o jovem negro Trayvon Martin na cidade de Stanford, na Flórida. Intensificam-se as ações repressivas sobre a população não branca, como negros(as) e imigrantes, com a estratégia de privatização das instituições normativas, como Polícia e Prisão, que tem sido um modelo para setores conservadores no Brasil. Um exemplo disso é a proposta de construção de um muro para dividir os EUA e o México, defendida por Trump desde a campanha eleitoral.

Fundamentado nessas pautas conservadoras e com perfil xenófobo, o governo Trump autorizou, no ano de 2017, ataques com mísseis contra a base aérea de Shayrat, na Síria, acelerando o longo conflito no país, alimentando as tensões entre os EUA, a Rússia e o Irã e, também, com a Coreia do Norte e a China. Tal ataque resultou na morte de civis, entre esses, crianças e idosos(as), causou grande comoção no mundo; contudo as críticas a Trump em razão disso não provocaram o recuo dos EUA. Essas ações dos EUA e o silêncio de outros países em relação à guerra ao terror evidenciam o uso dessa política para reorganizar o imperialismo no Oriente Médio.

A intensificação de políticas imperialistas e a rejeição de ações que desrespeitam os Direitos Humanos no Oriente Médio acabaram influenciando no último processo eleitoral. A vitória dos Democratas nas eleições locais evidenciou um desgaste do governo Trump. Um movimento anti-Trump ganha força, indicando que, nas eleições de 2018, a correlação de forças poderá estar desfavorável ao atual presidente estadunidense.

A reorganização do imperialismo, o clima de intensos ataques aos direitos da classe trabalhadora, o pauperismo e a instabilidade política têm feito com que a democracia burguesa, que está subordinada aos interesses do capital, seja cada vez mais questionada. Greves e paralisações têm se espalhado pelo mundo.

Expressões diversas dessas resistências e de um período significativo de lutas na América Latina resultaram em governos de conciliação de classes que, mesmo com traços anti-imperialistas, apresentam contradições, como o governo de Chávez na

Venezuela. Hoje, a conjuntura desse país vive uma profunda crise econômica e política, em parte alimentada pela influência direta do governo dos EUA ou de frações do capital estadunidense.

Entre o ano de 2002 e o início da crise mundial de 2008, o continente latino-americano experimentou um relativo crescimento econômico assentado no processo de reprimarização da economia, em função, entre outros fatores, da alta dos preços das *commodities*. Alguns países, como o Brasil, ainda conseguiram retardar os efeitos da recessão mundial. Entretanto, a partir de 2013/2014 a crise econômica se instalou com força, e veio a ocorrer a explosão do desemprego. Venezuela, Colômbia, Argentina e, em menor medida, Equador seguem o mesmo diapasão e veem suas economias afundarem. Segundo relatório da Cepal, o PIB da região cresceu nesse período apenas 1,1%, abaixo da média mundial, em torno de 3%, resultado, entre outros fatores, da queda dos preços das *commodities*.

A avaliação sobre as forças em conflito na Venezuela é polêmica, por isso há várias análises na esquerda sobre o tema. Aprofundam-se as contradições no país, mostrando a incapacidade das forças governantes de gerarem uma verdadeira saída revolucionária e anti-imperialista, por não reconhecerem as limitações da frente popular e da conciliação de classes, o que permite o avanço de iniciativas que favorecem o interesse norte-americano em desestabilizar e derrubar o governo Maduro.

No caso da Bolívia e do Equador, as ambiguidades geram tensões com as bases sociais, em decorrência da adoção de uma política desenvolvimentista voltada para a exploração de recursos naturais incapaz de romper com a dependência, prejudicando setores populares e colocando em questão as perspectivas dos governos. Na Argentina o processo foi de um “neodesenvolvimentismo” ainda mais rebaixado, gerando profunda crise e criando as condições para a derrota do governo Cristina Kirchner.

A situação na Colômbia envolve o desmonte da guerrilha como estratégia das FARC e sua transformação em organização partidária legalizada. O acordo inicial foi rejeitado pela população em 2016, mas, com algumas modificações, foi ratificado pelo Congresso, depois de 52 anos de uma guerra desigual. Entretanto, apesar de o acordo de paz ter sido saudado por setores da população e por alguns setores da esquerda do país, os crimes cometidos pelo Estado continuam impunes. Ademais, os riscos de eliminação física de lideranças populares de esquerda continuam presentes.

A breve análise da conjuntura internacional contribui para que nos armemos contra os avanços do capital, pois a ação é internacional. A retirada de direitos que ocorre no Brasil é resultado de um processo mundial imposto pela agenda neoliberal e, diante disso, o desafio para 2018 é fortalecer a luta internacionalista da classe trabalhadora, articulando uma resistência latino-americana dos(as) trabalhadores(as).

2. Conjuntura nacional

No Brasil, o ano de 2018 terá início na perspectiva do acirramento da luta de classes. De um lado, avolumaram-se os desafios postos pela conjuntura, mas, ao mesmo tempo, a classe trabalhadora brasileira acumulou experiência e força organizativa nos enfrentamentos protagonizados no último período. Em face do quadro de aprofundamento, expansão e intensidade da agenda empalmada pela burguesia e seus governos, os(as) trabalhadores(as) e a juventude reagiram com mobilizações, atos públicos, marchas, ocupações, trancamentos de rodovias, greves setoriais e gerais.

Os enfrentamentos protagonizados por trabalhadores(as), mulheres, estudantes, juventude, populações tradicionais e LGBTQTT, indígenas e quilombolas não apenas expuseram e denunciaram a gravidade da agenda retrógrada em aspectos pontuais, como foram responsáveis, junto com outras iniciativas, pelo travamento da tramitação acelerada da PEC 287/2016 (Contrarreforma da Previdência). Este fato tem grande importância porque o desmantelamento dos direitos previdenciários e trabalhistas é estratégia fundamental para a garantia de lucratividade do capital na quadra histórica atual. A relevância desse fato está, também, no despertar da consciência nos movimentos sindicais e sociais de que as lutas específicas ganham sentido e força quando articuladas com as lutas mais gerais da classe trabalhadora, não podendo se restringir às reivindicações pontuais tampouco se vincular a quaisquer horizontes de conciliação de classe.

Os desafios postos para 2018 são muito grandes, tendo em vista já iniciarmos o ano em plena vigência da Contrarreforma Trabalhista (Lei 13.467/17), arquitetada pelas organizações representativas da burguesia (CNI, FIESP, CNC, FEBRABAN, etc.), elaborada e instituída pelo governo ilegítimo de Michel Temer e o Congresso corrupto. A lei é inspirada no exemplo espanhol, que já mereceu crítica até mesmo do insuspeito órgão defensor do capital e do imperialismo – o FMI – pelo agravamento da qualidade dos empregos naquele país europeu. Trata-se, no Brasil, de impor rebaixamento dos salários e das condições laborais e de total liberalização das relações trabalhistas em proveito dos(as) empresários(as). Outra consequência será o aumento da dificuldade para acessar a Justiça do Trabalho e para a organização sindical dos(as) trabalhadores(as).

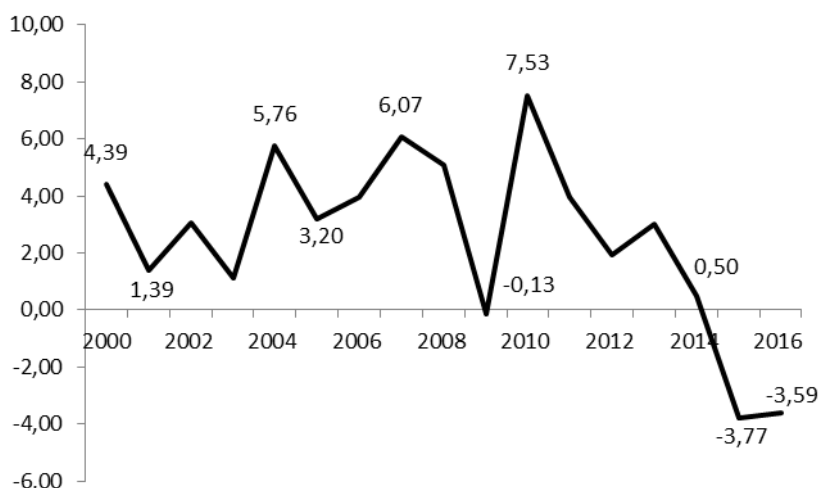
A instituição da Lei 13.467/17 representa uma derrota para a classe trabalhadora, já que os resultados – já provados no caso espanhol – impactarão de forma destrutiva nas relações de trabalho, nos níveis salariais e nas condições sociais e culturais de reprodução da classe trabalhadora. Ela atinge diretamente os(as) empregados(as) formais (cerca de 51% dos(as) ocupados(as)), empurrando-os(as) para condições idênticas às vivenciadas por cerca de 49% dos(as) trabalhadores(as) ativos(as) que já vivem na informalidade.

A Contrarreforma Trabalhista institui novas e expande velhas formas de precarização e rebaixamento das condições materiais e morais do trabalho: permite que gestantes trabalhem em ambientes insalubres, generaliza o contrato precário, alonga e diversifica a jornada de trabalho, facilita a demissão, institui o trabalho intermitente e estabelece a prevalência do negociado sobre o legislado, entre outros retrocessos. Em conjunto, esses pontos implicam a compressão de salários diretos e indiretos, o que significa aprofundamento da exploração dos(as) trabalhadores(as) em escala social. Some-se a isto a desastrosa iniciativa do governo, que editou em outubro/2017, por meio do Ministério do Trabalho, a Portaria 1129/17, que, praticamente, elimina as regras que tipificam o trabalho escravo e inviabiliza a vigilância e as punições aos(as) infratores(as), abrindo amplas possibilidades à escravização da força de trabalho no país. Essa medida significa tão grave acinte à condição humana e ao padrão de uso da força de trabalho que causou profunda indignação na sociedade, recebendo críticas contundentes de organizações de trabalhadores(as) e de direitos humanos em escala mundial, sendo suspensa por decisão judicial liminar.

A contrarreforma começa a vigorar num contexto marcado pela tendência ao declínio do Produto Interno Bruto (PIB) e aumento do desemprego. Dados do próprio governo indicam que a variação média do crescimento anual do PIB, entre 2000 e 2016, fora de

2,6%. Esta tendência inverteu-se, todavia, no período recente (2012 a 2016), que exhibe um crescimento negativo médio de -0,4%, atingindo maior queda em 2015 e 2016 com -3,77% e -3,59%, respectivamente. As previsões para 2017 e 2018 não são nada otimistas, o que pode agravar o quadro de desemprego no país.

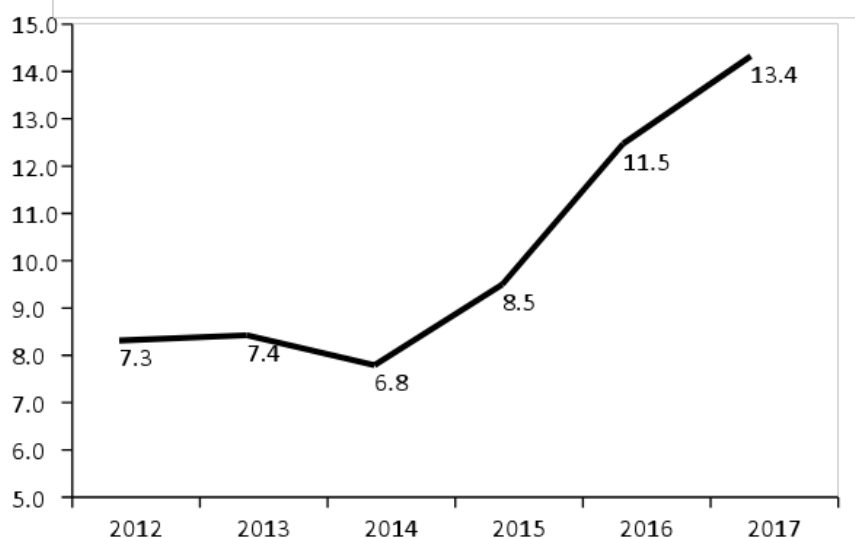
Variação percentual real do PIB - Brasil 2000-2016 (%)



Fonte: Banco Central do Brasil. Elaboração ANDES-SN

O desemprego aberto e oculto aumentou gravemente no período recente, atingindo uma média de 18% nas regiões metropolitanas, conforme pesquisas do Dieese. Mesmo quando se tomam os dados do governo, que trabalha com o conceito de “desocupação”, o que mascara as situações de trabalho por bico e o desemprego por desalento, os índices são alarmantes: sai de uma média de 7,3% em 2012 para 13,5% em 2017, o que aparece na mídia como 14 milhões de desempregados. Em verdade, o desemprego total atinge mais de 20 milhões de trabalhadores(as), que se somam aos(as) que sobrevivem da informalidade, inflando a legião de homens e mulheres que perambulam às margens do mercado de trabalho. Com a Contrarreforma Trabalhista, o número dos trabalhadores(as) precarizados(as) aumentará vertiginosamente, contribuindo para o esgarçamento da questão social.

Evolução da taxa média de desocupação - Brasil 2012-2017



Fonte: Banco Central. Elaboração própria

Além disto, o governo ilegítimo de Temer e a camarilha de ladrões que compõe a maioria do Congresso Nacional atacam impiedosamente os(as) mais pobres com o corte de cerca de 1,3 milhão de famílias beneficiárias do programa Bolsa Família – programa que atendia a aproximadamente 14 milhões de famílias brasileiras, reduzidas hoje a, aproximadamente, 12,7 milhões. Isto num país marcado por índices escandalosos de desigualdade, como demonstrou recentemente o estudo da OXFAM Brasil “A distância que nos une”, que mereceu destaque em jornais ao revelar que seis brasileiros têm patrimônio igual ao da metade mais pobre da população – mais de 100 milhões de pessoas. A pesquisa revelou ainda que os 10% mais ricos ficam com 74% da riqueza, em aberta contradição com os 50% mais pobres, que se apropriam de apenas 3% da riqueza produzida no país.

Ao mesmo tempo em que a burguesia e seus governos impõem drástico rebaixamento das condições de vida do povo trabalhador, vinte empresas, entre elas cinco do setor financeiro, realizaram nada menos que R\$ 63,7 bilhões de lucro líquido no primeiro semestre de 2017. O seleto grupo de grandes corporações é liderado pelo Itaú/Unibanco (12,1 bi), Bradesco (7,9 bi), Vale (7,9 bi), Banco do Brasil (5,1 bi), Petrobras (4,8 bi), Ambev (4,2 bi), Santander (3,7 bi), Braskem (2,9 bi), Cielo (1,9 bi), BB Seguridade (1,9 bi). Como se vê, dos dez maiores lucros, cinco são corporações do setor financeiro. Entre os vinte, encontra-se o maior grupo educacional privado do país: a Kroton, que obteve lucro líquido de 1,1 bilhão de reais no período – parte do qual garantida pelo fundo estatal do ProUni e do FIES.

As políticas públicas têm sido o principal alvo de cortes e contingenciamentos orçamentários no bojo do ajuste fiscal inicialmente implementado por Dilma Rousseff e ampliado pelo governo ilegítimo de Temer. Com a previsão do fechamento de 2017 com um *déficit* de R\$ 159 bilhões nas contas, o governo central já prevê cortes no orçamento de 2018 nas verbas de Educação e de Ciência e Tecnologia, por exemplo. Começamos, assim, na proposta orçamentária de 2018 a sentir os efeitos da EC 95, aprovada no fim de 2016, que estabelece teto para os gastos públicos. Os cortes no orçamento da educação em 2017 foram perversos, chegando a mais de 4 bilhões de reais e se tornaram ainda mais dramáticos com as práticas de contingenciamento. As universidades federais viveram os últimos meses do ano suplicando ao governo central a liberação de parte das verbas contingenciadas sob pena de não encerrar as atividades acadêmicas e administrativas do ano.

Desde 2012 os cortes são uma realidade da política nacional e têm se intensificado a partir de 2015. No período todo, o MEC perdeu cerca de 23,34 bilhões de reais do orçamento, seja por cortes, seja por contingenciamentos. De 2014 a 2017, houve redução de 31% dos custos de capital, sendo que, no último ano, o corte foi de 40%, se comparado ao do ano anterior. Para 2018, com o impacto da EC 95/16, a PLOA prevê redução de 86% das verbas de investimento das universidades federais em relação a 2017, praticamente inviabilizando o início ou prosseguimento de obras de infraestrutura. Os valores de custeio também sofrerão cortes drásticos, pois, considerando os dados da PLOA de 2018, em algumas universidades, a quantidade de recursos será rebaixada a um terço.

Algumas universidades já fizeram o exercício do impacto da EC 95/16 e evidenciaram a inviabilidade de funcionamento. Para 2018, está previsto o emperramento definitivo das obras de investimento, porquanto os recursos aparecem como zerados pelo governo (realidade já enfrentada em muitas universidades estaduais). Com a diminuição drástica

das verbas de custeio, serão realizadas mais demissões de terceirizados e terceirizadas, entre outras perversidades que já são acenadas por algumas reitorias.

A conjuntura indica que a situação de penúria das universidades públicas, que tiveram de mendigar a liberação de recursos, sob pena de não conseguir honrar contas de água, luz, telefone e obrigações com terceirizadas, deve continuar em 2018. A situação da C&T deverá se agravar, já que a PLOA prevê um montante de recursos 25% menor do que fora orçado em 2017. Isto significa que os recursos para custeio e investimento do MCTIC, que, em 2017, foram da ordem de R\$ 5,9 bilhões (o menor volume de recursos desde 2003), cairão para 4,4 bilhões de reais, passíveis ainda de contingenciamento conforme decisão do governo. Os impactos se farão sentir na intensificação do corte de bolsas e nos auxílios à pesquisa, resultando em descontinuidade de projetos, sucateamento de laboratórios, encerramento de programas em andamento, situação que não é diferente nas universidades estaduais, que já estão sofrendo com cortes sistemáticos há vários anos.

Os retrocessos se expressam, ainda, na expansão e aceleração do processo de privatização e desnacionalização. A aprovação da Lei 13.365/16 deu um passo substantivo nessa direção ao retirar a obrigatoriedade de preferência da Petrobras na exploração dos poços de petróleo do pré-sal, abrindo as possibilidades de concessão a empresas brasileiras ou estrangeiras. Foi o que ocorreu em 27 de outubro de 2017 com o primeiro – e mais escandaloso – leilão desde 2013, que transferiu para as mãos de consórcios – com participação ou não da Petrobras – ricos mananciais de petróleo. O lote “Norte do Carcará”, por exemplo, na Bacia de Santos, ficou nas mãos de um consórcio formado por empresas petrolíferas da Noruega (Statoil), de Portugal (Petrogal) e dos Estados Unidos (Exxon Mobil). Acompanhou o pacote uma generosa cesta de isenções baseada na Instrução Normativa 1743, publicada pela Receita Federal em 26 de setembro 2017, que pode significar perda de até um trilhão de reais para o Estado brasileiro nos próximos anos.

O governo ilegítimo quer privatizar também a Eletrobras, que é a maior empresa de energia da América Latina e a responsável por 31% da geração e 47% das linhas de transmissão de energia elétrica do Brasil. A sanha privatizante inclui, ainda, 14 aeroportos, 11 blocos de linhas de transmissão de energia elétrica, 15 terminais portuários e rodovias, o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal. Até mesmo a Casa da Moeda, que é a empresa responsável pela impressão de papel moeda e documentos de segurança, está no pacote do patrimônio a ser entregue à iniciativa privada. Por meio do LCP 159/17, o governo central impõe, ainda, a exigência de privatização de empresas estatais estaduais, como a Cemig em Minas Gerais, a Cedae no Rio de Janeiro, a Embasa na Bahia, entre outras.

A desnacionalização avança, ainda, nas tentativas de abrir as fronteiras da Amazônia para a exploração mineral, como foi o caso do Decreto 9147/17, que extinguiu a Reserva Nacional de Cobre e Associados (RENCA), que abrange uma área de 4 milhões de hectares nos estados do Pará e Amapá e abriga nove reservas ambientais e indígenas. Em face da reação de segmentos da sociedade brasileira e de organizações internacionais defensoras do meio ambiente, o presidente ilegítimo revogou a medida um mês depois (Decreto 9159/17). Destaque-se, também, a entrega aos Estados Unidos da base de lançamento de foguetes situada em Alcântara/MA. Mais uma medida de lesa-pátria que, por iniciativa da burguesia subordinada e seu governo, representa grave retrocesso, já que a Base se mantinha até aqui como propriedade estatal de interesse científico, tecnológico e de segurança nacional. A posse e o direito de uso desse

equipamento e do território respondem a interesses não apenas econômicos, mas, principalmente, de controle geopolítico do imperialismo norte-americano sobre o Brasil e países vizinhos.

Nessa mesma direção, uma manobra militar foi realizada na primeira quinzena de novembro de 2017 em território amazônico pelo exército brasileiro, em conjunto com tropas estadunidenses. Intitulada de AmazonLog17, a manobra reproduz ação militar similar à promovida pela OTAN na Hungria, no ano de 2015, que resultou na criação de uma base militar multinacional naquele país europeu.

Esse processo, que expande e acelera as privatizações e a desnacionalização, indica o predomínio de setores da burguesia, cuja existência está diretamente ligada ao grande capital nacional e transnacional. Sob sua liderança, operou-se o deslocamento de frações burguesas, que dependem mais diretamente dos investimentos estatais, especialmente daquelas que haviam composto o pacto político articulado pelos governos do Partido dos Trabalhadores. O *impeachment* de Dilma Rousseff, a despeito do compromisso do seu governo com a implementação de aspectos da agenda retrógrada em curso (ajuste fiscal, ataque ao seguro-desemprego, seguro defeso e benefícios previdenciários, ajuste da dívida dos Estados, cortes orçamentários em políticas públicas, para citar alguns), apresentou-se como forma de aprofundar a agenda antissocial e antipopular elaborada pela burguesia e a ser implementada antes das eleições de 2018.

Com tudo isso, o governo ilegítimo de Temer, apesar da impopularidade recorde, das denúncias de corrupção e das mobilizações dos(as) trabalhadores(as), conseguiu superar relativamente a crise política em troca de favores e de emendas milionárias para os(as) parlamentares manterem o suporte ao governo e a suas ações. O parlamento cada vez mais demonstra contradição com os interesses e posições da maioria da população.

Nessa conjuntura de retrocessos para a classe trabalhadora, a prioridade das nossas organizações deve ser a manutenção das mobilizações nas ruas, construindo unidade para a ação. Há, porém, expectativas, ainda que diferentes, com as eleições de 2018, as primeiras eleições presidenciais após o *impeachment* de Dilma. Alguns setores jogam todas as fichas no processo eleitoral para, inclusive, ressuscitar os projetos de conciliação de classe que é um dos fatores que possibilitaram a chegada de Temer, de forma ilegítima, ao poder.

Nosso sindicato tem autonomia em relação a todos os governos e padrões como princípio, mas entende a necessidade de que as eleições ocorram com regras que aprofundem a participação da população e reduzam o papel do poder econômico nos pleitos. Ainda que não achemos que as eleições sejam a forma prioritária para alterar a conjuntura, elas fazem parte da disputa de projetos e da luta de classes e são importantes no estabelecimento da correlação de forças na sociedade. É necessário que não só no cotidiano das lutas, mas, também, no processo eleitoral, se articulem projetos e programas que defendam os direitos dos(as) trabalhadores(a), revertam as contrarreformas impostas no último período, neguem a conciliação de classes e disputem os(as) trabalhadores(as) contra os projetos profascistas que querem aprofundar, ainda mais, o conservadorismo no Brasil.

3. Reorganização da classe trabalhadora

O ano de 2017 foi marcado por novo ciclo de lutas, greve geral histórica e avanço da unidade de ação, no entanto ainda com dificuldades para garantir vitórias no combate aos retrocessos que vivemos.

No campo sindical, sindicatos de metalúrgicos de São Paulo conseguiram, com movimento de greve, negociar acordos que não considerassem as regras aprovadas pela Contrarreforma Trabalhista. No mesmo sentido, a greve dos trabalhadores dos Correios impediu a privatização dessa empresa.

Os movimentos feministas foram protagonistas na luta contra a Contrarreforma da Previdência, nos retrocessos na legislação do aborto, como no dia 13 de novembro, e na ação internacionalista que tomou as ruas em 08 de março de 2017, com greves, paralisações e atos em todo o mundo. Da mesma forma, os movimentos negro e LGBT denunciaram sistematicamente a violência contra esses segmentos da classe trabalhadora e impediram mais retrocessos por meio de atos e mobilizações, como a lei que pretende instituir métodos para a “cura gay”.

Na questão urbana, o MTST segue protagonizando a luta pela reforma urbana e o direito à moradia, mantendo a importante ocupação de 8 mil famílias em São Bernardo do Campo desde setembro de 2017. Outros movimentos, como o Luta Popular, o *Movimento Nacional de Luta pela Moradia* (MNLN) e o Terra Livre vêm também dirigindo ações importantes em várias regiões do país.

Nas universidades, segue o enfrentamento ao movimento anticomunista, representado por organizações como o Movimento Brasil Livre (MBL) e o “Escola sem partido”, que, em nome da moral cristã, branca e conservadora, iniciaram um processo de criminalização de docentes, estudantes e técnicos(as) universitários(as), utilizando-se da justiça burguesa para denunciar crimes de “doutrinação ideológica” e se confrontando com atividades acadêmicas e políticas, como as comemorativas da revolução russa neste ano. Setores produtivistas se utilizam desse clima de “caças às bruxas”, para impor um índice nos editais de pesquisa, extensão e ensino, inviabilizando projetos que debatam e estudem a luta de classes, a luta contra as opressões, o marxismo, o feminismo, o gênero, a sexualidade e as questões étnico-raciais em nome da “imparcialidade científica”, transformando a educação superior em um grande negócio para os interesses do capital.

Mesmo com muitas lutas, algumas vitoriosas, o marco da organização dos(as) trabalhadores(as) na resistência à perda de direitos segue sendo a fragmentação. No entanto, no primeiro semestre de 2017, conseguiu-se realizar, com a participação ativa e determinante do ANDES-SN e da CSP-Conlutas, grandes atos e uma greve geral, avaliada como uma das maiores da história do país, que paralisou, naquele momento, a tramitação da Contrarreforma da Previdência e desgastou mais ainda o já então impopular Governo Temer. Destacamos no primeiro semestre as mobilizações dos dias 08, 15 e 30 de março e 28 de abril, quando, efetivamente, ocorreu a greve geral, o 24 de maio, data do Ocupe Brasília, e o 30 de junho, já de menor intensidade dado o pouco peso na participação das grandes centrais sindicais que já apostavam, na ocasião, em negociações com o governo. Essas lutas, que unificaram inúmeros segmentos da classe, diminuíram de intensidade no segundo semestre quando houve a retomada da unidade no dia 10 de novembro.

Alguns movimentos ocorreram mais isoladamente e com ritmos, intensidades e resultados distintos. Apesar de muitas lutas e de muita resistência, o signo geral ainda é de processos defensivos, isto é, garantir o que já temos para não perder direitos, e não para avançar em melhores salários ou melhores condições de vida.

Esse novo ciclo de lutas, que se inicia com a crise do projeto popular-democrático, nos traz como tarefa a superação dessa fragmentação e do apassivamento da classe

trabalhadora. A reorganização torna-se tarefa estratégica. As entidades políticas, sindicais e sociais da classe trabalhadora devem se preparar no campo organizativo, político e ideológico, sintetizando a experiência cotidiana da luta de classes nas diversas formas e expressões.

O ANDES-SN, no intuito de contribuir para o avanço na unidade sindical e política dos setores que se opõem às políticas de conciliação de classes como saída para a conjuntura, realizou em novembro uma reunião de entidades, movimentos sociais e estudantis para levantar propostas que visem construir um programa alternativo, com sínteses que permitam um diálogo mais vigoroso entre diferentes visões da conjuntura e da política. O evento foi estruturado em duas mesas. A primeira, no horário da manhã, foi constituída por organizações políticas e, à tarde, a mesa esteve constituída por centrais sindicais e movimentos sociais e estudantis.

Como resultado desta atividade, foi constituída uma comissão, integrada por representantes tanto das forças políticas como dos movimentos sociais, com a finalidade de dar continuidade ao debate da reorganização da classe trabalhadora de forma capilarizada nos estados e municípios e promover reunião nacional para avançar nesse processo. Este curso aponta na direção de construir um encontro de reorganização da classe trabalhadora que venha a constituir a classe como força política e social que oriente as lutas em torno de um programa político alternativo.

4. O papel da CSP-Conlutas

A luta dos(as) docentes é, mesmo com especificidades, a luta do conjunto da classe trabalhadora porque somos parte dessa classe. Por isso é fundamental que nosso sindicato faça parte de uma central. A CSP-Conlutas tem sido um polo fundamental para a reconstrução do sindicalismo classista e combativo, autônomo de governos e patrões, após a capitulação da CUT. O atrelamento da CUT aos governos fez com que essa central se omitisse em inúmeras ocasiões, como nas contrarreformas da previdência de 2003 e de 2012 e em outros ataques aos direitos implementados durante os governos do PT. Além disso, a aposta em negociações, em detrimento da organização autônoma da classe, auxiliou um processo de apassivamento que se reflete hoje nas dificuldades de mobilização para passeatas e paralisações. Ainda mais preocupante é o crescimento de centrais como a Força Sindical que, desde a origem, são marcadas pelo peleguismo e atrelamento à patronal.

Nesse sentido nosso sindicato vem se esforçando para construir a CSP-Conlutas nacionalmente e também nos estados. Fortalecemos o processo de diálogo com as seções sindicais para regularizarem sua situação financeira e para levarem um maior número de delegados ao Congresso.

Durante os dias 12 a 15 de outubro de 2017 foi realizado o III Congresso da CSP-Conlutas, que contou com 2.581 participantes, destes 1.939 delegados, assim distribuídos: 787 do movimento sindical urbano; 388 de oposições sindicais; 358 de minorias de diretoria; 186 de movimentos populares urbanos; 67 de movimentos populares rurais; 51 de sindicatos rurais; 61 de movimentos de lutas contra opressões; e 41 do movimento estudantil.

O ANDES-SN participou com uma delegação de pouco mais de cem professores(as) e apresentou quatro textos de resolução, organizados a partir das deliberações do 36º Congresso e 62º CONAD, que foram aprovadas parcialmente pelo Congresso.

O III Congresso da CSP-Conlutas foi exitoso ao atrair novos segmentos, sindicatos e organizações políticas para a atuação na central. O Congresso foi marcado, ainda, pela delimitação mais evidente de blocos de oposição à direção majoritária, o que demonstra que a diversidade de pensamentos e elaborações têm espaço na central. Temos certeza, porém, de que há muito a ser feito. A CSP-Conlutas continua sendo minoritária em frente às demais centrais sindicais, o que torna necessário unidade de ação com setores mais amplos para derrotar as contrarreformas e os ataques em curso aos direitos dos(as) trabalhadores(as). Alguns desses setores, inclusive, são, como nós, críticos à política de conciliação das grandes centrais, mas não se encontram na CSP-Conlutas.

Importante registrar que, no interior da central, existem muitas divergências, em especial no que tange à caracterização sobre o atual momento de organização da classe trabalhadora e também na análise da conjuntura nacional e internacional. As polêmicas foram explicitadas durante o III Congresso da central, porém não representaram avanços em sínteses entre as entidades presentes e suas diferentes visões, deixando lacunas para a orientação de nossa ação no próximo período.

A garantia da paridade de gênero na Secretaria Executiva Nacional (SEN) também foi uma importante vitória do Congresso, paridade que deve seguir sendo debatida para que seja viabilizada em todos os espaços de direção da central.

Outro elemento que precisa ser aprofundado na CSP-Conlutas é a democracia interna. Para isso é necessário que se definam, no Congresso, nos fóruns e na eleição da direção, regras mais precisas de funcionamento que operem independente dos interesses ocasionais dos grupos e entidades que compõem a central. A garantia da democracia interna contribuirá para a reorganização da classe trabalhadora, tendo em vista o seu papel fundamental no investimento e organização da Greve Geral de 2017.

Consideramos que a CSP-Conlutas deve se fortalecer como uma central classista e autônoma, onde caibam lutadores(as) de várias entidades. Para isso é necessário ampliar os métodos organizativos para avançar na democracia interna. Estamos empenhados nessa tarefa, pois avaliamos que a construção de uma central é fundamental para o projeto mais geral da classe trabalhadora.

5. Serviço Público e Educação Superior

O movimento docente saiu fortalecido do III Congresso da CSP-Conlutas, entendendo a reorganização da classe trabalhadora como elemento central para a construção da unidade de ação. A unidade da classe se faz necessária, também, na defesa do serviço público, da educação e do ensino superior tendo em vista as últimas movimentações do governo ilegítimo de Temer.

O ANDES-SN vem atuando de forma unificada com as demais entidades e categorias dos servidores(as) públicos(as), pois compreende que, além dos temas gerais que as identificam, as estratégias e as lutas compartilhadas no conjunto da classe trabalhadora adquirem mais força para derrubar os projetos da burguesia e respectivos governos. As perversidades do ajuste fiscal e a política de ataque aos direitos efetivados pelo ilegítimo governo Temer e sua condução pelos governos dos estados e assembleias legislativas têm feito urgir as lutas unificadas.

O ano de 2017 foi marcado pelo sucateamento das universidades federais, estaduais e municipais, tendo em vista a redução orçamentária em custeio e investimento. No que tange ao setor das IES estaduais e municipais, isso se agravou com arrochos salariais e falta de condições de trabalho para docentes e técnicos(as), atrasos e cortes de bolsas

para os (as) estudantes, parcelamento nos salários e o não pagamento do 13º salário. Tal situação se ampliou para todos(as) funcionários(as) públicos(as) estaduais.

Numa suposta tentativa de “socorrer” estados e municípios, o governo federal instituiu um regime de recuperação fiscal, materializado na LCP 159/17, que significa a imposição de um ajuste fiscal que prevê, entre outras coisas: a privatização de empresas estatais, como no caso da Companhia Estadual de Águas e Esgotos do Rio de Janeiro (CEDAE) e da Empresa Baiana de Águas e Saneamento S.A (EMBASA), elevação de alíquotas de contribuição previdenciária para os(as) servidores(as), corte de benefícios, como triênios e anuênios, programas de demissão voluntária e congelamento de salários e planos de carreira.

Para resistir a essas medidas e outros ataques que já vinham em curso nos últimos anos, as IEES do Rio de Janeiro, a Universidade Estadual do Rio Grande do Norte (UERN) e a Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) fizeram importantes greves em 2017 em defesa dos salários contra atrasos e parcelamentos e por reposições, garantia de concurso público, ampliação de bolsas para os(as) estudantes e descongelamento das carreiras. Na UEPB, o resultado da greve foi de profunda importância na luta em defesa da autonomia universitária, concretizada na Lei de Autonomia Financeira – Lei Estadual nº 7.643/2004 –, que é uma das conquistas mais avançadas do movimento docente das IEES públicas no Brasil. As mobilizações em outras IEES, como a Universidade Estadual de Minas Gerais (UEMG), obtiveram também avanços na realização de concursos e na carreira docente.

Em relação aos(às) trabalhadores(as) do setor das universidades federais, no final do ano de 2017, o governo federal apresentou outra perversidade, a MP 805/2017. Além de inconstitucional, como considerou a Assessoria Jurídica Nacional (AJN), essa MP prevê o aumento da contribuição previdenciária para aqueles e aquelas que ganham acima do teto do Regime Geral do INSS (5.531,31) de 11% para 14%, determina o congelamento do valor financeiro das progressões e posterga o reajuste salarial previsto para 2018 para 2019.

Outro elemento de ataque desse governo nesta conjuntura de sucateamento das universidades públicas são as estratégias de privatização. Algumas reitorias têm intensificado a busca de soluções para os cortes nas parcerias público-privadas via fundações. Cabe ressaltar ainda que, em detrimento da diminuição dos recursos das universidades públicas, o FIES teve um aumento de recursos dez vezes maior nos últimos cinco anos. Esta continua a ser ainda a principal política de governo: entregar a educação aos tubarões do ensino.

Não é apenas o executivo que atua na mercantilização da educação, mas também o judiciário e o legislativo. No mês de setembro, o STF sancionou a cobrança de mensalidades nos curso de pós-graduação *lato sensu*, o que se configura como um ataque à gratuidade, abrindo precedentes perigosos. Infelizmente, as estratégias de privatização da universidade pública vêm de setores para além do governo atual, como o Projeto de Lei do PT de São Paulo, que propôs a cobrança de mensalidades nas universidades públicas proporcionalmente à renda do(a) estudante.

As reitorias, nessa conjuntura dos cortes agudizados, têm investido cada vez mais na política do “pires na mão”, passando de gabinete em gabinete na Câmara dos Deputados pedindo emendas parlamentares que amenizem os cortes na educação pública. Estas negociações fazem emergir uma política de balcão de negócio, que aciona o clientelismo, não se constituindo em uma política de valorização da educação. Tais

emendas, por exemplo, foram valor de troca do apoio dos deputados para aprovarem a Reforma Trabalhista e a Terceirização e nas duas votações de denúncias contra o corrupto e ilegítimo Temer. Temos participado de diversas atividades, nos contrapondo a esta prática, até no Congresso Nacional, como no mês de outubro, compondo a audiência pública da Comissão da Educação da Câmara dos Deputados, que buscava criticar os cortes nas IES.

Considerando que a unidade de ação é fundamental para barrar os ataques e as contrarreformas, uma das táticas no último período foi o fortalecimento do Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Públicos Federais (FONASEFE) por parte de nosso sindicato, espaço onde temos conduzido, junto a outras categorias, as estratégias unificadas de luta, como o combate ao Programa de Desligamento Voluntário (PDV), e os atos unificados, como do último dia 10 de novembro de 2017 – o Dia Nacional de Lutas, Paralisação e Greve.

O FONASEFE é fundamental para a mobilização e pressão com o fito de reverter essas políticas. É fundamental investirmos cada vez mais na construção desse espaço e evitar a dispersão entre categorias dos(as) servidores(as) públicos(as). O Governo Temer continua a atacar, tanto os serviços, como os direitos dos(as) servidores(as) públicos(as), e alguns setores têm investido em greves específicas de categoria, como o caso da Federação de Sindicatos dos Trabalhadores de Universidades Brasileiras (FASUBRA), que começou a greve nacional em novembro.

Realizamos também, junto com outras entidades e movimentos, o Dia Nacional em Defesa da Educação Pública no dia 19 de outubro na UERJ. A manifestação foi duramente reprimida pela truculência da Polícia Militar do Rio de Janeiro, ocasionando militantes feridos. Nesse mesmo dia, investindo na perspectiva da atuação de forma unificada com o conjunto de movimentos sociais, sindicatos e trabalhadores(as) em educação, foi lançada a Frente Nacional em Defesa das Instituições Públicas do Ensino Superior.

A violência que presenciamos neste ato denota mais um elemento importante da atual conjuntura, que é a repressão aos/as militantes. Crescem os casos de repressão nas universidades e em atos públicos. Neste ano, a categoria docente enfrentou uma série de práticas coercitivas, que vão desde a violência física, racismo, lgbtfobia, machismo, assédio moral, até a criminalização do direito à liberdade de expressão. Na esteira do recrudescimento do conservadorismo, docentes têm sido atacados(as) em sua autonomia profissional. É preciso estarmos atentos, pois, com a conjuntura do impacto dos cortes orçamentários, o assédio moral tende a aumentar nas instituições.

O movimento docente tem resistido de forma contundente, sendo protagonista na resistência do projeto de uma educação pública de qualidade e socialmente referenciada. A luta pela educação pública é, no entanto, do conjunto da classe trabalhadora e, para ampliá-la, estamos construindo, junto com outras entidades, movimentos sociais e estudantis, o III Encontro Nacional da Educação, que ocorrerá em 2018. O desafio da defesa da educação pública, numa conjuntura de intensos ataques em âmbito federal, estadual e municipal, deve ser encarado em conjunto com outros(as) trabalhadores(as) e estudantes. Dando continuidade a encontros anteriores, em 2018 travaremos mais uma vez o debate sobre o projeto de educação pública que queremos, em oposição aos projetos privatistas e autoritários exercidos nos estados e em âmbito federal.

A diretoria do ANDES-SN acredita que, em 2018, deve ser fortalecida a construção de uma greve unificada dos(as) servidores(as) públicos(as) para novas greves gerais. A luta

unificada fortalece a resistência, entendida como a única saída para os ataques que se agudizam na atual conjuntura.

TR - 1

Centralidade da Luta

Fortalecer e ampliar a unidade de ação com os setores dispostos a barrar e revogar as contrarreformas. Construir as lutas e a greve do funcionalismo público federal, estadual e municipal em defesa da educação e dos serviços públicos e da garantia de direitos, rumo a uma nova greve geral. Nenhum direito a menos.

TEXTO 2

Contribuição do(a)s sindicalizados: Diretoria eleita da ADUFERPE, Ailton Contrim Prates (ADUFAL), Alberto Handfas (ADUNIFESP), Alexandre Medeiros (ADUFPI), Ana Carolina Galvão Marsiglia (ADUFES), Antonio Eduardo Oliveira (APUR), Benerval Pinheiro Santos (ADUFU), CARLOS Eduardo Müller (ADUFAL), Carlos José Cartaxo (ADUFPB), Cassia Hack (SINDUFAP), Celi Taffarel (APUB); Cláudio Félix (ADUSC); Claudio Lira (APUB), Dailton Alencar Lucas de Lacerda (ADUFPB); David Teixeira (APUR); Domingos Savio da Cunha Garcia (ADUNEMAT); Edna Aparecida Sampaio (ADUNEMAT); Edson Franco de Moraes (ADUFPB), Eduardo Jorge Silva (ADUFERPE); Érika Suruagy (ADUFERPE); Eron Pimentel (ADUFPE), Eudes Baima (SINDUECE); Everaldo Andrade (ADUSP); Fábio Vernturini (ADUNIFESP), Falcão Vasconcelos Luiz Gonzaga (ADUFU), Fátima Aparecida Silva (APUR), Fernando Cunha (ADUFPB);, Flávio Melo (ADUFERPE); Francine Iegelski (ADUFF), Hélcio Batista (ADUFERPE), Gisele Moreira (APESJF), Helio Girão (SINDUECE); Humberto Clímaco (ADUFG); Jair Reck (ADUNB), Jânio Ribeiro dos Santos (ADUFPI), José Arlen Beltrão de Matos (APUR); Juanito Vieira (APESJF); Karina Cordeiro (APUR), Kimi Tomizaki (ADUSP); Lenucia Moura (SINDUECE); Leni Hack (ADUNEMAT), Lisleandra Machado (APESJF), Luciene Neves Santos (ADUNEMAT), Márcia Morschbacher (SEDUFMS), Marco Aurélio Oliveira (SESDUFT); Mairton Celestino (ADUFPI), Marise Carvalho (APUB); Melina Silva Alves (ADUFPB), Pedro Silva (SINDUECE), Raquel Rodrigues (ADUFS-BA), Sara Munck (APESJF), Silvina Carrizo (APESJF), Tarcísio Cordeiro (APUR); Tiago Nicola (ADUSC), Carolina Nozella Gama (ADUFAL), Eduardo Giavara (ADUFU), Joelma Albuquerque (ADUFAL), Manuel Andrade (ADUnB), Frederico Augusto D'avila (APESJF).

REORIENTAR O ANDES-SN NA LUTA UNITÁRIA CONTRA TEMER E SUAS CONTRARREFORMAS

TEXTO DE APOIO

Introdução

Passados mais de um ano do golpe que destituiu o governo eleito de Dilma Rousseff, as razões que levaram ao impeachment sem crime de responsabilidade se apresentam aos trabalhadores e à maioria do povo de maneira dramática.

Numa velocidade vertiginosa, o governo ilegítimo e ilegal de Temer impôs a EC 95/2016 que congelou os investimentos nos serviços públicos por 20 anos; fez passar a lei das terceirizações ilimitadas; aprovou e, no momento mesmo em que este caderno de textos é editado, põe em vigor a contrarreforma trabalhista que liquida os direitos dos

trabalhadores obtidos em décadas de luta; editou portaria praticamente extinguindo a figura do trabalho em condições similares a de escravidão, impedindo a fiscalização das empresas que usam mão de obra escrava; contingenciou as verbas da educação; editou a nova Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que dilui os conteúdos de ensino e aligeira a formação de jovens diretamente para o trabalho; impôs a reforma do ensino médio que, combinada com a BNCC, destrói o acesso da juventude aos conhecimentos acumulados pela humanidade.

Na mesma toada, o Judiciário dá guarida às demandas dos setores mais reacionários da sociedade, como no caso da reintrodução do ensino religioso confessional, depois de mais de cem anos da separação legal entre Estado e Igreja no Brasil; acolhe a figura da chamada “cura gay” e libera os ataques aos direitos humanos na redação do Enem. Além disso, na Câmara dos Deputados, foi aprovada em comissão especial, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC), que, se aprovada no plenário, poderá criminalizar o aborto em qualquer caso, inclusive estupro, anencefalia do feto ou gravidez com risco de morte para a mãe, já permitidos atualmente pela lei brasileira.

Enquanto isso, apoiado no Congresso Nacional afundado na corrupção e que o livrou duas vezes de fundadas acusações, Temer abre caminho para a entrega da Amazônia, da Base de Alcântara e do Pré-sal, anunciando o que promete ser a maior queima de recursos naturais e de patrimônio público desde o Governo FHC.

Trata-se de uma obra de barbárie sem precedentes em nossa história que apenas um governo golpista, livre de qualquer mandato popular, cuja sobrevivência se apoia unicamente na aplicação a mais profunda deste programa a serviço do imperialismo e da grande patronal nativa, pode encaminhar. Como dizia Roberto Brant, coordenador do documento Ponte para o Futuro, em O Estado de São Paulo (18 de abril de 2016), “a proposta não foi feita para enfrentar o voto popular. Com um programa desses não se vai para uma eleição (...) vai ser preciso agir muito rápido. E sem mandato da sociedade. Vai ter de ser meio na marra”.

É neste difícil quadro que o movimento sindical e popular e, dentro dele o ANDES-SN, terá de fazer o enfrentamento aos profundos ataques a todos os direitos, inclusive ao direito à educação e à universidade.

Por isso mesmo, ao cabo da experiência de meses de golpe no Brasil, faz parte incontornável da análise da conjuntura um balanço do nosso sindicato, pois é em momentos como esse que as direções do movimento se põem a prova.

Em que circunstâncias internacionais se desdobra o golpe no Brasil?

O golpe no Brasil responde à exigência do capital que visa a esmagar o valor da força de trabalho, por meio do corte das proteções sociais que a classe trabalhadora impôs em décadas de luta de classe, mas também de fazer recuar todos os programas sociais que propiciaram a inserção de novos setores na classe trabalhadora. Trata-se da expressão no Brasil da ofensiva do imperialismo para, na crise global do sistema capitalista, retomar plenamente o terreno de exploração perdido nos últimos anos.

Assim é que, no nosso continente, a eleição de Macri, na Argentina, foi diretamente articulada pelo imperialismo estadunidense, bem como o golpe contra a democracia que atingiu o Brasil e a tentativa malograda de desestabilização do governo Maduro na Venezuela.

Este Congresso, aliás, se reúne num momento em que a vizinha Venezuela é alvo de ameaças do imperialismo dos EUA, com Trump adotando sanções econômicas e não

descartando a “opção militar”, contando com o apoio de governo lacaios da região, inclusive de Temer, para agredir a soberania do povo venezuelano em decidir seu próprio destino.

É necessário reconhecer, como expressão dessa soberania do povo venezuelano, a Constituinte convocada pelo governo Maduro e tomar posição contra qualquer tipo de ingerência externa na nação irmã. Embora tendo sua ofensiva sustada momentaneamente pela ação das massas, as mesmas forças que apoiaram o golpe no Brasil estão em ação no país vizinho, para açambarcar o petróleo e os recursos naturais em favor das multinacionais e liquidar direitos e conquistas do povo trabalhador em benefício do capital privado e do imperialismo.

Trata-se do mesmo imperialismo que tenta esmagar o direito do povo catalão de se expressar, alimentando o reacionário regime monárquico espanhol, incompatível com a democracia e o direito dos povos. São as mesmas forças que agem em vários países do mundo para dismantlar os sistemas de proteção social, como agora mesmo ocorre na França, mas que se confrontam com a resistência da classe operária francesa. O mesmo imperialismo que arrasa os povos do Norte da África e do Médio Oriente, por meio de invasões e ocupações com o fim de se apropriar das riquezas naturais e, com este fim, sustenta o estado apartheid de Israel, enquanto esmaga o povo da Palestina, destituído de seu território.

Nessa esfera também vivemos momentos decisivos. Como o Andes-SN se postará em face da defesa da Venezuela contra o imperialismo? Não se pode hesitar frente à ofensiva que o imperialismo prepara na região.

“Se botar pra votar, o Brasil vai parar”

O conteúdo de ataque aos direitos e à soberania nacional do golpe contra a democracia no Brasil tornou-se evidente. Depois da entrega do Pré-sal, da aprovação da EC 95 (“teto de gastos”) e da contrarreforma trabalhista, o governo Temer decreta um pacote de privatizações (Eletrobrás, portos e aeroportos, infraestruturas públicas e até a Casa da Moeda) para entregá-las ao capital local e estrangeiro.

Neste segundo semestre – e só não o fez antes dada à resistência que teve seu ponto alto na Greve Geral de 28 de abril, Temer e os golpistas pretendem avançar no desmanche da Previdência, enquanto as campanhas salariais já se defrontam com o PL 13.467 (desmonte da CLT) que entrou em vigor em 11 de novembro.

Agora, é a tentativa de fazer votar a contrarreforma da previdência no Congresso que exige que se retome o movimento da Greve Geral: “se botar para votar, o Brasil vai parar”! Essa bandeira deve se o ponto de unidade para a ação comum das Centrais, dos sindicatos e movimentos sociais.

Depois do limitado 30 de junho, golpeado pela retirada de algumas centrais, como a Força Sindical, dispostas a negociar com o governo a retirada dos direitos trabalhistas, o Dia Nacional de Luta de 10 de novembro de 2017, com mobilizações, greves e paralisações em vários os setores, pautando a revogação da Lei 13.467 (contrarreforma trabalhista), contra o desmanche da Previdência, contra as privatizações e o sucateamento dos serviços públicos, foi uma boa retomada, mas insuficiente se queremos barrar a destruição dos direitos previdenciários.

É a classe trabalhadora com sua luta em defesa dos direitos e conquistas que pode barrar os ataques do governo golpista e mudar a relação de forças em favor da ampla maioria

explorada e oprimida de nosso povo. É hora de organizar essa luta e apontar uma saída política para a profunda crise em que o Brasil foi mergulhado.

Por isso, a luta para revogar a contrarreforma trabalhista e para barrar a contrarreforma da previdência, além dos demais retrocessos que estamos vivenciando, passa por derrotar o golpe e enxotar Temer do Governo.

Contudo, Temer governa apoiado nos poderes podres da República, não apenas o Executivo, como ativamente o Congresso corrupto e o Judiciário/MP que prepararam a farsa judicial que levou ao golpe e que instalou no país um regime de ditadura judicial.

Tirar Temer é essencial, é o passo incontornável, mas é necessário varrer estas instituições. Propomos abrir no nosso sindicato o debate em torno da necessidade de uma constituinte soberana.

Golpe na Educação e nas Universidades

O Governo Temer impõe a aplicação da EC 95/2016. Já em abril passado, a Educação teve R\$ 4,3 bilhões em despesas bloqueadas. Com isso, o orçamento do MEC para 2017, que havia sido definido pelo Congresso em R\$ 35,74 bilhões, foi reduzido para R\$ 31,43 bilhões.

Os efeitos imediatos da EC 95 se fazem sentir no sistema federal de ensino. Contudo, o quadro na esfera dos governos estaduais é conhecido: situação de decomposição da UERJ, crise de largo porte na UEPB, com demissão de professores e redução de salário, e na UERN, apenas para nos referir aos casos mais vistosos.

Alguns dados são úteis para se entender o recuo que é imposto agora. O orçamento geral do MEC cresceu entre 2003 e 2013 de algo como R\$ 20 bilhões para cerca de R\$ 112 bilhões, enquanto o orçamento das IFES, neste mesmo período, foi de cerca de R\$ 10 bilhões para em torno de R\$ 40 bilhões (SIMEC/MEC). Em pouco mais de um ano de governo golpista, este curso passou por uma reversão acelerada. O orçamento das IFES de 2017 apresentou corte significativo em relação ao de 2016: 6,74% nominal na matriz de custeio, 10% no programa Reuni, 40,1% em capital. Chame-se atenção para o corte de 3,15% do Programa Nacional de Assistência Estudantil, um item que já vinha sendo objeto de corte nos últimos.

Mesmo no quadro deste corte, em regra, até o mês de agosto passado, apenas 75% das verbas de custeio e 45% do orçamento de capital haviam sido liberados, o que pode significar o colapso das universidades no segundo semestre. E o governo já anunciou uma dotação para 2018 nos mesmos níveis de 2017, acompanhado do anúncio de mais um corte no Programa Reuni de 11%. O valor do custo-aluno do ensino superior desabou, valendo hoje 42% menos do que valia em 2011. Junte-se a isto o corte de 44% no orçamento do CNPq que deve ocasionar de imediato a eventual paralisação dos projetos financiados pelo órgão, a maioria no âmbito das universidades públicas.

Em 30/10/2017, foi publicado no DOU a Medida Provisória 805, que “Posterga ou cancela aumentos remuneratórios para os exercícios subsequentes, altera a Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, e a Lei no 10.887, de 18 de junho de 2004, quanto à alíquota da contribuição social do servidor público”. Traduzindo, significa adiamento de reajuste salarial dos servidores públicos federais

pelos próximos três anos (congelamento de progressões) e aumento da contribuição previdenciária de 11% para 14%.

Um balanço da atual gestão do Andes-SN é necessário

Nosso sindicato, entretanto, está travado. Enfeudado à CSP-Conlutas, cujo congresso se embandeirou para o dia 10 de novembro, tentando se apropriar da data, o Andes-SN não consegue enfrentar a conjuntura. Depois de muito barulho da CSP-Conlutas em torno do dia 10, nosso sindicato pouco fez para efetivá-lo. A maior parte das seções sindicais não se moveu ou declararam adesão formal ao dia de luta em assembleias minúsculas. A própria diretoria do sindicato estava empenhada em outras atividades na data, uma sequência de seminários no Rio de Janeiro sobre temas que pouco tinham a ver com mobilização de 10 de novembro (confira em <http://www.andes.org.br/andes/print-ultimas-noticias.andes?id=9152>). Distante das organizações de massas, é natural que em pleno Dia Nacional de Luta o sindicato preferisse compartilhar mesas com os aliados “classistas” de sempre na interminável discussão sobre a “reorganização da classe trabalhadora”.

Foi na mesma lógica que nosso sindicato não se moveu no recolhimento de assinaturas ao Projeto de Iniciativa Popular para a revogação da Lei 13.467 (contrarreforma trabalhista), iniciativa que marcou a preparação do próprio 10 de novembro.

Infelizmente, não se trata de um raio no céu azul. Esta paralisia culmina na trajetória da atual diretoria cujo mandato percorreu o período do golpe. Foi sob a atual diretoria que, no momento decisivo da luta de classes, quando as classes dominantes assaltaram, com apoio dos meios de comunicação e dos podres poderes do Judiciário e do Legislativo, o poder de Estado, nosso sindicato cumpriu o triste papel de calar diante do golpe, enquanto dezenas de comitês de resistência se constituíam nas universidades, de negar o golpe, e finalmente, aderindo, sem mandato de nenhuma instância, às pequenas manifestações da CSP-Conlutas sob a vergonhosa bandeira do “Fora Todos”, movimento auxiliar do golpismo de direita.

Isso teve repercussões na vida do sindicato. O Conad de Boa Vista (junho-julho de 2016) recusou-se incrivelmente a condenar a farsa do impeachment que tinha passado pela Câmara e, naquele momento, caminhava para o Senado. Em pleno processo golpista, entre as votações da Câmara e a do Senado, o Andes-SN passou tristemente à história como o primeiro sindicato recebido por Mendoncinha, o ministro golpista do MEC. Apenas no Congresso de Cuiabá (2017) o Andes-SN foi capaz de reconhecer a ilegitimidade de Temer, mesmo assim numa votação extremamente dividida entre os delegados. E só num esforço extremo de negociação se conseguiu fazer o sindicato aderir ao 15 de março, então convocado pela CNTE, e que foi o passo inicial do vitorioso 28 de abril.

Já vindo de um longo isolamento em relação ao movimento dos trabalhadores e a suas organizações, o Andes-SN foi incapaz nestes quase dois anos de integrar o amplo movimento de massas que se formou na luta contra Temer, passando ao largo das frentes de unidade de ação que se constituíram (FBP e FPSM).

No mais, a atual diretoria seguiu a má tradição de repisar os princípios da carreira nas negociações salariais e de carreira, sem ser capaz de transforma-los em eixos de luta e itens de negociação, em especial no setor das federais.

Fazer um verdadeiro balanço da filiação à CSP-Conlutas

O curso de isolamento do Andes-SN, a esdrúxula prática de escolher de antemão os aliados, etiquetando-os de “classistas”, a extrema resistências às ações unitárias têm uma origem, a filiação à CSP-Conlutas.

Esta organização, no momento decisivo da luta de classes, acabou por fazer o papel de flanco esquerdo do golpe no Brasil. Considerando a deposição de Dilma pelo golpismo como positivo, comemorou na linha de “a primeira já foi”. Mas nem a violenta ofensiva contra os direitos parece fazer a CSP-Conlutas mudar de opinião. Em seu último congresso, reafirmou a negação do golpe e inscreveu entre suas bandeiras a derrubada do Governo Maduro na Venezuela. Do sectarismo, esta organização passa diretamente à colaboração com o imperialismo. Senão vejamos, segundo matéria do site da CSP-Conlutas, apresentando as resoluções,

Herbert Claros, que apresentou a proposta, ressaltou que isso não significa uma “onda reacionária”, mas é o capitalismo em sua face “nua e crua” (...) **HEBERT TAMBÉM REFUTOU A IDEIA DE "GOLPES" CONTRA OS GOVERNOS DE CONCILIAÇÃO DE CLASSE, COMO NO BRASIL. ESSES GOVERNOS APLICARAM A POLÍTICA DO IMPERIALISMO, DISSE.** (Destaques nossos).

Sobre a Venezuela, o site da CSP-Conlutas diz que “a resolução defende que a CSP-Conlutas se posicione **CONTRA O GOVERNO DE NICOLÁS MADURO**, a direita organizada na MUD e o imperialismo, responsáveis pelos ataques e miséria impostos ao povo venezuelano”. (Destaques nossos). Como se vê, se repete em relação à Venezuela a tentativa de igualar todos, mas propondo concretamente a queda de Maduro, já que a direita (MUD) não está no governo.

Não é razoável que o Andes-SN, uma das pilastras da CSP-Conlutas, siga sustentando, sem balanço nenhum, esta organização. É necessário que este Congresso do nosso sindicato abra um verdadeiro debate acerca desta filiação.

TR – 2

O ANDES-SN se integra na luta unitária contra o golpe de Estado, lutando pela remoção do governo golpista, sob a consigna Fora Temer, combatendo ao lado das Centrais Sindicais e dos movimentos sociais para revogar as contrarreformas e a EC 95, barrar a contrarreforma previdenciária, defendendo o orçamento das universidades e a preservação de sua função social como instituições públicas, gratuitas e de qualidade.

TEXTO 3

Contribuição do(a)s professore(a)s Alyne Souza, Patricia Andrade, Luís Silva, Egmar Souza, Aritana Dutra, Marconis Fernandes Lima, Gilcelene Brito (SINDCEFET-PI), Fontoura Santos, Ana Laura Teixeira, André Luís Amorim de Oliveira, Maria Celma Borges, Mariana Esteves de Oliveira, Ana Lúcia Espíndola, Tarcísio Pereira, Paulo Fioravante Giareta, Armando Marino Filho (ADLESTE), Douglas Bezerra, Geraldo Carvalho, Romildo Araújo (ADUFPI), Francileide de Araújo Rodrigues, Romildo Raposo (ADUFPB), José Nunes da Silva, Levy Paes Barreto, Helio Cabral, Argus Vasconcelos de Almeida (ADUFERPE), Sinoélia Silva Pessoa, Daniela Batista Santos (ADUNEB), Ana Luiza Pereira (ADUFSCAR), Marcelo Barreto Cavancanti (ADUFEPE), Raphael Furtado, Juliana Iglesias Mielin, Andrea Monteiro Dalton, Ana Fernanda Inocente Oliveira (ADUFES), Suly Rose Pereira Pinheiro, Rosenverck Estrela Santos, Welbsson do Vale Madeira, Marcone Dutra, Catarina Malcher Teixeira, Roberto Santos Ramos, Roberta Maria Batista de Figueiredo Lima (APRUMA), Gelta Xavier (ADUFF), Marcos Escher (APESJF), Simone Contente, Andrey Martin (SINDUNIFESSPA), Fernando Damasceno, Jaci Vieira (SESDUF-RR), João Carlos Gilli, Graziela Lucci de Ângelo, Osmar Francisco Giuliani, Adriana Zecca, Gihad Mohamad, Maristela Da Silva Souza, Tatiana Wonsik Recomenpa Joseph (SEDUFSM), Itamar Ferreira (ADUNICAMP), Sandra Moreira (ADUFPA) Áurea C. Costa, Marisa Silva Dias (ADUNESP), Antônio Neto (ADUA), Jean Menezes (ADUEMS), Waldir Bertúlio, Tomás de Aquino Silveira Boaventura (ADUFMAT), Milton Mauad, Denizalde Jesiel Rodrigues Pereira (ADUNEMAT)

NOSSA LUTA É AGORA, NOSSO LUGAR É NAS RUAS: GREVE GERAL PARA BARRAR AS REFORMAS E POR PRA FORA TEMER E TODOS OS CORRUPOTOS DO CONGRESSO!

A crise mundial e a guerra social contra os trabalhadores

A situação mundial segue cruzada pelas consequências da crise da economia capitalista aberta em 2008/2009. Tentando dar uma saída à crise, o capitalismo desencadeou uma guerra social contra a classe trabalhadora. Em países como EUA, França, Grécia, Argentina e Brasil, o foco das políticas dos patrões, governos e parlamentos é o mesmo: desemprego, reformas trabalhista e previdenciária, cortes sociais e privatizações; aumento da violência do Estado contra as lutas e organizações da classe trabalhadora. Nos países semicoloniais, como o nosso, a situação é ainda mais grave, pois ao aumento da exploração dos trabalhadores soma-se a rapina do país pelo imperialismo, através da sangria da dívida pública, remessa de lucros das multinacionais ao exterior, privatizações, etc.

Esse processo não é, como dizem alguns, resultado de uma “onda conservadora”. Trata-se de uma ofensiva dos monopólios que buscam aumentar a exploração. Esse receituário tem sido aplicado tanto por governos “de direita”, como pelos ditos de “esquerda”, como Syriza, na Grécia, o PS francês e mesmo o Chavismo, na Venezuela. No Brasil, foi aplicado por FHC, pelo PT e continua sendo por Temer. Opinamos que, os ditos “de esquerda”, ao governarem com a burguesia e aplicarem seus planos são responsáveis por estarmos assistindo, de um lado, suas próprias derrocadas e, do outro, o retorno de setores políticos mais tradicionais da burguesia ao centro político de alguns países. Contra essa guerra social do capital, é forte a luta da classe trabalhadora em todo o mundo. Vimos as greves gerais e mobilizações que sacudiram França, Grécia, EUA,

África do Sul, Argentina, a heroica luta do povo catalão por sua independência, apesar da vergonhosa vacilação de sua direção.

Na América Latina, é esse processo que está na base das crises dos governos de colaboração de classes e nacionalistas burgueses. Ao governar para os capitalistas e atacar direitos, esses governos perderam sua base de sustentação na classe trabalhadora e setores populares. A situação mundial está marcada por uma forte polarização social e política. Falta uma direção para a luta da classe trabalhadora que seja capaz de levar à vitória este processo de lutas, questione as bases do sistema capitalista e abra caminho para a construção de uma sociedade socialista. Essa direção terá que ser construída nas lutas e para isso é necessário desmascarar tanto o reformismo clássico como o neo-reformismo do Syriza, Podemos, Bloco de Esquerda em Portugal, Bernie Sanders...

Brasil vive forte crise econômica, social e política

O Brasil vive a maior crise econômica de sua história. As consequências se expressam nos milhões de des/subempregados e num conjunto de medidas que o governo Dilma (PT) começou a aplicar e que o governo Temer (PMDB) aprofunda. A expressão aqui dessa guerra social são mais de 23 milhões de trabalhadores (as) des/subempregados; os serviços públicos – saúde, educação, transporte - estão um caos; as condições de vida nas periferias estão insuportáveis; a violência do Estado contra as lutas dos trabalhadores e contra o povo pobre é cada vez maior assim como o agravamento da situação dos setores oprimidos: mulheres, LGBTs e negros e negras (há um genocídio da juventude negra e pobre das periferias). A combinação destes fatores – crise econômica e social e a luta dos trabalhadores contra os ataques- é a base da crise política que vive o país. A Lava Jato é apenas uma das dimensões da crise e expressa a divisão entre os setores da burguesia sobre o que fazer frente a ela. Cada um de seus setores quer trazer para si uma parte maior do resultado da exploração e da rapina do país. Eles têm acordo em jogar a crise nas costas dos trabalhadores, mas por vezes se dividem em como fazê-lo, expressando elementos de crise institucional, afetando o Executivo, Legislativo e Judiciário.

A reação dos trabalhadores e a polarização da luta de classes

As lutas vêm se intensificando e se radicalizando. Reivindicamos o que diz o Manifesto do 3º Congresso da CSP-Conlutas: “Estamos vendo que a classe operária retomou seu papel histórico, colocando-se à frente e sendo parte ativa das greves gerais, paralisando a produção em todo o país e demonstrando sua força. O movimento popular se somou, organizando a luta no território, trancando rodovias e avenidas, reforçando os piquetes nas fábricas, mobilizando nos bairros, nos ônibus e estações de trem e metrô. Também se destaca a força da mulher trabalhadora que, pela explosão das manifestações mundiais do 8 de março, tem demonstrado sua determinação em cada ação de nossa classe.”

Isso demonstra que as manifestações de junho de 2013, ao contrário do que diz Lula, destamparam as comportas de uma revolta que vem se acumulando dentre os setores mais explorados dos trabalhadores que, ao constituírem lutas e resistências – organizadas ou não – mudaram a correlação de forças, aprofundando a polarização entre as classes e abriram um novo ciclo de lutas no país.

A revolta da nossa classe viveu novo salto no final de 2014, com as medidas de Dilma contra o seguro-desemprego e o abono do PIS e continuam. As lutas deste ano confirmam esse processo: as mobilizações das mulheres no 8 de março, o 15 de março, a greve geral de 28 de abril, o Ocupa Brasília em 24 de maio, o 10 de novembro do Brasil metalúrgico.

Os trabalhadores podem botar abaixo Temer, todos os Corruptos e derrotar suas Reformas!

Há os que dizem que o fato de Temer ter se mantido no governo e a aprovação de medidas como a PEC do teto de gastos, a terceirização e Reforma Trabalhista, indicariam que estamos diante de um governo forte. Decorre desse raciocínio a ideia de que a relação de forças na sociedade é desfavorável: haveria falta de disposição de luta dos trabalhadores. As cúpulas das grandes centrais, os dirigentes da FBP e FPSM, o Proifex e os setores que querem ganhar o Andes-SN para desviá-lo do caminho das lutas atribuíram à essa suposta “falta de disposição de luta dos trabalhadores” a não realização da Greve Geral de 30 de junho.

A realidade, no entanto, é outra. Os trabalhadores têm disposição de luta e demonstraram isso nas mobilizações de março, na greve de 28 de abril e na marcha à Brasília. Ocorre que as cúpulas das grandes centrais desarticularam conscientemente e criminosamente a greve de 30 de junho, na contramão de boa parte dos sindicatos de suas próprias bases. A CUT, a FBP e a FPSM lançaram uma campanha pelas “Diretas já!” – cujo objetivo real era lançar a campanha em favor de Lula 2018 – e giraram suas forças nesta direção. A tarefa, para eles, não era fazer greve geral para derrubar as reformas e Temer, e sim eleger Lula em 2018, para “manter os direitos”, escondendo o que o próprio Lula diz: que, se for eleito, não vai anular as reformas aprovadas por Temer. A cúpula da Força Sindical e seu partido Solidariedade apoiam Temer. As direções desta e de outras centrais só se preocuparam com a negociação do imposto sindical e acabaram traídas pelo governo Temer.

Não interessa também ao PT, CUT e à FBP e pela linha política adotada, nem mesmo à FPSM/Vamos, derrubar Temer. Querem que ele fique até 2018, faça o trabalho sujo das reformas e que seu desgaste ajude a potencializar a candidatura de Lula. Por isso, o PT ajudou a dar quórum à sessão da Câmara que livrou Temer da investigação. A ação da cúpula das grandes centrais, do PT, da FBP e FPSM, de desviar a luta para a via morta das eleições e esvaziar a Greve Geral, evitou a queda do governo e dá a ele sobrevida. Queremos aqui também polemizar com algumas análises simplistas da correlação de forças. É óbvio que estamos sofrendo duros ataques. É óbvio que a aprovação da PEC 55, da Reforma Trabalhista, entre outras coisas, são derrotas importantes de nossa classe. No entanto, é um erro achar que a relação de forças piora automaticamente cada vez que os trabalhadores perdem uma conquista. Uma perda de conquista pode também aumentar mais a revolta e a disposição de luta. A luta de classes não evolui de forma linear, nem cabe na lógica formal. É preciso pensar dialeticamente, analisando as contradições dos processos, indo além das aparências, da superficialidade de análises baseadas em apenas um aspecto da realidade, dos chavões do “golpe” e da “onda conservadora”, do impressionismo de quem está longe dos setores mais explorados da classe trabalhadora, e do campismo rasteiro que só enxerga as eleições. É essa a situação nesse momento. Os trabalhadores estão querendo é colocar fogo em tudo que está aí. Falta direção! Atribuir a permanência de Temer a uma suposta falta de disposição de luta dos trabalhadores, serve apenas para livrar a cara dessas direções e

esconder o seu papel nefasto! Quando a classe trabalhadora avança em sua experiência e perde as ilusões com sua direção histórica, o lulismo, esses setores buscam reconstruir essas ilusões.

É importante aqui reafirmar que a nossa Central Sindical e Popular, a CSP-Conlutas cumpriu papel importante em todo este processo. Podemos nos orgulhar da luta que travamos para construir a unidade de ação com as Centrais, que possibilitasse um polo de lutas para abrir caminho para a unidade com os setores populares e oprimidos do campo e da cidade e com os desempregados. Soubemos defender a unidade, ao mesmo tempo denunciar a inação das grandes centrais e exigir a convocação da greve geral, buscando apoio na base para isso. É fundamental destacarmos também o papel do Andes nos processos de organização e mobilização da categoria docente, em articulação com outros movimentos, construindo os fóruns estaduais de defesa da previdência e que foram fundamentais para a greve geral do dia 28 de abril, na construção da marcha Ocupa Brasília em 24 de maio, bem como insistindo para o dia 30/06 fosse de fato uma Greve Geral, e na articulação no Fonasefe em defesa dos direitos dos servidores públicos.

Após a traição das grandes centrais à Greve Geral de 30 de Junho, que deu sobrevida a governo Temer e possibilitou a aprovação da reforma trabalhista, a CSP-Conlutas se jogou na retomada das mobilizações. O 3º Congresso da nossa Central aprovou uma importante resolução unitária de construir o dia 10 de novembro, chamado inicialmente pelo movimento Brasil Metalúrgico. As grandes centrais foram obrigadas, pela pressão de suas bases a convocar este dia, apesar de diversos boicotes. O sucesso da mobilização (que poderia ter sido ainda maior se não fosse o corpo mole dessas centrais) impôs a chamada, unitária, por todas as Centrais Sindicais, de um dia nacional de paralisação contra a Reforma de Previdência. Ou seja, de uma nova Greve Geral. É necessário transformar essa declaração em realidade. Organizar reuniões e atos preparatórios em todos os estados, fazer uma ampla convocação à população, aprovar a Greve Geral em todas as categorias, denunciar amplamente o massacre que significa a Reforma da Previdência para os trabalhadores e trabalhadoras. É preciso retomar os comitês populares que surgiram para a construção da Greve Geral de 28 de abril!

As tarefas e os desafios que temos pela frente

Devemos exigir das grandes centrais a efetiva convocação da Greve Geral. Devemos estimular toda mobilização, unificá-las, trabalhar para transformar cada pequeno processo localizado ou setorial em parte de um processo unificado de mobilização nacional; estimular também a auto-determinação das bases para transpor o bloqueio das direções que não querem lutar.

Todos os processos de unificação das lutas são importantes. O processo de unificação das campanhas do setor metalúrgico tenta se estender, buscando unir na luta todos os operários da indústria no país. Também a mobilização do setor público contra os ataques do governo; as lutas nos estados (como no Rio de Janeiro); as lutas por moradia e todas as lutas populares: negros e negras, mulheres (onde adquire peso importante a luta pelo aborto legal, ameaçado pela PEC181), LGBTs, imigrantes, sem-terra, quilombolas, indígenas e dos camponeses que, frente ao aprofundamento da crise fundiária e da violência, lutam e defendem a reforma agrária e expropriação das terras do latifúndio e do agronegócio. Vamos aqui ressaltar algumas lutas muito importantes que estão ocorrendo e que dizem respeito de maneira mais direta à base do Andes: a

defesa da liberdade de cátedra, por uma Escola sem Mordaza; a defesa da laicidade do Estado e da educação pública; a manutenção da estabilidade do funcionalismo público; pelos reajustes que os SPFs conquistaram com suas greves e contra o confisco de nossos salários, via MP 805; contra a censura na produção artística, contra os cortes na Ciência, em defesa da gratuidade do ensino universitário... Todas essas lutas precisam ser unificadas em uma perspectiva totalizante e classista. Não há saída por fora da luta de classes!

É preciso apresentar uma proposta política da classe trabalhadora para a crise do país. É preciso construir, na ação direta, uma alternativa dos trabalhadores. Uma alternativa de independência de classe, operária, popular e camponesa: uma alternativa socialista! Precisamos apresentar um programa que aponte as mudanças para que a crise recaia sobre os capitalistas e não sobre a nossa classe. Esse programa deve partir da defesa dos direitos e reivindicações mais sentidas da nossa classe, como emprego, salários, direitos sociais e trabalhistas, aposentadoria, acesso ao território, a cultura e ao lazer, fim de toda discriminação e opressão, fim da violência e da criminalização contra as lutas e a população pobre, agravadas com a lei antiterrorismo aprovada pelo governo do PT.

Defendemos, para que estes direitos e reivindicações sejam garantidos: não pagamento da Dívida Pública; estatização do sistema financeiro com controle dos trabalhadores; proibição da remessa de lucros ao exterior; estatização sob controle dos trabalhadores das multinacionais e empresas envolvidas com corrupção; nacionalização da terra e expropriação do agronegócio; titulação das terras indígenas e quilombolas; fim das polícias militares, direito de sindicalização e greve para as forças policiais e militares; autodefesa dos trabalhadores e do povo pobre.

Resgatamos aqui o Manifesto da nossa central: “Nós lutamos e podemos conquistar bandeiras históricas do movimento e de nossa classe. Podemos e devemos reparar as perdas, as dores e as mortes do povo negro, subjugado por mais de 300 anos de escravidão e racismo. Podemos e devemos defender e reparar a dor e sofrimento dos povos originários, indígenas e quilombolas, que até hoje seguem sendo exterminados pelas balas do latifúndio. Podemos e devemos por fim à violência machista, aos estupros, espancamentos, exploração sexual e assassinatos de mulheres e de LGBTs. Podemos conquistar uma reforma urbana que garanta moradia, convívio e reconquista do território ao povo pobre e trabalhador. Podemos impor a reforma agrária para – sem indenização aos latifundiários e donos da agroindústria – garantir terra a quem nela trabalha. Defenderemos nossas florestas e nossa biodiversidade. É possível conquistarmos o direito ao trabalho, igualdade de condições de salário, moradia e cultura e uma vida digna para todos e todas”.

Um programa dessa natureza não vai ser realizado por um governo da burguesia ou em aliança com ela, como defendem o PT e seus satélites. Só um Governo Socialista, dos operários e do povo pobre, apoiado nas lutas da nossa classe, funcionando através de conselhos populares, pode aplicar este programa e mudar o país. Não conquistaremos esse governo via eleições, só através da nossa luta e organização.

Defendemos a mais ampla unidade de ação para lutar, mas um programa para resolver a vida da classe trabalhadora tem necessariamente fronteiras de classe. Denunciamos a conciliação de classe, as falsas ideologias de “inclusão social” e “cidadania”; a utopia reacionária de humanização do capitalismo, o reformismo. Por isso mesmo é preciso ter clareza que não é possível acordo estratégico, programático, entre reformistas e revolucionários. Ou se quer salvar o capitalismo, o se quer destruí-lo. Nós ficamos com a segunda opção.

Mais espantosa ainda do que essa busca de uma impossível síntese programática entre Reforma e Revolução é a insistência na antecipação do debate das eleições. Essa proposta é prejudicial às lutas, porque desvia as tarefas de resistência que estão colocadas para já, apontando para a construção de uma futura candidatura de um suposto “campo progressivo”. Não podemos reforçar as ilusões na democracia burguesa, quando a classe avança rapidamente na experiência com o sistema. Temos, pelo contrário, que avançar em uma organização por fora do sistema, ajudar a consciência dos trabalhadores a avançar. Em nome dessa “unidade da esquerda” se escamoteiam diferenças profundas, se esconde o balanço do que foram os governos federais do PT e do que os governos estaduais e municipais do PT e PCdoB estão fazendo: governando de maneira idêntica a Temer e juntos com aqueles que chamam de “golpistas”.

É preciso enfrentar e derrotar a direita e seus partidos, tanto os tradicionais (PMDB, PSDB, DEM, PPS, PSC, Solidariedade...), como as pretensas “novidades” (Bolsonaro, MBL...). Mas também é preciso enfrentar e derrotar aqueles que executam o mesmo programa com um discurso “progressista”, os “lobos em pele de cordeiro”. E só poderemos fazer isso com muita luta!

Nosso caminho não é o das eleições, não é o da unidade estratégica entre opostos. Nosso caminho é o das lutas, da auto-organização de nossa classe, da independência frente a governos e patrões. Da autonomia em relação a partidos políticos e da organização das lutas baseada na democracia operária. Esse é o caminho que o Andes seguiu até hoje e pelo qual deve continuar avançando. Não a qualquer retrocesso, mesmo que disfarçado de renovação! Só vamos conquistar uma vida melhor com lutas!

É preciso parar o país, com a força e os métodos da nossa classe! É possível barrar a Reforma da Previdência! Fortalecer a luta em defesa dos direitos, derrubar o governo e esse Congresso corrupto!

Só a luta direta da classe trabalhadora pode por pra fora Temer e todos os corruptos do Congresso!

Que a Revolução Russa, que acabou de fazer 100 anos, continue inspirando os caminhos que devemos seguir!

TEXTO 4

Contribuição do(a)s professore(a)s Benedito Araújo (ADUFS); Cleusa Santos (ADUFRJ); Elza Peixoto (APUB); Renato Fialho (ADCEFET-RJ); Rodrigo Castelo (ADUNIRIO); Milton Pinheiro (ADUNEB); Sofia Manzano (ADUSB); Mauro Iasi (ADUFRJ).

CONSTRUIR UM NOVO CICLO DE LUTAS SOCIAIS DE CARÁTER CLASSISTA, ANTI-IMPERIALISTA E SOCIALISTA ATRAVÉS DO ENCONTRO NACIONAL DA CLASSE TRABALHADORA (ENCLAT)

A crise política brasileira se agrava a cada dia com a emergência de uma conjuntura típica dos períodos em que o velho ciclo está morrendo e o novo ainda não se consolidou. Nesse intervalo, aparecem os fenômenos mais bizarros, as aberrações inesperadas e os fatos mais imponderáveis, como o renascimento do fascismo, do fundamentalismo religioso, os pronunciamentos de militares da ativa e da reserva querendo a volta da ditadura militar, além de grupos de extrema direita reivindicando a intervenção das Forças Armadas para resolver a crise e realizando ações obscurantistas, invadindo salas de aula, bem como realizando censura a manifestações artísticas em várias regiões do país.

Mesmo com apenas 3% de popularidade, odiado pelo povo, com o próprio presidente, ministros e centenas de parlamentares e auxiliares envolvidos diretamente com a corrupção, esse governo, ou melhor, essa quadrilha que tomou conta do Planalto vem realizando obstinadamente uma ofensiva generalizada contra os salários, direitos e garantias dos trabalhadores e da juventude, mediante o ajuste fiscal predatório e diversas contrarreformas, promovendo a destruição da legislação trabalhista, aprovando a lei das terceirizações e a mudança no ensino médio para impor uma educação tecnicista e formadora de mão de obra barata para o mercado. Além disso, o Congresso, em sua imensa maioria subserviente aos interesses da burguesia, elabora uma reforma eleitoral para isolar a esquerda e consolidar os partidos conservadores, que vem se somar ao conjunto de leis criadas para favorecer o agronegócio, os latifundiários e o grande capital, além da criminalização e da repressão contra os movimentos sociais.

Mas não podemos nos render ao senso comum, segundo o qual a corrupção é realizada apenas pelas autoridades governamentais ou pelo parlamento. A corrupção é funcional ao capitalismo, fruto da própria lei da concorrência, sem a qual os capitalistas não poderiam desenvolver plenamente seus negócios. É necessário enfatizar que as maiores empresas do país são as principais responsáveis pela corrupção, seus diretores são os principais corruptores e não apenas o lumpesinato político que os noticiários apontam diariamente. Também não podemos esquecer que as eleições no Brasil são compradas pelos grandes bancos e empresas como agora ficou escancarado para toda a população. Portanto, estamos diante de uma corrupção sistêmica praticada tanto pelos políticos corruptos quanto pelos grandes empresários.

De outro lado, o movimento social, que vinha em ascensão desde as jornadas de junho, agora está em compasso de espera em busca de novas alternativas para voltar à cena

com mais firmeza e organicidade. Vale lembrar que os trabalhadores, a juventude e o povo pobre dos bairros lutaram bravamente nesse período. As ocupações dos secundaristas em São Paulo, realizadas pela juventude, conseguiram derrotar pela primeira vez o governo Alckmin, um dos mais conservadores do Brasil. Posteriormente, foram realizadas ocupações de escolas e universidades em todo o país contra o governo Temer, manifestações espontâneas no carnaval, nas olimpíadas e nos estádios de futebol. Também ocorreram grandes manifestações de rua, mobilizações nos dias nacionais de lutas e paralisações e a histórica greve geral de 28 de abril, culminando com a marcha dos 150 mil em Brasília, em 24 de maio.

Esse movimento em ascensão sofreu uma grave derrota com a paralisação fracassada do dia 30 de junho, em função da traição da maioria das centrais e o “acordão” de outras para não prejudicar a produção de lucro da burguesia que é aliada também dos setores conciliadores. Mas a luta de classes é assim mesmo: tem avanços e recuos. O importante é constatar que há uma indignação generalizada contra esse governo e que esta indignação precisa ser transformada em luta concreta e organizada.

Mas essa crise e a degradação geral não ocorre apenas no Brasil. Nesse momento o sistema mundial capitalista está em crise profunda. Hoje capitalismo e humanidade são excludentes: a continuidade do capitalismo significa um risco à vida no planeta. E a única forma pela qual a humanidade poderá construir uma saída é superando o capitalismo e caminhando para construir uma nova sociedade: a sociedade socialista. A destruição da natureza, o desemprego, a concentração de riquezas e propriedades, a mercantilização da vida, a guerra contra os povos para saquear recursos e viabilizar o complexo industrial militar das grandes potências, a guerra diária da miséria e da violência urbana contra o povo, o desemprego, a morte de imensos contingentes da população causada pelas epidemias e pela fome, os milhões de imigrantes perambulando em várias partes do mundo, vítimas das guerras imperialistas, são as manifestações mais visíveis da lógica do capital contra a vida.

Em outras palavras, o capitalismo é a própria crise e não cairá de podre se os trabalhadores não o derrotarem. Faz tudo o que for possível para adiar sua morte e, como animal ferido, investe de todas as formas contra os salários, direitos e garantias dos trabalhadores, contra as já precárias condições de vida da população, contra a biodiversidade do planeta e contra as organizações populares. Cada vez mais depreda o meio ambiente, provoca conflitos bélicos, joga os povos uns contra os outros e saqueia os cofres do Estado para salvar um sistema falido.

Mesmo ferido pela crise, o imperialismo afia suas garras para manter essa ordem envelhecida e desumana. Promove a guerra contra os povos, como no Iraque e no Afeganistão, Líbia e Síria, arma Israel para continuar a sua política genocida no Oriente Médio e expulsar os palestinos de suas terras. Realiza provocações e campanhas permanentes contra os povos que decidem resistir aos seus interesses, como é o caso da América Latina, onde foram instaladas bases militares em vários países para cercar os governos que não rezam por sua cartilha. Promove o embargo criminoso contra Cuba e reativa a IV Frota para ter o poder de intervenção rápida em nosso continente, tentando garantir o controle sobre as riquezas naturais, como o petróleo da Venezuela, o pré-sal brasileiro, o Aquífero Guarani e a biodiversidade da Amazônia.

A questão da Venezuela é expressão da ofensiva militar imperialista em sua sanha pela exploração privada do petróleo sobre a soberania dos povos latino-americanos. A luta de classes na Venezuela mudou de patamar com a recente eleição da Assembleia Nacional Constituinte, pleito no qual compareceram mais de oito milhões de

venezuelanos. Trata-se da maior votação popular desde a eleição de Chávez em 1998. Um dos fatores que explica a grande votação é o fato de que a população se deu conta de que, apesar dos erros e vacilações do governo Maduro, o fracasso da Constituinte significaria o fortalecimento da direita e do imperialismo no país e a possibilidade de um governo com nítidas características fascistas, que só poderia se manter no poder com enorme repressão contra o povo, além do fato de que aboliria certamente todas as conquistas realizadas nestas quase duas décadas. Numa conjuntura dessa ordem, a população deve ter atentado para o fato de que se a situação estava ruim com Maduro, muito pior seria com um governo de direita, cujo único objetivo é tomar o poder e voltar ao velho jogo das oligarquias do passado.

Nesse sentido, qualquer postura política de grupos e organizações que, ditos de esquerda, defendem a derrubada do governo Maduro, fazendo coro com a mídia reacionária internacional e com os propósitos do imperialismo, são posições contra-revolucionárias. Pois somente beneficiam o imperialismo e colocam travas para as forças populares que intensificam o processo bolivariano nas ruas e nas lutas sociais

As massas estão se movendo, ainda sem direção

Mesmo diante de toda a crise, das dificuldades de organização, da dispersão e da fragmentação que existem entre os trabalhadores e a juventude, as massas estão completando sua experiência com as organizações que foram criadas e que cresceram no velho ciclo que está se encerrando no Brasil. Estão se movimentando em luta por seus direitos e garantias, despertando para a necessidade de mudanças a partir das lutas nas ruas, nos locais de trabalho, moradia e estudo.

Não podemos esquecer que o ciclo de lutas que se abriu em junho de 2013, com a juventude e o proletariado precarizado das grandes cidades, abriu um novo espaço para as lutas populares, apesar das tentativas dos setores conservadores em confundir e direcionar as manifestações contra a esquerda classista, na defesa de seus interesses imediatos e mesquinhos.

Como todos os ciclos históricos, as lutas não são lineares. Há momentos de ascensão, momentos de derrotas, momentos de impasses. O importante é compreender o curso mais geral do movimento, sem se prender ao resultado de uma ou outra batalha específica. Nesse sentido, podemos dizer que os trabalhadores estão começando a perder a paciência contra esse estado de coisas, especialmente agora, quando esta quadrilha tomou de assalto o poder em Brasília. Vale lembrar que, ao estoque de descontentamento que existia em 2013, se somaram mais 20 milhões de desempregados e suas famílias, a precarização ainda maior dos serviços básicos, o corte nos gastos públicos e verbas sociais e uma indignação geral contra a quadrilha de Temer. Não é à toa que as pesquisas de opinião indicam que mais de 95% da população estão contra esse governo.

Não se pode esquecer também que há uma contradição de fundo em nosso país, que potencializa um processo explosivo de lutas: o Brasil é a sétima economia do mundo, portanto, um capitalismo desenvolvido, mas em termos de desenvolvimento humano está situado na 75ª posição, abaixo de muitos países paupérrimos da África e da América Latina. Possui ainda uma das mais perversas distribuições de renda do mundo. Esse conjunto de contradições não poderá conviver por muito tempo, especialmente numa nação urbana onde a miséria e a riqueza convivem lado a lado. Nessa perspectiva,

não se descarta a possibilidade de um levante social dos explorados e oprimidos contra a barbaridade e a selvageria imposta pelas classes dominantes brasileiras.

Portanto, é fundamental e urgente a constituição de uma frente política das correntes revolucionárias e classistas, dos movimentos sociais e populares e a construção de um programa dos trabalhadores e trabalhadoras, da juventude e do povo pobre dos bairros para se contrapor ao programa da burguesia e indicar um caminho para as massas em movimento, de forma a que um possível levante social não seja realizado sem objetivos claros nem direção, como ocorreu em junho de 2013. Ainda há tempo para a realização dessa tarefa: basta que a esquerda revolucionária, os movimentos sociais e populares deixem de privilegiar apenas a política de autoconstrução e trabalhem no sentido de promover um grande Encontro Nacional de reorganização da Classe Trabalhadora e dos movimentos sociais e populares, de onde deverá sair uma referência orgânica e um programa unitário para lutar por um novo Brasil.

Movimento Docente e a reorganização da classe trabalhadora

Ainda com reflexos das greves nacionais de 2015 e 2016 que impuseram derrotas econômicas. Cabe destacar como saldo político positivo a capacidade de resistência de docentes combativos nas fileiras do sindicato nacional em diversas Instituições de Ensino, e um conjunto extenso de greves nas universidades estaduais nos últimos anos. Em 2017 o movimento docente concentrou boa parte de suas energias nas agendas gerais de lutas, para combater as contrarreformas em curso e na construção das greves gerais e mobilizações nacionais. Tal fato se deveu, por um lado, por conta da necessidade de enfrentar as políticas do governo Temer e, por outro, pelo fato que as Instituições de Ensino vêm sofrendo sistematicamente com os cortes orçamentários em decorrência da EC95/2016 e que estão praticamente inviabilizando seu funcionamento enquanto instituições públicas.

O início deste novo ciclo de lutas sociais, ainda que embrionário e que se pretende de longa jornada, coloca desafios para o movimento docente tanto no conjunto da classe trabalhadora como também para a categoria e as lutas em defesa da educação pública, gratuita, laica, de qualidade e socialmente referenciada. Nesse sentido, as táticas de ampliação de unidade com diversos setores classistas e da educação são necessárias desde que colocados em marcha para além de ações isoladas ou constituição de fóruns/frentes pontuais que nascem demarcando espaço na agenda de ações e posteriormente não operam mais políticas por conta das grandiosas diferenças existentes. Para além da necessária unidade de ação em determinadas pautas, o fortalecimento de espaços como a construção do III Encontro Nacional de Educação, o Fonasefe e a CNESF e ampliação dos comitês locais contra as reformas ou pela construção da Greve Geral são importantes movimentos que devem ser fortalecidos. Especialmente no sentido de pautarmos a reorganização da classe trabalhadora neste momento de indignação e espontaneísmo que devem ser canalizados em uma direção política que eleve sistematicamente os patamares de enfrentamento aos governos, padrões, contrapondo-se à lógica de conciliação de classes que somente nos coloca barreiras para o avanço das lutas sociais.

Neste processo, cabe aqui destacar que o III Congresso da CSP-Conlutas, realizado em 2017, indicou em suas resoluções maiores entraves para que a Central contribua na construção de um necessário bloco classista, amplo e unitário. As resoluções contra-revolucionárias aprovadas no plano internacional e o espectro majoritário de que a CSP-

Conlutas “se basta por si só” indicam maiores dificuldades de avançar o processo de reorganização da classe trabalhadora tão necessário neste momento em que as burocracias sindicais, pelo curso da conjuntura, serão atropeladas por boa parte de suas bases políticas. Sem contar que sequer o Espaço de Unidade de Ação teve resoluções que permitissem ampliar as unidades necessárias para enfrentar as políticas dos governos e patrões.

Em contraposição à isso, aprovação da realização de atividades de debate sobre reorganização da classe nas instâncias do ANDES-SN, bem como a realização do Seminário sobre Revolução Russa e Reorganização da Classe Trabalhadora, em novembro no Rio de Janeiro, indicam que o sindicato nacional está ampliando articulações para intervir na conjuntura de forma a potencializar que a base da categoria ramifique e capilarize em todos os cantos do país essa construção.

De imediato, temos como desafio enfrentar o confisco salarial da MP 805/2017 que posterga reajustes salariais dos servidores públicos federais por um ano e aumenta a alíquota da contribuição social, de 11% para 14%, sobre a parcela do vencimento que exceda o teto do INSS, limitado para aqueles funcionários não incluídos no Funpresp. Na média, num ano, o confisco para um professor adjunto, significa em torno de 3000 reais.

A comemoração dos 100 da Reforma de Córdoba, no ano de 2018 é um momento propício para redobrar nossa solidariedade anti imperialista especialmente com os/as trabalhadores/as e estudantes da América Latina assim como pautar o projeto de universidade popular, surgido no calor das lutas populares do nosso continente.

Em síntese, nossas tarefas para 2018 envolvem a construção das lutas na perspectiva de nova Greve Geral; intensificar as lutas em defesa da educação pública, laica e gratuita; radicalizar as lutas em defesa dos serviços públicos e direitos sociais; construir o III Encontro Nacional de Educação; e avançar na reorganização da classe trabalhadora rumo ao ENCLAT.

TEXTO 5

Contribuição do(a)s professore(a)s Alexandre Freitas; Renato Fonseca; Carolina Emília da Silva - Diretoria e Conselho de Representantes da ADOPEAD - SSind

NÃO ESTÁ NORMAL! DIREITOS ATACADOS IMPIEDOSAMENTE

TEXTO DE APOIO

No contexto da crise pela qual atravessa o nosso país, um dos direitos sociais, previstos na Carta Magna, mais afetados (ou melhor, violentados) é o da educação pública. Temos vivenciado uma série de ataques do atual governo a esse direito, que se materializam de diversas formas, dentre as quais destacamos, inicialmente, o crescente e famigerado contingenciamento dos recursos destinados às instituições de ensino superior públicas, com a finalidade de serem empregados nos intitulados “programas de financiamento estudantil” como PROUNI e FIES. Programas esses que podem representar, em certa medida, a entrega institucionalizada dos recursos públicos à

iniciativa privada, potencializando assim o crescimento de grandes conglomerados educacionais que usam as duas modalidades de educação existentes, a presencial e a distância, numa plataforma de mercantilização da educação (e conseqüente massificação).

Contando com a “profícua” contribuição dos grandes complexos de comunicação, que têm seus interesses nesse projeto capitalista e neoliberal arquitetado e implementado impiedosamente pelo governo ilegítimo de Temer, apoiado por instituições internacionais, como o Banco Mundial, tenta-se entregar para a população discursos que se traduzem em maquiagem a situação da educação no nosso país. Tais complexos de comunicação, financiados pelos setores interessados na precarização docente e sucateamento do serviço público, passaram a produzir e disseminar imagens como a de que servidor público não gosta de trabalhar, mas tão somente fazer greve; de que os manifestantes que vão para as ruas protestar são “tumultuadores” e “vagabundos”, fazendo com que a maioria da população tenha a sensação que tudo anda bem, quando na verdade seus direitos, conquistados no ardor de muita luta ao longo de dezenas de anos, estão sendo destruídos perversamente. A CLT está sendo dizimada, e a população não está se dando conta desse fato.

É imerso nesta constatação que compreendemos a necessidade não apenas de garantir a democratização do acesso ao ensino superior de qualidade, ameaçada com as diversas contrarreformas colocadas, mas também de intensificar a nossa luta em defesa da educação pública de qualidade e dos direitos de todos os segmentos da classe trabalhadora na educação, bradando NÃO ESTÁ NORMAL!!!

Um dos desdobramentos desse pacote de contrarreformas é a precarização do trabalho docente, uma das bandeiras de luta da ADOPEAD, Seção Sindical. Professores tutores que têm se dedicado à educação a distância também estão sendo submetidos sistematicamente a violência e ataques que perpassam tanto a falta de garantia de direitos trabalhistas fundamentais (licença maternidade, férias, seguro de vida etc.) quanto ao atraso de mais de três meses nos pagamentos de suas bolsas, que nunca tiveram reajustes. Inclusive, ressaltamos que alguns desses profissionais têm esse pagamento como única fonte de renda familiar.

Assim, refletir e prosseguir o debate sobre a precarização do trabalho docente no âmbito da Educação a Distância (EaD) nunca se fez tão urgente e necessário, considerando que é crescente o volume de ingressos na modalidade a distância, de 694.559 em 2015 para 843.181 em 2016, delineando um aumento de 7,2%. A participação da educação a distância em 2006 era de 4,2% do total de matrículas em cursos de graduação e aumentou em 2016 para 18,6% (INEP, 2017).

Vale destacar que, desde meados de 2015, a partir de reflexões sobre as constantes situações de precarização vivenciadas pelos profissionais da EaD pública superior do Estado do Rio de Janeiro, especialmente os denominados “professores tutores”, a categoria se organizou sindicalmente e, integrando-se ao ANDES Sindicato Nacional, passou a se constituir como entidade representativa da categoria de docentes e profissionais que atuam em 32 polos distribuídos pelo Estado do Rio de Janeiro, na EaD pública fluminense. A homologação de nossa Seção Sindical foi aprovada em janeiro de 2016, no 35º Congresso do ANDES, e nesse 37º Congresso, reafirmamos essa nossa luta.

Por fim, ainda focalizando nossa reflexão no contexto do Rio de Janeiro, cenário no qual nós, professores da EaD pública fluminense, estamos inscritos, temos vivenciado a

imposição de um ajuste fiscal cruel, que corta investimentos na educação e na ciência e tecnologia, fomenta intenções privatistas e que, nas entrelinhas, coloca o Rio de Janeiro como balão de ensaio para projetos de privatização da educação em nível nacional. Basta observar o brutal esfacelamento que o governo Pezão tem submetido às instituições de ensino superior públicas estaduais, como a UERJ, a UEZO e a UENF, asfixiando financeiramente esses importantes, tradicionais e excelentes espaços de construção de conhecimento e de desenvolvimento de pesquisa e submetendo os docentes e servidores técnico-administrativos em educação a situações de grave dificuldade com os atrasos de seus salários. Como relatamos em linhas anteriores, essa situação de atraso salarial se estende a nós, professores tutores, com os atrasos no pagamento das bolsas, fato que a ADOPEAD denunciou^{1*} na última Audiência Pública da Comissão de Educação na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj) – ocorrida em 11/10/2017 e cuja pauta era o orçamento da Fundação Cecierj para 2018 – juntamente com os problemas de infraestrutura e de segurança dos Polos Cederj.

Nesse sentido, a ADOPEAD junta forças com a estaduais ASDUERJ, ADUEZO, ADUENF e a mais recente Seção Sindical, a ADESFAETEC, para combater os ataques realizados pelo governo Pezão, contra o sucateamento das instituições de ensino superior públicas, a desidratação de mecanismos que garantem a composição de uma equipe pedagógica qualificada na Educação a Distância e o arrocho salarial dos trabalhadores. Bradamos NÃO ESTÁ NORMAL!!! Contra toda e qualquer retirada de direitos!!! Fora Temer, Pezão e todos os corruptos!!!

TR – 5

O 37º CONGRESSO DO ANDES-SN DELIBERA:

- 1.** Contribuir para construção de atos e mobilizações diversas que visem ao enfrentamento das contrarreformas do Governo Temer ou do que vier a sucedê-lo;
- 2.** Agudizar as lutas contra o processo de sucateamento das IES estaduais imposto pelo ajuste fiscal federal e pelo Governo Pezão, tendo em vista o conseqüente estado de precarização desses espaços de produção de conhecimento, que tem refletido na educação presencial e a distância desenvolvida pelos mesmos;
- 3.** Denunciar todas as práticas de precariedade sofridas na EaD pública fluminense (de infraestrutura física, de pessoal e/ou corpo técnico administrativo e pedagógico);
- 4.** Combater aos modelos de EaD de ensino massivo, promovendo a formação democrática e de qualidade, por meio da reflexão, da construção coletiva de conhecimento e da produção acadêmica em diferentes mídias;
- 5.** Estimular debates e ações que ajudem a ampliar a construção de mecanismos de avaliação externa para a abertura, manutenção e qualidade dos cursos na modalidade EaD, bem como discussões em níveis regionais sobre as políticas públicas da Educação a Distância nas IES públicas;

¹ O descumprimento da Lei nº 7.427, de 24 de agosto de 2016, que atrela o pagamento das bolsas ao pagamento dos servidores estaduais. Na ocasião da denúncia, o Governo do Estado havia pago os salários dos servidores que recebem até 3.700 reais, e não efetuou o pagamento das bolsas dos professores tutores, cujos valores são bem abaixo desse.

6. Analisar experiências legais em andamento, e que desenvolvem propostas o mais justas possíveis de contratação/vínculo empregatício dos docentes e profissionais da EaD pública superior, como forma de erradicar a precarização do trabalho docente;
7. Promover ações que integrem os docentes da educação à distância ao conjunto das universidades, de modo a fortalecer a luta em defesa da garantia dos direitos trabalhistas fundamentais a esse segmento da classe trabalhadora.

TEXTO 6

Contribuição do(a)s professore(a)s Alex Correia, Alexis Saludjean, Ana Claudia Diogo Tavares, Ana Crélia Dias, André Uzêda, Angélica Nakamura, Bianca Pinheiro, Claudia Piccinini, Cleusa Santos, Elaine Moreira, Eunice Bomfim Rocha, Glaucia Lelis Alves, Graça Reis, Gustavo Repetti, José Henrique Sanglard, José Miguel Bendrao Saldanha, Leila Bergold, Luciana Andrade, Luciana Boiteux, Marcelo Mello, Maria Coelho, Maria Cristina Miranda da Silva, Michelle Pereira de Souza Fonseca, Regina Pugliese, Renata Flores, Renato Barreto da Silva, Rogéria de Ipanema, Sandra Martins de Souza, Sara Granemann, Selene Alves Maia, Walcyr de Oliveira Barros - sindicalizados da Adufrj-SSind.

CEM ANOS DEPOIS, A EDUCAÇÃO PÚBLICA, GRATUITA, LAICA E DE QUALIDADE SOCIALMENTE REFERENCIADA NO CENTRO DA LUTA ANTICAPITALISTA.

TEXTO DE APOIO

Em 21 de junho de 1918, as lutas da juventude de Córdoba, inspiradas pela Revolução Russa de 1917, respondendo a uma conjuntura conservadora e autoritária, transformaram na América Latina e no mundo, a vida universitária. Cem anos depois, entretanto, ainda precisamos seguir lutando para que a educação pública seja tratada como prioridade do Estado.

No ano de 2018 acontecerá a Conferência Regional de Educação Superior da América Latina e Caribe, na qual as disputas de projetos políticos – tanto no que tange à busca pela supremacia do público frente ao privado-mercantil, quanto às formas de enfrentamento ao cenário de barbárie imposto pela lógica do capital – estarão no centro dos acontecimentos. Será uma oportunidade para organizar politicamente o setor da educação e enfrentar os tratados de livre comércio, assim como os intentos das corporações em prol da completa comodificação da educação. Isso exigirá um conjunto de ações políticas integradas na direção da constituição de frentes de unidade de ação entre todas as forças latino-americanas dedicadas à causa da educação pública, laica, gratuita e de qualidade unitária para todos os povos.

Essas lutas se darão em um contexto de correlação de forças muito difícil para as trabalhadoras e os trabalhadores de todo mundo, posto que, 75% da força de trabalho mundial está submetida ao trabalho precário, intermitente, degradante, por tempo determinado. Na ausência de projetos classistas mundiais, muitas trabalhadoras e muitos trabalhadores acabam buscando saídas endógenas e de matizes "nacionalistas", aliando-se às forças de direita, muitas delas de teor fascista. Enquanto isso, as frações burguesas dominantes nacionais, aliadas aos núcleos imperialistas, seguem intensificando ataques sem precedentes aos direitos trabalhistas, à liberdade de auto-organização das

trabalhadoras e dos trabalhadores e mesmo à liberdade de crítica, assim como investindo para a cristalização do pensamento único como ordem social possível. Sob a gerência Temer, PMDB, PSDB, DEM, PTB e outras siglas, o papel dos setores dominantes segue sendo a operação da agenda da ordem financeira de remuneração do capital.

A EC 95/2016 instituiu um regime fiscal que irá reduzir, ano a ano, as despesas primárias a uma taxa correspondente de 0,5 a 0,8% do PIB, a depender do cenário econômico, ao longo de 20 anos, impedindo todos os investimentos em educação, ciência e tecnologia, infraestrutura e saúde. Em dois anos poderão inexistir verbas discricionárias para custeio e investimentos públicos, recolocando na agenda o fim da gratuidade nos estabelecimentos públicos, o fim do SUS, da seguridade social, entre outras conquistas dos trabalhadores e trabalhadoras na CF, 1988.

Os sucessivos e crescentes contingenciamentos das verbas de custeio e investimento das IES públicas vêm ameaçando o funcionamento destas instituições, sobretudo após a expansão necessária porém desprovida de planejamento do REUNI, cujas consequências são perceptíveis de modo dramático nos dias de hoje. Não há lei que proteja os investimentos; a assistência estudantil é completamente insuficiente; os recursos de custeio sequer asseguram o pagamento das contas elementares, como limpeza, segurança e energia. A opção pela terceirização, implícita no REUNI, é desastrosa, por ser ineficiente e extremamente cara, mantendo os/as trabalhadores/as em condições de exploração inaceitáveis.

O número de vagas de concurso docente e técnico tem sido insuficiente, não acompanhando a expansão dos últimos anos e sequer cobrindo o número de aposentadorias. Assim como o de trabalhadores/as terceirizados/as. No caso de algumas funções, torna-se agravante o fato de não haver mais esses cargos na carreira – como é o caso da segurança patrimonial e portaria. Nestes casos, as trabalhadoras e os trabalhadores concursados que se aposentam não podem ser substituídos. A UFRJ tem enfrentado sérios problemas por causa disso. Além disso, o MEC passou para responsabilidade das IFES o pagamento de pessoal terceirizado, colocando essa rubrica dentro das verbas de custeio. Com os cortes orçamentários foi preciso reduzir os contratos de vários setores – limpeza, segurança, manutenção elétrica, transporte, portaria etc. – repercutindo na maior parte das universidades, seja para estes/as trabalhadores/as em condições salariais precárias, seja na comunidade universitária como um todo, com precariedade no atendimento de suas demandas. O trabalho torna-se cada vez mais intensificado e precarizado para todos.

Além disso, a aprovação da lei das terceirizações das atividades-fim, conjugada com a decisão do STF que autoriza a contratação por meio de Organizações Sociais nos domínios da educação, agudizam o cenário de ameaças à continuidade de contratação de docentes pelo RJU. Diante da chantagem da falta de recursos, garantida constitucionalmente pela Emenda 95, a terceirização poderá ser apresentada como falsa solução para complementar o quadro docente.

Os contingenciamentos atingem também a infraestrutura das IES públicas. A UFRJ, nos últimos dois anos, já teve mais de R\$ 150 milhões subtraídos de seu orçamento. A expansão de matrículas nos últimos anos não foi acompanhada de aporte de infraestrutura. Os maiores cortes estão acontecendo no investimento, comprometendo a expansão, manutenção e construção de prédios das unidades de ensino, acadêmicas, moradias estudantis, bem como a renovação de equipamentos.

O sufocamento orçamentário repercute nas condições de trabalho das/os docentes. A falta de estrutura nos campi, a ausência de salas para docentes, as salas de aula superlotadas, os laboratórios e bibliotecas em condições de funcionamento precário. Na UFRJ, seguimos com aulas em módulos pré-fabricados e temos vivenciado frequentes incêndios no CCS, Reitoria, alojamento e outras unidades. Nem mesmo frente a esses incêndios o MEC se dispôs a repassar verbas emergenciais compatíveis com as necessidades de recuperação e reforma prediais.

As formas de organização do trabalho docente, ao intensificar de modo desmedido as exigências de ensino, pesquisa, extensão, gestão da instituição e de projetos, têm produzido adoecimento de muitas/os de nossos/as colegas. A recente expansão se deu por meio do acúmulo de funções para professores/as, agravando o sofrimento de muitos colegas. No caso dos/as docentes que atuam no período noturno (e também aos sábados), sobretudo nos campi afastados, não há transporte adequado, falta acesso às instalações da universidade, tais como bibliotecas, bandejões e mesmo atendimento administrativo.

Os cortes atingem, de modo ainda mais profundo, os/as estudantes. A ampliação do acesso verificada nos últimos anos tem sido anulada pela impossibilidade de permanência desses estudantes nas IES. O orçamento não tem permitido uma política de assistência estudantil suficientemente estruturada para garantir a permanência desses estudantes. A ausência de políticas de acessibilidade também impacta profundamente os/as estudantes com deficiência ingressos nas universidades públicas, especialmente após a política de cotas para pessoas com deficiência, prevista na Lei 13.409/2016, regulamentada pelo Decreto n. 9.034/2017. A referida mudança legislativa não veio acompanhada de verbas necessárias e novos concursos públicos que permitam a inclusão e acessibilidade a esses/as estudantes. Tal fato ainda tem impactado no trabalho dos/as docentes que também não possuem condições adequadas para a recepção desses/as estudantes.

A Lei Orçamentária Anual de 2017 previa R\$ 946,4 bilhões para o refinanciamento da dívida pública, mas apenas R\$ 125 bilhões para a Saúde e R\$ 107 bilhões para a Educação. Somente na rubrica educação, foram contingenciados R\$ 3,6 bilhões de despesas diretas do MEC. Isso significa cerca de 15% a menos de custeio e 30 % a menos de investimentos, em um orçamento 14% menor que o de 2016.

E a LOA de 2018 reflete a EC 95: os cortes no orçamento das Federais, até o momento, podem chegar a mais de 20% em relação à (reduzida) LOA de 2016. Se tal contingenciamento não for revertido, o sistema Federal entrará em colapso. A nova versão da PLOA 2018 assegura apenas R\$ 180 milhões para investimentos nas 63 universidades federais; em 2013 eram R\$ 3,2 bilhões. A grave situação das universidades estaduais do Rio de Janeiro (UERJ, UEZO e UENF e FAETEC) nos mostra que não há limites para a ofensiva contra a educação pública.

A Lei 13.243/2016, conhecida como o novo marco legal da ciência, tecnologia e inovação, ameaça a Dedicção Exclusiva, identificando-a como a responsável pela ausência do desenvolvimento tecnológico de que o país necessita. Ignora, intencionalmente, todo o histórico de inovação tecnológica alcançado no Brasil, fundamentalmente realizado por docentes em regime de dedicação exclusiva.

A dedicação exclusiva é um patrimônio da ciência brasileira. Regime responsável por descobertas científicas, favorecedor de muito do desenvolvimento tecnológico já atingido no país, estruturador de um envolvimento pedagógico profundo e intenso;

regime garantidor de um *ethos* docente imprescindível à educação pública. Assim, defendê-la intransigentemente é tarefa crucial.

As consignas da luta estudantil de Córdoba continuam atuais: Políticas de democratização do acesso e de permanência estudantil; Gratuidade – Educação como responsabilidade do Estado; Políticas de assistência estudantil em forma de bolsas, residências, serviço de saúde, etc.; Políticas de acesso à educação, em todos os níveis, para os povos originários – assim como para os negros e para as mulheres; Políticas de vinculação da educação superior com a educação básica; Laicidade da educação; A compreensão de que a educação não é só para instrução, mas para formação do ser humano como um todo; Autonomia universitária e liberdade acadêmica; uma Universidade que tenha como função social o estudo e a resolução dos problemas dos povos e que se organize na indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

A ofensiva neoliberal vem desde os anos 1990 objetivando destruir todos os fundamentos dos reformistas: a gratuidade, o governo democrático e o pluralismo político, a autonomia, a liberdade de pensamento e de expressão, garantidas por cátedras paralelas e pelo ingresso por meio de concurso público, o co-governo, o acesso universal, a natureza pública dos processos institucionais.

A conjuntura é de profundas derrotas. A EC 95/2016, as contrarreformas trabalhista e previdenciária, a terceirização das atividades-fim, os ataques à educação laica, a censura na arte e na cultura, a ofensiva contra os direitos socioambientais dos povos, a judicialização da vida social, o avanço conservador e o espectro do fascismo, tudo isso nos coloca imensos desafios e responsabilidades. A hora é de forjar unidades em torno de eixos de luta centrais e, assim, enfrentar juntos a luta contra a barbárie que se agiganta. A defesa da Universidade pública requer uma luta forte e unitária com o conjunto das/os trabalhadoras/es!

Por isso, no processo de reorganização das lutas, as organizações classistas precisam se empenhar na construção de eixos unitários.

Nos últimos anos, o Andes-SN vem se empenhando em aprimorar a democracia dos/as trabalhadores/as, o que envolve o estudo rigoroso das condições das lutas de classes, a democracia das organizações, recusando o vanguardismo e o substitucionismo, e a criação de condições para que experiências de lutas sejam possíveis: desde greves econômico-corporativas, até greves unitárias, gerais, devem ser amplamente discutidas com os que fazem lutas. O alcance das ações dos/as trabalhadores/as dependerá da capacidade organizativa e de formação da consciência, e não do desejo de vanguardas automeadas como a verdadeira direção da luta dos/as trabalhadores/as.

É tarefa do ANDES-SN, e em uma escala mais ampla, da CSP-Conlutas e das demais frentes de unidade de ação, contribuir para a construção de um caráter classista, anticapitalista, e antimercantil das lutas. A Central, em interação com as demais organizações e movimentos da classe trabalhadora e dos movimentos estudantis, deve cumprir este papel de construção e aprofundamento da consciência de classe nas lutas e através delas, a partir de sua base. Sua tarefa central imediata é, portanto, contribuir com a organização da classe trabalhadora, unificando e politizando as lutas. Para isso, será crucial que a diversidade das bandeiras da juventude, dos movimentos sociais tradicionais e dos nascentes seja valorizada, assim como a autonomia dos movimentos e coletivos. A categoria docente deve apoiar, participar e ampliar estes movimentos, conectando sua pauta e engrossando as vozes e corpos nas ruas.

A reorganização da classe trabalhadora para enfrentar o novo ciclo de lutas que se abre

com a crise da Nova república e do projeto democrático-popular, precisa avançar dando prosseguimento ao processo que o Andes-SN está promovendo com a realização exitosa da reunião ampliada de centrais sindicais, movimentos populares e estudantis, no dia 11 de novembro, visando efetivar um Encontro ou Assembleia nacional de reorganização da classe trabalhadora que venha a somar para superar a fragmentação atualmente vigente do movimento sindical e popular.

A experiência combativa do ANDES-SN possibilitará a conjugação da luta pela educação pública com o processo de reorganização das lutas unitárias que a realidade exige. Ao trabalhar suas bases, sempre a partir delas, será possível agregar outras pautas e também novas formas de protesto e de proteção aos militantes. Além disso, ampliar sua base é tarefa primordial, não somente reforçando a capacidade organizativa dos filiados, como ampliando e renovando suas fileiras a partir das/os novas/os docentes que ingressam na carreira, inclusive, de maneira cada vez mais precária devido aos novos cortes de direitos, como é o caso da FUNPRESP.

Inspirados na insurreição dos estudantes de Córdoba, precisamos aprofundar a luta anticapitalista e anti-imperialista em prol de uma educação pública! Fortalecer as lutas no âmbito da América Latina, atualmente sob intensa ofensiva contrarreformista. A educação pública é uma bandeira fundamental. Por isso, é preciso colocar na agenda da classe trabalhadora a centralidade da luta pelo que é público e, necessariamente, antimerchantil, isto é, anticapitalista.

TEXTO 7

Contribuição da diretoria da APUR Seção Sindical

FORA TEMER! EM DEFESA DA UNIVERSIDADE PÚBLICA! PELA REVOGAÇÃO DE TODAS MEDIDAS DO GOVERNO GOLPISTA!

TEXTO DE APOIO

A crise do Estado brasileiro se acentua, principalmente agora com a crise interna do núcleo do governo golpista que teve que se sacrificar para impedir a abertura de investigação da segunda denúncia contra TEMER. Com 3% apenas de aprovação o governo TEMER (PMDB/PSDB/DEM) avança no desmonte do Estado e no ataque aos trabalhadores, promovendo uma ofensiva contra a nação por meio de privatizações do Pré-sal, da Eletrobrás, dos Correios, e das demais empresas públicas, e com a Reforma Trabalhista já em vigência e a da Previdência para ser aprovada ainda em 2018, tudo isto para socorrer as elites e o grande capital que financio o golpe.

Cada vez menos confiáveis são as estruturas do poder (Câmara de Deputados, o Senado e o Judiciário), condição que deixa o país a mercê de crises que se aprofundam. Neste cenário quem mais tem sofrido são os/as trabalhadores/as, com um aumento significativo do desemprego, com o corte e congelamento de recursos públicos em Educação e Saúde, com a aprovação de terceirização irrestrita, e com as negociatas para

aprovação da Reforma Trabalhista e da Previdência, medidas que não contam com o voto da população, uma vez que este programa de retrocesso não foi o escolhido nas últimas eleições.

Acompanhamos em acordo às assembleias da APUR, que desde o ano passado optou pela defesa da democracia e pela luta contra o golpe. **Reconhecemos que não é possível êxito da classe trabalhadora sem a derrota do golpe de estado, por isso mais do que nunca, não nos iludimos com conquistas da classe trabalhadora num contexto de golpe.** A redução do reajuste do salário mínimo, o corte no Bolsa Família, o congelamento de salários dos Servidores Federais, o corte de recursos das universidades públicas, e para Ciência e Tecnologia já anunciados para 2018 apontam que não há saída se não com fim do golpe e a retomada do processo democrático. A luta contra o golpe precisa ser travada nas ruas, combatendo as suas medidas, com a realização de Greve Geral. Reconhecemos a urgência de agitar ações políticas para revogação e anulação das medidas do governo golpista, como a realização de uma Assembleia Constituinte que permita o povo trabalhador construir novas vias democráticas para o rumo da nação, e que por meio de eleições possa eleger novamente seus representantes.

Em âmbito internacional precisamos estar alinhados com as organizações dos trabalhadores que resistem às intervenções do imperialismo, na América Latina em especial na Venezuela precisamos defender os rumos adotados pela Assembleia Constituinte, e não aderir de forma alguma a ofensiva imperialista para derrubada de Maduro.

A classe trabalhadora brasileira precisa avançar na unidade para combater as reformas, fazer a Greve Geral maior que a do dia 28/4, e atos nacionais maiores que do dia 24/5 que colocou 200 mil trabalhadores em Brasília, não temos tempo a perder. Reconhecemos que os sindicatos das universidades brasileiras aprofundem seu envolvimento na luta unificada da classe trabalhadora contra o golpe, o que neste momento exige que o ANDES e suas seções não tergiversem, e apontem claramente neste Congresso todo empenho na luta contra o golpe e suas reformas, e com as massas nas ruas engrossem as fileiras pelo FORA TEMER e pela revogação/anulação das medidas deste governo golpista que atacam os trabalhadores e a soberania nacional. FORA TEMER! NENHUM DIREITO A MENOS! PELA REVOGAÇÃO DE TODAS MEDIDAS DO GOVERNO GOLPISTA!

TR – 7

O 37º CONGRESSO DO ANDES-SN DELIBERA:

Para 2018 é central a luta contra o golpe e suas reformas, articulado com as lutas em defesa da universidade pública e dos serviços público, num movimento que impulse em paralelo uma campanha salarial, o que no momento exige engrossar as fileiras pelo FORA TEMER, empenhando-se na construção unificada de uma nova GREVE GERAL, para DERROTAR O GOVERNO GOLPISTA e revogar todas as medidas deste governo golpista.

TEXTO 8

Contribuição do(a)s professore(a)s Rigler Aragão (Sindunifesspa), Emerson Boscheto (Sindunifesspa), Janaína Bilate (ADUNIRIO), Annie Schmaltz Hsiou (ADUSP), Maíra Mendes (ADUSC), Linnesh Ramos (ADUFS-BA), Eduardo Pinto e Silva (ADUFSCAR), Júlia Benzaquen (ADUFERPE), Renata Gama (ASDUERJ) e Luis Fernando (ADUA).

MOVER A CLASSE TRABALHADORA PARA DERROTAR AS REFORMAS DE TEMER.

Esta é uma contribuição de professores e professoras que militam no movimento docente e fazem parte da Plataforma Sindical Anticapitalista – Mover. A crise política e econômica segue longe de ter um desfecho. Por isso, até o congresso do Andes em janeiro de 2018 fatos novos e significativos para avaliarmos a conjuntura aparecerão, exigindo atualização desta contribuição. Somos parte da diversidade de organizações políticas que atua na categoria, e como tal, pensamos ser importante a apresentação de todas as posições e avaliações do cenário político que enriquecerão o debate congressual. Assim desejamos que o período pré congressual seja o momento de socialização e aprofundamento das discussões e que no congresso possamos elaborar sínteses para mobilizar a categoria e buscar unidade com outras categorias e movimentos sociais contra os ataques do capital à classe trabalhadora.

UMA VOLTA RÁPIDA PELO MUNDO.

Vivenciamos um período de acirramento da luta de classes no mundo. A crise do capitalismo gera mais polarização, já que os capitalistas buscam manter suas taxas de lucros como antes. Assim tentam aplicar contrarreformas que geram retrocessos à classe trabalhadora e que mantenham sua hegemonia ideológica e militar. A consequência do cenário de maior crise é a reconfiguração do tabuleiro geopolítico que abre espaço para o imperialismo russo e chinês, enquanto, há enfraquecimento da hegemonia EUA acentuado pela debilidade do governo Trump e sua facilidade em produzir escândalos e instabilidade política.

O remédio contra a crise tem sido o mesmo em vários lugares, obter maiores recursos dos fundos públicos. A partir das contrarreformas da previdência e trabalhista os governos procuram reduzir investimentos em áreas sociais e aumentar o repasse para pagamento da dívida pública gerado pela crise da dívida, como ocorreu na Grécia, Espanha e países da América Latina.

Neste cenário, alternativas políticas estão surgindo seja pela esquerda ou pela ultradireita. A busca pelos extremos são fatores gerados pela presente crise, assim, vimos o surgimento de setores a esquerda como os indignados e aparição do PODEMOS na Espanha, o Syriza na Grécia (mesmo que tenha sido capitulado), o fenômeno Bernie Sander nos EUA e Jeremy Corbyn na Inglaterra. Mas também a ultradireita reaparece, como no caso da Alemanha que a direita nazista volta a ter representação no parlamento depois de ter ficado fora desde a segunda guerra, e Marine Le Pen representou a extrema-direita nas últimas eleições francesas, chegando a liderar

as pesquisas de intenção de votos, mas foi derrotada no segundo turno. No Brasil, a representação da extrema-direita se faz através da figura do Bolsonaro.

As revoluções democráticas são marcas deste estágio de polarização que se alastrou pelo norte da África derrubando regimes e ditadores que se enfraqueceram com a crise econômica instalada e se desdobrou em crise política e lutas populares por liberdade. A Catalunha também é parte deste estágio de grandes processos de mobilização popular. É preciso apostar na ruptura da Catalunha como a janela de oportunidade capaz de enfraquecer superestruturas.

A América Latina também foi fortemente afetada neste cenário de crise. Com a queda do preço das commodities países como Brasil, Venezuela e Argentina tiveram suas economias fortemente impactadas. A Venezuela está à beira de uma guerra civil com dezenas de pessoas desaparecidas ou mortas todos os meses devido os conflitos e ação de grupos paramilitares. Devemos olhar o processo na Venezuela para além da disputa entre o Madurismo e a MUD (Mesa de la Unidad Democrática). Desse modo, é necessário evitarmos o simplismo reducionista da colocação de quem afirma que: “quem não está com Maduro, está com a direita venezuelana”. Esta disputa apenas alimenta os dois polos da disputa e estanca a possibilidade de organização popular por fora do madurismo, que hoje o consideramos como um chavismo degenerado, fruto da alta burocratização estatal e favorecimento do capital internacional através de Zonas Econômicas Especiais, do Projeto do Arco Minerador do Orinoco e da entrega de faixas petrolíferas a empresas transnacionais. Esta polarização tem levado o povo venezuelano ao enfrentamento entre si e, desviando atenção e servindo de armadilha para não enxergar os reais problemas do qual o governo é o principal responsável e a MUD é cúmplice.

A SITUAÇÃO BRASILEIRA

O Brasil foi atingido em cheio com a crise mundial. Apesar dos governos petistas tentarem retardar os efeitos, o país entrou de cabeça em meio a maior recessão da história. O desemprego bateu recorde, chegando próximo dos 13 milhões de desempregados. Segunda a OIT (Organização internacional do trabalho), a cada três desempregados no mundo, um será brasileiro. Claro que este desemprego foi fruto de um ajuste fiscal iniciado no Governo Dilma e aprofundado por Temer que tem pautado as contrarreformas aumentando o desemprego como forma de pressão sobre o setor de trabalhadores estáveis com direitos garantidos e melhores salários.

Ao mesmo tempo que entramos de cabeça em meio a crise, o movimento de massas retorna a cena com grandes levantes em todo país. As jornadas de junho de 2013 colocaram o fim da estabilidade política e deixou claro o retorno do povo às ruas. Alguns setores criticaram as Jornadas de Junho de 2013 porque contestou o governo petista, tentaram desqualificar esse movimento como “difuso” ou que era “dirigido pela direita”. Entendemos que as jornadas foram um processo novo, sem direção em a meio uma crise de descrença com a política e com as burocracias sindicais. Desse modo, elas foram carregadas de contradições e tentativas pela grande mídia de ditar comportamentos e ações para evitar que os setores da esquerda não canalizassem este fenômeno.

Além disso, vivemos sob os efeitos devastadores de uma crise política. A Operação Lava-jato ainda é central no desenvolvimento da crise política, com executivos, políticos e donos de grandes corporações ineditamente presos. Isso mostrou a todos(as)

a promiscuidade entre os agentes públicos e privados, assim como, as formas de cooptação através do financiamento de campanha como pagamento dos serviços realizados ao setor privado, seja de forma lícita ou ilícita. O judiciário brasileiro sempre fez parte de todo esse jogo sujo, se apresentando de forma ineficiente e limitada para o povo trabalhador. Ou seja, não se pode esperar uma linear coerência nas ações do judiciário, desse modo os setores burgueses se utilizam disso para atacarem seus adversários. Temos que utilizar seus elementos que nos favorecem no enfraquecimento de Temer e consequente aplicação das contrarreformas. A operação lava-jato tem sido um dos elementos de instabilidade da casta política e burguesia, que tem colocado em xeque o governo Temer, sem perder de vista o papel das ruas e da mobilização popular.

No dia 25/10 o congresso deu mais uma prova de que está contra o povo. A recente votação que livrou Temer, o presidente mais impopular do mundo, de ser investigado, nos mostra que não podemos esperar nada da Câmara e do Senado. Para comprar o voto dos deputados foram usados loteamento de cargos e dinheiro público, algo em torno de 12 bilhões. Além disso, baixou decreto que em acordo com a bancada ruralista acaba com o combate ao trabalho escravo em troca de votos contrários as investigações. O Brasil está refém de uma quadrilha que se esconde atrás de cargos públicos.

O ano de 2017 foi marcado por fortes mobilizações e demonstrou que, mesmo com diferenças e fragmentação no movimento sindical há possibilidades de construção de unidade de ação. A sequência de dias de lutas que iniciaram com a forte mobilização das mulheres no dia 08/03 foi o início do processo que culminou na maior greve geral do país em 28/04 e posterior ocupação histórica em Brasília. Infelizmente as principais centrais sindicais pisaram no freio e apostaram na desmobilização da greve geral do dia 30/06, mostraram que não são consequentes com a luta. A CUT desarmou a mobilização para apostar na eleição de Lula 2018 e a Força Sindical procurou negociar apenas a manutenção do imposto sindical e, assim a reforma trabalhista foi aprovada sem grandes mobilizações de ruas.

O serviço público está sendo desmontado e os servidores estimulados a desistir da carreira. O governo criou o plano de desligamento voluntário e incentivo a licença sem vencimento. No dia 30/10 emitiu Medida Provisória 805 – MP 805, que cancela o reajuste previsto em lei para 2018, (conquista da greve de 2015), aumentou a alíquota de contribuição previdenciária de 11% para 14%, essa medida se caracteriza como confisco da remuneração e consequente redução salarial aos(as) servidores(as) público. Os(as) docentes das IES públicas são os mais atacados com esta medida, vivenciando a não execução do orçamento de custeio das universidades. Os professores de algumas universidades estaduais, por exemplo do Rio de Janeiro, estão em condições de penúria, com meses de salários atrasados e não pagamento do décimo terceiro salário de 2016.

As pautas democráticas continuam sendo catalisadoras da mobilização no mundo. Em nosso país, a luta das mulheres contra o feminicídio e por mais direitos e, recentemente, contra a PEC 181 são parte importante da reorganização da classe e que podem alterar a dinâmica.

É momento de aproximação com setores organizados da classe trabalhadora, agregar pautas democráticas e populares e chegarmos também nos setores que não estão organizados, momentaneamente. Com a reforma trabalhista os sindicatos vão ter que se reinventar, estabelecer novas práticas menos rígidas para sair do seu quadrado e produzir interseções com outros movimentos, pensando um sindicalismo mais de movimento.

TEXTO 9

Contribuição do(a)s professore(a)s Lucinéia Scremin Martins, Alexandre Aguiar dos Santos e José Pacheco Thiesen – sindicalizada(o)s da ADUFG Seção Sindical

CRISE DO CAPITAL, INTENSIFICAÇÃO DAS GUERRAS, OFENSIVA IMPERIALISTA NA AMÉRICA LATINA E O APROFUNDAMENTO DO GOLPE NO BRASIL.

TEXTO DE APOIO

1. A queda tendencial da taxa de lucro tem se afirmando como elemento essencial do processo de reprodução do modo de produção capitalista. As tentativas de contra tendências à queda tendencial tem evidenciado a cada momento o seu caráter efêmero, com índices de crescimento cada vez mais reduzidos e com a precipitação de recidivas da crise cada vez mais intensa.

2. Na última década os ativos financeiros demonstraram sua face da crise, entre 2008 e 2016 houve uma redução na ordem de 200 trilhões de dólares em papéis pintados de moeda. Enquanto isso as estimativas do produto interno bruto (PIB) mundial permaneceram no patamar dos 70 trilhões de dólares. As mais otimistas previsões do FMI indicam para os próximos 20 anos de um crescimento na ordem de 1% ao ano. Ou seja, o caráter estrutural da crise do capital se afirma como um “beco sem saída”! A deterioração das condições de vida de bilhões de pessoas é o desdobramento imediato da reprodução do capital. Por outro lado, a concentração e centralização de riqueza atinge níveis cada vez mais injustificáveis socialmente (apenas 67 pessoas mais ricas do planeta possuem a mais riqueza que os 3.5 bilhões mais pobres da população mundial).

2. Desdobramento imediato desta crise estrutural é a proliferação de guerras. Guerras que por um lado ativam e estimulam o complexo industrial militar, gerando lucros fabulosos para os monopólios da guerra, e por outro lado, tem como consequência a destruição de nações inteiras (Afeganistão, Iraque, Líbia, Sudão, Síria) possibilitando a rapinagem dos recursos naturais destes países e os grandes negócios com a “reconstrução” daquilo que foi destruído com as guerras.

3. Cabe destacar que as atuais guerras imperialistas são diferentes daquelas das décadas de 30 e 40. Hoje a guerra imperialista se impõe com bandeira alheia, por meio de exércitos de mercenários, em conjunto com uma guerra psicológica, realizada pelos grandes meios de comunicação, que simulam uma revolta popular (as revoluções de cores ou as primaveras árabes), legitimando crimes contra a humanidade e o patrimônio histórico e cultural dos povos, em nome de uma pseudo revolta popular.

4. Assim foi o bombardeio humanitário na Líbia, realizado pela OTAN em apoio aos mercenários da AL Queda (financiados pelo Catar e Arábia Saudita). Na Síria, o financiamento das nações imperialistas ao Exército Livre Sírio foi a fachada para constituir o potencial destrutivo das organizações terroristas da Frente Al Nusra e do Estado Islâmico. Hoje, não se fala mais em exército livre sírio, ficou insustentável mesmo para a mídia imperialista esconder o destino dos volumosos recursos investidos nos mercenários que queriam repetir na Síria o que fizeram na Líbia.

5. Por outro lado, a resistência e autodeterminação dos povos do oriente médio tem imposto o fracasso parcial da tentativa imperialista de remodelar geopoliticamente o oriente médio. A resistência e vitória da República da Síria – apoiada militarmente pela Rússia, Irão e Hezbollah (Líbano) – evidencia que é possível resistir à ofensiva imperialista.

6. As guerras são parte dos mecanismos de dominação mundial das nações imperialistas, mesmo quando realizadas por meio de falsas bandeiras, assim, o Oriente Médio segue a ofensiva da Arábia Saudita contra o Iêmen e possivelmente contra o Líbano (atualmente o primeiro ministro do Líbano está em prisão domiciliar na Arábia Saudita). A gravidade destes eventos não pode ser justificativa para não citarmos a estratégia de genocídio do povo palestino implementado pelo regime sionista de Israel.

7. Na Europa, a ofensiva de guerra imperialista está recolocando a Rússia como alvo estratégico. O Golpe de estado na Ucrânia realizado pelas forças fascistas, apoiado pela OTAN, e a decisão do povo da Crimeia em retornar ao Estado Russo têm provocado uma crescente tensão no seio da Europa, onde a Russofobia tem se intensificado de forma semelhante ao período soviético e da “guerra fria”. A realidade, porém, é outra, a OTAN está criando bases militares ao redor de toda a fronteira Russa, (Europa e Ásia). Exercícios militares semestrais nas fronteiras russas e a imposição de sanções econômicas às grandes empresas de petróleo e gás russas. A política de sanções estadunidenses para a Rússia tem gerado impactos financeiros negativos para algumas nações europeias (o Gás liquefeito, importado dos EUA, é o dobro do preço do Gás vindo da Rússia).

8. Outra consequência do apoio das nações imperialistas europeias aos mercenários do Estado Islâmico e da Frente Al Nusra (Al Qaeda) é a constituição de brigadas de mercenários de diferentes nacionalidades, com um número expressivo de jovens europeus. A crescente ameaça terrorista na união europeia é fruto de uma política internacional intervencionista, de flagrante desrespeito aos direitos humanos e a autodeterminação dos povos. A derrota do Estado Islâmico na Síria e no Iraque não reduz a ameaça de ações terroristas em território europeu, contraditoriamente esse terrorismo teve financiamento e treinamento realizado pelos serviços secretos das nações europeias.

7. A destruição da infraestrutura de nações inteiras (Iraque, Líbia, Afeganistão, Síria, Iêmen, Sudão) tem gerado uma onda migratória gigantesca para a Europa. Esta onda migratória tem sido respondida com uma política de criminalização do estrangeiro, xenofobia e o encarceramento em massa de imigrantes. A xenofobia tem consolidado as bases para a ascensão de forças políticas fascistas aos governos europeus. O fascismo tem conquistado o apelo junto as massas em vários países europeus. A França, entre o fascismo declarado da candidata Marine Le Pen e o fascismo velado de Emmanuel Macron, sugere que o fascismo seja uma alternativa para a dominação política e ideológica das nações imperialistas.

8. A ascensão de Donald Trump à presidência dos EUA, representa uma ruptura com o chamado “estado profundo” que se mantém no poder há mais de 5 décadas e é também expressão de uma reação ultraconservadora na política interna e externa dos EUA. A derrota da representante oficial do “estado profundo”, Hilary Clinton, foi fruto de uma campanha em que o candidato Trump acusava o presidente Obama e a Senadora Hilary de financiarem o terrorismo internacional. Por outro lado, no primeiro ano de governo de Trump tem-se adotado uma política claramente conservadora no plano interno, intensificando as medidas restritivas à imigração (em especial dos povos latino

americanos), de acesso aos serviços públicos de saúde e educação. No plano internacional, Trump tem incrementado as tropas estadunidenses no Afeganistão; vem ocupando ilegalmente parte do território da Síria; intensificado as ameaças de uma “guerra total” contra a República Popular da Coreia, mantendo três porta-aviões nucleares no Mar do Japão, desestabilizando gravemente o precário armistício existente desde 1953.

9. Na América Latina, a política imperialista estadunidense dá continuidade ao tratamento de “pátio traseiro” aos povos latino americanos. A participação direta dos EUA é registrada nas tentativas de golpe na Venezuela em 2002, Bolívia 2008, Equador 2012, e a efetivação de golpes de estado em Honduras em 2009, Paraguai em 2012 e Brasil em 2016. Atualmente, a ofensiva imperialista contra a América Latina tem seu epicentro na ofensiva contra a República Bolivariana da Venezuela. Por meio de um decreto presidencial Obama definiu que a Venezuela se constitui em uma ameaça à segurança nacional dos EUA. Tais decretos são os instrumentos que “legalizam” as ações intervenções militares no estrangeiro. A participação dos EUA no exercício militar multinacional em Tabatinga, no Amazonas, nos dias 06 a 13 de novembro representou uma clara ameaça à soberania da Venezuela.

Nesta conjuntura de ofensiva imperialista contra o Povo e o Governo da Venezuela é fundamental manifestarmos nossa solidariedade militante com o Povo Venezuelano e com o Governo de Nicolas Maduro (que dá continuidade a revolução bolivariana iniciada por Hugo Chávez).

10. A ação imperialista no Brasil se intensifica com a organização do Golpe de 2016 e reconfigura o regime autocrático burguês, ampliando o fosso entre as classes trabalhadoras e os espaços de decisão política e econômica da nação. É relevante destacar que o regime autocrático burguês após a sua consolidação na última metade do século passado foi um elemento presente na realidade política e econômica da sociedade brasileira. Da transição lenta gradual e segura da ditadura militar para os governos civis e, inclusive, durante os governos petistas esse regime autocrático burguês ficou incólume, sendo reciclado por meio de diferentes políticas econômicas e sociais voltadas para a manutenção e preservação de uma ordem social voltada aos ricos, ao chamado “mercado”.

11. Num país de dimensões continentais, com significativo desenvolvimento econômico (entre as 10 maiores economias do mundo), a preservação de uma ordem social voltada para a satisfação de um punhado de burgueses (sócios menores do capital estrangeiro), em detrimento de toda a nação e seu povo, exige uma dinâmica excludente das classes trabalhadoras dos centros de poder político e econômico. Mesmo no período posterior à constituição de 88 a democracia ficou restrita ao regime eleitoral. As estruturas de poder e econômicas permaneceram centralizadas nas mãos de poucos. Mesmo durante os governos do PT o regime autocrático não foi confrontado. Ao contrário, teve suas bases reforçadas por uma política que intensificou a concentração e centralização da riqueza e aplicou políticas compensatórias, que impactaram positivamente amplos contingentes populacionais. Estas políticas compensatórias não representaram uma mudança estrutural no plano político e econômico, ao contrário conformou-se como um véu encobrindo a continuidade estrutural de políticas voltadas para os interesses do capital.

12. O impeachment da presidente Dilma Rousseff foi implementado pelos sócios do PT nos seus governos. Há um processo golpista em curso no Brasil, motivado por múltiplos fatores combinados, entre eles a realização de contra-reformas no âmbito trabalhista (seguindo uma tendência mundial que já atingiu mais de uma centena de países nos

últimos anos), a intensificação da rapinagem dos recursos naturais (sobretudo o petróleo), a implementação de uma política intensa de privatizações, o combate a programas, mesmo os mais tímidos, que apontavam no sentido da construção de uma soberania em áreas estratégicas (programa nuclear, por exemplo). Contudo, é importante registrar que é a partir do golpe que se intensificam de forma única a ofensiva contra os direitos das classes trabalhadoras. O golpe não foi uma mera mudança na presidência, ou um reflexo da mobilização dos trabalhadores; foi orquestrado para reforçar a ordem autocrática burguesa do ponto de vista econômico e social, e para isso foi necessário mergulhar a nação continental no obscurantismo político das tendências fascistas, cultivadas no seio das classes dominantes. A profunda inserção do fundamentalismo religioso na política pavimentou o caminho para a ascensão de uma maioria parlamentar expressivamente conservadora, antipovo, com perigosas tendências fascistas em desenvolvimento. O regime autocrático burguês está alicerçado nas estruturas econômicas da nação, nos monopólios, no latifúndio e no imperialismo e possui uma verticalidade sobre as instituições do Estado e, em especial, sobre o judiciário, o comando das forças armadas, o poder executivo e o parlamento.

13. É importante caracterizarmos o Golpe de 2016, pois ele é apenas o início de uma longa ofensiva contra os interesses das classes trabalhadoras. Acreditar que em 2018 se encerra esse ciclo é vender ilusões, pois as estruturas que garantiram o Golpe não serão abaladas por qualquer resultado eleitoral possível em 2018. Se o projeto de colaboração de classes do PT voltar ao poder, este já tem apontado que não pretende alterar a atual correlação de forças no âmbito do regime autocrático burguês. As forças partidárias no campo classista não chegam sequer a um acordo sobre se houve Golpe ou não, quanto mais a possibilidade efetiva de se colocar como alternativa real às massas, que seja capaz de enfrentar a ofensiva fascizante da sociedade brasileira.

14. Nutrir expectativas eleitorais com 2018 é insistir na ilusão de que estamos em uma democracia, e que os governantes governam segundo os legítimos anseios populares. Considerando ainda que o Golpe foi estruturado como um processo de longa duração, às eleições em 2018 (independente do resultado) podem ser equacionadas sem alterarem substancialmente o rumo das mudanças impostas pelos de cima.

15. Esta análise do quadro de 2018 não quer dizer que não devemos apostar eleitoralmente em novos projetos, em denunciar o Golpe e derrotar o campo golpista no âmbito eleitoral, isso, inclusive, pode até ser possível, mas não representa uma alteração efetiva das mudanças econômicas e sociais que estão postas em movimento pelos interesses do capital.

16. Para enfrentarmos o processo do Golpe é essencial estarmos atentos às vertentes fascistas que estão sendo estimuladas no seio da sociedade brasileira. A candidatura de Bolsonaro, como elemento catalisador de uma ideologia antipovo, fundamentalista do ponto de vista religioso, intolerante diante da diversidade, agressiva e violenta em defesa da família, da propriedade e do Estado, é exemplo disso. Independente do resultado eleitoral de 2018 os fascistas terão a oportunidade de contagiar uma expressiva parte das classes trabalhadoras com essa política. A situação é alarmante, pois o caminho está sendo rapidamente pavimentado para a ascensão de um campo social claramente identificado com o fascismo e como possível alternativa de ação política ao já dominante campo conservador.

17. O desenvolvimento tendencial destas possibilidades está relativamente avançado em diferentes setores da sociedade brasileira. A cada dia ganham força e expressão os partidários da “escola sem partido”. Uma verdadeira onda “macarthista” está em

andamento nas escolas públicas e universidades, todas com a presença de órgão públicos como: o ministério público, polícias judiciárias, e parlamentares. Importante destacar que este “macarthismo” tem a colaboração ativa de parte dos estudantes destas instituições. De outro lado, a possível aprovação da emenda constitucional que proíbe o aborto em qualquer circunstância é expressão de como o fundamentalismo religioso se mescla com os elementos irracionistas da ideologia fascista. Muitos outros exemplos podem ser citados para explicitar como estas tendências estão ativas na sociedade brasileira e podem se concretizar a curto prazo.

18. Contudo, no âmbito da educação é fundamental indicarmos que 2018 será um ano decisivo para o futuro (ou passado) da educação pública e gratuita no país. A ofensiva contra a gratuidade na universidade é uma ofensiva contra a universidade como instituição chave da sociedade. Converter a universidade em um mero espaço de certificação e validação de conhecimentos interessa ao mercado. A redução drástica do financiamento, a cobrança de mensalidades, a venda de serviços e a adoção da gestão por OS são políticas que estão em andamento. Diante desse contexto é necessário nos planejarmos e nos organizarmos nacionalmente, articulados com a comunidade universitária na defesa da educação pública e gratuita, do financiamento estatal, da garantia do desenvolvimento da pesquisa e da ciência. Um vigoroso movimento das universidades públicas pode impedir o seu desmonte.

19. Contudo, uma luta de resistência necessita também de um plano de ação que contenha a defesa de um projeto de universidade popular, uma universidade que tenha a clareza de que as mudanças sociais necessárias para o desenvolvimento científico, social político e econômico da nação precisa ser protagonizado pelas classes trabalhadoras. A universidade popular como espaço de formação voltado para o desenvolvimento do processo de emancipação social das classes trabalhadoras, sem abrir mão da formação da ciência e da tecnologia de ponta, voltada para satisfazer as necessidades humanas e sociais, resgatando a máxima de Bertold Brecht: “eu sustento que a única finalidade da ciência está em aliviar a miséria da existência humana”. E esta possibilidade é objetiva.

TR – 9

O 37º CONGRESSO DO ANDES-SN DELIBERA:

Defesa do serviço público, da gratuidade da educação, contra a reforma da previdência, pela revogação da Emenda Constitucional 95 e da reforma trabalhista, pela imediata auditoria da dívida, em defesa da universidade popular, construir a greve geral contra Temer e as reformas, barrar o crescimento do fascismo e nenhum direito a menos.

TEXTO 10

Contribuição do(a)s professore(a)s Wagner Damasceno (Seção do Andes na UFSC), Antônio Rodrigues Belon (ADLESTE), Adriana Gomes Santos (SESDUF-RR)

A REVOLUÇÃO SERÁ NEGRA E INDÍGENA OU NÃO SERÁ: UMA ANÁLISE DE RAÇA E CLASSE DAS LUTAS DE NEGROS E INDÍGENAS EM NOSSO PAÍS DESDE A INVASÃO PORTUGUESA ATÉ OS DIAS ATUAIS

130 ANOS ABOLIÇÃO E AS DEMANDAS DA REVOLUÇÃO BRASILEIRA

Em maio de 2018 fará 130 anos que a escravidão foi legalmente abolida no Brasil. Os negros saíram das senzalas e foram empurrados para as favelas. Nenhum tipo de reparação foi feita. Por isso mesmo, ao 13 de maio, as organizações do Movimento Negro opuseram o 20 de Novembro, dia da imortalidade de Zumbi dos Palmares.

Por onde existia escravidão, focos de rebelião existiam também. Os dias eram tensos. Levantes poderiam ocorrer a qualquer momento e quilombos poderiam ser erguidos mata adentro. Um poder repressor altamente concentrado foi erguido para evitar que o regime escravista viesse abaixo. A escravidão era considerada uma instituição divina e eterna. Ninguém a questionava, a não ser os escravos. Criticar a escravidão poderia resultar na expulsão do país.

Somente quando o trabalho escravo passou a ser um entrave ao capitalismo é que massas populares livres passaram a se envolver nos movimentos anti-escravistas. Passaram a criticar o tráfico negreiro, a escravidão e o autoritarismo do poder central. Essa aliança entre homens livres e a massa escravizada se transformou em um pesadelo para as elites que sem dó esmagaram os levantes populares como os balaíos, os cabanos, os farrapos e praieiros no período de 1830 a 1840.

O FIM DO TRÁFICO NEGREIRO E A ABOLIÇÃO DA ESCRAVIDÃO

Pressionado pela Inglaterra, o Brasil aboliu o tráfico de escravos em 1850. Nesse mesmo ano, o parlamento criou a Lei da Terra para preservar o latifúndio e excluir os ex-escravos do acesso à terra. O movimento abolicionista também ganhou força em 1850. A escravidão passou a ser condenada e o senhor de escravos visto como um criminoso. Esse tipo de regime de trabalho não interessava mais ao capitalismo europeu. Os burgueses de lá perguntavam: como vender produtos industrializados em uma país de maioria escrava?

Muitos imigrante se uniam às rebeliões escravas. A essa unidade um delegado de Campinas afirmou que *“hoje não há a temer só os escravos, mas também os especuladores que os excitam”*.

A Guerra do Paraguai (1864-1870) acelerou a desagregação do escravismo. O Brasil saiu dessa guerra com a economia arrasada. 140 mil negros foram mortos, segundo Chiavenato (1979).

Depois desta guerra o exército se negou a recapturar escravos fugidos. A igreja católica também havia rompido relações com o Imperador D. Pedro II e os proprietários do Nordeste queriam ser indenizados pela abolição, algo que não aconteceu. Uma situação pré-revolucionária se abriu.

Sem os seus principais pilares de sustentação – igreja, senhores de escravos do Nordeste e o exército- não seria possível manter a escravidão no Brasil e nem o Império. Segundo Freitas, *“Para evitar o pior, os dois partidos, o Conservador e o Liberal, promoveram o 13 de maio de 1888, a formalização jurídico-institucional de uma situação de fato”*. Assim aboliu-se a escravidão em 1888 e, no ano seguinte, 1889, o império cairia.

130 anos depois, eles querem que a história se repita como tragédia

A abolição é um exemplo de como a burguesia consegue transferir as lutas diretas para a via institucional. Hoje, nos deparamos com um dos momentos mais ricos da luta negra no Brasil. No entanto, quase toda a esquerda diz que a consciência de nossa classe está retrocedendo. Dizem isso para convencer os trabalhadores a abandonarem suas lutas em nome da eleição de Lula em 2018. A maior prova disso foi a traição da greve geral do dia 30 de junho.

Essas organizações dizem que nossa classe é atrasada, cabendo a ela se unir com os setores “progressistas” da burguesia para fazer uma revolução que ajude o capitalismo a se desenvolver. Esse tipo de visão é que justifica a aliança do PT com o PMDB e outros partidos burgueses em vários estados do Brasil.

Como vimos, a abolição aconteceu em um contexto de desenvolvimento do imperialismo e de completa dependência da burguesia nacional a essas forças. As demandas do povo negro como acesso à terra, educação e saúde de qualidade, moradia, emprego, não podem mais ser resolvidas no capitalismo e nem sob a direção da burguesia ou dos reformistas. Até o direito à vida não pode mais ser resolvido no capitalismo.

Mulheres negras aquilombadas contra o feminicídio e as reformas e por reparações

Afastada de seu lugar de origem por conta do tráfico, a mulher negra, desde os tempos da escravidão, foi condicionada aos trabalhos pesados na lavoura, nas vendas em condição de escrava de ganho, como ama de leite, na prostituição. Foi sempre tratada de maneira desigual. Isso a distingue de outras mulheres.

O capitalismo a transformou em reprodutora do capital. Para isso, combina-se racismo e machismo, tirando-lhe sua humanidade e buscando reduzi-la a símbolo da escravidão e a objeto sexual. Naturalizaram-se estupros, abusos sexuais praticados pelos senhores de fazenda, foi negado o direito de escolha de seus parceiros, de cuidar de seus filhos. Buscou-se negar e até destruir suas experiências de organização política, formas de vida familiar e comunitária, bem como usaram-se diversas estratégias para impossibilitar qualquer solidariedade entre seu povo. O tráfico e a escravidão foram dois dos crimes mais repugnante que o capitalismo cometeu.

Passados 129 anos da abolição, a mulher negra ainda vive na base da pirâmide social, representa a maior cota no trabalho doméstico, na terceirização, no trabalho informal e no trabalho temporário. Dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) do período de 2004 a 2014 constatam esse fato: 39,1% das mulheres negras ainda ocupavam postos precários, com renda de até dois salários mínimos, sem carteira assinada.

Só em 2009, existiam 7,2 milhões de brasileiros trabalhando em limpeza, cozinha e manutenção de casas e escritórios, sendo que 61,6% do total, ou seja, 4 milhões eram negros e negras. A taxa de desemprego em 2009 era de 12% entre mulheres negras, comparada a 9% para mulheres brancas. Comparativamente, em termos de escolaridade, o Ipea, em 2011, apontava que a taxa de escolarização de mulheres brancas era de 23,8%, enquanto entre mulheres negras era de apenas 9%. Ou seja, os dados revelam que há hierarquia de gênero e raça.

Vale lembrar que, com a recente aprovação da reforma trabalhista, a tendência é potencializar ainda mais a discriminação e tornar as mulheres negras mais vulneráveis frente aos patrões, ampliando a jornada de trabalho sem regulamentação de direitos, além de reforçar a ideia de que os trabalhos subalternizados cabem à mulher negra. Num país em que 39,8% das mulheres negras são chefes de famílias, segundo o IBGE (2014), e onde há famílias inteiras em que a única renda é o benefício da Previdência, não é difícil imaginar quem mais será prejudicada com a reforma previdenciária.

As mulheres negras começam a trabalhar muito cedo e na informalidade. Diminuir o valor do benefício, colocando abaixo do salário mínimo, bem como dificultar a aposentadoria, aumentando a idade, é uma política de liquidação dos mais pobres. É a volta da lei dos sexagenários do período da escravidão. Muitos não chegarão à idade proposta, morrerão no meio do caminho. Sem contar que esta reforma tem o objetivo também de liquidar o Sistema Único de Saúde (SUS), impedindo ainda mais o acesso a serviços gratuitos de saúde.

A cor, o gênero e a classe da violência

O racismo se materializa de diversas formas; contudo, a forma mais desprezível é a aniquilação e objetivação dos corpos negros: extermínio, assassinatos, limpeza étnica, controle do corpo, através de encarceramento, violência, estupros, etc. Vejamos os dados.

O mapa da violência (2015) comprova a seletividade de cor, gênero e raça. Ressalta que, em dez anos, elevou-se em 54% a morte de mulheres negras, enquanto entre as mulheres brancas esse índice diminuiu em quase 10%.

Nos dados sobre violência é oportuno mencionar em situação repugnante que vivem as mulheres no Haiti. Após 13 anos de ocupação militar comandada pelo exército brasileiro, o resultado é miséria, violência e estupro. Foram mais de 2.000 casos envolvendo soldados brasileiros em estupros, segundo o jornal O Estado de São Paulo (abril de 2017).

No ensejo, é preciso denunciar que o Brasil é campeão em mortes de travestis e transexuais, segundo dados do Grupo Gay da Bahia. Só em 2016, foram 127, ou seja, uma morte a cada três dias.

No que se refere ao encarceramento, o Informações Penitenciárias, o Infopen Mulheres (2014), destaca que o Brasil é o quinto país com a maior população de mulheres encarceradas. No período de 2000 a 2014, houve um aumento de 567,4% da população feminina nos presídios. Quase dois terços da população penitenciária feminina é negra e jovem; 68% dos casos estão relacionados ao tráfico de drogas, o que nos leva a concluir que esse encarceramento em massa é uma política de controle social e há uma política de segurança pública calcada na repressão, encarceramento, construção de presídios e privatização do sistema prisional em que se lucra com cada preso.

Não à toa, os investimentos com a segurança dispararam nos últimos anos. Em 2014, chegou à marca de R\$ 4,2 bilhões com um aumento de 150% no período, segundo o Ministério da Justiça. O aumento do efetivo de policiais, a compra de armamentos, a implantação das Unidades de Polícia Pacificadoras (UPP) e construção de presídios foram ações prioritárias estabelecidas no governo Dilma. A lei antidrogas foi sancionada em 2006, pelo governo Lula, e a lei antiterrorista, por Dilma em 2016.

Já com Temer, os investimentos na área de segurança pública quintuplicaram. Somente no ano passado, mais de R\$ 2 bilhões do orçamento. A prioridade é a construção de cinco grandes presídios de segurança máxima, ou seja, mais cadeia para pobres.

O sistema prisional no Brasil é degradante. Não ressocializa ninguém. A mão repressora do Estado pesa sobre os corpos negros. É uma fábrica de matar. Corpos são castigados, mutilados, acometidos de doenças, empilhados, isolados em minúsculas celas, decapitados em momentos de motim, enfim, é imposto sofrimento físico e psicológico que se estende a toda a família.

As visitas em presídios são vexatórias. Às mulheres negras, as mais frequentes nas visitas aos seus maridos e filhos, é imposto um ritual que remete à humilhação do corpo. Elas são obrigadas a se despirem, a se agacharem sob o olhar de uma agente penitenciária, e são escoltadas. A prática de castigo corporal nos remete à escravidão e, portanto, ao caráter escravagista da burguesia e seus governos nos dias de hoje.

Qual é a saída?

Historicamente, as mulheres negras vêm mostrando o caminho a partir de suas experiências concretas de organização. Um exemplo é a atividade guerreira em que, desde os tempos coloniais, mulheres negras estavam à frente, dirigindo quilombos, encabeçando lutas importantes. Mulheres como Dandara, Tereza de Benguela e Luiza Manhin, mostraram que na luta contra o racismo, a unidade com a classe dominante é inconciliável.

A sua luta residiu em libertar o seu povo, se concentrando em solapar as bases materiais do escravismo e as relações de trabalho entre senhores e escravos, e para isto buscaram a unidade de classe com os indígenas e brancos pobres. As mulheres negras foram o principal alicerce de resistência da cultura africana no território brasileiro, seja na manutenção das religiões de matriz africana, fortemente perseguida no país, seja como referência para construir valores de civilização, identidade e desmitificação da farsa do mito da democracia racial.

No Brasil, combater o racismo passa, necessariamente, por compreender a ligação com o machismo e a classe, destruindo o sistema capitalista que gera tudo isso e libertando de fato nosso povo, tendo como referência nossos antepassados e toda a condição a que fomos submetidos. Por isso, exigimos de imediato, enquanto medidas transitórias, a implementação de políticas de reparações, com plano de ação concreta que garanta o acesso à educação, emprego, saúde, renda, moradia e transportes dignos.

Todas as demandas da população negra que ficaram represadas nos últimos 130 anos só poderão ser resolvidas por uma revolução que combine essas demandas, que a chamamos de Reparações, com as demandas do conjunto da classe trabalhadora e isso só será possível através da tomada do poder e da construção do socialismo.

LUTA INDÍGENA E OS REVOLUCIONÁRIOS - LEI DO DESENVOLVIMENTO DESIGUAL E COMBINADO

Iniciaremos nossa análise apresentando alguns dados do genocídio e etnocídio² da população indígena. Mais do que números, esses dados revelam o processo contraditório do desenvolvimento desigual e combinado do capital nas terras (e territórios) indígenas, mas também as formas de resistência dessas populações.

Etnocídio e resistência indígena

Quando da chegada dos europeus no século XVI, e durante muito tempo, nas florestas tropicais e na mata atlântica as sociedades indígenas eram numerosas, dominavam grandes extensões e combinavam períodos de nomadismo com os de sedentarismo para cultivo. Mesmo as sociedades das savanas no planalto e nos pantanais se organizavam em grandes aldeias, mais numerosas que as atuais, e diversas etnias dominavam a técnica do plantio, além da caça, pesca e coleta.

Difícil estimar o número de indígenas que existiam nas terras que atualmente conhecemos como território brasileiro. Estudos apontam para uma população de 2,4 milhões quando da chegada dos portugueses em 1500. Portanto, o espaço da colônia Brasil não era um vazio demográfico. Para se ter uma ideia, Portugal tinha uma população estimada em 1,4 milhão em 1498. Todavia, esse pequeno país foi responsável direto pelo extermínio de milhões de indígenas, ao passo que em 1570 a estimativa é de que a população indígena estava reduzida a 800 mil.³

Na contemporaneidade os massacres continuam, como no caso recente de ataque aos Gamela no Maranhão. O Conselho Indigenista Missionário-CIMI (organismo vinculado à Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) divulgou em seu “Relatório – Violências contra os povos indígenas no Brasil, dados de 2015”⁴ os casos de violência contra o patrimônio, contra a pessoa e por omissão do poder público. Na construção do relatório, o CIMI toma por base dados oficiais, nem sempre fáceis de acessar em vista da intransigência dos órgãos governamentais ao não abrirem a informação, e levantamentos feitos nas áreas de atuação do próprio Conselho Indigenista. Os dados são estarrecedores por desvelarem uma política deliberada de extermínio cultural e físico dos povos indígenas.

Saltam aos olhos as mortes derivadas da violência direta desferida pelo latifúndio. Em 2015, 137 indígenas foram assassinados, desses 36 só no estado de Mato Grosso do Sul, de longe o mais violento com as populações originárias. Esses números não são muito diferentes de 2014, quando ocorreram 138 mortes no Brasil, sendo 41 no Mato Grosso do Sul. Nesses dois anos (2014 e 2015) o número de assassinatos mais do que dobrou em relação a 2013. Os números não são frios: eles representam pessoas e refletem a política de genocídio/etnocídio implementada pelo agronegócio com a complacência do Estado.

2 “Se o termo ‘genocídio’ remete à ideia de ‘raça’ e à vontade de exterminar uma minoria racial, o termo ‘etnocídio’ se refere não só à destruição física dos homens (neste caso permaneceríamos dentro da situação genocida) mas também à sua cultura. O etnocídio é, pois, a destruição sistemática dos modos de vida e de pensamento de pessoas diferentes, a quem se leva a cabo a destruição.” CLASTRES, P. “Sobre el etnocídio”. In: Investigaciones em antropologia política. Barcelona: Gedisa, 1996, p.55-58. Apud. BÁEZ, F. *A história da destruição cultural da América Latina: da conquista à globalização*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2010, p.307.

3 Ver OLIVEIRA, J. P. de. “Os indígenas na fundação da colônia: uma abordagem crítica”. In: FRAGOSO, João e GOUVÊA, Maria de Fátima (orgs.). *O Brasil colonial: volume 1 (ca. 1443 – ca. 1580)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014, pp.167-228.

4 Conselho Indigenista Missionário-CIMI. *Relatório: Violência contra os povos Indígenas no Brasil – Dados de 2015*. <http://www.cimi.org.br/pub/relatorio2015/relatoriodados2015.pdf>

Os relatórios do CIMI demonstram que a violência contra os povos originários segue uma linha de continuidade, com alguns picos, com destaque para 2014 e 2015. A criminalização dos movimentos indígenas e das organizações que atuam em defesa desses povos, como o CIMI, também comprova que isso se dá não de agora.

O desenvolvimento do capitalismo brasileiro, até hoje, se dá com base na exploração/sangria da terra. O agronegócio de hoje só tem de moderno a tecnologia, pois a forma de relação com o Estado e com os trabalhadores e indígenas é a mesma dos séculos XIX e XX. Os povos originários, como as florestas e as leis trabalhistas, são encarados como barreiras a serem transpostas para continuar o *desenvolvimento desigual*.

O governo de Frente Popular perdeu a oportunidade de colocar limites mais claros na exploração do capital no campo. Poderia, por exemplo, ter avançado na homologação das terras indígenas, como prevê a Constituição de 1988. O Relatório do CIMI de 2015 revela que nos 13 anos de governo de Frente Popular foram homologadas menos áreas do que no curto governo de Fernando Collor e menos ainda do que no de Fernando Henrique Cardoso. Foi, também, neste período que grandes projetos hidrelétricos saíram do papel, impactando comunidades indígenas e ribeirinhas. A usina de Belo Monte, em Altamira-PA no Rio Xingu, impactou diversas comunidades ribeirinhas e 13 grupos indígenas, dentre os quais Parakanã, Arawaté e Panará. A Usina Teles Pires, no rio de mesmo nome, entre o Pará e o Mato Grosso, atingiu ribeirinhos e os povos Kaiabi, Munduruku e Apiaká. As águas matam as florestas, encobrem os lugares sagrados e expulsam as comunidades dos seus lugares tradicionais.

Os números da violência são estarrecedores e refletem o conservadorismo expresso, por exemplo, na ex-ministra da agricultura de Dilma Rousseff. Em 7 de dezembro de 2013, antes de ser ministra e como presidente da Confederação Nacional da Agricultura (organização de classe do agronegócio), Kátia Abreu esteve em Campo Grande-MS no “leilão da resistência”, organizado pelos latifundiários para arrecadar recursos com objetivo de articular ações contra os indígenas.⁵ Isso é emblemático como o capital agrário atua no parlamento, no executivo e no judiciário. Criminalizar os movimentos sociais, como na Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do CIMI movido pela Assembleia Legislativa do Mato Grosso do Sul, ou na “lei antiterrorismo” baixada pelo governo Dilma, ajuda na manutenção dessa ordem.

Lei do Desenvolvimento desigual e combinado e a Revolução permanente: contribuições para o debate

Uma primeira observação que devemos fazer logo de início, nesta discussão, é que ao propormos a interpretação da história da exploração, expropriação e genocídio das sociedades originárias no Brasil e no continente americano, a partir da *lei do desenvolvimento desigual e combinado*, elaborada por Trotsky e defendida por Novack, não compreendemos essas sociedades como elementos que caracterizam o atraso no desenvolvimento das nações latino-americanas. A desigualdade do desenvolvimento latino-americano, quando combinado com o desenvolvimento dos países centrais do capitalismo, que resulta em atraso do primeiro, refere-se ao avanço das forças produtivas capitalistas e da democracia burguesa, enfim da configuração do Estado moderno com características arcaicas. O que caracteriza o atraso nas nações americanas

5 <http://www.revistaforum.com.br/2013/12/09/ruralistas-organizam-leilao-da-resistencia-para-arrecadar-fundos-de-combate-aos-indios/>

é mesmo a forma de relação dos Estados nacionais e do capital com as sociedades originárias, expressa no genocídio físico e cultural.

Esta observação é necessária para que não caiamos na visão positivista de um darwinismo social supostamente existente no conteúdo da *lei do desenvolvimento desigual e combinado* de que as sociedades primitivas progredirão, inexoravelmente, à civilização (este último - identificado, erroneamente, como o capitalismo).

George Novack, intelectual militante trotskista, na década de 1960, quando escreveu o texto que tomamos por base nesta discussão⁶, já chamava atenção para o perigo do materialismo esquemático e do economicismo entre os marxistas: “*selvageria, barbárie, civilização – com suas respectivas etapas, é uma abstração. É uma abstração indispensável e racional, que corresponde às realidades essenciais do desenvolvimento e serve como guia para a investigação, mas não pode substituir diretamente a análise de nenhum segmento concreto da sociedade.*”

A história da humanidade não é uma linha regular, é antes cheia de obstáculos com marchas lentas, seguidas de acelerações abruptas, interrupções, continuidades e descontinuidades, avanços e recuos: “*A regularidade é fundamentalmente determinada pelo caráter e desenvolvimento das forças produtivas e o modo de produzir os meios de vida. Contudo, este determinismo básico não se manifesta no desenvolvimento real da sociedade de maneira simples, direta e uniforme, e sim por meios extremamente complexos, desviados e heterogêneos.*”⁷

Utilizando-se de uma classificação tradicional produzida pela arqueologia do século XIX, Novack divide a história humana em *Idade da Pedra, do Bronze e do Ferro* e quanto à organização social em *selvageria, barbárie e civilização*. Sempre a partir de arqueólogos, Novack afirma que a América, quando da chegada dos europeus em 1492, estava na *Idade da Pedra*. O desenvolvimento da agricultura é uma das principais características da evolução das sociedades primitivas:

*“As tribos pastoris não podem incorporar na sua economia os tipos mais elevados de produção de alimentos, em qualquer escala, sem abandonar e mudar inteiramente seu modo de vida. Isso acontece especialmente depois da introdução do arado, que supera as técnicas de queimada e de semeadura da horticultura. Não podiam desenvolver uma divisão extensa do trabalho nem avançar da aldeia à cidade enquanto continuassem como simples guardadores do seu rebanho de gado.”*⁸

Neste sentido, as sociedades da América andina e do México (asteca, inca e maia), por dominarem as técnicas de produção de alimento – o que exige uma organização societal complexa com a divisão do trabalho – estavam em um patamar de desenvolvimento superior àqueles indígenas que viviam no território que viria a ser o Brasil, todavia não eram “civilizados” porque esse conceito vem com a colonização e significa a incorporação da forma societal europeia.

Portanto, não é a introdução da técnica como a enxada ou o arado, puramente, que leva à transformação das sociedades “primitivas”, mas sim o surgimento histórico de formas de trabalho e de organização social, mediadas pela técnica.

6 NOVACK, George. *O desenvolvimento desigual e combinado na história*. São Paulo: Editora Sunderman, 2008, p.40

7 Ibidem

8 Idem, p.29

“O efeito que produz a assimilação de elementos mais modernos numa estrutura depende de muitas circunstâncias. Por exemplo, os índios puderam substituir a enxada de pedra pela de ferro sem deslocamentos fundamentais na sua ordem social, porque esta mudança significou apenas uma dependência mínima da civilização branca, da qual a enxada de ferro foi tomada. A introdução do cavalo mudou consideravelmente a vida dos índios das pradarias, ao estender o alcance de seus campos de caça e de suas habilidades guerreiras. Contudo, o cavalo não transformou sua relação tribal básica. Mas, em contrapartida, a participação num nascente comércio e a penetração da moeda teve consequências revolucionárias sobre os índios, destruindo seu sistema tribal, opondo os interesses privados aos costumes comunitários, lançando uma tribo contra outra e subordinando os novos comerciantes e caçadores índios ao mercado mundial.”⁹

Ainda sobre a adoção por parte dos indígenas (pela imposição dos colonizadores) de técnicas de produção europeia, Novack salienta que *“a desigualdade de produtividade e poder destrutivo [da coroa] na América do Norte não foi superada pela adoção, pelos indígenas, dos métodos dos brancos e sua assimilação gradual e pacífica à sociedade de classes. Pelo contrário, nos quatro séculos seguintes chegou-se à expropriação e aniquilação das tribos indígenas.”¹⁰*

A chegada dos europeus na América significou, então, *“uma das mais marcantes confrontações de diferentes culturas em toda a história”*, pois teria ocorrido o choque entre a *Idade da Pedra* com a *Idade do Ferro*: *“Na organização social, o coletivismo tribal contra as instituições e costumes feudal-burgueses; a produção para o consumo imediato da comunidade contra uma economia monetária e o comércio internacional.”*

A dinâmica interna da colonização nas Américas e o desenvolvimento do capitalismo nos países coloniais da Europa são premissas de desigualdades que expressam a *“natureza contraditória do progresso social e da dialética do desenvolvimento humano”*.¹¹ O escravismo e a servidão são exemplos dessas desigualdades entre diferentes países americanos que se formaram após a independência e mesmo internamente a esses países. Uma instituição como a escravidão que entraram em declínio nos países da Europa no século XVI, com o comércio triangular (Europa – África – Américas) foi introduzida nas Américas e passou a ser a base da produção em regiões de colonização portuguesa e inglesa. No mesmo sentido, formas de servidão que na Europa no contexto da transição do feudalismo para o capitalismo entrou em declínio por volta do século XIV, foram adotadas nas Américas, especialmente na exploração dos indígenas do altiplano peruano e boliviano. Isso ainda era combinado com outras formas de exploração do trabalho indígena, de negros africanos e de pobres livres, configurando o que Moreno descreve como *“exército de trabalhadores e um mercado de trabalho rudimentar e ‘sui generis’”*.¹²

Essas mesmas formas possibilitaram acumulação primitiva de capital, implantadas nas Américas, é o que possibilitou a formação de elites nas colônias que almejavam a independência desde o final do século XVIII (portanto, cerca de 300 anos após o início da colonização) e constituíram Estados nacionais modernos, mas ainda sem romper com

9 Idem, p.62

10 Idem, p.31-32

11 Idem, p.34

12 MORENO, Nahuel. “Quatro teses sobre a colonização espanhola e portuguesa na América Latina”. In NOVACK, George. **O desenvolvimento desigual e combinado na história**. São Paulo: Editora Sunderman, 2008, p.114.

a organização social e econômica advinda da colônia. Para isso, precisaria ainda de mais um século para o fim da escravidão no Brasil.

As formas pré-capitalistas de produção nas Américas se davam no contexto das revoluções burguesas (século XVII na Inglaterra e XVIII na França) e do avanço do capitalismo que desembocaria na Revolução Industrial do século XVIII. Neste sentido, na divisão internacional do trabalho, as colônias nas Américas desempenhavam um papel fundamental no desenvolvimento do capitalismo: “*As formas mais avançadas de capitalismo*” produziram “*a empresa acionária que entrou em contato com os índios que viviam ainda sob primitivas condições tribais*”, e as “*formas pré-capitalistas de vida com as que depararam [os colonizadores na América] foram combinadas num grau ou outro com as características fundamentais da civilização burguesa. Tribos indígenas, por exemplo, foram anexadas ao mercado mundial através do comércio de peles...*”¹³

É neste caráter contraditório do desenvolvimento da América Latina que deve se dar a construção de alternativas para a classe operária, o campesinato e as populações indígenas. Para tanto, o problema da concentração fundiária, do latifúndio, no nosso continente e especialmente no Brasil, não deve ser interpretado como impedimento para a revolução, mas como parte constituinte do processo de desenvolvimento do capitalismo que deve ser enfrentado a partir dos seus elementos contraditórios. Esses elementos são, por certo, os sujeitos subordinados diretamente pelo latifúndio: os camponeses e os indígenas.

*“O progresso tem os seus inconvenientes: há que pagar por ele. Avanços em certos terrenos podem significar retrocessos em outros. Por exemplo, a civilização desenvolveu o poder de produção e a riqueza do gênero humano sacrificando a igualdade e a fraternidade das sociedades primitivas que suplantou. Por outro lado, sob certas condições o atraso tem seus benefícios. Mais ainda, o que é progressivo numa etapa de desenvolvimento pode tornar-se uma pré-condição para o estabelecimento de um atraso numa etapa subsequente ou num terreno a ele ligado. E o que é um atraso pode tornar-se a base para um saldo adiante.”*¹⁴

Em outro escrito George Novack¹⁵ estabelece a relação intrínseca existente entre as duas formulações teóricas de Trotsky (*Lei do desenvolvimento desigual e combinado* e a *Revolução permanente*), como fundamental para compreendermos a realidade latino-americana e a revolução proletária nos países subdesenvolvidos. Em vista da natureza combinada do desenvolvimento histórico latino-americano, de formações capitalistas e pré-capitalistas, do caráter ultraconservador da burguesia dirigente local subordinada ao capital externo, para Novack e naquele momento histórico, caberia ao proletariado fazer a revolução democrática, nos marcos de uma revolução socialista: “*A teoria da revolução permanente explica por que a tardia burguesia latino-americana foi incapaz de levar a termo as tarefas básicas da revolução democrática e por que o proletariado é a força social e política que pode completar estas tarefas como parte de sua luta anticapitalista.*”

Na sequência Novack complementa: “*As duas tarefas democráticas mais importantes que os povos da América Latina enfrentaram são a conquista de uma autêntica*

13 NOVACK, op cit, p.50-51

14 Idem, p.68.

15 “As formas híbridas e a revolução permanente na América Latina”, publicado pela Sunderman no mesmo livro NOVACK, George. **O desenvolvimento desigual e combinado na história**. São Paulo: Editora Sunderman, 2008, p.96.

libertação do imperialismo e a reforma agrária. Porém será necessária uma revolução socialista para realizar estes objetivos.”

Por certo, não se trata de compreender os indígenas como camponeses ou proletários rurais, em que pese serem ainda hoje mão de obra precarizada nas fazendas e indústrias rurais, como nas usinas sucroalcooleiras. Em todo caso, como a forma de propriedade da terra é central tanto para os camponeses quanto para os indígenas – pois é a partir da expropriação da terra que se impõe a exploração do trabalho indígena e/ou dos camponeses sem terra – podemos aprender com as formulações da nossa tradição. Devemos avançar na formulação de palavras de ordem a partir dos ensinamentos de Trotsky quando sugere as reivindicações transitórias para os países atrasados: “*revolução agrária*” e “*independência nacional*”, respeitando a livre concordância dos camponeses.¹⁶

Especialmente a primeira palavra de ordem deve ser repensada incorporando as reivindicações dos povos originários [como também dos povos tradicionais - quilombolas], respeitando suas especificidades, marcadamente diferentes dos camponeses e trabalhadores rurais. Como sociedades de tradição oral, ouvir as narrativas indígenas é um primeiro passo para conhecê-las. Como sociedades que têm como fundamento a relação com o ambiente natural (terra, água e tudo o que nelas habitam), compreender essa relação torna-se indispensável no esforço de aproximação.

A partir desse conhecimento, poderemos combinar as reivindicações democráticas com as palavras de ordem que apontam para a superação do capitalismo e a construção do socialismo com base no respeito aos povos indígenas, pela sua autodeterminação.

Algumas consignas para isso seriam:

Demarcação já!

Respeito à autonomia política das sociedades indígenas.

Interrupção imediata dos projetos hidrelétricos que impactam as comunidades indígenas.

Morte ao latifúndio, em defesa da vida e das culturas indígenas.

Morte ao agronegócio!

16 TROTSKY, Leon. **Programa de transição**: a agonia mortal do capitalismo e as tarefas da Quarta Internacional. São Paulo: InformaAção, 1989, p.40.

TEMA II – POLÍTICAS SOCIAIS E PLANO GERAL DE LUTAS

POLÍTICA DE FORMAÇÃO SINDICAL

TEXTO DE APOIO

O ano de 2017 iniciou-se com um ciclo crescente de lutas e teve dias vitoriosos nos embates nas ruas, como o inaugural 8 de março, seguido do dia 15, impulsionado pelo setor da educação, e do dia 31 de março. O ápice desse ciclo inicial foi a grande greve geral do dia 28 de abril, que impôs perdas significativas ao capital e retirou da pauta de votação, até o momento de produção deste texto, a Contrarreforma da Previdência. Em seguida, o dia 24 de maio levou mais de 150 mil pessoas para o #ocupeBrasília, indicando a possibilidade da necessária realização de mais uma greve geral. A segunda greve geral, convocada pelas centrais sindicais para o dia 30 de junho, no entanto, pode ser considerada como um marco da inflexão da correlação de forças da conjuntura a nosso favor caracterizada pelo período anterior, com uma baixa adesão, quando comparada com a primeira greve geral.

Esta inflexão foi ocasionada, fundamentalmente, ainda que não exclusivamente, pela tentativa de algumas centrais sindicais de fazer um acordo para preservar o famigerado imposto sindical na contrarreforma trabalhista, que, finalmente, foi aprovada poucos dias depois, e, também, pela priorização dessas centrais em concentrar esforços para as eleições nacionais do ano 2018.

A Contrarreforma Trabalhista (Lei 13.467/17), que altera mais de cem pontos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada no dia 11 de julho pelo Senado, juntamente com a aprovação, no mês de abril, da Lei da Terceirização ilimitada (Lei 13.429/17) configuram o maior ataque à legislação trabalhista, ao consagrar a flexibilização e a precarização das relações de trabalho. O retrocesso nas relações de trabalho se intensifica com a edição da Portaria 1.129/17 no mês de outubro sobre o trabalho forçado e condições análogas à escravidão do Ministério do Trabalho, que só reconhece como trabalho escravo, por assim dizer, se o trabalhador estiver acorrentado (“submissão do profissional a trabalho exigido sob ameaça de punição, com uso de coação, feito de maneira involuntária”). Esta portaria provocou o repúdio de entidades nacionais e internacionais pela violação dos direitos humanos e foi suspensa por um dos ministros do Supremo Tribunal Federal até que o pleno do corpo se pronuncie sobre o fundo da matéria. Além desses ataques nas relações de trabalho, lembremos que, a este retrocesso na legislação, se agrega a aprovação no ano anterior da EC 95/16, conhecida como Novo Regime Fiscal, que congela os gastos primários do governo federal pelos próximos vinte anos, que desmonta, de fato, qualquer tentativa de consagrar um mínimo de direitos sociais formalmente conquistados na Constituição de 1988.

O fracasso da convocatória para a segunda greve geral, mesmo com mobilizações significativas em alguns estados, junto com a aprovação da Contrarreforma Trabalhista significou uma dura derrota, nesta longa batalha, para a classe trabalhadora. Mesmo assim, não podemos assumir como uma derrota definitiva, embora seja um momento muito grave, que vai demandar esforços importantes para ser revertido.

A partir da inflexão nas mobilizações, a CSP-Conlutas e o ANDES-SN fizeram grandes esforços para reverter esta situação, recuperar e até superar o nível de mobilização que o movimento sindical e popular tinha alcançado no primeiro semestre, na perspectiva de construção de novo ciclo de lutas.

Com esse intuito, em 11 de agosto foi realizado o Dia Nacional de Lutas em Defesa da Educação Pública e Gratuita. Nesse dia, ocorreram atos e mobilizações em todo o país, unificando docentes, estudantes, pessoal técnico-administrativo em educação, trabalhadores(as) de outras categorias e representantes de movimentos sociais e populares na luta em defesa da educação pública. Foi um ato importante, mas que não conseguiu o mesmo patamar de mobilização alcançado no primeiro semestre.

Com a mesma intenção, metalúrgicos, servidores(as) públicos(as) e demais categorias em luta, entre elas os(as) docentes federais, estaduais e municipais, realizaram no dia 14 de setembro o Dia Nacional de Lutas, Mobilização e Paralisação em Defesa dos Serviços Públicos e contra a Reforma da Previdência, com paralisações e manifestações em todo o país. Também neste caso a luta foi importante, mas ainda sem alcançar uma amplitude necessária de mobilização.

No dia 27 de outubro, antecedendo o Dia do Servidor Público, foi realizado o Dia Nacional de Mobilização dos Servidores Públicos Federais, Estaduais e Municipais, aprovado na reunião conjunta dos setores das três esferas governamentais, também sem conseguir ampliar o nível de mobilização.

No campo dos ataques aos(as) trabalhadores(as) e aos(as) funcionários(as) públicos(as), o governo lançou o Programa de Desligamento Voluntário (PDV) de servidores(as) federais, instituído pela MP 792/17. Programas semelhantes têm sido aprovados nos estados. Nesta mesma direção, no mês de novembro o governo editou a MP 805/17, que altera a contribuição previdenciária dos(as) funcionários(as) públicos(as) federais de 11% para 14%, na parcela do vencimento que supera o teto do INSS, para aqueles(as) trabalhadores(as), que não aderiram à Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público (FUNPRESP). Esta MP também adia para o ano de 2019 reajustes salariais acordados com sindicatos no ano de 2015. É um verdadeiro confisco salarial, inconstitucional, que, além disso, configura uma punição especificamente para os(as) trabalhadores(as) que não contribuem com o FUNPRESP, evidenciando que esses funcionários estão numa carreira em extinção. O aumento do desconto previdenciário significa, para um professor adjunto, na média, um montante de aproximadamente R\$ 3.000 num ano de trabalho.

O governo, frustrado pela não aprovação da Contrarreforma Previdenciária, descarrega, sobre os(as) trabalhadores(as) do serviço público federal, os custos do ajuste fiscal que os credores da dívida pública exigem, impondo pacotes semelhantes aos que já estão em vigor, ou em plena implementação, por inúmeros governos estaduais em todo o país.

Na trilha da intensificação dos ataques, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado aprovou, no mês de outubro, regras para a demissão de servidor(a) público(a) estável por "insuficiência de desempenho", aplicáveis a todos os poderes, nos níveis federal, estadual e municipal. A regulamentação tem por base o substitutivo apresentado pelo relator, senador Lasier Martins (PSD-RS), ao Projeto de Lei (PL 116/17 – Complementar) da senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE). A matéria ainda passará por três comissões, a começar pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

Em novembro, foi aprovado o PL 3831/15, que regulamenta a negociação coletiva dos servidores(as) públicos(as) de todas as esferas assegurada na Convenção 151 da

Organização Internacional do Trabalho (OIT) aprovada em 2010 e que não tinha sido regulamentada. O projeto determina que a União, os estados e os municípios estarão obrigados a prover todos os meios necessários para a plena efetivação do processo de negociação coletiva, tornando-a um mecanismo permanente de prevenção e solução de conflitos. Porém devemos sublinhar que a materialização dos acordos depende de previsão orçamentária, o que pode, de fato, inviabilizar esses acordos, sobretudo no contexto da Emenda Constitucional 95/16.

No dia 10 de novembro, puxado pelo movimento Brasil Metalúrgico, que congrega sindicatos ligados a diferentes centrais sindicais em campanha salarial, foram realizadas paralisações e greves, que a CSP-Conlutas e o nosso sindicato impulsionaram, na perspectiva de retomada das lutas contra a Reforma da Previdência e de revogação da legislação aprovada pelo ilegítimo Governo Temer. Foi um dia de luta positivo, ainda que novamente insuficiente para reverter o quadro de ataques aos serviços públicos e aos direitos dos(as) trabalhadores(as).

No que diz respeito ao processo de reorganização da classe trabalhadora, especialmente no setor do funcionalismo público, o ANDES-SN continua empenhado na reorganização da Coordenação Nacional das Entidades de Servidores Federais (CNESEF) e, com esta intenção, realizou reunião no mês de agosto para avançar nesse processo, tal como tem sido pautado nos congressos e CONADs do sindicato. Houve também uma reunião ampliada convocada pelo FONASEFE, entidade que congrega 22 entidades nacionais dos SPFs, de servidores(as) públicos(as) de diversas categorias do funcionalismo federal, nos dias 4 a 6 de agosto em Brasília, que debateu o ataque aos serviços públicos, a retirada de direitos sociais e traçou estratégias de ação para a campanha unificada 2017. Nesta reunião participaram cerca de 300 representantes e, com muito empenho, foi possível obter acordos, particularmente no que diz respeito a um plano de luta imediato para barrar a Contrarreforma da Previdência.

Os sindicatos filiados à Federação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Correios e Telégrafos e Similares (FENTECT) realizaram greve em defesa da manutenção do convênio coletivo, do plano de saúde, aumento salarial, concurso para reposição de vagas e contra a privatização da empresa. Foi uma típica greve defensiva, diante da tentativa da empresa de retirar benefícios estabelecidos no acordo coletivo e da resistência em abrir negociações. A greve, que teve início em 19 de setembro, foi encerrada no dia 6 de outubro, depois que as assembleias aceitaram a proposta de Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) apresentada pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST). Assim como essas lutas, muitas outras aconteceram, demonstrando que a classe resiste e luta, enfrentando os duros ataques de retirada de direitos por parte do patronato e do governo.

Nas lutas gerais vale destacar a do MTST, que, no mês de setembro, ocupou uma área urbana em São Bernardo do Campo, mobilizando ao todo uma população de 8.000 famílias. Esta ocupação, batizada de “Povo sem Medo”, no Jardim Planalto, é considerada a maior da América Latina. No mês de outubro, o MTST organizou uma grande marcha até o Palácio dos Bandeirantes, sede do governo paulista, no Morumbi, zona sul da capital paulista, reivindicando soluções para as famílias dessa ocupação. Também organizou um ato cultural com a participação de Caetano Veloso, que foi proibido de cantar pela justiça com a alegação de que o local não apresentava estrutura para a realização de shows e que, portanto, haveria riscos para a segurança do público e afirmando que "ainda mais de artista tão querido por interpretar canções lindíssimas, com voz inigualável".

O recrudescimento do conservadorismo de setores da sociedade brasileira ataca em grau superlativo as mulheres, a população LGBT, negros, negras e migrantes. Acentua-se, por ações da “Bancada da Bíblia” e agride mais uma vez as mulheres, na PEC 181/15, em tramitação na Câmara. Originalmente, a PEC tinha como escopo ampliar a licença maternidade para mães de prematuros, mas o projeto foi modificado para, caso aprovado, definir que a vida começa desde a concepção. Assim, se fosse aprovada, ficariam abolidas todas as parcas possibilidades de aborto reconhecidas na legislação, tais como nos casos de gravidez decorrente de estupro, de risco à vida da mãe e em caso de feto anencéfalo. Diante desse ataque, grupos feministas realizaram manifestações e protestos no dia 13 de novembro em vários estados, num movimento que lembra a primavera feminista do ano de 2015, contra o ex-presidente da Câmara dos Deputados Eduardo Cunha.

No momento de elaboração deste texto, está colocada, na pauta imediata de luta, a marcha da periferia no dia 17 de novembro, a mobilização para o Dia da Consciência Negra, no dia 20 de novembro, e, para o dia 25 de novembro, o Dia Latino-Americano e Caribenho de Luta Contra a Violência Contra a Mulher. Além disso, está prevista para o dia 28 de novembro a realização de uma caravana para Brasília, no plano de luta contra as reformas, particularmente a previdenciária, que tem na greve da Federação de Sindicatos dos Trabalhadores em Universidades Brasileiras (FASUBRA), iniciada no dia 10 de novembro, um enfrentamento que devemos apoiar e ampliar para outras categorias, prevendo construção de lutas maiores visando à organização de uma nova greve geral.

A Contrarreforma Previdenciária que o governo e seus aliados não têm conseguido aprovar, tanto pela resistência dos trabalhadores, como pela crise do sistema político, continua em pauta. O governo sinaliza a possibilidades de aprovação ainda que seja em forma mais atenuada, focando na idade mínima, na equiparação do regime público com o privado e nas regras de transição, deixando para o próximo governo a realização de novos cortes nos benefícios previdenciários.

a) As lutas específicas dos professores das IES

O movimento docente tem resistido, nesta difícil conjuntura, aos ataques que tem levado, inclusive, os(as) professores(as) a ficarem sem receber os salários por vários meses. Exemplar neste caso, infelizmente, é a situação das instituições estaduais de ensino superior do estado do Rio de Janeiro, UERJ, UEZO, UENF e FAETEC. Além da campanha de solidariedade financeira que o ANDES-SN promoveu com os trabalhadores, o sindicato realizou um ato na Associação Brasileira de Imprensa (ABI) no dia 2 de agosto. No ato foram apresentados depoimentos que expressavam a situação calamitosa pela qual passavam servidores(as) e o serviço público no estado e a necessidade de unificação das lutas. Como forma de reconhecimento da importância da luta da Associação dos Docentes da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (ASDUERJ-Seção Sindical do ANDES-SN), a Câmara de Vereadores da cidade do Rio de Janeiro conferiu, no mês de agosto, a Medalha Pedro Ernesto, homenagem que o Rio de Janeiro presta a quem mais se destaca na sociedade brasileira ou internacional. A cerimônia de entrega da medalha ocorreu no Auditório 71 do Campus Maracanã da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj).

Os(as) docentes da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) decidiram retomar a greve da categoria, a partir do dia 3 de outubro, somando-se à paralisação dos(as) demais professores(as) de ensino superior do estado, como a UENF, e intensificam a luta por repasses orçamentários à educação pública e pelo pagamento de salários e benefícios em dia.

Neste quadro de ataques vale mencionar a situação que atravessou a Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA). Neste caso, uma emenda tramitou no Congresso Nacional propondo a conversão da (Unila), sediada na cidade de Foz do Iguaçu no Paraná, em Universidade Federal do Oeste do Paraná (UFOPR). A mudança foi apresentada pelo deputado federal Sérgio Souza (PMDB/PR), por meio de Emenda Aditiva nº 55 à Medida Provisória nº 785/17, que trata do fundo de financiamento estudantil.

Os(as) docentes da UNILA aprovaram a deflagração de greve por uma semana para protestar contra a possibilidade de extinção da universidade. Durante a semana de 14 a 19 de agosto, foram realizadas mobilizações em Foz do Iguaçu (PR), sede da instituição, e, também, no Congresso Nacional em Brasília (DF). A mobilização dos(as) trabalhadores(as) da universidade, apoiada por toda a categoria, organizada pelo ANDES-SN, conseguiu retirar a proposta de emenda.

Após quase três anos com salários congelados e progressões suspensas, os(as) docentes da Universidade Estadual da Paraíba conseguiram, após três meses de paralisação, avançar nas negociações com a reitoria da instituição e o governo do estado para descongelar as progressões, previstas a cada dois anos pelo Plano de Cargos, Carreira e Remuneração daquela instituição. Com o acordo, as progressões, que deveriam ter sido aplicadas aos salários em 2015, 2016 e 2017, serão incorporadas a partir de outubro. Com isso, a estimativa é de que cada professor(a) que tenha direito às progressões tenha um acréscimo de 8% em seu salário por progressão.

Sem reajuste salarial há quatro anos, docentes da Universidade Estadual do Piauí (UESPI) aprovaram, em assembleia, realizar paralisação de 24 horas no dia 20/07, com o objetivo de pressionar o governo e chamar a atenção para os graves problemas enfrentados pela comunidade acadêmica da universidade.

O ANDES-SN protocolou, no dia 27 de julho, solicitação de audiência com o ministro Mendonça Filho, do Ministério da Educação (MEC), para tratar do impacto do corte de verbas nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES). O Sindicato Nacional também tem denunciado os riscos à autonomia universitária impostos pela Portaria Interministerial 109/17, que estabelece procedimentos de gestão do banco de professor equivalente e do quadro de referência dos técnicos-administrativos e das técnicas-administrativas das instituições de ensino pertencentes ao MEC, assim como o preenchimento de vagas docentes nas IFES.

O processo de privatização não clássico das universidades públicas continua agora com a retomada por parte do congresso de projetos de legislação (4.643/12 da deputada Bruna Furlan, PSDB-SP), que cria o Fundo Patrimonial (*endowment fund*) nas instituições federais de ensino superior. Há também outro projeto (PLS 16/2015) com a mesma matéria de autoria da senadora Ana Amélia (PP-RS), que autoriza os estabelecimentos públicos de ensino superior a criar fundos patrimoniais vinculados a elas, com personalidade jurídica de direito privado e sem fins lucrativos, para receber e administrar recursos das doações de pessoas físicas e jurídicas. No mesmo sentido, o Partido dos Trabalhadores apresentou Proposta de Emenda Constitucional que visa

instaurar o fim da gratuidade do ensino público superior, reforçando PL que havia sido apresentado pelo então senador Marcelo Crivella (PRB-RJ). Após muitas críticas, houve a retirada de tramitação desta PEC pelo partido, mas essa tentativa de alteração do caráter público dialoga com o autoritarismo do poder judiciário que instaurou, à revelia da decisão do congresso, a cobrança na pós-graduação e pode retornar a qualquer momento.

Ataques a docentes por suas posições políticas e ideológicas têm sido intensificados nestes últimos tempos, como uma expressão concreta do recrudescimento do conservadorismo. São diversas intervenções, em boa medida, realizadas a partir da ação do poder judiciário que, cada vez mais, tem interferido na autonomia universitária. Em Minas Gerais, dois casos similares de investigação sobre grupos de pesquisa e extensão epistemologicamente constituídos em bases marxistas: uma denúncia, posteriormente arquivada pelo MPF, contra atuação do Grupo de Estudos e Pesquisas “Marx, Trabalho e Educação” (FaE-UFMG); e a abertura de inquérito policial contra docente (sindicalista) da UFOP que já havia sido forçado a encerrar atividades do Centro de Difusão do Comunismo (CDC-UFOP), que realizava cursos de extensão, e agora enfrenta perseguição por continuar a pesquisar e ensinar na área do marxismo.

Na mesma direção, a Polícia Federal apreendeu computadores, telefones celulares e quebrou o sigilo de informações dos(as) trabalhadores(as) e da reitora, e o MPF afastou das funções públicas alguns(algumas) servidores(as) do Instituto Federal Catarinense que realizaram parceria com MST. Casos semelhantes de perseguição judicial e policial acontecem com docentes e técnicos(as) pela sua militância política e social em defesa da universidade pública e apoio às lutas estudantis, como aqueles e aquelas que foram acusados(as) de terem incitado os(as) estudantes e bloqueado a ação policial na UFSC, quando agiram de forma firme na defesa da autonomia universitária e na garantir da integridade física dos membros da comunidade. Por fim, não menos grave é a invasão de um evento acadêmico sobre os 100 anos da Revolução Russa, na UERJ, para fazer ameaça a professores(as) e alunos(as) e pedir a volta da ditadura militar no Brasil.

O movimento docente segue bastante ativo na luta contra este cenário grave. A assembleia da ADUERN aprovou greve por tempo indeterminado no dia 10 de novembro. A decisão é motivada pelos atrasos salariais, que se arrastam desde janeiro de 2016, e pelo total descaso do Governo de Robinson Faria (PSD) com a universidade. A UERN, seguindo o exemplo das outras estaduais, tem sido vítima de vários ataques, inclusive por parte do presidente do Tribunal de Justiça do Estado, Cláudio Santos, que propôs a privatização da instituição em jornal televisivo local, adiantando a ação do Ministro do Supremo, Luís Roberto Barroso, que publicou nota pública em jornal de circulação nacional indicando a necessidade de privatização da UERJ.

Os docentes das quatro Universidades Estaduais da Bahia deliberaram em assembleia realizada no mês de setembro a aprovação de indicativo de greve. O indicativo é uma resposta à falta de disposição do governo baiano de negociar com a categoria sobre direitos trabalhistas e orçamento. O governo não apresenta nenhuma posição sobre a pauta de reivindicações dos docentes protocolada em dezembro de 2016.

No dia 19 de outubro, no Rio de Janeiro, foi organizado o “Dia Nacional em Defesa da Educação Pública” para intensificar a luta em defesa das universidades municipais, estaduais e federais, institutos federais e CEFETs e, também, dar visibilidade nacional à luta em defesa das instituições de ensino superior públicas. A mobilização teve início, à tarde, com o lançamento da Frente Nacional em Defesa das Instituições de Ensino Superior Públicas, na Concha Acústica do *campus* Maracanã da Universidade do Estado

do Rio de Janeiro (Uerj). Mais uma vez, a passeata foi reprimida pela força policial, que agrediu violentamente participantes da marcha, ainda que finalmente a passeata culminou seu percurso.

Avanços no fortalecimento do nosso sindicato, nesta conjuntura tão adversa, merecem ser sublinhados. Os docentes da Universidade Federal do Mato Grosso Sul (UFMS) decidiram em assembleia realizada no dia 20 de setembro pelo retorno do Sindicato dos Docentes da instituição ao ANDES-SN, transformando-se em seção sindical. A ADUFMS, conforme o estatuto da entidade, realizou assembleia geral descentralizada em todos os *campi* da universidade.

b) Curso de Formação Política e Sindical

O eixo do curso do ano 2017 foi Movimentos Sociais: exploração, opressão e revolução, para articular com a homenagem aos 100 anos da revolução de outubro e ao “Che” Guevara após 50 anos da sua morte.

O primeiro módulo foi realizado nos dias 25 e 26 de março em Fortaleza (CE), sediado pelo SindUece, com o tema "Mulheres, opressão pelo viés de classe na perspectiva revolucionária".

A cidade de Dourados (MS) recebeu, na UFGD, nos dias 18 e 19 de agosto, a segunda etapa do Curso Nacional de Formação Política e Sindical, com o tema "Indígenas, opressão pelo viés de classe na perspectiva revolucionária", a etapa foi sediada pela Associação dos Docentes da Universidade Federal da Grande Dourados (AdufDourados - Seção Sindical do ANDES-SN).

A terceira etapa do Curso Nacional de Formação Política e Sindical do ANDES-SN 2017 foi realizada nos dias 30 de setembro e 1º de outubro, com o tema “LGBTfobia, luta de classe e revolução”, sediada pelo Sindcefet-MG, em Belo Horizonte.

Em razão da intensa agenda do sindicato, a quarta fase do curso com o tema “Quilombolas, luta de classes e revolução”, não foi possível de ser efetivada, ficando, portanto, para o primeiro semestre de 2018.

Neste mesmo ano será realizado um novo ciclo do curso articulado em torno do eixo “Universidade, trabalho e movimento docente”. Este tema relaciona-se à comemoração, em 2018, dos 100 anos do movimento da Reforma Universitária de Córdoba - Argentina.

c) III Congresso da CSP-Conlutas

Durante os dias 12 a 15 de outubro de 2017, foi realizado o III Congresso da CSP-Conlutas, que contou com 2.581 participantes, destes 1.939 delegados, distribuídos entre 787 do movimento sindical urbano, 388 de oposições sindicais, 358 de minorias de diretoria, 186 de movimentos populares urbanos, 67 de movimentos populares rurais, 51 de sindicatos rurais, 61 de movimentos de lutas contra opressões e 41 do movimento estudantil.

O ANDES-SN participou com uma delegação de pouco mais de 100 professores(as) apresentando quatro textos de resolução, organizados com base nas deliberações do 36º Congresso e 62º CONAD e que foram aprovadas parcialmente pelo Congresso.

Concomitantemente ao congresso foi realizado o 1º Encontro da Classe Trabalhadora das Américas. Estiveram presentes 95 participantes de 19 países, além de 57 do Brasil, representando um total de 50 organizações. O encontro foi importante por possibilitar os primeiros passos **na construção** da Rede Sindical Internacional de Solidariedade e Lutas nas Américas e facultar uma reunião da Diáspora Negra (que ocorreu em razão da imigração forçada pela escravidão), já que tivemos a presença de representantes do Haiti, Brasil, Angola, Botswana e Namíbia.

Já apresentamos, com mais detalhes, no texto de Conjuntura deste mesmo caderno, as avaliações mais específicas a respeito deste congresso, cabendo, aqui, a título de registro, informar que os temas que concentraram maior acúmulo e debates de forma mais ampla foram a conjuntura internacional e nacional em meio ao cenário de crise do capital; a organização da classe trabalhadora a partir de unidade na ação, tendo sido aprovada, inclusive, a participação de todas as categorias na construção do dia 10 de novembro, e, também, a participação da CSP-Conlutas no seminário de (re)organização da classe trabalhadora no Brasil organizado pelo ANDES-SN, além das questões relacionadas a gênero e raça dentro dos sindicatos, dos movimentos e da própria central. Sobre este último tema, por exemplo, foi aprovada resolução que garante paridade de gênero na constituição da Secretaria Executiva Nacional (SEN) e o debate a respeito da forma de ampliação desse critério para outras instâncias da central.

d) Seminário 100 anos da Revolução Russa e os desafios da (re)organização da classe trabalhadora no Brasil

No dia 9 de novembro, o ANDES-SN realizou, no Rio de Janeiro, o “Seminário 100 anos da Revolução Russa e os desafios da (re)organização da classe trabalhadora no Brasil”, que substituiu o Seminário Internacional aprovado no 61º CONAD e reafirmado no 36º Congresso, que não aconteceu por problemas de agenda dos convidados internacionais. Por decisão da diretoria nacional, esse seminário ocorrerá no primeiro semestre de 2018.

Na programação sobre “Conjuntura e Revolução Russa”, as temáticas foram desenvolvidas em duas mesas: na parte da manhã “Crise capitalista mundial e os rebatimentos para a classe trabalhadora”; na parte da tarde “100 anos de revolução russa, 50 anos do assassinato do “Che” e as perspectivas do socialismo na atualidade”.

O dia 11 de novembro foi ocupado com o tema “(Re)organização da classe trabalhadora” dando seguimento ao que fora indicado pelo último CONAD. O evento foi estruturado em duas mesas com o tema “Reunião nacional de entidades classistas, movimentos sociais e estudantis”. A primeira, no horário da manhã, foi constituída por formações políticas. À tarde, a mesa esteve constituída por centrais sindicais, movimentos sociais e estudantis. Como resultado desta atividade foi organizada uma comissão, integrada por representantes, tanto das forças políticas, como dos movimentos sociais que compuseram cada mesa, com a finalidade de dar continuidade ao debate da reorganização da classe trabalhadora de forma capilarizada nos estados e municípios e promover uma nova reunião nacional para sintetizar os processos de lutas e debates.

e) Campanha de sindicalização

Nesse congresso será lançada a nova campanha de sindicalização em cumprimento às deliberações do 35º Congresso: “Realizar, no primeiro semestre de 2016, seminário nacional para debater a questão da precarização do trabalho docente nas IE, considerando a situação dos professores substitutos, tutores, visitantes e bolsistas, e que se realize campanha de sindicalização com ênfase no novo perfil docente com vínculos precarizados.” Para subsidiar a campanha de sindicalização está sendo realizada uma pesquisa quantitativa do perfil dos(as) professores(as) não sindicalizados(as) ao ANDES-SN.

RESOLUÇÕES DO 36º CONGRESSO DO ANDES-SN

II - POLÍTICA SINDICAL

O 36º CONGRESSO delibera

1. Fortalecer a mais ampla unidade da classe trabalhadora, contra: a Emenda Constitucional 95/2016 que congela os investimentos públicos nas áreas sociais por 20 anos; a Lei Complementar 156/2016 e seus efeitos sobre estados e municípios que representam um desmonte do serviço público já em curso; a contrarreforma da previdência (PEC 287/2016); e a contrarreforma trabalhista.

2. Denunciar amplamente a atuação do STF, intensificada nos últimos anos, com medidas que, com a utilização do discurso de “flexibilização”, retiram direitos trabalhistas e destroem conquistas de trabalhadores e trabalhadoras, subvertendo seu papel de salvaguarda da Constituição.

3. Denunciar a OIT e a outros órgãos internacionais, em articulação com outras entidades do serviço público, o corte de ponto, conforme apontado nos estudos da assessoria jurídica nacional, assim como outras condutas do Estado brasileiro que buscam inviabilizar o exercício do direito de greve no serviço público.

4. Lutar pelo direito de greve, intensificando ações de denúncias das medidas ditatoriais do Poder Judiciário, como o corte de ponto de servidores em greve, dando ênfase no embate contra a PEC 53 que altera a Constituição Federal para limitar o exercício do direito de greve do setor da educação.

5. Lutar contra a reforma trabalhista expressa na PL 6787/2016, que tramita em caráter de urgência no Congresso Nacional e intensificar as ações contra as demais iniciativas legislativas referentes à precarização do trabalho e à terceirização, tais como o PLC 30/2015 (antigo PL 4330/2004) e seus congêneres (PLS 87/2010, PLS 300/2015 e PLS 339/2016), o PL 4302/98, que regula o trabalho temporário:

5.1 apoiar a organização dos trabalhadores e trabalhadoras terceirizados e sua participação nos espaços de luta;

6. Intensificar a luta pela construção de um amplo polo classista e de resistência, com centrais sindicais, sindicatos, movimentos populares e estudantis, para enfrentar o agravamento dos ataques aos direitos sociais, trabalhistas e previdenciários, com base na unidade na luta:

6.1 estimular espaços e momentos de formação política em articulação com outras entidades, aprofundando o debate classista;

6.2 articular a construção de ações (seminários, mesas-redondas, fóruns, encontros) via secretarias regionais e seções sindicais, na perspectiva da construção de encontro nacional do ANDES-SN, com a pauta dos ataques em curso;

6.3 articular reunião nacional de entidades classistas, movimentos sociais e estudantis, em 2017, com o objetivo de avançar no processo de reorganização da classe trabalhadora;

6.4 debater, no GTPFS, a proposta de realização de um encontro que tenha como tema o processo de reorganização da classe trabalhadora, na perspectiva de contribuir para a construção de um evento nacional.

7. Continuar atuando na construção de uma greve geral contra a retirada de direitos da classe trabalhadora, intensificando junto à CSP-Conlutas, Espaço de Unidade de Ação, Fóruns em defesa dos

Serviços Públicos e Movimento Estudantil, a articulação das lutas com as demais centrais e organizações sindicais e populares:

7.1 fortalecer as organizações unitárias com as organizações constituídas historicamente pela classe trabalhadora brasileira (centrais, confederações, federações e sindicatos) e no âmbito dos movimentos populares da cidade e do campo tendo como eixo a luta contra a retirada de direitos e capaz de pautar conjuntamente uma agenda de lutas e de mobilizações nacionais nos fóruns mais amplos de construção da luta, em particular para a construção da greve geral;

7.2 indicar o dia 15 de março como dia nacional de greves, paralisações e mobilizações na perspectiva da construção da greve geral;

7.3 que as sessões sindicais criem mecanismos locais de construção da greve geral como GTs, comandos de mobilização, comissões em prol de orientar a luta na base e com outras categorias no espaço local.

8. Continuar apoiando as diversas formas de luta em defesa da educação pública, tais como as ocupações estudantis em instituições educacionais denunciando e combatendo quaisquer ações de criminalização e perseguições políticas.

9. Demandar que a ANDIFES, a ABRUEM e o CONIF articulem as reitorias para que publicizem os orçamentos das instituições, e que os conselhos superiores se manifestem contrariamente ao corte de ponto em greves e paralisações, e contra a EC 95/2016, que congela os investimentos sociais por vinte anos.

10. Lutar pela revogação da Lei nº 13.334/2016 que cria o Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) e dá outras providências.

11. Lutar pela revogação da Lei nº 13.365/2016 que permite a abertura da exploração do Pré-Sal ao capital privado, retirando a garantia do direito de preferência de operação da Petrobras.

12. Ampliar as atividades locais e regionais (como lutas, reuniões e palestras) sobre a precarização do trabalho docente e as formas de organização sindical por local de trabalho no contexto da multicampia, a partir da concepção sindical do ANDES-SN.

13. Realizar, em 2017, reunião conjunta do GTPFS e do GTPE para debater o trabalho e a organização docente diante da expansão e da multicampia das IES.

14. Realizar, em 2017, um curso Nacional de Formação Política e Sindical, com o tema Movimentos sociais: exploração, opressão e revolução.

15. Realizar, juntamente com as seções sindicais em articulação com as secretarias regionais, atividades de formação que contemplem os temas do Curso Nacional realizado de acordo com a aprovação no 35º Congresso do ANDES-SN.

16. Envidar esforços por meio das secretarias regionais em conjunto com as seções sindicais, e em articulação com outros sindicatos e movimentos populares e estudantis, para a criação das coordenações estaduais ou regionais da CSP-Conlutas onde não houver.

17. O ANDES-SN propõe à CSP-Conlutas os seguintes eixos norteadores para a metodologia de funcionamento do Congresso da Central:

17.1 Contribuições:

a) as contribuições deverão ser formuladas com a separação entre os considerandos (textos de apoio) e as propostas de resolução.

17.2 Funcionamento:

a) o número de delegados nos grupos de discussão não poderá ser superior a 5% dos delegados credenciados;

b) cada grupo deverá eleger um coordenador, um secretário e um relator. O relator será responsável pelo preenchimento do formulário de relatório previamente elaborado pela comissão organizadora do III Congresso;

c) os relatórios serão consolidados pela comissão de sistematização, formada por todos os relatores e pela comissão organizadora do Congresso.

17.3 Da Plenária:

a) as propostas sistematizadas, em relatório acessível para todos os delegados, serão votadas após um encaminhamento a favor e um contra, podendo ser aumentado a critério da plenária;

17.4 Infraestrutura

a) A comissão organizadora deverá providenciar a infraestrutura necessária (espaço, cadeiras, som, gravador) para que os trabalhos nos grupos e nas plenárias transcorram normalmente.

18. Discutir, por meio das seções sindicais, o cálculo do número de representantes nos fóruns nacionais da CSP-Conlutas, como congressos e Coordenação Nacional para ser deliberado no 62º CONAD.

19. Elaborar, por meio do GTPFS, visando acumular debates e reflexões para as deliberações do ANDES-SN sobre a contribuição do nosso sindicato ao III Congresso da CSP-CONLUTAS, materiais a serem enviados às seções sindicais para subsidiar o debate sobre o balanço político da CSP-Conlutas e as deliberações do 62º CONAD.

20. Reforçar a luta contra a precarização no serviço público, denunciando o processo de contratação de professores e professoras voluntários.

21. Intensificar a luta e a denúncia sobre a ocorrência de casos de assédio moral em instituições educacionais.

22. Lutar contra a agenda autoritária e conservadora do governo ilegítimo de Michel Temer.

23. Reafirmar a defesa da democracia interna como condição fundamental para a garantia de debates qualificados, assegurando pleno respeito à pluralidade de posições de maneira a assegurar a unidade docente na luta.

TR – 11

O 37º CONGRESSO DO ANDES-SN DELIBERA:

1. lutar pela revogação da Portaria 1.129/17 do Ministério de Trabalho, sobre trabalho forçado e condições análogas à escravidão;
2. lutar contra o Programa de Desligamento Voluntário (PDV) de servidores federais instituído pela MP 792/17;
3. lutar contra a MP 805/17, que altera a contribuição previdenciária dos funcionários públicos federais de 11% para 14%;
4. lutar contra o Projeto de Lei 116/17 (Complementar) que tramita no Senado, que estabelece regras para a demissão de servidor público estável por "insuficiência de desempenho";
5. acompanhar os desdobramentos da tramitação do PL 3.831/15, que regulamenta a negociação coletiva dos servidores públicos de todas as esferas;
6. organizar a quarta etapa do Curso de Formação Política e Sindical, com o tema "Quilombolas, luta e revolução", no primeiro semestre do ano de 2018;
7. organizar novo curso de formação política e sindical no ano de 2018 com o tema: "Universidade, trabalho e movimento docente";
8. realizar, juntamente com as seções sindicais em articulação com as secretarias regionais, atividades de formação que contemplem os temas do Curso Nacional realizado de acordo com a aprovação no 36º Congresso do ANDES-SN;
9. fortalecer, ampliar e capilarizar nos estados e regionais a CSP-Conlutas;
10. participar da comissão criada na reunião de reorganização da classe trabalhadora, organizada pelo ANDES-SN, e promover a realização de debates sobre o tema nos estados, na perspectiva de realizar uma reunião ampla de reorganização da classe trabalhadora no primeiro semestre de 2018;

11. realizar, no primeiro semestre de 2018, em articulação com entidades e movimentos sociais, o Seminário Internacional sobre a reorganização da classe trabalhadora, que estava previsto para 2017, em comemoração aos 100 anos da Revolução Russa e em memória dos 50 anos do assassinato de Che Guevara;
12. pautar, no ANDES-SN, junto às entidades do serviço público e nos espaços de organização dos servidores, a exemplo do FONASEFE, CNESF e outros, a necessidade de construção de uma greve dos(as) servidores(as) públicos(as) em 2018 contra a retirada de direitos e em defesa dos serviços públicos;
13. reafirmar a necessidade de greve geral, a ser construída pelas centrais sindicais, contra as reformas e nenhum direito a menos.

TEXTO 12

Diretoria do ANDES-SN

POLITICA EDUCACIONAL

TEXTO DE APOIO

Ampliar os esforços para barrar os ataques à educação e às instituições de ensino superior públicas

Fica cada vez mais evidente que as alterações na estrutura e funcionamento do sistema de ensino brasileiro estão ancoradas em um projeto político hegemônico que tem por finalidade adequar esse sistema aos interesses do capital. Essa adequação se expressa em relação a diferentes elementos da educação, como financiamento, currículo escolar, formação docente, organização do trabalho e da carreira docente.

Para o ensino superior, essa perspectiva tem criado enorme obstrução à consolidação do projeto de uma universidade efetivamente pública, gratuita, laica, democrática e comprometida com a busca de soluções para os graves problemas vivenciados pela maioria da população brasileira.

Nesse cenário, o ANDES-SN vem envidando esforços para se fazer presente nas diversas frentes de luta que se organizam sob a bandeira da defesa da educação pública. Todavia, a enorme dificuldade em barrar as medidas propostas pelas contrarreformas mais gerais, que aniquilam os direitos e sucateiam os serviços públicos, também se expressa em relação àquelas apresentadas para a educação em sua totalidade e para o ensino superior público, em particular. Mesmo com as importantes lutas contra os ataques à educação pública, a correlação de forças, até o presente momento, tem favorecido o avanço do projeto privatista e mercantilista.

O Governo Temer, de forma autoritária, impôs a contrarreforma do ensino médio (Lei 13.415/17), ao mesmo tempo em que conseguiu aprovar a EC 95/16 (que congela investimentos na educação pública e outros serviços, por vinte anos) e a LCP 159/17 (que estabeleceu a pactuação da dívida dos estados com a União).

Após a realização de pseudo-audiências convocadas pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), segue em curso o processo de finalização da Base Nacional Comum Curricular para a educação infantil e para o ensino fundamental. O CNE emitirá parecer e resolução que normatizarão a BNCC e que serão enviados ao MEC para homologação. O Conselho dos Secretários de Educação dos Estados (CONSED) está orientando as redes de educação a se organizarem para implementação da Base. Na última versão, antes das audiências do CNE, a BNCC foi reestruturada na ideia de “Competências Gerais”, tanto para a educação infantil, quanto para o ensino fundamental. Para a educação infantil, utiliza as expressões “Direitos de aprendizagem e os Campos de Experiências” e, para o ensino fundamental, “Áreas de Conhecimento”, “Competências Específicas das Áreas” e “Competências Específicas dos Componentes” – anos iniciais e anos finais.

Ainda que se tente passar a ideia de que a BNCC foi resultado de um amplo processo de discussão e participação da comunidade educacional brasileira, ela se inspira na centralização curricular, na perspectiva de uma diretriz pragmática e utilitária e parte de um pressuposto que enfatiza a construção de uma subjetividade voltada para prioridades individuais, em detrimento das necessidades coletivas, já que postula uma visão de formação humana destituída do objetivo de desenvolvimento da consciência crítica em relação ao mundo, sem contar que reforça o conservadorismo, presente, entre outros fatos, na propalada “ideologia de gênero”.

Quanto ao enfrentamento à Lei da Mordada nas escolas, podemos afirmar que essa lei não foi derrotada, mesmo que tenha sofrido alguns reveses. Tanto no Congresso Nacional, quanto em Assembleias Legislativas e Câmaras de Vereadores, o tema continua sendo debatido, seja pela apresentação de projetos de lei, seja pela realização de audiências públicas. Simultaneamente, aumenta o número de casos, nos diversos estados brasileiros, em que docentes de diferentes níveis do ensino, grupos ou núcleos de pesquisas, de estudos e extensão de IES vêm sofrendo perseguições, assédio moral, processos administrativos e ações de ministérios públicos, direta ou indiretamente relacionados ao patrulhamento ideológico.

No tocante à formação de professores(as), segue no MEC a consolidação de uma política já denunciada em materiais produzidos pelo GTPE. No mês de outubro de 2017, representantes do MEC anunciaram iniciativas em relação ao tema. A Residência Pedagógica passou a fazer parte do processo de “modernização” do PIBID, com oferecimento de 80 mil vagas em 2018. Será operacionalizada por meio de parceria de instituições formadoras e convênios com a rede pública de ensino. Em novembro do mesmo ano, a proposta começou a ser viabilizada, por meio de pareceria envolvendo a prefeitura de São Paulo, a UNESP, o Instituto Ayrton Senna, o MEC e a Capes. Também foram apresentadas pelo MEC outras medidas, tais como a flexibilização das regras para bolsistas do Programa Universidade para Todos (PROUNI), para preencher vagas ociosas. Os professores que desejarem fazer uma segunda formação em curso de licenciatura poderão entrar sem comprovação de renda, sendo que essas vagas também estarão disponíveis para o público em geral. Outras iniciativas anunciadas para 2018 foram reserva de 75% de vagas da UAB para formação docente em primeira ou segunda licenciatura; ampliação dos mestrados profissionais, abrangendo as áreas e os componentes curriculares que compõem a BNCC, especializações e cooperação internacional. O Exame Nacional do Magistério da Educação Básica (ENAMEB) continua em tramitação.

Especialmente em relação ao ensino superior público, segue a política de contingenciamento e diminuição das verbas orçadas, e a perspectiva de privatização acentuou-se com a possibilidade de aprovação da proposta de criação do Fundo Patrimonial para as IFES. De acordo com o PL 4643/12, esse fundo será de caráter privado, composto a partir de doações de pessoas físicas ou jurídicas com a possibilidade de dedução do imposto de renda. Já o PLS 16/15 também institui “fundos patrimoniais vinculados com personalidade jurídica de direito privado sem fins lucrativos para receber e administrar recursos provenientes de doações de pessoas físicas e jurídicas.”

No segundo semestre de 2017, foi apresentada a PEC 366/17, de autoria do deputado federal André Sanchez, do PT de São Paulo, propondo alterar o Art. 206 inciso IV, que trata da gratuidade do ensino público nos estabelecimentos com a seguinte redação: “§ 2º O pagamento dos custos do ensino superior ministrado nos estabelecimentos oficiais de ensino será proporcional ao nível socioeconômico do estudante, admitida a possibilidade de pagamento sob a forma de prestação de serviço profissional, nos termos da lei, e assegurada a gratuidade para o estudante que tenha cursado o ensino médio completo em escola pública ou como bolsista integral em escola particular”. Em decorrência de pressão popular, a PEC 366/17 foi retirada pelo proponente.

Para além do modelo de financiamento das IES públicas, o viés privatista se manifesta no ataque à autonomia e à democracia dessas instituições, na estruturação da carreira docente e no controle das atividades de docência, pesquisa, extensão e administração desenvolvidas pelos(as) professores(as). Isto não ocorre sem resistência e luta. Foi o que aconteceu, por exemplo, nas IEES do Rio de Janeiro e na Universidade Estadual da Paraíba, que conquistou, em 2017, por meio de greve, pontos importantes da pauta reivindicatória. A luta vitoriosa dos professores se traduziu no recuo do governo que ameaçava retirar direitos da categoria. Igualmente foi o que aconteceu com movimento em defesa da Universidade da Integração Latino-Americana (UNILA), realizado pela seção sindical, em articulação com os demais segmentos da comunidade acadêmica e com apoio da comunidade local, impedindo o fechamento e a reestruturação para adequá-la aos interesses do agronegócio. O ANDES-SN participou ativamente dessas lutas em todos os momentos.

É nessa dinâmica de ataques e resistências que novas demandas nos desafiam, como aquelas relacionadas aos direitos das pessoas com deficiência que trabalham e estudam nas IES públicas, exigindo das instâncias organizativas do sindicato acolhê-las como parte importante de nossas reivindicações. Precisamos cobrar das administrações superiores a garantia de uma política de inclusão de estudantes, técnico-administrativos e docentes com deficiência, que abranja o acesso aos cursos, aos concursos, a existência de cotas, a organização de núcleos especializados de atendimento a essas pessoas, enfim, todas as condições adequadas de ensino e de trabalho, em conformidade com as características de cada deficiência.

Assim como nos posicionamos em relação aos ataques mais gerais aos direitos da classe trabalhadora, defendemos que o freio ao processo de desmonte da educação pública passe pelo fortalecimento de espaços construídos coletivamente por entidades que se mantêm firmes e coerentes na construção de um projeto coadunado com as propostas do ANDES-SN, assim como passa também pela unidade de ação com outras entidades que lutam por bandeiras que fazem parte de nossas deliberações.

Entendemos que, com o fim de um período marcado pela existência de governos de conciliação de classe, vivenciamos um contexto de movimentação política na sociedade

brasileira, com novos deslocamentos dos setores que antes apoiavam, em boa parte, a política educacional daqueles governos. Isto abre espaços para disputas nas bases desses setores, ainda que algumas de suas direções atuem para reforçar perspectivas eleitorais para 2018 atreladas à política educacional que nega a concepção de educação pública defendida pelo extinto Fórum Nacional em Defesa da Educação Pública, do qual o ANDES-SN fazia parte.

Nessa direção, em 2017, realizamos o “Dia Nacional em Defesa da Educação Pública” (11-08), incorporado na Agenda do FONASEFE e da CSP-Conlutas, assinamos um manifesto com a UNE em defesa das Universidades Públicas (23-09) e criamos a Frente Nacional em Defesa das Instituições de Ensino Superior Públicas (19-10). No mesmo sentido, continuamos atuando na Coordenação Nacional das Entidades em Defesa da Educação Pública e Gratuita (CONEDEP), buscando ampliá-la e fortalecê-la, por considerarmos que esta é a nossa principal tarefa, rumo à realização do III Encontro Nacional de Educação, que tem o objetivo de elaborar diretrizes e princípios que balizem um Projeto de Educação Pública Classista e Democrática. Destacamos que as deliberações do ANDES-SN relacionadas à educação foram apresentadas no III Congresso da CSP-Conlutas (outubro de 2017), sendo todas aprovadas, ampliando, assim, as alianças em defesa de uma política educacional classista, democrática e popular. A luta do ANDES-SN pela conquista desse projeto foi descrita em um texto anexo ao texto de apoio da política educacional apresentado no 62º CONAD, intitulado “Conhecer a história para reafirmar princípios: trajetória do ANDES-SN na luta em defesa da educação pública”.

Naquele texto, entre outras informações, com a chegada de Temer à presidência, houve a retirada de algumas entidades do Fórum Nacional da Educação (FNE), criado no Governo Lula da Silva, com anúncio de mudança na sua composição e de alterações nas atribuições daquele Fórum na construção da CONAE. O Decreto de 26/04/2017 da Casa Civil do Governo Temer convocou a III CONAE para 2018, com o seguinte tema: “A consolidação do sistema nacional de educação - SNE e o Plano Nacional de Educação - PNE: monitoramento, avaliação e proposição de políticas para a garantia do direito à educação de qualidade social, pública, gratuita e laica”

Em resposta a esses fatos, algumas entidades signatárias da Conferência Nacional da Educação (CONAE) se retiraram do FNE e organizaram um movimento denominado, inicialmente, Comitê Nacional de Luta em Defesa da Educação Pública, transformado depois em Fórum Nacional Popular de Educação (FNPE). Esse Fórum convocou a Conferência Nacional Popular de Educação (CONAPE), para 2018, antecedida de conferências estaduais, em 2017, cuja motivação foi “... a necessidade de manter a mobilização em torno da defesa do PNE, a necessidade de monitoramento das metas e da análise crítica e das medidas que têm inviabilizado a efetivação do Plano...”.

Também no texto do GTPE, apresentamos o processo que levou o ANDES-SN a deliberar pela não participação na CONAE de 2010 e fizemos reflexão inicial sobre o significado do FNPE e da CONAPE em uma conjuntura marcada pelo fim do governo de conciliação de classe de Lula e Dilma. A reflexão sobre o tema tem acontecido em reuniões da diretoria, do GTPE, dentro da CONEDEP e da setorial da educação da CSP-Conlutas. No 62º CONAD, decidimos que as seções sindicais deveriam pautar o debate da participação ou não do ANDES-SN na CONAPE.

Em relação a essa participação, a partir dos debates acontecidos, destacamos alguns questionamentos apresentados: a) No FNPE, existem várias entidades que apoiaram, formularam e ajudaram a aplicar políticas educacionais frontalmente contrárias as

nossas deliberações, como PROUNI, FIES, REUNI, PNE 2014/2024; b) a maioria das entidades signatárias do FNPE não aceitou o convite feito pelas entidades que compõem a CONEDEP para a retomada da construção do projeto de educação pública defendido pelo extinto Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública, materializado no PNE da Sociedade Brasileira, apresentado ao Congresso Nacional nos anos 90, durante o governo de FHC. Em razão disso não contamos com a presença dessas entidades na organização do Comitê dos 10% do PIB para Educação Pública Já!, que realizou um plebiscito em 2010 sobre financiamento da educação e, depois, o I e o II Encontros Nacionais de Educação, em 2014 e em 2016, respectivamente no Rio de Janeiro e em Brasília; e c) as movimentações do FNPE rumo a CONAPE indicam que a motivação maior desse projeto é a defesa da política educacional que vinha sendo desenvolvida durante os Governos Lula e Dilma, coroada com a aprovação da Lei 13005/14 (PNE 2014-2024) e que foi amplamente denunciada pelo ANDES-SN e outras entidades que outrora estiveram juntos na formulação e defesa do PNE da Sociedade Brasileira.

Portanto, assim como tivemos a coragem de denunciar a farsa da CONAE e não participar da legitimação de uma política educacional de viés privatizante, que se confronta profundamente com os princípios e diretrizes do projeto de educação que defendemos, nos posicionamos pela não participação como entidade signatária do FNPE e da CONAPE. A percepção de que o espaço para exposição e disputa do projeto de educação do ANDES-SN, nas estruturas formais dessas iniciativas, é quase inexistente não nos impede de organizarmos de apresentar nossas propostas nas conferências municipais e estaduais. Essa participação deve ser articulada com os movimentos sociais e entidades classistas, com a CONEDEP, o movimento estudantil e os setores da CSP-Conlutas, que hoje disputam e constroem os sindicatos da educação básica em vários estados, como o SEPE/RJ, CPERS/RS e da APEOESP/SP, entre outros. Assim, devemos estar presentes nessas conferências, divulgando em nota nosso posicionamento e convidando os participantes para o III ENE, além de distribuir materiais do ANDES-SN, como as cartilhas sobre a Reforma do Ensino Médio e a defesa dos direitos das mulheres, dos(as) negros(as) e da comunidade LGBTQTT.

Diante do exposto, reforçamos que nossa principal tarefa no debate educacional em curso na sociedade brasileira seja a de continuar denunciando o caráter excludente, meritocrático, privatizante da política sintetizada no PNE aprovado no governo Dilma, mas que, também, se espraia para outras ações, tais como programas e medidas no campo do currículo, da formação de professores, na política de C&T. Ao mesmo tempo devemos intensificar nossa ação para ampliar a participação de outras entidades e movimentos nos espaços que estamos construindo, especialmente a CONEDEP. Nesse sentido, é fundamental que as seções sindicais, em articulação com fórum ou comitês, se envolvam para garantir a realização, em 2018, de um significativo III ENE, antecedido de encontros preparatórios nos estados com expressiva participação, consolidando-os como espaços representativos das lutas de todos(as) os(as) trabalhadores(as) e da juventude em defesa de uma educação pública que esteja articulada a um projeto de sociedade mais igualitária e mais justa.

RESOLUÇÕES DO 36º CONGRESSO DO ANDES-SN

IV - POLITICA EDUCACIONAL

O 36º CONGRESSO delibera:

- 1. Envidar esforços, por meio das seções sindicais e regionais, para a criação nos estados e municípios de Frentes/Fóruns/Comitês a favor da campanha Escola sem Mordaza e fortalecer as iniciativas existentes, realizando eventos para debates e manifestação de denúncia, referenciando-se na Cartilha “Projeto do Capital para Educação: Análise e Ações para a Luta”.*
- 2. Participar como Amicus Curiae da ADI apresentada pela CNTE e CONTEE contra a lei que instituiu a escola livre em Alagoas.*
- 3. Ampliar a denúncia dos impactos negativos das Leis nº 12.772/12, nº 13.325/16, nº 13.243/16 e a Portaria 17/16 da SETEC em relação ao projeto do ANDES-SN para as universidades brasileiras.*
- 4. Continuar acompanhando a tramitação em níveis nacional, estadual e municipal dos PL, PEC e iniciativas dos executivos que aprofundam a contrarreforma da educação na perspectiva do desmonte, privatização e mercantilização da educação pública, com ações de denúncia e enfrentamentos.*
- 5. Continuar aprofundando a análise da Política de Formação de Professores(as) (Resolução nº 02/2015 do CNE de junho de 2015, Base Nacional de Formação dos Professores(as), o PL 5054/2016/Residência docente, PL 6114/2009/ENAMEB e o Decreto 8.752/2016).*
- 6. Lutar contra a aprovação da MP 746/2016 e PLV 34/2016 denunciando o seu caráter autoritário, seu teor tecnicista e a desqualificação da formação e da carreira do(a) professor(a) do ensino médio.*
- 7. Acompanhar a tramitação do PL 6840/2013 que visa instituir a jornada em tempo integral no ensino médio e dispor sobre a organização dos currículos do ensino médio em áreas do conhecimento, pautando sua análise para indicação de enfrentamento.*
- 8. Lutar contra o Ajuste Fiscal que retira recursos da educação para obter o superávit primário para o pagamento da dívida.*
- 9. Lutar contra a aprovação da PEC 53/2016 que, a pretexto de defender a educação como serviço essencial, limita ainda mais o direito de greve conquistado pelos servidores públicos.*
- 10. Denunciar os objetivos da Portaria 983 de 2016 do MEC, que cria um grupo de trabalho para regulamentar a educação como um serviço que deve ser comercializado seguindo o que propõe o Trade in Services Agreements (TISA), aprofundando o que já determina o Acordo Geral do Comércio e Serviços (OMC).*
- 11. Estreitar as relações com centrais sindicais e sindicatos internacionais da educação no sentido de fortalecer as lutas dos(as) trabalhadores(as) de todo o mundo, na defesa de uma sociedade justa e solidária de uma educação classista e democrática.*
- 12. Realizar estudos para identificar a transferência de fundo público para o setor privado da educação, por meio de programas como, por exemplo, o Fies, o Prouni, o Pronatec e as perdas de arrecadação de recursos oriundas das isenções fiscais.*
- 13. Identificar e combater a atuação do poder judiciário e dos Ministérios Públicos na criminalização dos movimentos estudantil, sociais e dos(as) trabalhadores(as).*
- 14. Realizar o V Seminário Estado e Educação do ANDES-SN no primeiro semestre de 2017.*
- 15. Pautar o debate no ANDES-SN e na Coordenação Nacional das Entidades em Defesa da Educação Pública e Gratuita (Comitês/Fóruns Estaduais), sobre a organização do III ENE, indicando a necessidade de realização nos estados, em 2017, de diagnósticos educacionais e seminários temáticos, como subsídio para a elaboração do projeto classista e democrático de educação.*

TR - 12

O 37º CONGRESSO DO ANDES-SN DELIBERA:

- 1.** continuar produzindo, no âmbito do GTPE, material de análise sobre formação docente (ENAMEB, residência pedagógica, criação de mestrado profissional, utilização das vagas ociosas do PROUNI e reservas de vagas da UAB, entre outros), denunciando essas medidas como estratégias de desvalorização do magistério, da carreira docente, aligeiramento da formação docente e transferência de recursos públicos para o setor privado;
- 2.** elaborar, no GTPE, instrumentos de coleta de dados sobre formas de controle de carga horária mínima e máxima, existência de comissão de avaliação anual do trabalho docente, vinculação do regime de DE ao produtivismo acadêmico, a ser enviado para as seções sindicais, para posterior análise e estabelecimento de estratégias de enfrentamento das situações identificadas;
- 3.** elaborar material de análise sobre os projetos de leis que propõem a criação de Fundo Patrimonial como mais uma forma de financiamento das IFES, denunciando-os como parte do processo de mercantilização e subordinação dessas instituições aos interesses privatistas;
- 4.** produzir informantes especial, atualizando as informações sobre a Base Nacional Curricular Comum; Reforma do Ensino Médio; Escola sem mordaça, entre outros;
- 5.** produzir, no âmbito do GTPE, um instrumento de coleta de dados sobre a inclusão de pessoas com deficiência nas IES, para ser enviado às seções sindicais, com posterior análise e indicação de ações a respeito do tema;
- 6.** organizar, por meio das seções sindicais e regionais, em articulação com entidades e movimentos da educação que atuam na CONEDEP e na CSP-Conlutas ou outras afinadas com nosso projeto, intervenção política nas conferências estaduais preparatórias a Conferência Nacional Popular de Educação (CONAPE), que acontecerá em 2018. Nessa intervenção, entregar as cartilhas do ANDES-SN sobre a reforma do ensino médio, defesa dos direitos das mulheres, do(a)s negro(a)s, do(a)s indígenas e da comunidade LGBTQTT e apresentar uma nota conjunta expondo o projeto de educação pública defendido por essas entidades, convocando os presentes a participarem dos encontros estaduais preparatórios ao III ENE e da etapa nacional;
- 7.** envidar todos os esforços, por meio das seções sindicais e das regionais, para (re)organizar os fóruns, comitês e frentes em defesa da educação e das Instituições de Ensino Superior Públicas, visando ampliar as ações de enfrentamento ao desmonte do setor público de educação, realizar os encontros estaduais preparatórios ao III ENE, dar continuidade às lutas pela revogação da contrarreforma do ensino médio, contra as iniciativas que querem instituir a lei da mordaça nas escolas e contra a BNCC, entre outras;
- 8.** envidar todos os esforços, por meio das seções sindicais e das regionais, para assegurar uma expressiva delegação do ANDES-SN no III ENE.

TEXTO 13

Diretoria do ANDES-SN

POLÍTICA DE CLASSE PARA AS QUESTÕES ÉTNICO-RACIAIS, DE GÊNERO E DIVERSIDADE SEXUAL

TEXTO DE APOIO

O Grupo de Trabalho Política de Classe para as Questões Étnico-Raciais, de Gênero e Diversidade Sexual (GTPCEGDS) do ANDES-SN realizou uma série de atividades no último ano com base nas deliberações de Congresso e do CONAD e também resultantes do crescente número de demandas.

As denúncias de assédio sexual em eventos, entidades e universidades têm sido recorrentes, o que levou o ANDES-SN a intensificar o enfrentamento a esse tipo de assédio.

No 36º Congresso formou-se uma comissão para receber denúncias de assédios que ocorreram durante a realização do evento. Como desdobramento, no 62º CONAD, foi criada a Comissão de Enfrentamento ao Assédio para receber e apurar denúncias e propor ações educativas durante a realização do congresso. O mesmo CONAD aprovou o encaminhamento ao 37º Congresso da proposta de inserir, no Estatuto do ANDES-SN, formação de Comissão de Enfrentamento ao Assédio para atuação durante os Congressos e os CONADs.

No primeiro semestre de 2017, o GTPCEGDS revisou e atualizou a cartilha “Em defesa dos direitos das mulheres, dos indígenas, das/os negras/os, das/os LGBT”, publicada em 2016, e produziu materiais de campanha para divulgação em eventos e debates.

Dessa forma, durante o 62º CONAD uma campanha de combate ao assédio sexual foi realizada por meio (i) do lançamento da cartilha revisada “Contra todas as formas de assédio, em defesa dos direitos das mulheres, das/os indígenas, das/os negras/os e das/os LGBT”¹⁷, (ii) do lançamento de um vídeo sobre assédio sexual¹⁸, que foi produzido para ser divulgado nos eventos do ANDES-SN e outros espaços, como uma ferramenta educativa e como indicação do posicionamento do Sindicato Nacional sobre a questão; e (iii) da distribuição de adesivos, cartazes e camisetas alusivos ao tema. Esse material está sendo divulgado em atividades realizadas pelas regionais e seções sindicais em todo o país e utilizado em eventos nacionais como no III Congresso da CSP-Conlutas em outubro de 2017.

Debates sobre assédios e opressões com a distribuição da Cartilha estão sendo realizados nos encontros regionais do ANDES-SN e eventos promovidos em parceria com seções sindicais e movimentos sociais. Entre as seções sindicais que realizaram atividades, destacam-se aquelas localizadas em cidades do interior do país, onde as denúncias sobre os diferentes tipos de assédios e opressões são mais frequentes.

Relatos sobre assédio sexual e casos de estupro nas universidades com registros de consequências, como sofrimento mental e suicídio, sugerem que as principais vítimas

¹⁷ <http://portal.andes.org.br/imprensa/documentos/imp-doc-1669293546.pdf>

¹⁸ <https://www.youtube.com/watch?v=quRFEgvyBpo>

são as estudantes. A apuração desses tipos de violência geralmente não acontece ou é conduzida em processos morosos, sem afastamento dos(as) denunciados(as) ou com a quebra de sigilo das informações fornecidas pelos(as) denunciantes.

A ocorrência, nas IES, de racismo, xenofobia, LGBTfobia e assédio moral também é citada por participantes de alguns eventos. O assédio moral pode ocorrer de forma horizontal e vertical, e sua prática está sendo intensificada nas universidades com a redução cada vez maior dos recursos financeiros, ocasionando o aumento da pressão sobre docentes e levando parte da categoria ao adoecimento.

Entre as diversas ações do GT, destaca-se a realização, nos dias 24 a 26 de agosto de 2017, em Pelotas/RS, do Seminário Nacional Integrado do GTPCEGDS: III Seminário Nacional de Mulheres do ANDES-SN; II Seminário Nacional de Diversidade Sexual e III Seminário Nacional de Reparação e Ações Afirmativas. Sediado pela ADUFPEL Seção Sindical esse seminário contou com a participação de 110 pessoas entre docentes e representantes de movimentos sociais e sindicais. Na ocasião evidenciou-se a invisibilidade da população transexual no âmbito dos sindicatos, universidades e sistema público de saúde e a LGBTfobia, o machismo, o racismo e a xenofobia nas instituições de ensino. Houve destaque para a interseccionalidade de classe, gênero e questões étnico-raciais e sua relação com a violência, e foram identificados os desafios para a inclusão e permanência estudantil nas universidades.

A realização dos três seminários temáticos do GTPCEGDS de forma integrada foi avaliada positivamente por permitir um debate ampliado e aprofundado sobre as questões relacionadas ao grupo de trabalho, com recomendação para manutenção desse evento e definição da periodicidade.

Após o Seminário Integrado, foi realizada, no dia 27 de agosto, a reunião conjunta do GTPAUA, GTC&T e GTPCEGDS para debater questões que envolvem a demarcação de terras indígenas, a biodiversidade e a pressão sobre os recursos naturais e energéticos das terras e aprofundar o debate sobre a dívida ecológica.

Finalmente, no 37º Congresso do ANDES-SN os documentários sobre a trajetória de professores(as) negros(as) e de professores(as) LGBT nas universidades serão lançados, o que marca o início de um conjunto de iniciativas direcionadas ao registro histórico dessas populações nas universidades brasileiras.

Recrudescimento do conservadorismo, retirada de direitos das mulheres e reflexos no trabalho nas universidades

O recrudescimento do conservadorismo é a marca do ano de 2017 em relação à pauta feminista, da mesma forma que a luta e resistência das mulheres continuam em evidência no Brasil e no mundo. A grande mobilização das mulheres trabalhadoras no dia 8 de março em todos os continentes, os enfrentamentos na luta contra as reformas protagonizados por lideranças feministas e as agendas de Ângela Davis e Judith Butler no Brasil são exemplos da força do movimento feminista e evidenciam a luta anticapitalista, antifascista, antirracista e em defesa da vida das mulheres.

Os ataques aos direitos das mulheres perpassam, entre outros, o judiciário e o legislativo, por exemplo, depois de uma década após a publicação da Lei Maria da Penha, uma desembargadora do Tribunal de Justiça da Bahia (TJ-BA), propôs a mudança do nome Varas de *Violência Doméstica e Familiar* para *Justiça pela Paz em Casa*, utilizando conceitos da justiça restaurativa nas Varas de Violência Doméstica.

Esta proposta, que desloca os casos de violência doméstica para a justiça restaurativa, minimiza a violência sofrida por mulheres, desrespeitando a própria legislação, que é resultante da luta dos movimentos feministas.

Nesse mesmo contexto, um militante do PSC deu entrada no Senado Federal de uma *Ideia Legislativa* (73169/17), por meio do Portal E-Cidadania, apoiada com pouco mais de 20.000 assinaturas, para a “Extinção do termo feminicídio e agravante para qualquer crime passionai” do Código Penal, justificando que o “feminicídio, cuja lei foi sancionada como se as mulheres morressem por serem mulheres é um termo totalmente infundado que fere o princípio de igualdade constitucional”. Argumenta que um crime cometido contra qualquer pessoa em função de violência passional deve ser considerado crime hediondo. Esta proposta foi transformada na *Sugestão* 44/2017 e submetida à consulta pública. Em 9 de novembro de 2017, a relatora da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado votou pela rejeição da proposta.

Na Câmara Federal, tramita a PEC 181/15 do Senado, inicialmente proposta para estender a licença maternidade em caso de parto prematuro é considerada um avanço sobre os direitos das mulheres no contexto da Reforma Trabalhista. Entretanto o texto sofreu um substitutivo por parte do relator, que inseriu dois artigos que tratam da proteção da vida desde a concepção. A proposta é uma crueldade, pois condiciona que as mulheres, para terem acesso a um direito (ampliação da licença maternidade), perdem o direito de decidir se manterão ou não uma gestação em caso de estupro, de risco de morte e de feto anencéfalo. A proposta com substitutivo foi aprovada pela Comissão Especial destinada a proferir parecer à Proposta de Emenda à Constituição por dezoito votos a um no dia 08 de novembro de 2017. Vale ressaltar que os 18 deputados que votaram favoravelmente são homens e compõem a ala fundamentalista do Congresso Nacional. A aprovação da PEC 181/15 com substitutivo pela Comissão representa mais uma tentativa de ampliar mecanismos de controle dos corpos das mulheres. Como resposta, milhares de mulheres ocuparam as ruas do país no dia 13 de novembro de 2017, demonstrando a força do movimento feminista.

A pauta de legalização do aborto representa o enfrentamento do retrocesso e dos movimentos reacionários no país. O ANDES-SN aprovou a luta pela descriminalização do aborto no 34º Congresso e, na atual conjuntura, torna-se fundamental intensificar a visibilidade da luta pela sua legalização. A defesa da vida das mulheres deve ocorrer concomitante com a luta pela oferta de políticas públicas de saúde direcionadas aos direitos sexuais e reprodutivos para atender com integralidade as necessidades e escolhas da mulher.

O machismo e os assédios estão presentes nas IES aumentando os casos de violência de gênero e adoecimento na categoria. Com o avanço de práticas machistas, racistas, xenofóbicas, sexistas e LGBTfóbica, a universidade tornou-se palco para grupos conservadores e fundamentalistas, compostos por docentes, técnicos-administrativos, técnicas-administrativas e estudantes, que, se utilizando da violência e da força, tentam silenciar e criminalizar os movimentos populares, o movimento docente, os grupos de pesquisa, a extensão e o ensino alinhados ao marxismo, ao gênero, à sexualidade e às questões étnico-raciais. Como exemplo, as ameaças de morte direcionadas a uma docente e integrante de um grupo de pesquisa da Universidade Federal da Bahia em novembro de 2017.

Conselhos Universitários, Conselhos de Ensino, Pesquisa e Extensão e Comissões tornaram-se espaços ainda mais hostis para as mulheres, marginalizando professoras e pesquisadoras por serem mães. Algumas administrações universitárias desrespeitam a

licença maternidade, cobrando relatórios, negam a licença maternidade para adotantes, desconsideram o direito de mães e filhos. Esse quadro, alinhado com a EC 95/16 do teto dos gastos, a proposta de criação de fundos patrimoniais, a autorização para cobrança de cursos de especialização vão aumentar ainda mais a pressão para aumento da produtividade e atividades financiadas, ocasionando o assédio moral e adoecimento docente. Combater as opressões, portanto, é garantir direitos e condições de trabalho para a categoria.

Recrudescimento do conservadorismo, dificuldade de acesso às políticas públicas e os ataques à população LGBT

Pena de morte, tortura e tratamento psiquiátrico com uso de choque e internação compulsória fizeram (e ainda fazem) parte das intervenções adotadas pelo Estado, em todo o mundo, como forma de combater ou “curar” a homossexualidade, a bissexualidade e a transsexualidade. A criminalização e discriminação das relações homoafetivas foram responsáveis pelo atraso na garantia de direitos e oferta de políticas públicas para esta população. Historicamente, a invisibilidade da população LGBT também ocorreu no campo da esquerda, cujas pautas dividiam a classe.

A Revolução Russa evidenciou que a luta contra as opressões também é uma tarefa da classe trabalhadora, e uma das ações do Partido Bolchevique foi a descriminalização do homossexualismo. Desde então, compreende-se a luta das populações LGBT e suas ações como pautas que combatem o conservadorismo de caráter fascista.

O movimento gay se fortaleceu principalmente a partir dos anos 70 do século XX, e sua luta contra as opressões, controle dos corpos e por direitos tinham propostas também alinhadas ao projeto político socialista, pois reconhecia que a liberdade sexual passava a luta de classes.

Para nós, a luta de classes passa também pelo corpo. O que significa que nossa recusa em suportar a ditadura da burguesia, está libertando o corpo dessa prisão, que durante 2 mil anos de repressão sexual, de trabalho alienado e de opressão econômica foi sistematicamente fechado. Então, não existe nenhuma possibilidade de separar nossa luta sexual e nosso combate cotidiano pela realização de nossos desejos, de nossa luta anticapitalista, de nossa luta por uma sociedade sem classes, sem mestre, nem escravo.¹⁹

O Relatório contra a Normalidade denunciava a ditadura da heteronormatividade, as formas como essa influenciava na divisão social do trabalho, na definição dos papéis sociais e na justificativa das opressões. O documento citado é da década de 1970, mas dialoga com o contexto atual, caracterizado pelo conservadorismo e eliminação de direitos.

Entre os absurdos cometidos pelo judiciário, destaca-se seu posicionamento conservador, ao adotar o princípio da autonomia para liberar tratamento direcionado à “cura” da homossexualidade e ao desprezar o princípio da laicidade do Estado para autorizar o retorno do ensino religioso nas escolas públicas.

Outros elementos, como a intensificação de crimes contra a vida da população LGBT e a marginalização por parte do Estado da população trans, colocam em evidência as demandas e pautas dessa população para a defesa da diversidade dentro das IES.

¹⁹ Relatório contra a Normalidade, Frente Homossexual de Ação Revolucionária, 1971.

A Organização Mundial de Saúde (OMS) considera a transexualidade como transtorno de identidade de gênero. Mas, os movimentos LGBT resistem e pressionam a OMS a retirá-la do rol das doenças mentais, afirmando ser um erro considerá-la uma doença. Este posicionamento exerce influência nos serviços de saúde e nas políticas públicas para a população trans. A cirurgia para mudança de sexo, por exemplo, foi garantida pelo SUS somente a partir de 2008, e são poucos os hospitais e ambulatórios que prestam serviços voltados para a saúde dessa população.

Da mesma forma, a população trans vivencia dificuldade para ter o uso do nome social reconhecido. A justiça burguesa e diversas instituições, inclusive as de ensino superior, criam empecilhos para garantir o uso do nome social, pois associam a mudança de nome à mudança de sexo, desrespeitando a diversidade relacionada com a sexualidade.

Diante disso, justifica-se a luta por inclusão e permanência nos cursos de graduação e pós-graduação e a defesa do uso do nome social pela população trans nas instâncias acadêmicas, como nos diários e na Plataforma Lattes, além da luta por melhores condições no Sistema Único de Saúde.

O ANDES-SN e a luta contra o racismo e a xenofobia

O mundo assiste, nem sempre preocupado, à grave situação dos imigrantes que evadem de seus países em decorrência de situações econômicas, políticas e sociais extremamente vulneráveis. As guerras, incendiadas pelos países imperialistas, são motivadoras em potencial das migrações dessas populações. A maioria é não branca. Os números são assustadores. Dados da ONU indicam que há cerca de 160 milhões de pessoas nessa condição, números que se comparam à onda migratória do início do século XX. Segundo a Organização Internacional para Migrações (OIM), mais de 1,3 mil pessoas já morreram na travessia do Mar Mediterrâneo em 2017 na tentativa de chegar à Europa. Na maioria dos países, onde as portas estão fechadas, começa outra batalha pela sobrevivência com o enfrentamento dos governos xenófobos.

Essa dramática realidade não pode ser ignorada. A falta de alternativas, de soluções políticas e sociais, num mundo em permanentes conflitos, resulta em cenas de barbárie e de extrema falta de solidariedade humana.

No Brasil, milhares de venezuelanos, haitianos, senegaleses, sírios, bolivianos, entre muitos outros, têm adentrado o país e convivido com situações extremas de constrangimento. Assistimos ao crescimento da xenofobia, combinada com o racismo, perpetrado pelos gestores públicos, as instituições normativas, como a polícia e alguns setores da sociedade. Por outro lado, nas ruas das cidades brasileiras são visíveis muitas situações de defesa dessas populações pela classe trabalhadora solidária a essa realidade, como em casos de agressão a vendedores ambulantes pelas guardas municipais e polícias estaduais. Urge aprofundar o debate da presença dos imigrantes no Brasil com vistas a ações de solidariedade, apoio às reivindicações e reconhecimento como populações para as quais devem ser garantidos direitos no território brasileiro. É fundamental a ampliação do debate sobre o acesso dessas populações às universidades brasileiras, na perspectiva, tanto de inclusão em momento de extrema vulnerabilidade, como de troca de experiências e conhecimentos.

Sobre o combate à xenofobia, o ANDES-SN pautou a luta da UNILA, UNILAB, pois compreende a importância dessas universidades e demais IES localizadas nas regiões de fronteira, no respeito às diversidades e às diferenças entre brasileiros e estrangeiros. No 62º CONAD, foram aprovadas resoluções que contribuem para minimizar as

dificuldades vivenciadas por grupos migratórios nas universidades (por exemplo: cursos de idiomas, gratuidade na revalidação de diplomas, vagas especiais, entre outras).

Nesse contexto de maior visibilidade do recrudescimento do conservadorismo, diversas facetas do racismo têm se evidenciado, como o do caso dos imigrantes. Mas as práticas racistas continuam a ser uma dura realidade para a população brasileira.

Com o aumento do apelo de maior militarização das polícias e guardas municipais em razão da insegurança pública, a juventude negra brasileira continua sucumbindo, constituindo-se as maiores vítimas de mortes ocorridas por armas de fogo no país. Municípios, como Pelotas-RS, entre outros, que têm agilizado pactos com Organizações Sociais (OS), como a COMUNITAS (financiadas por Itaú, entre outros), têm atuado em projetos de segurança pública, mas que se baseiam na truculência e militarização das guardas municipais. Esses projetos afetam diretamente a juventude periférica e negra, abordada nas ruas das cidades como potenciais suspeitos por delitos. Uma atenção especial deve ser dada à construção do discurso da segurança pública, que tem sido colocado como um debate privatista e também com caráter militarizado, o que provoca mais violência e reprodução de ações radicalizadas.

Em algumas universidades, no momento em que existem reivindicações para a expansão das políticas de reparação para os cursos de pós-graduação, tem sido aventada a diminuição de vagas para as ações afirmativas nos cursos de graduação com a justificativa da crise orçamentária e de que não seria possível assistir aos(as) estudantes. Importante conhecer cada vez mais as formas como as universidades encaram a aplicação das ações afirmativas a fim de acompanhar sua eficiência e reivindicar melhorias. Outro problema a ser enfrentado são as fraudes para o acesso às vagas de cotistas negros(as), sendo fundamental a promoção de debates sobre as formas de atuação das Comissões Verificadoras das autodeclarações étnico-raciais dos concorrentes nas universidades. Importante postura política da categoria docente será a de debater a forma como se acessam as políticas de cotas, pois se trata de garantia para que as reparações sejam colocadas em prática de fato. Ainda, outro problema encontrado pelos(as) estudantes cotistas são o despreparo e, muitas vezes, o desrespeito para com quem advém dessas realidades. Entendemos que as atividades formativas que problematizem o racismo e a necessidade de reparação são fundamentais e devem ser radicalizadas nas IES com todos os setores de trabalhadores(as).

Setores conservadores têm apresentado no Congresso Nacional ações que buscam também atacar as comunidades indígenas e quilombolas. É o caso do julgamento do STF em relação ao pedido de inconstitucionalidade do Decreto nº 4.887/03, que regulamenta as formas de identificação e de demarcação das terras ocupadas por quilombolas pelo INCRA. Ainda tramita na Câmara a PEC 215/2000, que busca aniquilar os direitos indígenas e quilombolas, prevendo que as ações de regularização, identificação e demarcação das terras sejam feitas por deputados(as) e senadores(as). O destino dessas comunidades tradicionais brasileiras fica à mercê de políticos(as) que são proprietários(as) e monopolizam imensas extensões de terras.

RESOLUÇÕES DO 36º CONGRESSO DO ANDES-SN

III. POLÍTICAS DE CLASSE, ETNIAS, GÊNERO E DIVERSIDADE SEXUAL

O 36º CONGRESSO delibera

- 1. Que as seções sindicais debatam em suas instâncias deliberativas, formas de viabilizar a participação, prioritariamente das mulheres e responsáveis por dependentes que exigem cuidados diretos, nas atividades das seções sindicais e do ANDES-SN.*
- 2. Criar espaços de acolhimento e convivência no âmbito das seções sindicais para que docentes com dependentes possam participar de atividades sindicais.*
- 3. Realizar evento do GTPCEGDS no ano de 2017, com duração de três dias que englobará os seguintes seminários: 1º dia para o III Seminário das Mulheres, tendo como centro feminismo classista, com destaque para mulheres negras, mulheres transexuais, mulheres lésbicas e bissexuais e a luta contra o recrudescimento do conservadorismo e a retirada de direitos; 2º dia o do III Seminário de Diversidade Sexual, marcando a luta contra a homofobia, a lesbofobia e a transfobia; 3º dia o Seminário sobre Reparação e Ações Afirmativas.*
- 4. Articular, junto à CSP-Conlutas, aos movimentos de mulheres, ao movimento estudantil e às demais entidades e movimentos interessados, atividades nos dias de luta pela garantia dos direitos das mulheres, em especial o 8 de março, Dia Internacional da Mulher Trabalhadora, pelo seu caráter histórico.*
- 5. Que o ANDES-SN busque compor participação na Comissão Nacional da Verdade da Escravidão Negra no Brasil, criada pelo Movimento Negro e OAB e em trabalho conjunto do Grupo de Trabalho Políticas de Classe, Etnias, Gênero e Diversidade Sexual, a Comissão da Verdade e o Grupo de Trabalho História do Movimento Docente do ANDES-SN visando registrar, visibilizar e mobilizar o movimento docente no combate ao racismo no Brasil.*
- 6. Que o GTPCEGDS crie e alimente com as seções sindicais um observatório de práticas de racismo, lgbtfobia e feminicídio em suas diversas dimensões e outras violências (assassinatos, torturas) nas universidades, com intuito de denunciar e também gerar ações militantes.*
- 7. Que o GTPCEGDS, em conjunto com a Comissão da Verdade do ANDES-SN e o Grupo de Trabalho História do Movimento Docente trabalhe no registro audiovisual de narrativas de docente LGBT, negras e negros das universidades brasileiras, a fim de montar ações de visibilidade a essas trajetórias via produção de documentário e outros materiais de divulgação realizados pelo Sindicato Nacional.*
- 8. Que as seções sindicais debatam em suas assembleias e instâncias deliberativas, a garantia de apoio adicional para os dependentes de seus representantes que participem de atividades sindicais fora do seu domicílio.*
- 9. Que seja garantido para a diretoria do ANDES-SN, no exercício de suas atividades do sindicato fora do domicílio, o auxílio-creche e inclusão da meia diária como suporte.*
- 10. Que o ANDES-SN, a partir dos seus GTs, conjuntamente com as suas seções sindicais, faça o debate nas suas reuniões e leve para os seus espaços formativos e deliberativos, propostas de incorporações das pautas de gênero, étnico-racial, identidade de gênero, orientação sexual e sexualidade, com ênfase no desenvolvimento da carreira e condições de trabalho docente respeitando os princípios do ANDES-SN.*
- 11. Propor e cobrar a elaboração de políticas para a igualdade de gênero nas IES, com a inclusão de apoio a (aos) docentes vítimas de assédio sexual e/ou moral com base no gênero, identidade de gênero, orientação sexual, sexualidade e raça ao mesmo tempo em que regulamenta procedimentos para a denúncia desses casos.*
- 12. Intensificar a luta e aprofundar o debate sobre o machismo e racismo institucional e assédio moral com base no gênero, identidade de gênero, orientação sexual, sexualidade e raça.*
- 13. Lutar pela licença maternidade e paternidade para toda classe trabalhadora de 1 ano, podendo ser solicitada a qualquer momento, até que a criança complete 3 anos de nascimento ou de adoção.*
- 14. Indicar que o GTPCEGDS aprofunde a discussão sobre alteração do seu nome.*

TR – 13

O 37º CONGRESSO DO ANDES-SN DELIBERA:

- 1.** lutar contra os substitutivos da PEC 181/15 aprovados pela Comissão Especial no Congresso Nacional;
- 2.** lutar pela legalização do aborto;
- 3.** lutar pela aplicação da Lei 11645/08 e inserção de disciplinas relacionadas às questões étnico-raciais, de gênero e diversidade sexual na graduação e pós-graduação;
- 4.** pautar, no GTPCEGDS, a necessidade de levantar informações sobre o perfil étnico-racial e de gênero da categoria;
- 5.** pautar, junto às instituições, como ABRUEM, ANDIFES e CONDICAP, o debate sobre as denúncias de assédio sexual e moral, racismo, machismo, xenofobia e LGBTfobia nas IES;
- 6.** criar espaço de acolhimento às vítimas e garantir a apuração das denúncias com transparência;
- 7.** pautar e lutar, em articulação com o movimento estudantil e técnico-administrativo, junto às IES, via conselhos universitários, a criação de espaços para receber denúncias e acolher as vítimas de assédio sexual e moral, racismo, xenofobia, machismo e LGBTfobia e garantir a apuração das denúncias com transparência;
- 8.** construir, via GTPCEGDS, uma cartilha que subsidie o debate sobre o combate e as formas de denúncia de assédio sexual e violência de gênero, racismo e xenofobia, com orientações que contribuam nos encaminhamentos para apuração das denúncias e o acolhimento das vítimas;
- 9.** aprofundar o debate sobre acesso e permanência da população trans nas IES, no âmbito da graduação e pós-graduação;
- 10.** construir, com o setorial LGBT da CSP-Conlutas, ações conjuntas com as entidades de base da Central de defesa dos direitos das populações LGBT e no combate às opressões;
- 11.** fazer, via seções sindicais, o levantamento de informações sobre as experiências das Comissões de Autodeclaração Étnico-Racial das IES para subsidiar debates e posicionamento sobre essas comissões;
- 12.** lutar, via Seções sindicais, pela implementação nas IES de cursos de formação de professores que atendam às especificidades dos(as) estudantes quilombolas e indígenas;
- 13.** debater, juntamente com o GTPE, os processos de validação de diplomas de graduação e pós-graduação dos(as) migrantes e refugiados(as) no Brasil.

TEXTO 14

Diretoria do ANDES-SN

POLÍTICA DE COMUNICAÇÃO E ARTE**TEXTO DE APOIO****POR QUE CANTAMOS**

Mário Benedetti

Se cada hora vem com sua morte
se o tempo é um covil de ladrões
os ares já não são tão bons ares
e a vida é nada mais que um alvo móvel

 você perguntará por que cantamos

 se nossos bravos ficam sem abraço
 a pátria está morrendo de tristeza
 e o coração do homem se fez cacos
 antes mesmo de explodir a vergonha

 você perguntará por que cantamos

 se estamos longe como um horizonte
 se lá ficaram as árvores e céu
 se cada noite é sempre alguma ausência
 e cada despertar um desencontro

 você perguntará por que cantamos

 cantamos porque o rio esta soando
 e quando soa o rio / soa o rio
 cantamos porque o cruel não tem nome
 embora tenha nome seu destino

 cantamos pela infância e porque tudo
 e porque algum futuro e porque o povo
 cantamos porque os sobreviventes
 e nossos mortos querem que cantemos

 cantamos porque o grito só não basta
 e já não basta o pranto nem a raiva
 cantamos porque cremos nessa gente
 e porque venceremos a derrota

cantamos porque o sol nos reconhece
e porque o campo cheira a primavera
e porque nesse talo e lá no fruto
cada pergunta tem a sua resposta

cantamos porque chove sobre o sulco
e somos militantes desta vida
e porque não podemos nem queremos
deixar que a canção se torne cinzas

A disputa contra-hegemônica na comunicação, na perspectiva da comunicação sindical do ANDES-SN, sistematizada no Plano Geral de Comunicação do sindicato nacional, adquire cada dia mais necessidade de aprofundar e ampliar a sua inserção no conjunto da classe trabalhadora. A mídia burguesa tem explicitado cada vez mais o papel de defensora das políticas do capital, com uma ofensiva midiática que busca formar consciências alienadas, adaptadas e com caráter mobilizador de setores da população em torno das demandas empresariais, inclusive com o falacioso discurso da “necessidade das reformas para salvação da crise econômica”. Porém, ainda que com forte investimento midiático das corporações hegemônicas ou governamentais, em diversas pesquisas de opinião verifica-se que a indignação da população com o Governo Temer, com altos índices de rejeição, tanto à reforma da previdência, como ao próprio governo, evidencia que a comunicação contra-hegemônica também tem avançado ao explicitar a perspectiva de comunicação de trabalhadores e trabalhadoras.

Ao longo do ano de 2017, buscamos aperfeiçoar as produções de comunicação do sindicato nacional e suas ferramentas, como a atualização do Portal do ANDES-SN para adequar-se às linguagens e dispositivos recentemente produzidos e o desenvolvimento de materiais de duas campanhas nacionais que tiveram grande repercussão: a) Campanha “Em Defesa da Previdência Pública”. Elaborada pelo GTSSA do ANDES-SN, foram produzidos diversos materiais, como *cards* para redes sociais, cartazes, vídeos de animação, Informandes Especial, camisetas, leque para o carnaval, adesivo e série de reportagens sobre o tema; b) Campanha “ANDES-SN no Combate ao Assédio Sexual”. Elaborada pelo GTPCEGDS do ANDES-SN, foram produzidos cartazes digitais e impressos, vídeo de animação, *cards* para redes sociais nas datas relevantes do calendário do ANDES-SN (como dia do professor, contra a lgbtfobia, consciência negra, mulher, mulher negra latina e caribenha etc.), adesivos, atualização da cartilha de combate às opressões e série de reportagens sobre a campanha e o lançamento por diversas regionais e seções sindicais. O balanço das duas campanhas é bastante positivo pela disseminação das informações e pela amplitude de repercussão por toda a categoria docente e nas instituições de ensino.

Festival de arte e comunicação

Ao longo dos anos, o sindicato nacional vem debatendo a articulação entre comunicação e arte, especialmente nas ações das seções sindicais por meio de atividades culturais, materiais, eventos e outras formas que valorizam o papel transformador da arte, cultura e comunicação. Com este intuito, o CONAD aprovou a construção do Festival de Arte e Cultura do ANDES-SN como forma embrionária de aprofundar e acumular o debate sobre essas questões.

A reunião do GTCA realizada em outubro de 2017 constou de uma mesa de debates sobre a relação arte, política e militância. Avaliou-se a necessidade de aprofundar esse debate no âmbito do ANDES-SN, com o envolvimento de mais docentes do campo das artes nas seções sindicais a partir do fomento do debate nos GTCA's locais. Também foi possível pensar a realização do Festival de Arte e Cultura para o ano de 2018, considerando alguns princípios acumulados da relação entre arte e classe.

Os principais pontos destacados a serem compreendidos nesta relação entre arte e cultura, na perspectiva classista, são: a) arte deve ser encarada como instrumento capaz de realizar crítica sobre as pautas contemporâneas; b) a incorporação mais intensiva da arte na vida sindical exigirá a construção, inclusive, de debates sobre a história de sua própria atuação no campo político-militante, resgatando práticas de forma a construir, também, um ambiente de formação; c) é necessário resgatar as experiências de agitação (*agitprop*) que a esquerda já construiu, a fim de atualizá-las, reapropriá-las e trazê-las criticamente ao debate sobre a militância contemporânea; d) a arte não pode ser encarada nem como um produto, nem apenas como forma, a vida sindical deve se apropriar desse campo como um híbrido forma-conteúdo; processo-produto. Todas e todos devem ser reconhecidos(as) como possíveis produtores(as) de arte, que deve ser introduzida na vida do sindicato, em seu cotidiano, para que a base se enxergue fazendo arte; e) a arte deve ser capaz de auxiliar a romper com uma tradição excessivamente racionalista da construção da classe, trazendo para as lutas – além das questões que já se consolidaram como raça, gênero e diversidade sexual – a sensibilidade como elemento classista, ajudando, também, a enfrentar a dificuldade do sindicato em lidar com o lúdico; f) é necessário resgatar e superar o debate entre arte engajada *versus* arte alienada, considerando as nuances históricas, mas sem perder a referência de uma estética do oprimido como ponto delimitador da produção de uma arte que rompa com a lógica do consumo, amadurecendo um debate crítico, inclusive a respeito da censura que tem recaído em inúmeras expressões artísticas nos últimos tempos; g) o debate sobre consumo de arte deve ajudar, sobretudo a criticar as novas formas de consumo de estilo de vida, incluindo as formas de consumo de vida sindical (sindicato de aparência), que tem dificultado a renovação de militância engajada nas lutas concretas; h) separação entre arte e comunicação deve ser repensada, na medida em que a arte deve comunicar. Ao mesmo tempo, a comunicação deve assumir um caráter experimental em suas ações; i) o sucateamento no setor da cultura faz do processo de editalização ainda mais antigo do que ocorre para o restante da universidade, atingindo de forma especial os docentes da área.

Com esses elementos balizadores, projetamos, ao longo de 2018, realizar o I Festival de Arte e Cultura do ANDES-SN, com objetivo de formação sobre arte e cultura na perspectiva classista e também a socialização das diferentes experiências que a categoria docente vem realizando nas seções sindicais. Esta atividade se realizará de forma articulada com o VI Encontro de Comunicação e Arte do ANDES-SN, no segundo semestre, que será precedido de encontros preparatórios em âmbito regional a serem organizados pelo GTCA.

Pesquisa sobre recursos e políticas de comunicação das seções sindicais

Durante o segundo semestre de 2016, foi realizada pesquisa sobre recursos e políticas de comunicação das seções sindicais, à qual responderam 29 seções sindicais. Entre os resultados encontrados, destacam-se:

- 20 seções sindicais têm boletim ou jornal impresso, 19 têm algum meio eletrônico, 4 têm aplicativo e 3 utilizam meio radiofônico. Nenhuma seção sindical tem a TV como meio de comunicação;
- 26 seções sindicais informam que têm página eletrônica. As páginas são atualizadas, em geral, diariamente. A audiência não é monitorada em 50% das páginas;
- 21 seções sindicais têm o logo do ANDES-SN no seu site e têm o link para o site do ANDES-SN;
- 26 seções sindicais responderam que reproduzem conteúdos elaborados pela comunicação do ANDES-SN;
- 20 seções sindicais têm equipes próprias de profissionais em comunicação;
- 18 seções sindicais possuem serviço de *mailing* de imprensa;
- todas as seções sindicais, sem exceção, utilizam alguma rede social;
- 15 seções sindicais repassam notícias (release) para jornais;
- três seções sindicais participam efetivamente de algum veículo comunitário (jornais, rádios ou TV Comunitárias).

Faz-se agora necessário atualizar o panorama da comunicação no sindicato, realizando nova edição da pesquisa com ampliação do número de seções participantes.

36º. Congresso

1. aprofundar as redes colaborativas de informação entre as equipes de comunicação (profissionais e diretores) das seções sindicais e da imprensa nacional, compartilhando materiais por meio do Repositório Digital do ANDES-SN, utilizando ferramentas de comunicação para cobertura em rede de ações nacionais e outras possibilidades que dinamizem o compartilhamento de informações e potencializem a comunicação;
2. fortalecer o GT de Comunicação da CSP Conlutas Nacional e Estadual com a participação de representantes da diretoria e profissionais da comunicação das seções sindicais;
3. aprofundar, a partir dos encaminhamentos do II Seminário de Comunicação da CSP Conlutas, o debate sobre a comunicação sindical da central para colaborar com a elaboração de um Plano de Comunicação da CSP Conlutas;
4. aprofundar a articulação do trabalho de comunicação com o campo artístico-cultural, integrando militantes e profissionais da área, para realização de políticas de arte e comunicação e produção de materiais;
5. desenvolver, por meio seções sindicais, pelos GTCA locais, ações de formação (seminários, debates etc.) sobre comunicação sindical na perspectiva contra-hegemônica com referência no Plano Geral de Comunicação do ANDES-SN envolvendo docentes e profissionais da comunicação;
6. divulgar a sistematização da pesquisa sobre comunicação sindical do ANDES-SN realizada no segundo semestre de 2016 para aprofundamento e fortalecimento da política de comunicação do Sindicato Nacional.

62º. CONAD

1. realizar, em articulação com as secretarias regionais e seções sindicais do ANDES-SN, encontros preparatórios para o VI Encontro de Arte e Comunicação em 2017.

2. dar continuidade à pesquisa sobre comunicação sindical do ANDES-SN junto às seções sindicais para posterior sistematização e análise do GTCA;
3. pautar no âmbito do GTCA:
 - a. estratégias de fortalecimento da articulação entre a política de comunicação das seções sindicais e a do ANDES-SN;
 - b. organizar o Festival de Arte e Cultura do ANDES-SN como atividade sistemática do sindicato.

RESOLUÇÕES DO 36º CONGRESSO DO ANDES-SN

V - POLÍTICA DE COMUNICAÇÃO E ARTE

O 36º CONGRESSO delibera

- 1. Aprofundar as redes colaborativas de informação entre as equipes de comunicação (profissionais e diretores) das seções sindicais e da imprensa nacional, compartilhando materiais por meio do Repositório Digital do ANDES-SN, utilizando ferramentas de comunicação para a cobertura em rede de ações nacionais e outras possibilidades que dinamizem o compartilhamento de informações e potencializem a comunicação que favoreçam o uso da comunicação como instrumento de luta sindical.*
- 2. Fortalecer o GT de Comunicação da CSP-Conlutas Nacional e Estadual com a participação de representantes das equipes de comunicação das seções sindicais.*
- 3. Aprofundar, a partir dos encaminhamentos do II Seminário de Comunicação da CSP-Conlutas, o debate sobre a comunicação sindical da central para colaborar com a elaboração de um Plano de Comunicação da CSP-Conlutas.*
- 4. Que as seções sindicais aprofundem a articulação do trabalho da comunicação com o campo artístico-cultural, integrando militantes e profissionais da área, para a realização de políticas de arte e comunicação e produção de materiais.*
- 5. Desenvolver, por meio das seções sindicais, pelos GTCA locais, ações de formação (seminários, debates etc.) sobre comunicação sindical na perspectiva contra-hegemônica, com referência no Plano Geral de Comunicação do ANDES-SN, envolvendo docentes e profissionais da comunicação.*
- 6. Divulgar a sistematização da pesquisa sobre comunicação sindical do ANDES-SN realizada no segundo semestre de 2016, para o aprofundamento e o fortalecimento da política de comunicação do Sindicato Nacional.*
- 7. Que as seções sindicais desenvolvam ações de formação em propaganda e militância sindical com base no uso de mídias alternativas e imprensa operária, debatendo a natureza dessas mídias.*
- 8. Aprofundar a relação do ANDES-SN e seções sindicais com as rádios e TVs universitárias.*
- 9. Incentivar o uso pelo movimento sindical das rádios em cada cidade de forma a possibilitar um diálogo com o conjunto da população, permitindo construir a defesa dos serviços públicos e os direitos dos trabalhadores.*

TR – 14

O 37º CONGRESSO DO ANDES-SN DELIBERA:

- 1. realizar o VI Encontro de Comunicação e Arte do ANDES-SN, no segundo semestre de 2018, precedido de encontros preparatórios em âmbito regional durante o primeiro semestre do ano;**
- 2. incentivar as seções sindicais, no âmbito do GTCA local, a debater a articulação entre arte e movimento docente sindical;**
- 3. realizar o I Festival de Arte e Cultura do ANDES-SN de forma articulada ao VI Encontro de Comunicação e Arte do ANDES-SN;**

4. realizar nova pesquisa de opinião de docentes sobre a comunicação do ANDES-SN, com objetivo de aperfeiçoar as ferramentas e a produção de comunicação do sindicato nacional.

TEXTOS 15

Diretoria do ANDES-SN

POLÍTICA AGRÁRIA, URBANA E AMBIENTAL

TEXTO DE APOIO

Nos marcos do modo de produção capitalista há uma contradição fundamental na relação seres humanos *versus* natureza. O capitalismo é antiecológico e, conforme se intensifica o processo de acumulação e expansão, intensifica-se também a devastação ambiental e a expropriação dos meios de produção e dos recursos naturais.

Considerando a permanente expansão do capitalismo, intensificaram-se no mundo os processos de desterritorialização e privatização fundiária, emergindo, na relação capital *versus* natureza, conflitos pela terra, pelo solo urbano e pelos recursos hídricos e minerais. Intensifica-se o processo predatório de expropriação do ambiente e do subsolo de forma implacável. Perdas históricas de direitos sociais e trabalhistas, genocídio dos povos originários e tradicionais, dilapidação dos recursos naturais e culturais são alguns exemplos da entrega, para o mercado e capital financeiro, dos setores essenciais da sociedade.

O agronegócio conseguiu ampliar substancialmente o processo de expropriação dos recursos minerais, com a interferência da sua bancada no Congresso Nacional e Assembleias Legislativas. Com projetos de leis, a bancada ruralista busca retroceder nas demarcações das terras indígenas e ampliação das áreas de plantio: PL 5288/09, que restringe os requisitos da função social da propriedade, como os critérios ambiental e trabalhista para comprovação de produtividade; PL 4059/12, que versa sobre a **venda de terras para estrangeiros**; CPIs, como a da FUNAI-INCRA.

Diante do quadro de aprofundamento da crise de governabilidade do ilegítimo governo Temer, o agronegócio, através da bancada ruralista, encontrou o momento propício para ampliar a agenda antiambiental e escravista, via MP ou projeto de lei, avançando no projeto de arrendamento de terras indígenas para aumento da fronteira monopólica agrícola de produção monocultural de *commodities*. Tornou-se público que o custo para salvar o mandato de Temer da segunda denúncia de Janot incluiu o perdão de R\$ 31,4 bilhões dos ruralistas com o INSS, além de R\$17,0 bilhões perdoados ao converter as dívidas em parcelas do Programa de Recuperação Fiscal (REFIS).

A sanha do agronegócio alcança a bizarra condição de promover a reinstituição da escravidão no país, com a Portaria MTB Nº 1129 DE 13/10/2017, que dificulta o combate ao trabalho análogo ao escravo. Em face das reações provocadas, a portaria foi suspensa e aguarda-se decisão do plenário do Tribunal.

O avanço do capital sobre terras indígenas, quilombolas e a depredação da natureza têm provocado conflitos com traços abertos de rebeliões armadas. É o caso do fato ocorrido em Humaitá - AM, cidade com cerca de 53 mil habitantes, onde, no último dia 24 de outubro, o Ibama, em conjunto com o ICMBio, desencadeou a Operação Ouro Fino para fiscalizar a atividade de extração ilegal de ouro no Rio Madeira. Como produto dessa operação, 37 balsas de garimpeiros foram apreendidas e “pegaram fogo” na tarde do dia 25 de outubro. Revoltados, os garimpeiros invadiram e incendiaram os prédios do Ibama e do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio). A Força Nacional tentou conter a manifestação sem sucesso. Houve confronto. A Marinha enviou para a cidade 30 fuzileiros navais e um navio-patrolha com 56 tripulantes, equipado com um canhão, seis metralhadoras e dois morteiros. O conflito, apesar de controlado segue latente.

O governo busca favorecer também o avanço da mineração. Projetos de leis e medidas provisórias estão sendo elaborados ou aprovados: MP 756/16, que altera os limites da Floresta Nacional (FLONA) do Jamanxim, no Pará, desmembrando parte da área para a criação da Área de Proteção Ambiental (APA) do Jamanxim, e os vetos parciais da MP 758/16, que altera os limites do Parque Nacional do Jamanxim e cria a Área de Proteção Ambiental Rio Branco para dar passagem à Estrada de Ferro (EF) 170, também chamada de Ferrogrão, em fase de construção e próxima à BR-163, no Pará.

Outro exemplo é o Decreto Presidencial 9.142, de 22/08/17, que revoga a Reserva Nacional de Cobre e seus Associados (RENCA). O anúncio da intenção de revogar a RENCA já havia sido feito por Temer em um congresso de grandes empresas de mineração no Canadá. A indignação provocada nacional e internacionalmente e a mobilização de povos indígenas e da floresta, junto às manifestações democráticas de amplos setores da sociedade brasileira, fizeram o presidente revogar o Decreto. Uma vitória momentânea.

Considerando o assentamento rural, em 2018, Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) prevê um corte no orçamento, que, na prática, pode reduzir em 64% a verba de desenvolvimento de assentamentos rurais, 86% a menos para assistência técnica e extensão rural e uma redução de 83% para a obtenção de imóveis rurais para a reforma agrária.

Outro exemplo de descaso para com as questões ambientais é a tragédia de Mariana e outras cidades banhadas pelo Rio Doce. Passados dois anos, as famílias ainda não foram indenizadas e a multa aplicada à empresa não foi paga pela Samarco (Vale/HBC), num dos maiores crimes ambientais do mundo.

Como parte dessas ofensivas, em função da reação dos movimentos sociais, aumentam os assassinatos no campo, que, segundo a Comissão da Pastoral da Terra, só em 2016, ceifou a vida de 61 trabalhadores rurais e, nos primeiros cinco meses de 2017, chacinou 39 camponeses brutalmente, em alguns casos com requinte de crueldade, torturando, decapitando ou mutilando as vítimas, como o povo Gamelas no Maranhão, Colniza no MT. Tais violências foram perpetradas por pistoleiros de aluguel ou pelo braço armado do Estado, como no caso do massacre promovido pelas polícias militar e civil do Pará, com dez trabalhadores executados na Fazenda Santa Lúcia, no município de Pau D'Arco.

A ofensiva não se limita a isso. O ataque atinge os direitos e as condições de trabalho dos(as) assalariados(as) rurais: o Projeto de Lei 6.442/16, proposto pelo deputado Nilson Leitão (PSDB-MT), o mesmo relator da CPI FUNAI/INCRA, permite que a remuneração dos assalariados rurais não se dê apenas na forma de salário, mas "em

qualquer espécie", como parte da produção ou cessão de pedaço de terra. Esse PL suspende a aplicação da CLT aos(as) trabalhadores do campo e pretende limitar a atuação da Justiça do Trabalho e do Ministério Público do Trabalho.

Destacam-se também iniciativas que buscam ampliar a transgenia e o uso de agrotóxicos na produção de “alimentos”, como o PL 827/15 do **Monopólio das Sementes, segundo o qual** o agricultor passa a precisar de autorização do detentor da patente para comercializar a colheita, e os PLS 6.299/02 e 3200/15 dos agrotóxicos, que criam restrições à ação do Ministério do Meio Ambiente e da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

Temos ainda o **Fim do Licenciamento Ambiental, com** o PL 3.729/04, o qual, segundo o presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária, permite o licenciamento a partir do preenchimento de um formulário, deixando o Estado sem controle sobre empreendimentos agrícolas e de mineração.

Nessa perspectiva ambiental, gostaríamos também de citar o caso do nióbio. No território brasileiro, encontram-se 90% das reservas existentes no planeta, e sua extração encontra-se sob o domínio de duas companhias privadas, pois não há regulamentação para extração desse minério. O nióbio não foi incluído no novo Marco Regulatório da Mineração, continua sendo explorado de forma predatória no território brasileiro. O novo Código da Mineração (PL 37/11) incentiva a atividade, mais do que se propõe a regulá-la, diminuindo o controle estatal e a capacidade de planejamento do poder público junto ao setor.

No âmbito urbano, os conflitos são cada vez mais intensos. Os espaços da cidade reforçam a desigualdade estrutural que impacta a vida da classe trabalhadora de várias formas: acesso desigual a saneamento e distribuição de água potável; infraestrutura urbana precária, o que inclui ausência de equipamentos urbanos, como escolas e hospitais; transporte coletivo privado ineficaz e caro; aumento do custo de compra e aluguel de habitação e ausência de espaços deliberativos populares sobre os usos do orçamento público para a realização de projetos nas cidades. De forma breve, não há distribuição de espaço urbano de qualidade, o que impede a realização plena do direito à cidade.

A cidade assim constituída, reforçando a privatização do espaço público, impacta diretamente a realização plena da educação pública: remanejamento de alunos(as) para escolas centrais com fechamento de escolas públicas periféricas, sucateamento dos prédios escolares, dificuldade de fornecimento de habitação estudantil de qualidade, ausência de transporte eficaz para toda a comunidade acadêmica, sem falar no consumo do espaço dos *campi* universitários cada vez mais ofertados para parcerias público-privadas, que ocupam, muitas vezes, com “Parques Tecnológicos” empresariais, o pouco espaço que ainda resta para oferta da educação pública gratuita, de qualidade e socialmente referenciada.

Para enfrentar essas questões, é indispensável que os movimentos sociais, sindicatos e as comunidades tradicionais ampliem as discussões sobre as questões agrárias, urbanas e ambientais, sugerindo ações que barrem a retirada de direitos da população e lutem para que se revoguem leis, haja vista a constante implementação delas nos últimos anos, tais como: Marco da Biodiversidade, Código de Mineração, Código Florestal, PEC 215/2000 (transfere atribuição da demarcação das terras indígenas, titulação de territórios quilombolas e criação de unidades de conservação ambiental do poder Executivo para o Congresso Nacional), Marco Nacional de Ciência, Tecnologia e

Inovação (Lei 13243/16); PEC 65/12, que fragiliza os instrumentos de concessão de licenças ambientais no sentido de facilitar o processo exploratório do solo e do subsolo; EC 95/16 (que tramitou na Câmara como PEC 241/16), que congela por vinte anos da receita para setores essenciais, como educação e saúde, entre outras; MP 759/16, que contribui para o processo de privatização das terras públicas, destruindo as políticas de reforma agrária e do uso social da terra, e mercantiliza a prerrogativa de regularização fundiária urbana e rural e privatiza ainda mais as terras públicas.

Diante desse quadro, coloca-se um desafio àqueles(as) que se insurgem e lutam contra essa realidade, o de combater e criar mecanismo de ações contra uma arquitetura política, a qual se apresenta aparentemente de forma cindida em um conjunto de medidas legais, ora flexibilizadora dos mecanismos legais para expansão do capital internacional, ora instauradora de mecanismos legais de criminalização e de retirada de direito. O objetivo de tal arquitetura política mira claramente a implosão dos direitos sociais e a transformação do solo, subsolo, espaços urbanos, espaços rurais em capital privado.

Como visto, o ano de 2017 foi intenso em ataques por parte do governo, dos setores do empresariado e do agronegócio/latifúndio; por outro lado, houve lutas e resistências por parte dos setores atingidos.

O Grupo de Trabalho de Política Agrária, Urbana e Ambiental (GTPAUA), seguindo a deliberação congressual, entre as possibilidades da agenda nacional de luta, realizou, em parceria com o *Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP)*, levantamento dos processos legislativos federais que normatizam as políticas referentes aos recursos naturais, espaços urbanos, agronegócio entre outros. Tal levantamento foi enviado para as seções sindicais, documento substancial para subsidiar análise do recrudescimento do Estado e fomentar ações políticas regionais.

Realizamos reunião conjunta do GTPAUA/GTC&T/GTPCEGDS, quando debatemos as relações entre a demarcação de terras indígenas, a exploração dos recursos naturais no Brasil e a dívida ecológica, assim como as contrarreformas que envolvem questões agrárias, urbanas e ambientais, os impactos nas populações originárias, quilombolas, tradicionais, camponesas e o marco legal de ciência e tecnologia. Essa reunião possibilitou aos(as) representantes das sessões sindicais terem informações para compreensão de que as questões abordadas pelo GTPAUA estão imbricadas com as contrarreformas em vários campos das políticas públicas, especificamente saúde, educação, trabalho e previdência social, reforçando a importância de unificação da luta nas ruas e a greve geral. Solicitamos às seções sindicais informações sobre impactos nas IES dos cortes de financiamento e a pressão exercida para alienação das áreas patrimoniais, nos *campi* das cidades e interior, como parte da ação especulativa do capital e a introdução da lógica de mercantilização no financiamento dessas instituições. Infelizmente sem retorno suficiente.

Realizamos o Seminário Nacional “Desafios atuais das questões agrárias, urbanas, ambientais, indígenas e quilombolas”, nos dias 23, 24 e 25 de novembro em São Luís do Maranhão, com o objetivo de discutir a contradição entre capitalismo e natureza, os impactos da expansão do capitalismo no campo e na cidade e a reorganização das estratégias de luta.

A programação do seminário nacional foi fruto das discussões nacionais realizadas no pleno do GTPAUA e nas regionais e sessões sindicais. Os seguintes eventos foram realizados pelos GTPAUAs locais, substanciais para a estruturação da pauta do

seminário nacional: I Seminário sobre Mineração do Rio Grande do Sul em São Loureço-RS, GTPAUA da APROFURG e Regional Sul; Seminário “Desafios atuais das questões agrárias, urbanas, ambientais, indígenas e quilombolas” pelo GTPAUA da Associação dos Professores da Universidade Federal do Maranhão (APRUMA) em São Luís do Maranhão; Oficina de Políticas agrícolas, agrárias, indígenas e de educação do campo no contexto das reformas do Estado pelo GTPAUA da SESDUF – RR; Seminário “Avaliação da cadeia produtiva de leite no Pontal do Paranapanema e seus impactos no desenvolvimento territorial” do GTPAUA ADUSP;

Estamos produzindo uma publicação sobre o Seminário de São Luís Maranhão a ser lançada no CONAD/2018.

RESOLUÇÕES DO 36º CONGRESSO DO ANDES-SN

VI - POLÍTICA AGRÁRIA, URBANA E AMBIENTAL

O 36º CONGRESSO delibera

1. Que as seções sindicais realizem eventos em articulação com os movimentos sociais a fim de subsidiar a realização de um seminário nacional em 2017 com o tema "Desafios atuais das questões agrárias, urbanas, ambientais, indígenas e quilombolas", visando contribuir com a organização das lutas locais a elas relacionadas.

2. Produzir, a partir da realização do seminário nacional, materiais e/ou publicações, que promovam a capilaridade das temáticas do GTPAUA nas seções sindicais e na base da categoria, com a finalidade de fortalecer a articulação do sindicato nas lutas relacionadas com a política agrária, urbana, ambiental, indígena e quilombola.

3. Fortalecer, ampliar e intensificar, em articulação com a Auditoria Cidadã da Dívida e outras entidades/movimentos sociais, a denúncia da dívida pública como mecanismo de espoliação das riquezas sociais, apontando para o não pagamento da dívida pública

4. Realizar uma reunião conjunta do GTPAUA, GTC&T e GTPCEGDS para discutir as questões que envolvem a demarcação de terras indígenas, a biodiversidade e a pressão sobre os recursos naturais e energéticos de suas terras, bem como aprofundar o debate da dívida ecológica.

5. Realizar levantamento dos impactos sobre as IES dos cortes de financiamento e a pressão exercida para a alienação das áreas patrimoniais, nos campi das cidades e interior, como parte da ação especulativa do capital e a introdução da lógica de mercantilização no financiamento dessas Instituições.

6. Lutar contra a MP 759/2016, que ataca os direitos dos trabalhadores e trabalhadoras rurais, urbanos, quilombolas, ribeirinhos e povos originários no interesse do grande capital financeiro.

Recomendação: *Reafirmar a necessidade de combater a política de utilização de agrotóxicos e de transgenia, em face dos danos causados à saúde e ao meio ambiente*

TR – 15

O 37º CONGRESSO DO ANDES-SN DELIBERA:

1. lutar, em parceria com outras entidades, pelo fortalecimento da FUNAI como autarquia responsável pela política indigenista, garantindo o orçamento e a estrutura necessária para dar celeridade aos processos de demarcação e atendimento aos povos indígenas;

2. lutar, em unidade com outras entidades da classe, movimentos sociais e com as populações indígenas, quilombolas e populações tradicionais, por uma política que

garanta orçamento e estrutura necessária para dar celeridade aos processos de demarcação de terras e atendimento das demandas desses povos;

3. intensificar a articulação com os movimentos sociais, tais como Teia dos Povos e outros movimentos sociais, para unificação da luta e desenvolvimento de ações de combates à desertificação e proteção das populações originárias e tradicionais;

4. denunciar, junto com o MAB e outras entidades sindicais e do movimento social e ambiental, a impunidade dos envolvidos no rompimento da barragem do fundão, em Mariana - MG, e cobrar reparação pelos danos causados às pessoas e ao meio ambiente, em decorrência do maior crime socioambiental do mundo ocorrido há mais de dois anos;

5. lutar, em articulação com os movimentos sociais e as comunidades indígenas, contra a tentativa do agronegócio de avançar sobre as terras indígenas, via arrendamento, para a viabilização de produção de *commodities*;

6. manter, junto com os movimentos ambientalistas, a denúncia contra a proposta do capital minerador de avançar sobre as reservas, minerais, florestais e as terras indígenas, a exemplo da RENCA;

7. realizar, em parceria com outras entidades de classe, movimentos sociais envolvidos, denúncias e lutar contra a transposição do Rio São Francisco; contra o desmatamento e defesa da caatinga; contra a destruição do bioma pampa e o desmatamento da Floresta Amazônica.

TEXTO 16

Diretoria do ANDES-SN

POLÍTICAS E AÇÕES PARA A CIÊNCIA E A TECNOLOGIA (C&T)

TEXTO DE APOIO

O Grupo de Trabalho de Ciência & Tecnologia (GTC&T) do ANDES-SN tem se esforçado para acompanhar as demandas políticas postas pela conjuntura. No último período tem se reunido sistematicamente em escala bimensal e atualmente mensal para cumprir deliberações do último Congresso do ANDES-SN e do último CONAD. Nessa direção, elaborou e lançou no último CONAD a Cartilha “Marco Legal de Ciência, Tecnologia e Inovação (Lei 13.243/16): riscos e consequências para as universidades e a produção científica no Brasil”.

Realizou importante atividade na UFMG, em julho de 2017, por ocasião da reunião da SBPC, onde distribuiu mais de 1.800 kits com a cartilha e documentos do Movimento pela Ciência e Tecnologia Pública (MCTP). Na mesma ocasião, realizou o Seminário “Universidade e política de C&T no Brasil: por uma ciência e tecnologia para o povo”, contando com quatro mesas temáticas. Utilizou as gravações das palestras do Seminário e lançou o vídeo “Marco legal de CTI: concepção e impactos sobre a universidade” e deverá lançar em breve mais dois vídeos. Na busca de cumprir o papel que é

historicamente assumido pelo ANDES-SN na sociedade brasileira, qual seja o de formar teórica, política e criticamente a categoria docente e intervir nas lutas políticas em curso, defendendo seu projeto de universidade, a diretoria do ANDES-SN reflete a seguir sobre aspectos estruturais e conjunturais da política de C&T no Brasil e elabora orientações de ação política para o próximo período.

Ciência e tecnologia como patrimônio social

O projeto de universidade defendido pelo ANDES-SN incorpora a defesa de um sistema público de Ciência e Tecnologia voltado para a solução dos problemas vividos pela ampla maioria do povo brasileiro. O acúmulo teórico e político do Sindicato situa a produção e a disseminação do conhecimento científico e tecnológico no centro da luta sindical e social, por entender a C&T como patrimônio humano que deve ser posto a serviço da melhoria da vida das maiorias.

Com base nesses princípios, o ANDES-SN tem se posicionado e desencadeado lutas contra a mercantilização e a privatização dos conhecimentos produzidos nas universidades e nos institutos públicos de pesquisa. Assim, o Sindicato vem implementando lutas contra o arcabouço legal e institucional que legitima e institui formas antigas e novas de direcionamento e apropriação, pelo capital, de fundos públicos de financiamento e de produção de C&T desenvolvida nas universidades públicas, institutos, CEFETs e em outras instituições públicas de pesquisa.

Na agressiva agenda neoliberal de retirada de direitos e das drásticas contenções dos investimentos públicos, a produção de C&T pública é duramente atacada, seja pelo aprofundamento da mercantilização e privatização, seja pelo corte de verbas orçamentárias das instituições públicas de pesquisa, seja, ainda, pelo desmantelamento da própria estrutura do Ministério de Ciência e Tecnologia.

Assim, tanto do ponto de vista estrutural, quanto da perspectiva conjuntural, enormes desafios estão postos para o ANDES-SN em relação à defesa da universidade pública e da C&T voltada para os interesses da maioria da sociedade brasileira. São enfrentamentos que exigem, ao mesmo tempo, sólidos conhecimentos e a construção de unidades com outros sujeitos do movimento sindical e social.

Precisamos garantir mais que investimentos estáveis em C&T

No plano mundial, com base no modelo de produção de C&T totalmente subordinada aos interesses do capital, os países que dominam são os que investem de 2 a 4% de seu produto interno bruto (PIB) em C&T e cujas empresas privadas assumem proeminente papel no investimento em pesquisa e desenvolvimento (P&D). A concentração de recursos em P&D nos países centrais e naqueles que, a exemplo da Coreia do Sul, se inserem tardiamente no mercado mundial, com protagonismo na educação – de forte traço tecnicista – e na promoção de C&T e P&D, guarda profundas relações com o papel que esses Estados desempenham na geopolítica mundial na atual fase do imperialismo, protagonizado pelos EUA e União Europeia. Nesses países, a expressiva participação das empresas privadas na produção de P&D tem raízes históricas que se materializam nas particularidades dos mercados internos e, também, no poder que exercem na disputa pelo mercado mundial.

O Brasil ocupa posição muito rebaixada na destinação de recursos para a promoção de C&T. Alcançou 1,2% do PIB em 2015, e estima-se uma redução para 0,47% em 2017, considerando que os fundos estatais respondem por mais de 60% de todos os recursos

financeiros aí alocados. Do total de investimentos privados, cerca de 90% são concentrados em reduzido número de empresas, das quais mais da metade são estrangeiras, o que evidencia a forte presença do capital externo na formação do capitalismo brasileiro. Com efeito, as corporações que atuam nos setores mais dinâmicos e intensivos em tecnologia – monopolizados por transnacionais – podem apenas adequar a tecnologia desenvolvida em suas matrizes para aplicação doméstica, tornando suas unidades, aqui instaladas, em montadoras ou maquiladoras. Por outro lado, e dadas as condições estruturais do mercado brasileiro, a importação de máquinas, de equipamentos e de novos métodos produtivos, via de regra, se mostra mais lucrativo do ponto de vista financeiro e do tempo de retorno do que a produção de C&T e P&D internamente.

De fato, segundo estudo do IPEA, a execução orçamentária do Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) evoluiu de R\$ 2,6 bilhões, em 2001, para R\$ 6,2 bilhões, em 2010. Incluem-se, nesse montante, os investimentos em fomento de inovação tecnológica nas empresas, que evoluíram na proporção da execução orçamentária de R\$ 375,1 milhões em 2001 para R\$ 2,8 bilhões em 2010. Merece destaque o fato de que essa tendência de crescimento orçamentário se inverteu nos últimos anos no lastro do ajuste fiscal em curso. Além disso, os fundos públicos repassados às empresas, a propósito do fomento à inovação, vêm sendo utilizados preferencialmente na aquisição de máquinas e de equipamentos, e não na produção de conhecimentos, métodos e produtos.

Nesse contexto, as afirmações de algumas lideranças da assim chamada “comunidade científica brasileira”, de que as empresas têm feito a sua parte nessa seara ou, ao contrário, quando apelam à sensibilidade dos empresários para que invistam mais em P&D, desconsideram as condições históricas concretas do processo de acumulação de capital no país.

O discurso genérico de que precisamos investir em C&T para garantir o desenvolvimento do país tem por base os infundados preceitos da neutralidade da ciência e do determinismo tecnológico, jamais abordados em nossas universidades e instituições de pesquisa, que, paradoxalmente, formam PhD (*philosophiae doctor*), sem discutir filosofia da ciência.

O acúmulo teórico e político do ANDES-SN aponta não apenas para a análise dos condicionantes históricos do baixo investimento em C&T e P&D no Brasil, mas também, seguindo esse diagnóstico, defende e empreende lutas para aumentar os investimentos para o ensino e para o complexo público de ciência e tecnologia. Um sistema público de produção de C&T financiado por verbas estatais com controle social e democrático é uma trincheira ocupada pelo Sindicato para materializar o propósito de que a produção do conhecimento científico e tecnológico esteja voltada para a resolução dos problemas cruciais da maioria da sociedade brasileira.

Baixos investimentos em C&T e P&D não é exclusividade do Brasil, mas a realidade de vários países latino-americanos. Com efeito, nas regiões de capitalismo dependente, as corporações estão muito mais interessadas na exploração do estoque de matérias-primas, bens naturais e força de trabalho a preços baixos. Some-se a isso a tendência à reprimarização da economia brasileira, centrada na produção de *commodities*. Os dados sobre a balança comercial brasileira referentes a 2017 (até outubro) revelam que apenas 22,46% dos valores auferidos correspondiam a produtos de alta e média-alta intensidade tecnológica. Já os valores correspondentes aos produtos sem classificação e de baixa intensidade tecnológica representavam 65% dos valores exportados. De modo inverso,

os dados referentes à importação revelam que, do total de compras, 63,5% correspondiam a produtos de alta e média-alta intensidade tecnológica.

Os cortes no orçamento do complexo público de C&T

A EC 95 aprovada em dezembro de 2016, eufemisticamente chamada de “Emenda do teto”, congela por vinte anos os investimentos primários do governo federal, incluindo, por exemplo, educação, saúde e C&T, deixando intocados os gastos com o serviço da dívida pública, que continuam sangrando o país em cerca de um trilhão de reais, sem que se discuta a necessidade concreta de uma auditoria dessa dívida. Para ilustrar a dimensão dos cortes em C&T, podemos analisar a evolução do orçamento do CNPq. Em 2003 o investimento foi de 1,5 bilhão de reais, mantendo linha levemente ascendente e atingindo o ápice em 2013, quando foram executados 2,5 bilhões. A partir de então a tendência tem sido de queda brusca, alcançando 1,3 bilhões em 2016, com previsão de fechamento de 2017 com execução abaixo de um bilhão de reais – tendência que se agravará em 2018 em face dos cortes e contingenciamentos impostos pelo governo ilegítimo de Michel Temer.

Em meio a essa aniquilação do financiamento público de C&T, o governo federal já anunciou mais cortes para 2018. Parte da comunidade científica busca dar visibilidade aos cortes, através de iniciativas pontuais, como os “tesourômetros” instalados em algumas universidades e espaços públicos e as “marchas pela ciência”, que se espelham em experiências do exterior. O ANDES-SN tem se somado a estas atividades, embora reconheça que a pauta do movimento pelo “conhecimento sem cortes”, focado apenas nos recursos destinados a C&T, é bastante limitada e não contempla a proposta que defendemos. É preciso entender a teia que aprisiona o sistema de C&T no Brasil e no mundo. Crescem as propostas de alternativas de financiamento de C&T para as instituições públicas, desobrigando o Estado brasileiro, ignorando a realidade nacional e global dos investimentos em P&D. Além do combate aos cortes orçamentários, temos que nos posicionar fortemente contra a “privatização do conhecimento” através de iniciativas e medidas que transferem recursos humanos, materiais e financeiros do setor público para o setor privado (como previsto no Marco Legal de CTI, na estrutura dos Fundos Patrimoniais), muitas vezes em detrimento da solução dos problemas vividos pela ampla maioria da população brasileira.

A legislação vigente depreda o pouco que tínhamos conquistado

O crescimento do investimento estatal em C&T entre 2001 e 2014 não foi acompanhado da instituição de uma política de C&T capaz de inserir a produção e disseminação do conhecimento na construção do desenvolvimento social de que os(as) trabalhadores(as) brasileiros(as) merecem. Ao longo dos últimos vinte anos se produziram mudanças conceituais e legislativas substanciais que colocam em risco as conquistas da década de 1980, que garantiram a base da produção científica hoje disponível. Atualmente mais de 90% do conhecimento gerado no país (avaliado pela produção de artigos científicos) é feito em universidades e institutos públicos de pesquisa e empresas estatais.

O envolvimento dos(as) docentes na geração desse conhecimento foi assegurado pelas condições de trabalho conquistadas nas décadas de 1980, consolidadas na Constituição de 1988 e no Regime Jurídico Único (RJU). A carreira docente pública era alicerçada em quatro pilares, para garantir as atividades de ensino, pesquisa e extensão: o concurso público, que garante a transparência ao acesso ao provimento do cargo público; a

estabilidade no emprego, que evita a insegurança frente aos desmandos de governos e chefias; a aposentadoria integral, que atrai quadros acadêmicos à produção de conhecimentos sem a preocupação com acidentes de trabalho ou insegurança pós-vida laboral; e a dedicação exclusiva (DE), que garante o envolvimento pleno com as atividades acadêmicas.

Em processo iniciado nos governos FHC, esses pilares foram paulatinamente atacados. O RJU foi “driblado” pelo STF em 2015, abrindo a possibilidade de terceirização (ADIN 1923, iniciada em 1998), quando se abonou a contratação no serviço público sem concurso com implicações diretas na estabilidade do emprego, assegurada pelo RJU, e que vem sendo questionada pelo PLS 116/17, que tramita no Congresso.

As reformas da previdência dos governos Lula e Dilma acabaram com a aposentadoria integral, empurrando os(as) novos(as) docentes, a partir de 2013, para fundos complementares privados de aposentadoria, e, mais recentemente, a MP 805/17, cujo aumento da alíquota de contribuição de 11 para 14% tenta atrair para esses mesmos fundos privados os(as) docentes que ingressaram no serviço público antes de 2013.

A dedicação exclusiva (DE), que, na carreira do magistério federal e EBTT representava um adicional de 55% sobre o salário do regime de trabalho 40h, desapareceu com a Lei de 12.772/12, limitando-a agora a um valor nominal, na forma de gratificação, o qual camufla o desrespeito ao princípio do trabalho igual remuneração igual, reduzindo o valor da hora aula do(a) docente de 40 horas frente ao valor da hora aula do(a) professor(a) de 20 horas. O Marco Legal para Ciência Tecnologia e Inovação, Lei 13.243/16, divulgado amplamente como uma conquista de “comunidade científica”, consolida *retrocessos*.

Esse Marco Legal, assim chamado porque muda e integra simultaneamente um conjunto de leis, introduz, como missão precípua das instituições de ensino superior (IES) públicas, sem discussão com as entidades de classes representativas dos trabalhadores, a inovação tecnológica. Inovação que, conceitualmente, havia sido colocada “goela abaixo” com a Lei de Inovação e a mudança do Ministério de C&T para CT&I em 2004. Cabe salientar que a denominação Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações abrange o setor de “comunicações” no governo Temer (MP 726), evidenciando, assim, o total descaso desse governo para com a questão de C&T. Mais do que isso, o Marco Legal aprovado em janeiro de 2016 fomenta a contratação de pesquisadores sem concurso público e estabilidade, contrariando a lógica de produção científica que tínhamos até agora, mas na mesma linha de retrocesso da contrarreforma trabalhista já em vigor. O Marco Legal, no mesmo molde da Lei 12.772/12 sobre carreira docente, flexibiliza e corrompe o conceito de Dedicação exclusiva.

Cabe evidenciar ainda que o Projeto de Lei (PL2177/11) que originou o Marco Legal era inconstitucional até 2015, exigindo que se fizesse, sem muita divulgação, a Emenda Constitucional 85 em 2015 a fim de alterar os artigos 218 e 219, estendendo o apoio financeiro público para C&T para empresas privadas “inovadoras” e mais, estimulando o compartilhamento de pesquisadores, recursos financeiros e materiais do setor público com o setor privado. As poucas audiências públicas para discutir o Marco Legal no Congresso mostraram que os empresários no país não participaram do processo, até por que para eles P&D significa “importação de novos equipamentos”. No entanto, participaram ativamente os pesquisadores “empreendedores”, que culpam a burocracia das universidades pela falta de captação de recursos.

O que fazer

Coerente com seu cabedal teórico e político, o ANDES-SN combate o processo de mercantilização e privatização do conhecimento científico e tecnológico (tanto no direcionamento da produção, quanto na aplicação e distribuição de seus produtos) por compreendê-lo como patrimônio humano que deve ser posto a serviço da maioria da sociedade brasileira. Essa luta interessa aos amplos setores da sociedade que sofrem de problemas variados – que vão desde a falta de tecnologia para a agricultura familiar, passam pelos graves problemas de saneamento e saúde pública e chegam até os enormes desafios do setor energético. São, pois, batalhas a serem protagonizadas tanto pelas organizações de trabalhadores(as) ligados(as) ao ensino e produção de C&T e P&D, quanto pelos movimentos sociais de massa. Nesse sentido o Sindicato tem atuado com outros movimentos, como o Movimento por uma Ciência e Tecnologia Pública.

Em face desses ataques, o ANDES-SN precisa reforçar as lutas pela recomposição orçamentária à altura das graves demandas da sociedade brasileira e ampliar o debate em torno de uma política e de um sistema público de produção de C&T voltados para os interesses das maiorias sociais. Essa luta se insere na defesa de uma universidade pautada na indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão. Nessa direção, o trabalho de formação das bases deve ser reforçado em cada seção sindical, e as lutas devem ser empreendidas em conjunto com os embates mais gerais da categoria dos(as) docentes de instituições de ensino e em unidade com os(as) demais trabalhadores(as). A luta por autonomia universitária deve incluir a defesa de dotação orçamentária pública, estatal direcionada para C&T e o debate sobre os riscos da implementação do Marco Legal para CTI.

RESOLUÇÕES DO 36º CONGRESSO DO ANDES-SN

I - POLÍTICA DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA

O 36º CONGRESSO delibera

1. Continuar a luta pela ampliação de recursos orçamentários específicos para C&T, combatendo as iniciativas de desmonte do Estado e desresponsabilização do financiamento público a exemplo da Emenda Constitucional 95/16, Teto dos Gastos Públicos, (que tramitou na Câmara como PEC 241 e no Senado como PEC 55/16), e apoiar incrementos nos fundos públicos de financiamento.

2. Defender que a distribuição dos recursos para C&T seja feita diretamente para as universidades, Institutos, CEFETs e outras instituições públicas de pesquisa, em apoio a projetos coletivos de pesquisa socialmente referenciados, garantindo a gestão por meio dos órgãos colegiados constituídos democraticamente.

3. Ampliar a luta pela revogação e contra a regulamentação da Lei nº 13.243/16 (Marco Legal da Ciência, Tecnologia e Inovação - MLCTI), nas instituições públicas de pesquisa (universidades, institutos, CEFETs) ou que fomentem a pesquisa pública (secretarias de estados e municípios, fundações estaduais, agências federais), por meio de:

3.1 levantamento de regulamentação do MLCTI nas diversas instituições, por meio das seções sindicais e das secretarias regionais;

3.2 avaliação dos aspectos jurídicos pendentes de regulamentação no MLCTI, por meio da Assessoria Jurídica Nacional (AJN), e fomento de discussão nas seções sindicais e nos encontros das regionais do ANDES-SN, para municiar a intervenção política contra o referido Marco no âmbito das instituições públicas de ensino e pesquisa;

3.3 elaboração de InformANDES especial sobre C&T com material de apoio para as intervenções do ANDES-SN, tendo por base o levantamento e a avaliação citados, além das discussões do II Seminário de C&T, realizado na UERJ, em dezembro de 2016.

4. Ampliar a participação do ANDES-SN no Movimento pela Ciência e Tecnologia Públicas (MCTP), por meio de:

4.1 atividade organizada em conjunto com as demais entidades do MCTP, durante a reunião da SBPC que ocorrerá na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), em Belo Horizonte, entre os dias 16 e 22 de julho de 2017, com o fim de debater e divulgar o manifesto do Movimento e outros materiais;

4.2 participação nas reuniões, nos encontros, nos seminários e nos atos promovidos pelo MCTP.

5. Continuar o estímulo à formação dos GT de C&T nas seções sindicais.

6. Acompanhar as propostas, mudanças e alterações nas leis de diretrizes orçamentárias e lei orçamentária anual relacionadas à ciência, tecnologia e inovação.

7. Lutar para a derrubada dos vetos de Michel Temer nas leis de diretrizes orçamentárias para 2017 (LDO/2017) e pela derrubada da alteração feita pelo Congresso Nacional na Lei Orçamentária Anual (LOA/2017) com a criação de uma nova fonte de recursos (Fonte 900) retirando verbas das áreas da educação, ciência, tecnologia e inovação.

***Recomendação:** pautar na reunião do GT C&T do ANDES-SN o debate sobre a necessidade de reforçar o caráter social da produção de Ciência e Tecnologia e a consequente adequação da inclusão do termo sociedade na definição da C&T.*

TR – 16

O 37º CONGRESSO DO ANDES-SN DELIBERA:

1. construir unidade de ação com os movimentos contrários aos cortes orçamentários das universidades públicas e do complexo público de C&T, vinculando as atividades com a agenda de luta contra os retrocessos em curso no seu conjunto, inclusive o Marco Legal de CTI, e em defesa do projeto de universidade do ANDES-SN;
2. defender, no interior do Movimento pela Ciência e Tecnologia Pública (MCTP), o envolvimento das entidades que compõem o MCTP nas lutas pela expansão dos orçamentos para o complexo público de C&T, integrando as lutas mais gerais contra os ataques aos direitos da classe trabalhadora;
3. intervir, em conjunto com as seções sindicais, na regulamentação do Marco Legal de CTI nas Instituições de Ensino Superior (IES) no sentido de evitar seus efeitos deletérios;
4. incorporar as reivindicações do ANDES-SN concernentes à política de C&T na pauta e nas atividades da Frente Nacional em Defesa das Instituições Públicas de Ensino Superior;
5. incorporar, através de GTC&T, nas agendas de atividades das seções sindicais, a luta contra os cortes orçamentários para a área da C&T, vinculando estas lutas ao combate ao Marco Legal de C&T e em defesa do projeto de universidade defendido pelo ANDES-SN;
6. aprofundar o debate sobre o sistema de avaliação da pós-graduação *stricto sensu* com vista a subsidiar a ação política do ANDES-SN;
7. orientar, em conjunto com GTPE, as seções sindicais a intervirem contra a regulamentação e implementação do Marco Legal de CTI nas IES;
8. reafirmar a defesa da Dedicção Exclusiva como regime de trabalho preferencial, lutando contra quaisquer formas de restrição da DE, inclusive seu desmantelamento pela implementação do Marco Legal de CTI (Lei 13.243/16) nas IES;
9. realizar atividade na 70ª Reunião da SBPC para refletir sobre os desafios para a construção de um complexo de C&T voltado para a solução de problemas que afligem a maioria da sociedade brasileira.

POLÍTICA DE SEGURIDADE SOCIAL E ASSUNTOS DE APOSENTADORIA

TEXTO DE APOIO

A conjuntura do período pós-ditadura militar empresarial no Brasil proporcionou avanços nas lutas e nas conquistas da classe trabalhadora que se refletiram na Constituição Federal de 1988 (V. Art. 194, a seguir). O texto constitucional foi fruto da luta da classe trabalhadora e dos movimentos sociais que reivindicavam a reestruturação no tratamento das políticas sociais, especialmente as políticas de Saúde, Previdência e Assistência Social. Entre as reivindicações, podem-se destacar a instituição de um sistema de saúde universal e gratuito, assistência social como política pública, e não como prática assistencialista pontual e esporádica que não resolve o problema de exclusão e abandono da população; e, por fim, um sistema de previdência social de ampla abrangência, assentado nos princípios de solidariedade geracional contributiva e de natureza pública.

Art. 194. A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social.

Parágrafo único. Compete ao Poder Público, nos termos da lei, organizar a seguridade social, com base nos seguintes objetivos:

I - universalidade da cobertura e do atendimento;

II - uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais;

III - seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços;

IV - irredutibilidade do valor dos benefícios;

V - equidade na forma de participação no custeio;

VI - diversidade da base de financiamento;

VII - caráter democrático e descentralizado da gestão administrativa, com a participação da comunidade, em especial de trabalhadores, empresários e aposentados.

VII - caráter democrático e descentralizado da administração, mediante gestão quadripartite, com participação dos trabalhadores, dos empregadores, dos aposentados e do Governo nos órgãos colegiados. (BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, 1988).

Embora tenha havido avanços no texto constitucional, com conteúdo que expressa o modelo de bem-estar social dos países desenvolvidos, essa concepção não chegou a ser efetivada no Brasil, na medida em que concorria com a concepção liberal (neoliberal) que prega a diminuição do Estado, cuja visão minimalista objetiva a retirada de direitos e a intensificação da exploração da classe trabalhadora. Assim, tão logo foi promulgada, a Constituição passou a ser negada pelas ações governamentais e ofensiva das classes dominantes e do sistema financeiro contra a seguridade social.

Ao longo da década de 1990 até o presente momento, com a justificativa da crise global, os governos da América Latina, particularmente do Brasil, passaram a executar, nos ajustes estruturais, as contrarreformas do Estado e das políticas sociais. A Previdência tem sido alvo dessas medidas, em razão da importância econômica para o capital financeiro, via fundos privados e seguradoras privadas de pensões.

No Governo FHC (1998), os(as) servidores(as) perderam a prerrogativa de uma aposentadoria diferenciada dos(as) demais trabalhadores e trabalhadoras e foi criado o fator previdenciário. Em 2003, o Governo Lula acabou com a integralidade e a paridade no benefício. Isto significa que os(as) servidores(as) que ingressaram a partir de 2004 passaram a ter aposentadoria pela média dos maiores salários. No Governo Dilma, foi instituída a Previdência Complementar, a Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal (FUNPRESP). Assim, os(as) servidores(as) contratados(as) após 04/02/2013 passaram a ter o teto do RGPS como aposentadoria e, se quisessem receber mais, teriam que contribuir para a previdência complementar. A Lei nº 12.618/12, além de instituir esse novo regime de previdência, também fixou o limite máximo para a concessão de aposentadorias e pensões pelo regime de previdência previsto no art. 40 da CF, que trata da matéria. Também alterou a Lei nº 10.887 de 2004, que versa sobre proventos de aposentadoria.

No segundo mandato do Governo Dilma, foi aprovada a Lei 13.183/15, que consagra a fórmula 85/95, que permite a exclusão do fator previdenciário do cálculo do valor das aposentadorias quando a pessoa atingir tal pontuação pela somatória de idade e tempo de contribuição (85 pontos para a mulher e 95 para o homem).

De forma extraconstitucional, foram empreendidas alterações, como o fator previdenciário, mudanças na pensão por morte e auxílio reclusão, cuja consequência foi restringir ou extinguir o direito ao acesso.

Em resumo, podem-se elencar como contrarreforma as Emendas Constitucionais nº 20/98, 41/03 e 47/05; as Leis 8.213/91, 8.112/90, 9.876/99, 12.618/12, 13.183/15 e 13.135/2015; as Medidas Provisórias 664 e 665 de 2014, entre outras.

Para a **classe trabalhadora em geral**, essas reformas significaram:

- extinção da aposentadoria por tempo de serviço, substituída por tempo de contribuição (30 anos para a mulher e 35 para o homem);
- extinção da aposentadoria proporcional;
- extinção da aposentadoria especial ao(à) professor(a) universitário(a);
- aposentadoria especial restrita às condições de trabalho danosas à saúde física e mental e profissional.

Para o **funcionalismo público** significou:

- criação de regras próprias para o funcionalismo público – idade mínima associada ao tempo no serviço público e no cargo, aumentando as exigências a cada contrarreforma;
- extinção da paridade entre ativos(as) e aposentados(as);
- contribuição do(a) aposentado(a) e pensionista em 11% sobre a fração do salário que extrapola o teto do Regime Geral da Previdência Social (RGPS);
- equiparação do teto do funcionalismo público ao teto do RGPS (2013);
- criação da previdência complementar privada para o funcionalismo público (FUNPRESP), em 2013.

Em 2016, o Governo Temer propôs a PEC 287/16, em complemento à Emenda Constitucional 95, como uma política de arrocho fiscal com a desestruturação do sistema de seguridade social público e a respectiva canalização de recursos da classe trabalhadora para o mercado financeiro, gerido por fundos de pensão e previdência complementar. Um processo de desobrigação do Estado e financeirização da previdência pública. Os principais pontos da PEC 287/16 são:

- estabelecimento de normas para impedir a aposentadoria por invalidez, readaptando os(as) servidores(as) públicos(as) em função da limitação ou incapacidade;
- criação de novas regras de aposentadoria e de pensão por morte, diminuindo drasticamente os benefícios;
- estabelecimento de regras de transição para todas as categorias de servidores(as);
- extinção das regras de transição então existentes, que proporcionam integralidade e paridade, tendo em vista a data de ingresso;
- extinção das aposentadorias especiais de risco e periculosidade – vedando a caracterização por categoria profissional ou ocupação;
- estabelecimento de limite máximo do regime geral de previdência social para concessão de benefícios nos regimes próprios;
- obrigatoriedade da criação de previdência complementar para os(as) servidores(as) públicos(as) estaduais e municipais, no prazo máximo de 2 (dois) anos;
- possibilidade do aumento automático da idade mínima para todos os tipos de aposentadoria, com base no aumento da expectativa de vida, para além dos 65 anos de idade e 40 anos de contribuição;
- substituição do auxílio doença por auxílio à incapacidade temporária ou permanente para o trabalho;
- extinção da vinculação ao salário mínimo de benefícios previdenciários, exceto aposentadorias;
- proíbe o recebimento conjunto de benefícios previdenciários, inclusive entre regimes distintos, exceto aposentadorias provenientes de cargos acumuláveis;
- modificação da sistemática dos Benefícios da Prestação Continuada da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS);
- criação de obstáculos, com objetivo de dificultar a aposentadoria do(a) trabalhador(a) rural, que deixa de ser uma política de assistência social.

O desmonte das políticas sociais também se faz perceber na nova Política Nacional de Atenção Básica (PNAB), publicada pelo Ministério da Saúde no dia 21 de setembro de 2017, retirando a prioridade da Estratégia de Saúde da Família, facilitando a opção dos

municípios pela implantação do modelo tradicional ambulatorial da atenção básica. Além disso, induz a redução do número de agentes comunitários de saúde e aumenta a precarização e intensificação do trabalho.

Ao mesmo tempo em que aprofunda a crise no SUS, o Governo Temer deixa explícito que seu compromisso é com o setor de saúde suplementar e o capital/mercado. O ministro da Saúde, Ricardo Barros, tem defendido a criação de planos de saúde com um rol menor de cobertura de procedimentos. Consonante com esta lógica, o deputado Rogério Marinho (PSDB/RN) apresentou um substitutivo ao PL 7419/06, alterando a regulamentação do setor de saúde suplementar. Entre as modificações constam: reajustes escalonados nas mensalidades para os idosos; multas menores para as operadoras que negarem atendimento aos beneficiários; e alteração da forma como é recolhido o ressarcimento das operadoras ao SUS quando um beneficiário utiliza o serviço público.

Outra medida que demonstra o rumo dos governos na direção de políticas liberais (neoliberais) e compromisso com o capital é a instituição da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH). Diante da suposta crise dos hospitais públicos federais, o governo impôs às universidades a implantação da EBSERH, justificando ser essa a única solução, pois, segundo eles, não haveria outra forma de regularizar a situação trabalhista de milhares de funcionários(as) contratados(as) pelas fundações de apoio às universidades. Para além dos falsos argumentos, a EBSERH é mais uma afronta à autonomia da universidade, pois restringe os espaços de ensino, pesquisa e extensão e apropria-se do patrimônio das universidades.

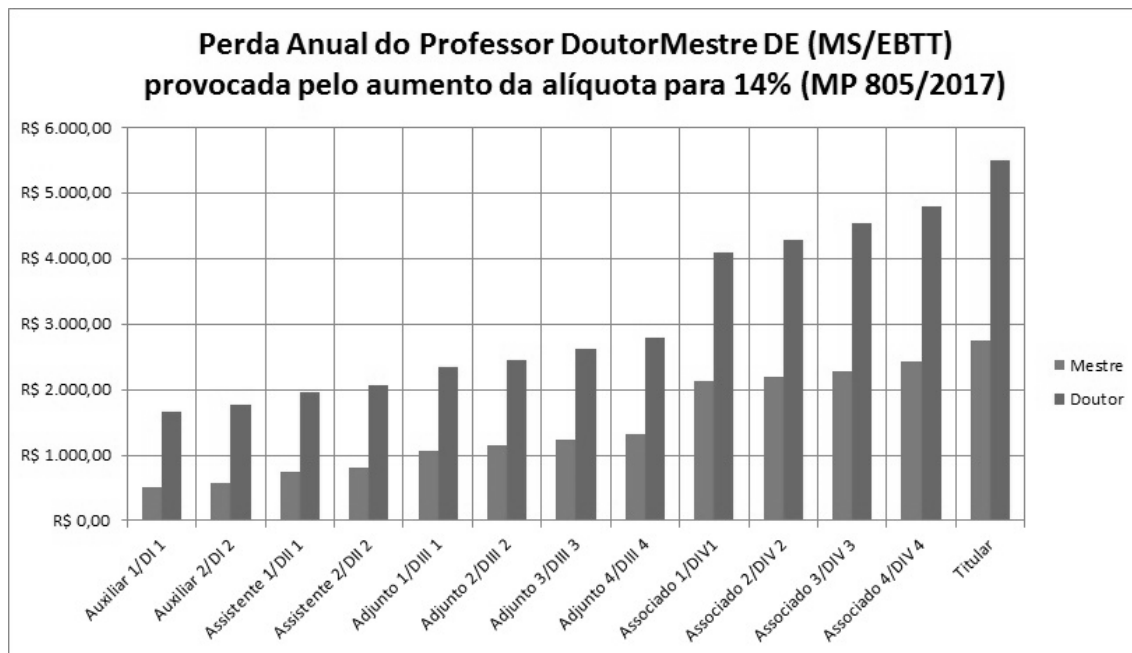
Segundo o Ministério Público, a EBSERH é consequência de uma decisão imoral e ilegítima do poder executivo. É fato que, cinco anos após a publicação de sua instalação, a maioria dos 47 hospitais universitários assinou adesão com a empresa, desconsiderando a posição da comunidade acadêmica; também é verídica a constatação de diversos problemas anunciados com propriedade por aqueles(as) que sempre foram resistentes a EBSERH. Entre os imbróglios, destacam-se a péssima qualidade do serviço prestado, o abalo das finanças e recursos para os hospitais universitários e as irregularidades jurídicas.

No mesmo sentido de ajustes fiscais, tem-se recentemente a edição da Medida Provisória 805/17, pelo presidente da República, Michel Temer, a qual faz mais um ataque aos direitos dos(as) servidores(as) públicos(as) federais. A MP adia para 2019 os reajustes nas tabelas remuneratórias na carreira de Magistério Superior (MS) e na carreira do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (EBTT), previstas para agosto de 2018; e mais grave, rompe com o acordo da última greve expresso nas tabelas anexas à Lei 12.772/12 e modificadas pela Lei 13.325/16. Outra alteração promovida pela MP é o aumento da contribuição previdenciária dos atuais 11% para 14% sobre a parcela do salário que exceder R\$ 5.531,31 (teto do INSS), alterando a Lei 10.887/04 quanto à alíquota da contribuição social do(a) servidor(a) público(a), entre outras questões. Essa alteração terá efeito a partir de fevereiro de 2018. Para os(as) servidores(as) que receberem valores iguais ou inferiores ao teto do INSS, não haverá modificação do percentual contributivo, permanecendo os 11%. Essa medida também implicará o aumento da contribuição dos(as) servidores(as) aposentados(as), para 14%, sobre o valor da aposentadoria que ultrapassar o teto do INSS.

A MP 805/2017 tem o propósito de arrecadar maior valor a título de contribuição previdenciária, mas, também, de fomentar a migração dos(as) servidores(as) públicos(as) para o FUNPRESP. A opção de migração é nociva, porque não há garantia

quanto ao valor do benefício futuro, segundo parecer da Assessoria Jurídica Nacional do ANDES-SN (outubro/2017), fazendo com que o(a) servidor(a) arque com o risco do negócio, na medida em que esse fundo será investido no mercado de capitais e, uma vez que os investimentos não obtenham o retorno esperado, o prejuízo será integralmente do(a) servidor(a), como foi o caso de vários fundos de previdência de servidores públicos (exemplo do POSTALIS).

No gráfico a seguir podemos visualizar as perdas dos(as) docentes federais com a nova Medida Provisória:



(ANDES, 2017)

Nos estados, a aprovação da LCP 159 de maio de 2017, que institui o Regime de Recuperação Fiscal, também impõe um ajuste fiscal que obriga os estados a estabelecerem regimes complementares de previdência com fundos privados, além de ampliarem a contribuição previdenciária de 11% para 14%, o que já foi aprovado no Rio de Janeiro e em outros estados.

Por fim, o ano de 2017 foi marcado pelo desmonte do Estado brasileiro, fato que impôs a necessidade da realização de uma série de estratégias e ações para viabilizar a instrumentalização da luta da categoria.

Nesse sentido, o GTSS/A realizou as ações que se seguem:

- VI Encontro Nacional de Saúde do Trabalhador Docente, em Feira de Santana (BA), nos dias 18 e 19 de novembro de 2016. Na ocasião foi lançada a “Cartilha de Orientação para a realização de pesquisa sobre saúde docente”. Apesar do esforço do ANDES-SN e de várias seções sindicais, ainda não houve o enraizamento dessa ação. Cabe salientar que essa pesquisa está em construção há pelo menos três mandatos e que é fundamental que ela seja realizada plenamente e concluída para que forneça dados para as ações do sindicato;
- produção e publicação de quatro vídeos da campanha contra a Reforma da Previdência, lançados em março e abril. Somente em uma das plataformas, o *Facebook*, o vídeo “Vocês vão trabalhar até morrer” teve 117 mil visualizações;

a peça “Direitos Servidos na Bandeja” foi vista 22.000 vezes; o vídeo “Temer no lixo da história!” foi assistido 26.000 vezes, e o filme “Vamos parar o Brasil!” teve 9.500 acessos, além da divulgação proporcionada a partir do *Youtube*, *Twitter* e *Whatsapp*.

- realização da pesquisa sobre a situação dos regimes próprios de previdência social nos estados, em 2017.
- Jornada de Mobilização de Aposentados e Aposentadas, no período de 16 a 18 de agosto de 2017, em Brasília. A atividade contou com momentos de formação acerca de “As perdas históricas de direitos dos aposentados e das aposentadas”. Também foram realizadas atividades no Congresso Nacional: visita a cerca de cem gabinetes de deputados e, desse total, trinta receberam correspondência solicitando apoio para que se posicionem contra as contrarreformas da previdência e principais modificações constitucionais no direito previdenciário dos(as) servidores(as) públicos(as). Durante a jornada, foram apresentados depoimentos de aposentados(as) e suas experiências, o que resultou em uma série de vídeos.
- participação de audiência pública pela Comissão de Direitos Humanos (CDH) do Senado, conduzida pelo Senador Paulo Paim (ocorrida durante a Jornada de Mobilização de Aposentados e Aposentadas), com a participação de representante do ANDES-SN, AJN, FONASEFE, ANAMATRA, ANFIP, MOSAP e OAB, entre outras. A jornada contou também com troca de experiências dos coletivos de aposentado(a)s das seções sindicais.
- XIX Encontro de Assuntos de Aposentadoria, realizado na cidade de São Luís (MA), nos dias 29 e 30 de setembro. Contou com 94 participantes de 27 seções sindicais do Sindicato Nacional, com o tema "Aposentadoria como direito à vida, em tempo de ataques às conquistas dos trabalhadores", compreendendo conferência (“**As contrarreformas do Estado e seus impactos na vida do(a) trabalhador(a) docente**”), palestras (“**Reforma da previdência: mais um ataque do governo Temer à classe trabalhadora**”, “As pejejas jurídicas na conquista da aposentadoria”, “Crédito consignado: potência inteiramente nova de expropriação do trabalho”); painel (“**Alienação do trabalho, produtivismo e concepção do trabalho docente**”); mesa redonda: “**Impactos das condições de trabalho na saúde docente**”).

RESOLUÇÕES DO 36º CONGRESSO DO ANDES-SN

VII - POLÍTICA DE SEGURIDADE SOCIAL E ASSUNTOS DE APOSENTADORIA

O 36º CONGRESSO delibera

1. Acompanhar o trâmite da ação jurídica do ANDES-SN e das demais entidades dos servidores públicos federais pela declaração de inconstitucionalidade da inscrição automática ao FUNPRESP (Lei nº 13.183/2015) e dar divulgação, denunciando a ação autoritária do governo.

2. Avançar na organização e no enraizamento nos estados e municípios do Fórum em Defesa da Previdência Pública e Estatal, tendo em vista a centralidade da luta contra a proposta de Reforma da Previdência apresentada pelo Governo Temer.

3. Analisar, com a colaboração da AJN, os impactos da Lei nº 13.325/2016 (antigo PL 4251/2015) e pautar o debate no GTSS/A sobre as questões de aposentadoria.

4. Persistir na solicitação de acesso aos contratos de adesão realizados entre EBSERH e IFES, bem como no levantamento de dados sobre problemas gerados após a adesão, com o objetivo de subsidiar material impresso, audiovisual, etc., denunciando o impacto negativo disso nas IFES:

- 4.1 manter e ampliar a luta pela revogação da lei da EBSEH e pela revogação dos contratos existentes, bem como combater a adesão dos demais hospitais vinculados ao SUS;*
- 4.2 lutar, onde não houver, pela construção de hospitais universitários públicos, garantindo a autonomia universitária inclusive em sua gestão; como mais uma forma de combate à EBSEH, as OS e outras formas de privatização;*
- 4.3 lutar contra o sucateamento, a falta de investimento público dos hospitais universitários estaduais e a implementação da gestão de OS, OSCIP e fundações estatais de direito privado.*
- 5. Lutar pela revogação da Lei Complementar 156/16 (antigo PLS 54/2016, que tramitou na Câmara como PLP 257/2016), denunciando a renegociação da dívida dos estados e as contrapartidas obrigadas pelo governo federal, que implicam nos regimes estaduais de previdência, e da Emenda Constitucional 95/16 (teto dos gastos) que promove um ajuste fiscal a qual congela o investimento em saúde e educação por vinte anos.*
- 6. Manter a campanha de não adesão à FUNPRESP para todos os(as) professores(as). Estender a campanha contra os fundos de pensão para professores(as) nos estados e municípios.*
- 7. Produzir materiais audiovisuais alertando para a perda de direitos dos e das docentes ocasionada pela contrarreforma da previdência em tramitação (PEC 287/2016), denunciando o falso discurso sobre a crise utilizado como justificativa para a referida medida.*
- 8. Produzir documentário sobre previdência, destacando as lutas, as conquistas, as perdas e os retrocessos desde a Constituição Federal de 1988.*
- 9. Realizar, em 2017, o XIX Encontro Nacional de Assuntos de Aposentadoria.*
- 10. Motivar as seções sindicais para que iniciem a pesquisa sobre saúde e adoecimento docente, no primeiro semestre de 2017, com base na Cartilha de Orientação lançada no VI Encontro de Saúde Docente.*
- 11. Pautar o debate sobre o lazer dos e das docentes no GTSS/A para posterior encaminhamento.*
- 12. Realizar pesquisa sobre a situação da previdência pública e dos fundos de pensão nos estados e municípios para instrumentalização da luta.*
- 13. Convocar os e as docentes aposentados(as) para uma jornada de mobilização, em Brasília, com visitas aos parlamentares para tratar das perdas de direitos (PEC 555/06, art. 192/96, da Lei nº 8112/1990 – RJU, etc.), atividade a ser construída na reunião do GTSS/A.*
- 14. Produzir um InformANDES especial sobre as perdas de direitos ocorridas para os e as aposentados(as).*
- 15. Realizar sessões de debate sobre as questões dos(as) aposentados(as) no GTSS/A quando necessário.*
- 16. Visando enfrentar a falta de condições relacionadas à saúde e segurança no trabalho de servidores nas Instituições de Ensino Superior (IES) e alavancar um amplo debate sobre o tema, o 36º Congresso do ANDES-SN delibera:*
- 16.1 que cada seção sindical das IFE faça um levantamento, de acordo com sua realidade, da existência, da conceituação, da estruturação e das condições da implantação do SIASS (Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor).*
- 16.2 lutar para a implantação de um Plano de Segurança e Saúde do Trabalhador em cada uma das IES;*
- 16.3 as seções sindicais devem estimular a implantação de comissões/grupos locais - independentes da instituição - de saúde e segurança dos trabalhadores, por setor de trabalho, como forma de acompanhamento, vigilância e incentivo à luta por melhores condições de trabalho;*
- 16.4 lutar pelo direito da seção sindical docente em participar da normatização, fiscalização e controle dos serviços de saúde e segurança do trabalhador nas IES;*
- 16.5 lutar pelo acesso do trabalhador docente e da seção sindical às informações sobre os riscos levantados em laudos avaliativos sobre ambientes de trabalho, como forma de municiar a luta em defesa dos direitos do trabalhador;*
- 16.6 lutar pelo direito do trabalhador docente a exames de saúde de admissão, demissão e periódicos, observando as especificidades de cada processo de trabalho, bem como de atendimentos por serviço de saúde, respeitando os preceitos legais e éticos;*

16.7 lutar pela garantia do Sindicato e do docente em requerer ao órgão competente a interdição de parte ou de todo o ambiente/processo de trabalho, quando houver exposição a risco iminente para a vida ou saúde do servidor, com base no parágrafo 3º do artigo 6º da Lei Orgânica da Saúde (8080/90);

16.8 lutar por ambientes de trabalho salubres e seguros, e, quando esta condição não for possível ou enquanto não for alcançada, lutar pelo direito dos docentes de receber adicionais de insalubridade, periculosidade, penosidade e fronteira.

17. Realizar oficina de trabalho organizada pelo GTSS/A para orientar a elaboração de dossiê sobre a EBSEH, com vista a realizar um seminário nacional sobre este tema.

TR - 17

O 37º CONGRESSO DO ANDES-SN DELIBERA:

1. intensificar a luta contra a Contrarreforma da Previdência (PEC 287/2016), mantendo-se alerta aos movimentos do Governo Temer para mobilização da categoria e denúncias das perdas da classe trabalhadora e da categoria docente em especial;
2. intensificar a exposição dos(as) parlamentares favoráveis à Contrarreforma da Previdência;
3. dar ampla divulgação ao trabalho da Comissão Parlamentar de Inquérito da Previdência, que a identificou como não deficitária, e também aos materiais produzidos pelas entidades, promovendo debates e ações articuladas com as seções sindicais e entidades;
4. realizar o VII Encontro de Saúde do(a) Trabalhador(a) Docente, no segundo semestre de 2018;
5. denunciar e promover ações contra o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), que fornece dados pessoais e profissionais da categoria docente (ativos e aposentados) para o sistema financeiro, que visa à expropriação do salário por meio de empréstimos consignados;
6. dar prosseguimento à pesquisa Saúde do Trabalhador Docente, nos mesmos moldes da pesquisa de sindicalização. Os dados serão analisados pela coordenação do GTSSA;
7. realizar a 2ª Jornada Nacional de Mobilização dos(as) Aposentados(as);
8. publicar um caderno com os resultados da pesquisa sobre a situação dos regimes próprios de previdência social nos estados;
9. realizar a oficina sobre EBSEH com produção de dossiê, no primeiro semestre de 2018, não realizado em 2017 em razão da intensidade dos ataques à previdência e ações correspondentes do GTSSA.

TEXTO 18

Contribuição do(a)s professore(a)s Daniele Azambuja de Borba Cunha e Laura Souza Fonseca (Seção Sindical do ANDES-SN na UFRGS); Maristela da Silva Souza e Carlos Alberto da Fonseca Pires (SEDUFMS); Luís Fernando Minasi (APROFURG)

2018: CEM ANOS DA REFORMA UNIVERSITÁRIA DE CÓRDOBA E OS PROJETOS EM DISPUTA PARA A ESCOLA PÚBLICA NO BRASIL.

TEXTO DE APOIO

Para início de argumentação...

El chasquido del látigo solo puede rubricar el silencio de los inconscientes o de los cobardes. La única actitud silenciosa que cabe en un instituto de Ciencia es la del que escucha una verdad o la del que experimenta para crearla o comprobarla. Por eso queremos arrancar de raíz en el organismo universitario el arcaico y bárbaro concepto de Autoridad que en estas Casas es un baluarte de absurda tiranía y sólo sirve para proteger criminalmente la falsa dignidad y la falsa-competencia. (El Manifiesto)

Neste 2017, têm sido incontáveis as atividades que nos provocam à reflexão sobre os 100 anos da Revolução Russa de 1917; foram poucas as que singularizaram a pedagogia socialista. Compreendemos que 2018 nos colocará questões definitivas para aprofundarmos a contribuição da pedagogia socialista e as experiências em governos nos marcos do capitalismo na quadra histórica neoliberal, debate que se dará no marco da disputa de três projetos distintos, já publicizados, para a escola pública – CONAE, CONAPE e o III ENE, projetos que poderão ser problematizados à luz da teoria e da materialidade das experiências de governo e da intervenção nas lutas sociais.

Na particularidade do ensino superior público, teremos outra pauta de lutas igualmente fundamental para pensarmos a universidade latinoamericana e a nossa, certamente: os 100 anos da Reforma Universitária de Córdoba. Mister é repercutirmos as consignas daquele potente movimento do início do século XX ainda não conquistadas por nós em pleno XXI!

Em 1918, (...) Os estudantes da Universidade de Córdoba declararam uma Greve Geral estudantil, empreenderam ações diretas impedindo a votação de novos interventores e chegando mesmo a escolher e nomear as novas autoridades entre os seus representantes estudantis. Rapidamente, o movimento ganhou o apoio dos estudantes de todas as universidades argentinas. Nas palavras da Federação Estudantil da Universidade de Buenos Aires, “estamos com vocês no espírito e no coração”. (LEHER, 2008:52-53)

Um movimento reformista porque propôs avanços na concepção da universidade pública na Argentina, ecoando a Revolução Russa de 1917 e contribuindo para particularizarmos uma concepção latinoamericana para a educação superior pública. No

enfrentamento, pautaram uma agenda anti-imperialista que recolocou a questão nacional e os sujeitos históricos da luta de classes em países capitalistas dependentes, avançando na concepção de um marxismo latinoamericano (LEHER, 2008).

O autor nos ajuda a articular essa luta e as reflexões sobre educação popular, caráter da universidade, incluindo questões ainda incompatibilizadas na experiência das nossas universidades públicas, tais como a inclusão (não excludente) de trabalhadoras/es em nossas classes; o governo compartilhado (frágil democracia, quando temos!); autonomia universitária (sem financiamento compatível, que autonomia?), e a matriz latino-americana e anti-imperialista, na contraposição quer ao modelo europeu, quer ao norte-americano.

OLIVEIRA e AZEVEDO (2008) sintetizam a obrigatoriedade de colocarmos em diálogo a pauta de Córdoba e a pauta da universidade pública brasileira, reivindicações da comunidade escolar, para além das universidades.

A chamada “Reforma de Córdoba” de 1918 é um marco histórico incontornável (...) que a torna referência obrigatória em qualquer debate que tenha por objeto a democratização da universidade e a defesa de princípios tais como: a) autonomia universitária; b) eleição dos dirigentes pela comunidade acadêmica; c) concursos para a provisão de cargos docentes; d) docência livre; e) assistência livre; f) gratuidade do ensino; g) renovação dos métodos de ensino e aprendizagem; h) assistência social para permanência dos estudantes e democratização do acesso i) extensão universitária; j) integração e unidade latino-americana (p.66).

Vejam: nossas universidades públicas carecem de (a) autonomia – há imposições governamentais nas esferas administrativas, pedagógicas e financeiras –; (b) democracia – são significativas as universidades que seguem a (des)proporcionalidade dos 70/15/15 nos processos eleitorais, e como é a situação da ‘representatividade’ nos conselhos e comissões?; (c) os concursos, sabemos que haveremos de dar a batalha para não perdê-los... e, se houver alteração em nossa carreira e/ou previdência, teremos provável ‘fuga de cérebros’ como na contrarreforma previdenciária de 2003, no governo Lula da Silva; (d) paira sobre nós a privatização das universidades públicas, de fato já vivemos, porque os sucessivos governos não regularam contra a privatização interna com as fundações ditas de apoio, a cobrança de taxas e mensalidades na extensão, na pós latu e stricto sensu, as parcerias público-privadas assegurando projetos de pesquisa e de extensão, os fundos patrimoniais; (e) a enorme distância entre critérios de ingresso e permanência, e conteúdo, métodos e avaliação, e o sujeito estudante da universidade pública. Que como comunidade acadêmica sejamos muito mais América Latina, muito menos Norte-américa e Europa! Mas por onde... que caminhos traçamos?

O FNDEP e o PNE – Proposta da Sociedade Brasileira

Na saída da ditadura empresarial-militar, seguimos um processo de fortalecimento da sociedade civil para a disputa do marco regulatório que se propunha avançar na ‘cidadania’ (particularmente em relação à Constituição, à LDB e ao PNE 2001-2010), construímos um espaço de unidade em defesa da educação pública, democrática, gratuita, laica e de qualidade, com o Fórum Nacional de Educação na Constituinte em

Defesa do Ensino Público e Gratuito, em seguida, nomeado como Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública (FNDEP)²⁰.

Em 1997, no âmbito do FNDEP, propusemos o Plano Nacional de Educação – Proposta da Sociedade Brasileira (PNE-SB) ainda que com limitações, dentre as quais a imprecisão do conceito de qualidade social da educação. De fato, nos parece que a qualidade social não pode prescindir da pauta abaixo expressa que a

(...) ofensiva neoliberal dos anos 1990 objetivou destruir todos os fundamentos dos reformistas: a gratuidade, o governo democrático e o pluralismo político, a autonomia, a liberdade de pensamento e de expressão, garantidas por cátedras paralelas e pelo ingresso por meio de concurso público, o co-governo, o acesso universal, a natureza pública dos processos institucionais. (LEHER, 2008: 55)

Em nosso caso, não chegamos a conquistar tão fundamental pauta.

O Fórum, com altos e baixos, foi nosso espaço de unidade em defesa da escola pública até 2003, quando se iniciou um processo de esgarçamento de sua representatividade. As divergências, no âmbito do FNDEP, se iniciaram em torno da contrarreforma da previdência no primeiro governo Lula da Silva e agravaram-se com a criação do PROUNI, do FIES e do PRONATEC – porque aportavam recurso público, direta ou indiretamente, ao setor privado; confrontando nosso princípio unitário “*recurso público exclusivamente para a escola pública*”.

A escola pública nos governos Lula/Dilma/PT

Na batalha das ideias, quando foi lançado o Documento Base (2009) para a I CONAE (Conferência Nacional de Educação, 2010), nossas divergências se cristalizaram: a proposta de PNE dos governos Lula/Dilma/PT reafirma o financiamento público ao setor educacional privado, estimulando a intensificação da mercantilização da educação, com a criação e o fortalecimento de grandes conglomerados empresariais. Temos a fusão Kroton/Anhanguera e Estácio/Ser Educacional que exemplificam o uso do fundo público fortalecendo a mercantilização do ensino por meio de grandes conglomerados empresariais.

A reivindicação que construímos coletivamente, para o PNE 2001-2010, de 10% do PIB exclusivamente para a escola pública a partir de 2010 foi alterada para 7% pelo Congresso, vetada por FHC e não sofreu qualquer alteração no governo Lula; além disso, foi agravada pela Desvinculação de Receitas da União (DRU), que permite garfar ainda mais recursos das políticas sociais, incluindo a educação.

Em 2011, entidades, organizações e movimentos que se contrapunham ao PNE proposto pelo governo Lula organizaram uma campanha nacional, coordenada pelo Comitê Nacional da Campanha pelos 10% do PIB para Educação Pública, já! Que também teve repercussão em estados e municípios com a realização de um plebiscito (<http://dezporcentoja.blogspot.com.br/>). Consequência e continuidade da campanha, em

²⁰ O FNDEP, à época, estava composto por entidades sindicais, estudantis e acadêmicas, tais como por ANDE (Associação Nacional de Educação), ANDES (Associação Nacional de Docentes do Ensino Superior), ANPAE (Associação Nacional dos Profissionais de Administração da Educação), ANPEd (Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação), CPB (Confederação de Professores do Brasil), CEDES (Centro de Estudos Educação e Sociedade), CGT (Central Geral dos Trabalhadores), FASUBRA (Federação das Associações de Servidores das Universidades Brasileiras), OAB (Ordem dos Advogados do Brasil), SBPC (Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência), SEAF (Sociedade de Estudos e Atividades Filosóficas), UBES (União Brasileira dos Estudantes Secundaristas), UNE (União Nacional dos Estudantes), FENOE (Federação Nacional de Orientadores Educacionais).

2014 realizamos o I Encontro Nacional de Educação²¹ – ENE – precedido de etapas municipais e estaduais em parte dos estados da federação, pautando: privatização e mercantilização, financiamento, precarização das condições de trabalho, acesso e permanência, avaliação meritocrática, democratização da educação, e passe livre e transporte público. Em 2016, realizamos o II ENE, também construído pela base, tendo como eixos trabalho e formação de trabalhadores da educação; acesso e permanência; financiamento, avaliação; gestão; gênero, sexualidade, orientação sexual e questões étnico-raciais. Não foi encontrado registro da discussão que alterou o nome da instância que articulou os dois primeiros ENEs – *Comitê Nacional em Defesa dos 10% do PIB para a Educação Pública, Já* – quando não havia restrição à participação da base e nossas regionais apoiavam, sempre. Fomos marcando um campo distinto de atuação, com ênfase no caráter classista do projeto que defendemos, o que significa dizer que a perspectiva da garantia de direitos, incluindo a qualidade social da escola pública, precisa disputar a consciência da classe trabalhadora fazendo a experiência na luta; precisamos compor a proposta de educação classista; nesta perspectiva construiremos o III ENE, em 2018.

Após o impeachment da presidente Dilma, parte daqueles que se mantiveram alinhados ao PNE dos governos Lula e Dilma se reorganizam como Fórum Nacional Popular de Educação (FNPE), e propõem a realização da Conferência Nacional Popular de Educação (CONAPE), como contraponto à CONAE 2018 do governo ilegítimo.

Numa vista ainda inicial ao Documento de Referência da CONAPE e à convocatória para construção da Conferência (que abre o documento), lemos um chamado à defesa do PNE em nome da *educação pública, gratuita, laica e de qualidade para todo cidadão e para toda cidadã* (p.3); a seguir, a descrição é de uma *educação pública, gratuita, de qualidade e interesse popular* (p.4); depois, *educação democrática e para todos* (p.5) e, por fim, há um chamado para defender a educação pública e a democracia (p.6). Acreditamos que são consignas distintas e precisam ser compreendidas no escopo dos debates. Cabe registrar que não há crítica ao PNE (2014-2024), denominado Compromisso Todos pela Educação.

O FNPE estabeleceu que a CONAPE manterá como objetivo geral monitorar e avaliar o cumprimento do PNE, corpo da lei, metas e estratégias, propor políticas e ações e indicar responsabilidades, corresponsabilidades, atribuições concorrentes, complementares e colaborativas entre os entes federativos e os sistemas de educação (p.18).

No que refere ao financiamento, embora tenha avançado nas possibilidades de ampliação do fundo público, nada há sobre a exclusividade do fundo público para a escola pública.

Há um relato das conferências anteriores afirmando que:

(...) expressaram a visão segundo a qual a garantia do direito e o cumprimento das metas do PNE devem ser viabilizados pela ampliação dos recursos vinculados à educação. Ganham centralidade: a) as vinculações mínimas constitucionais, que devem ser integralmente preservadas e ampliadas; b) o cumprimento do Piso Salarial Profissional Nacional, necessariamente acompanhado de outras medidas de valorização dos profissionais da educação; e c) a implantação do custo-aluno qualidade inicial e custo-aluno-qualidade, parâmetro para o financiamento de todas as etapas e modalidades da

²¹ <https://ene2014.wordpress.com/> o blog está desatualizado, as informações foram buscadas no relatório no portal do ANDES-SN. Não fica explicitado no relatório do II ENE e não há relatórios de reuniões no blog que ajudem a compreender a consolidação da Coordenação Nacional de Entidades em Defesa da Educação Pública e Gratuita (CONEDEP) bem como os critérios de participação.

educação básica. Também ganha relevo para viabilizar a expansão do fundo público para fazer frente aos desafios educacionais, sem nenhuma perda de direitos, a) a implementação dos impostos patrimoniais sobre grandes fortunas e movimentação financeira, a diminuição da elisão fiscal, b) a eliminação das renúncias tributárias voltadas para educação e a potencialização das receitas do pré-sal, c) a revisão dos montantes utilizados para pagamento do serviço da dívida etc. Em resumo: é indispensável o esforço nacional para promover o aumento da capacidade de financiamento do Estado brasileiro em educação, sem o que as metas fundamentais de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do produto interno bruto (7% em 2019 e, no mínimo, 10% em 2024) estarão comprometidas. Para tanto, a reversão do chamado Novo Regime Fiscal se apresenta como estratégica.

A leitura do Eixo VIII, que trata do financiamento (entre outros temas) deixa a impressão de que só não lograremos os recursos para a educação por conta do ajuste temeroso.

Acreditamos que o III ENE precisa superar no marco teórico e como pauta de lutas da escola pública, a infinidade de retrocessos e construir unidade para avançar: (a) na concepção de caráter público; (b) no aprofundamento da dimensão do financiamento público exclusivamente para a escola pública; (c) na relação transporte/acesso e permanência; e (d) na elaboração sobre a relação trabalho e formação de trabalhadoras/es (professoras/es, técnicas/os/funcionárias/os e estudantes), entre outros temas. Tarefa para a construção pela base do III ENE.

Nesta conjuntura em que disputaremos o projeto classista de escola pública desde a creche até a pós-graduação consolidando o III ENE, representando os setores do campo de esquerda pautados pelas lutas da classe; com a CONAE 2018 e o FNE, expressão dos setores reacionários que sustentam o Governo Temer; e a CONAPE e o FNPE, agregando a expressão ‘popular’, mas que segue pautada na conciliação de classes.

En adelante sólo podrán ser maestros de la futura República Universitaria los verdaderos constructores de almas, los creadores de Verdad, de Belleza y de Bien. La juventud universitaria de Córdoba cree que ha llegado la hora de plantear este grave problema a la consideración del país y de sus hombres representativos. (El Manifiesto)

Referências

Documento de Referência da CONAPE, 2018.

El Manifiesto [http://www .reformadel18.unc.edu.ar/manifiesto.htm](http://www.reformadel18.unc.edu.ar/manifiesto.htm)

LEHER, Roberto. Reforma Universitária de Córdoba, noventa anos Um Acontecimento Fundacional para a Universidade Latino-americanista.

<http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/gt/20101109075227/07leher.pdf>. 2008

OLIVEIRA, Dalila Andrade de e AZEVEDO, Mario Luiz Neves de. A atualidade dos ensinamentos da Reforma de Córdoba (1918). Ou qual a herança de Córdoba nas reformas atuais?

<http://biblioteca.clacso.edu.ar/ar/libros/grupos/reforAboit/08oliaze.pdf> . 2008

TR - 18

Diante do exposto, propomos que 37º Congresso do ANDES-SN delibere por:

- 1.** Intensificar o trabalho de construção do III ENE, fomentando os fóruns/comitês estaduais e municipais mediados pelas ações propostas pela Coordenação Nacional;
- 2.** Indicar o debate sobre a participação formal de um/a representante por fórum estadual na Coordenação Nacional, de modo a concretizarmos as atualizações do que realizamos nos fóruns locais com a pauta nacional;
- 3.** Que as Regionais do ANDES-SN possam assegurar a participação das SSinds, oposições e coletivos que constroem os fóruns de maneira a garantir um revezamento interno nas participações.
- 4.** Alterar o nome da Coordenação Nacional de Entidades em Defesa da Educação Pública e Gratuita, excluindo a expressão “entidades”, de modo a não expressar a restrição de organizações e movimentos que, ativamente, constroem este espaço, desde o I ENE, e enfatizar o caráter classista do projeto que defendemos. Sugerimos: Coordenação Nacional em Defesa da Educação Pública, Gratuita e Classista (CONDEPC).

TEMA III – PLANO DE LUTAS DOS SETORES

PLANO DE LUTAS DO SETOR DAS IEES/IMES

TEXTO DE APOIO

A crise econômica brasileira, reflexo da crise mundial do capital, gerou em grande parte dos estados e municípios, entre outras consequências, a perda na arrecadação de receitas. O que os governos não revelam, porém, é que parte significativa dessas perdas decorre das bilionárias isenções fiscais concedidas às empresas sem qualquer contrapartida social, além do aumento da dívida pública estadual e municipal, que eleva a gastos significativos os orçamentos estaduais e municipais com juros e amortizações.

Em decorrência dessa conjuntura, o ano de 2017 foi marcado pela intensificação dos ataques aos direitos, às condições de trabalho, à autonomia e a um processo de desfinanciamento e sucateamento das Instituições Estaduais de Ensino Superior (IEES) e das Instituições Municipais de Ensino Superior (IMES). Além dos ataques ao financiamento, os arrochos salariais e a falta de condições de trabalho e estudo para docentes, técnicos-administrativos, técnicas-administrativas e estudantes, alguns governos estaduais e municipais adotaram uma política de desmonte das universidades com vilipendiosos atrasos e parcelamento nos salários dos(as) trabalhadores(as) da educação, além dos cortes abruptos de verbas de custeio e investimento, em clara intenção de privatizar essas instituições, como fruto de um projeto de transferência dos fundos públicos para o setor privado.

Os instrumentos desse projeto de privatização têm se intensificado no interior das IEES-IMES, a exemplo da aprovação da Lei do Marco de Ciência e Tecnologia (Lei 13.243/16) e, com a permissão do Supremo Tribunal Federal (STF), cobrança de mensalidade nos cursos de pós-graduação *latu sensu*. Além disso, as medidas presentes na LC 159/16, anunciadas pelo governo federal para, supostamente, socorrer estados e municípios, significa, na realidade, a imposição de um ajuste fiscal que prevê, entre outras coisas: privatização das empresas estatais, elevação de alíquotas de contribuição previdenciária para os(as) servidores(as), corte de benefícios como triênios e anuênios, programas de demissão voluntária e congelamento de salários e planos de carreira.

Em reunião conjunta dos setores das IEES-IMES e IFES do ANDES-SN, realizada em maio de 2017, no Rio de Janeiro, foi apresentado um painel sobre os ataques dos governos estaduais a essas instituições. Constatou-se que essa política de desmonte nos estados era da mesma natureza, independente dos governos, com ações de congelamento, atraso e parcelamento salarial, além de paralisação de promoções, progressões e do plano de carreira.

Diante desse quadro, foi aprovada, no 62º CONAD, a criação, a partir dos estados, de uma Frente Nacional em Defesa dos Sistemas de Ensino Superior Públicos Estaduais. No XV Encontro Nacional do Setor, realizado em Mossoró, entre os dias 7 e 9 de setembro, que reafirmou a importância de fortalecer as lutas nas IEES-IMES em frente aos ataques cada vez mais violentos, indicou-se a construção de uma agenda nacional, aprovada na reunião do setor ocorrida em 6 de outubro em Brasília com a seguinte pauta: defesa das IES públicas; recomposição salarial; luta contra os cortes nos

orçamentos das IEES/IMES, demonstrando a importância dessas instituições para a educação, ciência e tecnologia nos âmbitos estaduais e municipais (Deliberação do 35º Congresso do ANDES-SN); direitos trabalhistas: garantia de promoções e progressões; defesa da Dedicção Exclusiva (DE) como regime de trabalho; contra a criminalização das lutas em defesa da educação pública; garantia da paridade, integralidade e do regime de DE nos vencimentos entre ativos(as) e aposentados(as); defesa da autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, além do princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, conforme artigo 207 da CF; garantia do regime único e integral da previdência pública. Em virtude de a natureza dos ataques oriundos dos governos estaduais guardar forte similaridade com os ataques sofridos pelas IFES, o encontro dos setores deliberou que a Frente em Defesa das IEES-IMES se estendesse às Instituições de Ensino Superior Públicas. O tema foi discutido e aprovado na reunião conjunta dos setores, realizada em Brasília, no dia 6 de outubro.

O ANDES-SN lançou a Frente Nacional em Defesa das Instituições de Ensino Superior Públicas, no Rio de Janeiro, no dia 19 de outubro, em grande ato na UERJ, com a participação de várias entidades da educação (FASUBRA, SINASEFE, UNE), reitores, parlamentares, membros da sociedade civil, que subscreveram o Manifesto em Defesa da Educação Pública Superior e que se encontra aberto para assinatura de outras entidades.

Para 2018 os desafios serão mais intensos, uma vez que a LC 159/17 determina o congelamento dos recursos, contingenciamento dos investimentos no limite da inflação. Isso requer que o setor das IEES-IMES intensifique a luta para que os salários sejam pagos integralmente e em dia, reafirme a urgência de combater as medidas de retirada dos direitos e resista a todas as ações de privatização anunciadas pelo regime de recuperação fiscal e demais iniciativas dos governos estaduais. Outra iniciativa dessa lei é a ampliação da precarização do trabalho docente nas universidades, resultado da suspensão de concursos públicos.

Cabe reforçar a necessidade de continuar realizando reuniões do setor e em conjunto com o setor das IFES, intensificando a solidariedade ativa do sindicato com todas as IEES-IMES em luta, além de constante estudo, levantamento e compartilhamento de dados sobre a situação das universidades públicas, para que possamos traçar coletivamente estratégias eficazes de defesa do ensino superior público e gratuito.

No Rio de Janeiro, onde os salários nas IEES encontram-se em atraso desde 2016, o ANDES-SN realizou ato público nacional em fevereiro e vem, desde então, protagonizando intensas lutas com greves e paralisações na UERJ, UEZO, UENF, FAETEC, além do movimento dos(as) docentes do ensino a distância do estado (ADOPEAD). A constituição de um fundo de solidariedade e uma campanha de arrecadação de recursos para os(as) docentes sindicalizados(as) do estado que chegaram a ter três meses de salários atrasados, em muitos momentos de 2017, se constituíram em um elemento fundamental de fortalecimento de luta e resistência.

O governador da Paraíba Ricardo Coutinho (PSB) promoveu em 2017, na esteira da política de ajuste fiscal de renegociação da dívida dos estados com a União e ancorado na LC 196, aumento dos tributos e introduziu as Organizações Sociais (OS) no setor da saúde e também na educação básica, como forma de reduzir os investimentos nas políticas sociais. Com essas ações, o governo limitou a realização dos concursos públicos, aprofundando a terceirização do trabalho na educação básica. Como se não bastasse, criou o conceito de receita ordinária líquida, que levou à redução do

duodécimo da UEPB, diminuindo, assim, o orçamento da universidade em mais de 100 milhões. Dos 410 milhões aprovados pelo CONSUNI, a Universidade teve acesso a apenas 290 milhões.

Ainda nessa linha de truculência, o governo aprovou a Lei 10.660/16, que congelou o salário e o Plano de Cargos, Carreira e Remuneração (PCCR) de todos(as) os(as) servidores(as) do estado. Os servidores da UEPB estavam sem reajustes desde 2015 e com as progressões suspensas desde 2016. Em função do arrocho promovido pelo governo, os(as) professores(as) deflagraram o movimento paredista, que durou três meses com intensas mobilizações. A pauta buscou a garantia do duodécimo da UEPB, a reposição de 23,61%, o descongelamento do PCCR, concursos públicos com contratação imediata, consolidação e construção da infraestrutura dos *campi*, controle social do orçamento da universidade, cumprimento do acordo de greve e ampliação da política estudantil. Como resultados das lutas intensas, os(as) professores(as) saíram vitoriosos(as) e conseguiram destravar as negociações com o governo; o governo descongelou as progressões, que foram incorporadas ao salário a partir de outubro, com direito a um acréscimo de 8%. Nas negociações com a Reitoria, garantiram-se mudanças nos contratos para os(as) professores(as) substitutos(as), a exemplo da validade dos contratos até 31 de dezembro (considerando o ano fiscal e a deliberação dos departamentos), a garantia de não fechamento de nenhum curso ou *campi* com a alegação de redução de custos, a divulgação de uma proposta de reforma administrativa e a realização de concursos para professores (as). Outra conquista da greve foi a autorização do governo para implantação, consolidação e construção de infraestrutura adequada no *campus* de João Pessoa, que se preparava para utilizar contêineres como espaços para laboratórios.

Antes de iniciar a greve, os(as) professores(as) adotaram inúmeras estratégias de mobilização e de pressão política para tentar abrir um canal de negociação com o governo do estado, ao longo de 2016 e até abril de 2017, entre elas atos públicos nas cidades onde os *campi* da UEPB estão sediados e paralisações de um dia a cada mês em toda a instituição. Após a decisão política da diretoria do Sindicato e da categoria de iniciar a greve por tempo indeterminado, os canais efetivos de negociação da Reitoria da UEPB e, posteriormente do governo, começaram a funcionar.

Sem a greve, os(as) professores(as) estariam como as demais categorias de servidores(as) estaduais do poder executivo: sem nenhum tipo de reposição salarial, progressões congeladas e sem quaisquer perspectivas de negociação com o governo. É fundamental também constatar que foi outra greve, a dos técnicos-administrativos e técnicas-administrativas que trouxe reforço ao movimento dos(as) professores(as). Se a paralisação dos(as) técnicos(as) foi importante, o apoio político dos(as) estudantes foi um diferencial. A pauta dos(as) discentes também incorporou à luta reivindicações de condições mínimas de permanência do segmento na universidade, como residências universitárias e restaurantes gratuitos em todos os *campi*, bolsas para a graduação e a pós-graduação.

Os(as) professores(as) não devem perder de vista que o descongelamento das progressões foi apenas uma etapa da luta, já que a categoria não conquistou nenhuma reposição salarial e as perdas ultrapassam mais de 25% nos últimos anos, segundo o DIEESE. Sem reposição ou reajuste para os(as) docentes da ativa, os(as) aposentados(as) não foram beneficiados(as), pois já estão fora do Plano de Cargos, Carreira e Remuneração (PCCR).

A Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN) há muito tempo está em luta para garantir a manutenção da instituição como universidade pública, gratuita e de qualidade. A UERN é um dos maiores patrimônios do estado, por impulsionar o desenvolvimento econômico e social, por possibilitar aos(as) filhos(as) dos(as) trabalhadores(as) o acesso ao ensino superior e por estar presente em todas as regiões do estado cumprindo um papel importante no processo de interiorização do ensino superior e formando a maioria dos(as) profissionais do estado.

Em assembleia extremamente representativa, no dia 3 de novembro, foi aprovada greve por tempo indeterminado, a partir de 10 de novembro. A decisão foi motivada pelos constantes atrasos salariais, que se arrastam desde janeiro de 2016, e pelo total descaso do Governo Robinson Faria (PSD) com a universidade. No momento da deflagração do movimento paredista, os(as) docentes estavam com dois meses de salários atrasados. Essa greve representa a indignação da categoria ante ao descaso e desrespeito com que o governo tem tratado os(as) servidores(as) públicos(as) e, em especial, os(as) professores(as) da UERN, pois há mais de vinte meses os(as) trabalhadores(as) do estado vivenciam uma situação de incerteza quanto ao pagamento dos salários e uma condição de precarização dos serviços públicos, que afeta grande parte da população. Entrar na greve foi resultado de uma política econômica desastrosa do governo, que precariza a saúde, a educação, a segurança e os demais serviços, que não reconhece os serviços públicos como necessários à população e que não respeita os(as) servidores(as) e os direitos da classe trabalhadora.

Em 2017, o governador do Paraná Beto Richa (PSDB) deu sequência às medidas voltadas ao ajuste fiscal. Para cumprir o “Acordo para Renegociação da Dívida”, celebrado com o governo federal em 30 de junho de 2016, o governador enviou à Assembleia Legislativa do Estado do Paraná (ALEP) o PL nº 556/2017, que limita o crescimento das despesas primárias à variação da inflação (IPCA). Como parte dessa medida, em março de 2017 a Comissão de Política Salarial do governo reuniu-se para discutir a liberação e autorização da contratação de docentes temporários(as). A decisão da Comissão resultou na autorização de uma carga horária drasticamente inferior à solicitada pelas universidades. Os ataques às universidades estaduais, com medidas que retiram direitos históricos conquistados, praticados pelo governo em 2017, podem ser sintetizados em cinco iniciativas: a) restrição da contratação de docentes e técnicos(as); b) acusação de que as universidades estaduais têm um custo muito elevado; c) tentativa de centralização do processamento da folha de pagamento das universidades em Curitiba, na Secretaria de Estado da Administração e Previdência; d) descaracterização do TIDE docente (Tempo Integral e Dedicção Exclusiva) como regime de trabalho; e) tentativa de imposição da autonomia financeira em detrimento da autonomia de gestão financeira e patrimonial.

Durante o mês de abril as universidades do Paraná foram surpreendidas com a decisão do governo de enquadrar todas as universidades estaduais no Sistema Meta 4 – um programa gerencial que retira completamente a autonomia financeira das universidades. Essa medida levou a as três maiores universidades (UEL, UEM e UNIOESTE) a reagir e não atender às orientações da Secretaria de Fazenda de encaminhar os relatórios necessários à implantação do sistema. O governo faz uso de todas as medidas ao seu alcance para obrigar as universidades a aderirem forçosamente ao Sistema Meta 4, numa afronta à autonomia universitária, com o objetivo de estabelecer controle absoluto sobre a gestão de pessoal de tais instituições.

Paralelamente a isso, o governo conseguiu do Tribunal de Contas um acórdão que considera o TIDE um regime de gratificação após fazer uma reavaliação da lei do TIDE de 2005. O Tribunal de Contas, apesar de dois recursos apresentados pelos sindicatos e pelos reitores, mantém o entendimento de que o TIDE docente é uma gratificação de caráter transitório e contingente. Em resposta, as ADs desencadearam várias ações, como audiências públicas locais e em Curitiba, com o intuito de denunciar à população o desrespeito do governo para com o ensino público do Paraná, representado nas medidas editadas pelo governo.

Para fortalecer a luta em defesa das universidades, as ADs passaram a compor o Comitê Estadual em defesa do Ensino Público Superior do Paraná, que tem mobilizado os(as) docentes, discentes e a comunidade para participarem de ações em defesa das universidades e traçarem ações coletivas que fortaleçam as lutas.

Na Bahia vamos para 12 anos de governo petista, agora sob a liderança do governador Rui Costa. A cartilha neoliberal vem sendo seguida à risca. Realização de superávit para pagamento da dívida, à custa do sucateamento dos serviços públicos, arrocho salarial e corte de direitos. O Governo Rui Costa reformou a previdência do funcionalismo público, acabando com a aposentadoria integral e criando o fundo de previdência complementar, seguindo o modelo federal do FUNPRESP. Também alterou a constituição estadual, com o apoio da bancada governista, para retirar direitos do funcionalismo público, como licença prêmio, licença sabática e o direito à incorporação de gratificações recebidas de forma continuada.

No final de 2017 completar-se-ão três (3) anos sem nenhum reajuste. O funcionalismo público já acumula 20,5% de perdas salariais, o equivalente a 2,8 meses de salário não recebido nos últimos dois anos e dez meses. Nas universidades estaduais da Bahia, milhares de docentes amargam anos aguardando o recebimento de direitos como promoção, progressão e mudança de regime de trabalho. O orçamento de investimento, manutenção e custeio das universidades estaduais enfrenta, desde 2014, uma política de cortes e contingenciamentos que chegam a R\$ 213 milhões, o equivalente a um ano de orçamento. A permanência estudantil vem sendo duramente atacada, com o lançamento de um programa de caráter meritocrático e, além disso, insuficiente para atender à demanda. As quatro Seções Sindicais do ANDES-SN estão com indicativo de greve em debate e seguem na luta contra os ataques do governo estadual baiano às IES.

No âmbito das municipais, identificamos a exploração dos(as) docentes de algumas universidades que, na maioria das vezes, são horistas, sem vencimentos e regime de trabalho definidos e sem receberem insalubridade. Em setembro de 2017, foi realizada a assembleia de reorganização da Seção Sindical dos Docentes da Fundação de Ensino Superior de Goiatuba (SESDFESG), localizada no município de Goiatuba/GO. A APUG tem atuado na definição dos critérios para a fixação do percentual de insalubridade para os sindicalizados.

Assim, se é verdade que se agudizaram os ataques, também se intensificaram os embates. Com as reuniões do setor e as reuniões conjuntas, buscamos construir uma identidade nacional para as lutas estaduais e municipais além de inserir o setor nos debates e enfrentamentos nacionais, nas greves gerais e nas decisões acerca da conjuntura.

RESOLUÇÕES DO 36º CONGRESSO DO ANDES-SN

I - PLANO DE LUTAS DO SETOR DAS IEES/IMES

O 36º CONGRESSO delibera

- 1. Realizar a semana de lutas unificadas do setor das IEES/IMES, de 15 a 19 de maio de 2017, em defesa da garantia e ampliação do financiamento público e mais recursos públicos para as IEES/IMES e contra a apropriação do fundo público pelo capital privado resultando em privatização, gestões antidemocráticas, precarização e o sucateamento dessas instituições.*
- 2. Produzir materiais emergenciais de denúncia da situação das IEES/IMES e elaborar InformANDES até a primeira quinzena de abril, com as pautas da semana de lutas para divulgação e mobilização na base. Produzir um boletim InformANDES Especial após a semana de lutas do setor das IEES/IMES, apresentando os resultados da mobilização nos estados.*
- 3. Ampliar a socialização, por meio de debates e de distribuição de materiais produzidos pelos GTs, sobre temas comuns ao conjunto do movimento docente nas seções sindicais do setor das IEES/IMES.*
- 4. Elaborar cartilha do ANDES-SN sobre os fundos de previdência complementar, que estão implantados ou em curso, incluindo um mapeamento da situação dos estados com base na pesquisa a ser realizada pelo GTSS/A.*
- 5. Que as seções sindicais envidem esforços para fortalecer e ou criar o GTSS/A local e participem das reuniões do GTSS/A nacional, a fim de contribuir no avanço da construção da cartilha das discussões e ações contra a previdência complementar e na construção de materiais.*
- 6. Que as seções sindicais, em articulação com as secretarias regionais do ANDES-SN, CSP- Conlutas Estaduais e Fóruns Estaduais, promovam debates sobre a dívida pública e a previdência social nas esferas federal e nos estados.*
- 7. Produzir materiais informativos e de comunicação sobre os fundos de previdência complementar dos estados.*
- 8. Estimular as seções sindicais a articularem, onde não existam, e fortalecerem, onde existem, fóruns estaduais em defesa da previdência social pública, em unidade com a CSP-Conlutas estaduais e demais entidades dos trabalhadores do serviço público e da iniciativa privada.*
- 9. Indicar que as seções sindicais realizem na semana de luta em defesa das IEES/IMES, um ou dois dias com ações, atos e audiências públicas com o objetivo de barrar a contrarreforma da previdência (aumento do percentual de contribuição e inclusões de cotas e taxas extras, entre outras medidas), em conjunto com outras categorias do serviço público e da iniciativa privada.*
- 10. Realizar uma reunião das assessorias jurídicas das seções sindicais e a assessoria jurídica nacional, para construir ações contra a previdência complementar nos estados.*
- 11. Realizar, por meio das seções sindicais, debates nas universidades sobre a contrarreforma da previdência (PEC 287) e suas implicações para as IEES/IMES, visando o combate aos ataques aos direitos previdenciários e a intensificação da exploração do trabalhador e da trabalhadora.*
- 12. Que as seções sindicais, em articulação com as secretarias regionais do ANDES-SN, CSP Conlutas e fóruns e demais entidades de classe, elaborem material audiovisual de combate à dívida pública dos estados e municípios.*
- 13. Realizar, no setor das IEES/IMES, articulada com os GT Verbas, locais e nacional, e se necessário com assessoria de órgãos técnicos, levantamento de dados sobre o financiamento das IEES/IMES, com o objetivo de se construir materiais sobre esse tema, para posterior divulgação.*
- 14. Denunciar as inúmeras isenções fiscais que são concedidas pelos estados e pela União, como um dos elementos que impacta na arrecadação e diminui os investimentos dos estados e dos municípios para a educação e saúde.*
- 15. Aprofundar o debate nas reuniões do setor sobre o tema financiamento federal para as IEES/IMES e as condições jurídicas e operacionais para a destinação de recursos federais.*
- 16. Fomentar que as seções sindicais, em articulação com as secretarias regionais do ANDES-SN, acompanhem e divulguem a execução do orçamento dos estados para garantir a transparência sobre a destinação dos recursos para as IEES/IMES dos estados e municípios.*
- 17. Realizar estudos, por meio das seções sindicais, em articulação com as secretarias regionais, sobre os impactos nos estados da EC 95/2016 que institui novo regime fiscal (antiga PEC 55/2016) e da lei complementar 156/2016 (antigo PLC 54).*
- 18. Lutar contra toda a legislação e projeto de lei que propõe o pagamento de mensalidades, de taxas, de anuidades e de privatizações nas IES públicas.*

19. *Mobilizar a categoria docente nas IEES/IMES, por meio das seções sindicais, para a luta pela revogação da EC 95/16 e da Lei Complementar 156/16.*
20. *Que as seções sindicais ampliem a discussão sobre a necessidade da reforma tributária progressiva e da auditoria da dívida pública e seu não pagamento.*
21. *Realizar, por meio das seções sindicais, debates sobre a contrarreforma trabalhista, combatendo o discurso da mídia corporativa. Combater o discurso da mídia corporativa e realizar debates sobre a contrarreforma trabalhista nas IEES/IMES.*
22. *Cobrar, via as seções sindicais, que as IEES/IMES construam ferramentas de denúncia e combate ao assédio moral, sexual, por meio dos GTSS/A e/ou GTPCEGDS locais em articulação com os Gts nacionalmente. Construir ferramentas nas IEES/IMES de combate ao assédio moral, sexual, por meio dos GTSS/A e/ou GTPCEGDS das seções sindicais.*
23. *Pautar o debate, no interior das IEES/IMES, sobre a criação de observatórios no âmbito institucional contra todo tipo de violência aos docentes como base para ações de luta.*
24. *Denunciar as situações de trabalho que promovem o adoecimento e as perseguições no interior da IES.*
25. *Fomentar a realização de debates no interior das IEES/IMES, convidando os Comitês Estaduais e Municipais em defesa da Educação Pública e a Frente estadual Escola sem Mordaça, onde existir, para debater, questões de gênero, petição de minorias e a Reforma do Ensino Médio (MP 746, e PLV 341/16), em articulação com o GTPE e o GTPCEGDS nacional e os Gts locais.*
26. *Intensificar, em articulação com os GTPE nacional e locais, as lutas contra o “Movimento escola sem Partido”, e todos os PL e legislações correlatas que estão sendo apresentadas nos estados e municípios.*
27. *Fortalecer a participação das seções sindicais e das secretarias regionais do ANDES-SN nas Frentes estaduais e municipais do Escola sem Mordaça.*
28. *Que o ANDES-SN articule um ato Nacional na data da votação do ajuste fiscal no Rio de Janeiro, com a utilização do fundo único, convocando todas as seções sindicais e movimentos sociais para esta luta que representa um modelo das propostas de ataque ao serviço público em geral, e à educação em particular em curso no Brasil.*
29. *Ampliar a exposição pública dos deputados estaduais que votaram pela aprovação do Pacotes de Maldades”/ Pacotes de medidas de ajuste fiscais*
30. *Indicar que as seções sindicais discutam a possibilidade de contribuir solidariamente com recursos financeiros para a manutenção da estrutura das seções sindicais das universidades estaduais do Rio de Janeiro e suas lutas.*
31. *Que a Secretaria Regional do Rio de Janeiro, junto com as Seções Sindicais das universidades estaduais do Rio de Janeiro, discutam um Projeto de um “Fundo de Apoio aos Docentes das Entidades Estaduais do Rio de Janeiro” para receber contribuições de entidades, seções sindicais, professores e movimentos.*
32. *Realizar no segundo semestre de 2017, o 15º Encontro Nacional do Setor das IEES/IMES com o tema a ser definido na reunião do setor preparatória para o 15º encontro nacional.*
33. *Realizar reunião conjunta dos Setores IEES/IMES/IFES no mês de fevereiro de 2017, a depender da avaliação da diretoria.*
34. *Intensificar nacionalmente ações com a produção de materiais e atividades de denúncia e enfrentamento ao processo de desmonte e de privatização das IEES por parte dos governos estaduais, a exemplo do que está acontecendo na UERN, UEPB, UERJ, UENFE, UEZO.*
35. *Que as seções sindicais das IEES/IMES, articuladas com a coordenação do setor, realizem um levantamento sobre os recursos destinados pelos estados e municípios para o ensino superior privado, por meio de bolsas, incentivos fiscais e outras formas, destacando aquelas ameaçadas de privatização.*
36. *Que na primeira reunião do setor das IEES/IMES, após o 36º Congresso, seja pautada a elaboração de uma campanha do ANDES-SN em defesa das IEES/IMES.*

TR - 19

O 37º CONGRESSO DO ANDES-SN DELIBERA:

1. denunciar à OIT os ataques aos direitos dos(as) docentes, que estão sem salário, sem promoções e progressões;
2. construir dossiê sobre a situação dos ataques às IES públicas intitulado “Quem está nos atacando”;
3. pautar audiências públicas nos estados e municípios para denunciar o desmonte das IEES-IMES, os impactos do marco de ciência e tecnologia na educação pública e o ataque aos direitos dos(as) servidores(as);
4. realizar, em conjunto com as seções sindicais e a coordenação do setor, amplo levantamento do financiamento das IEES/IMES;
5. continuar solicitando reuniões com a ABRUEM para cobrar posições em face dos ataques às IEES-IMES;
6. realizar, no segundo semestre de 2018, o 16º Encontro Nacional do setor das IEES-IMES, com tema e data a serem definidos na reunião preparatória do setor;
7. lançar, em articulação com as secretarias regionais em todos os estados, a Frente Nacional em Defesa das Instituições Públicas de Ensino Superior;
8. lançar o caderno a ser elaborado pelo GTSSA sobre a pesquisa dos regimes próprios de previdência social nos estados.

TEXTO 20

Diretoria do ANDES-SN

PLANO DE LUTAS DO SETOR DAS IFES

TEXTO DE APOIO

A intensificação dos ataques aos direitos sociais por parte do Executivo, Legislativo e Judiciário, no ano de 2017, coloca de forma central na agenda do setor o combate às contrarreformas e a defesa do serviço público junto com os demais setores da classe trabalhadora. Nas reuniões do Setor das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), além das questões específicas, discutimos e encaminhamos a organização das ações gerais do sindicato nacional, especialmente a construção das manifestações do dia 15 de março, da greve geral do dia 28 de abril, da caravana a Brasília no dia 24 de maio, além da greve do dia 30 de junho, sempre em conjunto com as paralisações e outras atividades nos estados. Tais ações foram construídas por meio da articulação do Setor das IFES com o Setor das IEES/IMES.

Os cortes orçamentários oriundos da EC 95/16 e demais políticas de contingenciamento originaram diversas manifestações das seções sindicais do setor da IFES, das reitorias e da própria ANDIFES, relacionadas aos diversos prazos de esgotamento de recursos para manutenção das atividades de ensino, pesquisa e extensão. Vale destacar que as ações de algumas administrações superiores foram no sentido de adequar-se às políticas do MEC, cortando serviços, extinguindo bolsas, demitindo terceirizados(as) e estabelecendo relações com parlamentares para aquisição de recursos via Emendas Parlamentares.

Os ataques mais direcionados ao conjunto dos Servidores Públicos Federais (SPF) ocorreram ainda por meio de campanhas nas quais os(as) servidores(as) são responsabilizados(as) pelo governo, empresários(as) e mídia hegemônica como os “inimigos” do “ajuste fiscal”, justificando as medidas como “salvação da crise”. Precisamos continuar denunciando que essas medidas trarão como consequência a eliminação da oferta de inúmeros serviços públicos para a população e se constituem em discursos e políticas de legitimação da transformação dos direitos sociais e serviços públicos em serviços e mercadorias, portanto, formas de lucratividade do capital em detrimento da garantia dos direitos duramente conquistados pela população.

Nesse sentido, considerando a necessidade de elaboração do Plano de Lutas do Setor das IFES, apresentamos o balanço sobre as ações desenvolvidas e as perspectivas para o próximo período.

NO ÂMBITO DOS SPF

As mobilizações e lutas em defesa dos serviços públicos – eixo articulador da Campanha Unificada dos Servidores Públicos Federais (SPF) para 2017 – aconteceram em meio a uma conjuntura de enormes desafios para as entidades que organizam as categorias nas esferas federal, estadual e municipal. Além dos desdobramentos da EC 95/2016, que congela investimentos no serviço público por vinte anos, outras medidas do governo tendem a precarizar ainda mais as condições e relações de trabalho, como é o caso da Lei da Terceirização, da Contrarreforma Trabalhista, do Programa de Desligamento Voluntário (PDV), do PLS 116/17, que propõe o fim da estabilidade no serviço público, e a recente Medida Provisória 805/17 (MP 805/17), que adia para 2019 as mudanças salariais previstas para os SPF no ano de 2018, abre possibilidade para o congelamento das progressões e promoções e, sobretudo, aumenta a contribuição previdenciária de 11% para 14% a partir de fevereiro de 2018. Essa MP é considerada inconstitucional em parecer dado pela Assessoria Jurídica do ANDES-SN.

O Programa de Desligamento Voluntário (PDV), as ameaças à estabilidade, ao salário e à aposentadoria dos servidores.

Vinte anos depois do Plano de Demissão Incentivada (PDI) de FHC (MP nº 1.530-7/97, convalidada pela Lei nº 9.468 de 10 de julho de 1997), que acirrou diversas práticas assediadoras e trouxe consequências drásticas aos(as) que aderiram ao plano, surge a MP792/2017, que instaura o PDV, que tem sido combatido conjuntamente por todo o funcionalismo público federal, inclusive no âmbito do FONASEFE, que produziu e distribuiu uma cartilha para esclarecer as desvantagens desse Programa e orientar a não adesão, como uma das formas de combate. O PDV reforça os ataques ao serviço público, buscando reduzir as garantias dos(as) servidores(as).

O PLS 116/17 é uma iniciativa parlamentar que visa retirar a estabilidade do(a) servidor(a), com a realização de avaliações por “insuficiência de desempenho”, impondo uma organização do trabalho que aprofunda a precarização, o assédio moral e adoecimento, ao atrelar o desenvolvimento do trabalho ao cumprimento de metas organizadas pela lógica mercantil-gerencial.

Sob o mesmo falacioso discurso do Ajuste Fiscal, em 30 de outubro de 2017, o Governo Temer editou a MP 805/17, tratando da contribuição previdenciária do(a) servidor(a) público(a) titular de cargo efetivo, apresentada para a população como

uma forma de acabar com os supostos “privilégios” dos SPF. De acordo com parecer da AJN do ANDES-SN, essa MP estabelece que, a partir de 1º de fevereiro de 2018, haverá um aumento da contribuição previdenciária do(a) servidor(a), de 11% para 14%, dentro das seguintes especificidades: os(as) servidores(as) permanecerão contribuindo com o percentual de 11% até o valor do teto do INSS, que, em 2017, corresponde a R\$ 5.531,31 (cinco mil quinhentos e trinta e um reais e trinta e um centavos). Sobre o valor de sua remuneração que ultrapassar o teto, incidirá a alíquota de 14%. Para os(as) servidores(as) que receberem valores iguais ou inferiores ao teto do INSS, não haverá modificação do percentual contributivo, permanecendo os 11%. Contudo, os(as) servidores(as) que receberem valores maiores do que o teto serão bastante prejudicados. A medida implicará em aumento da contribuição dos(as) servidores(as) aposentados(as), majorando-a para 14%, sobre o valor da aposentadoria que ultrapassar o teto do INSS. A contribuição dos(as) aposentados(as) está prevista na Constituição Federal desde 2003 mas, agora, além da permanência dessa previsão, determinou-se a majoração da alíquota. Ressalte-se que os(as) servidores(as) que forem portadores(as) de doenças incapacitantes também serão obrigados(as) a contribuir com a alíquota de 14%, mas sobre aquilo que ultrapassar o dobro do teto do INSS. Ainda conforme o Parecer da AJN do ANDES-SN: “Essa medida tem o nítido propósito de não apenas arrecadar maior valor a título de contribuição previdenciária, mas, também, de fomentar a migração dos servidores público para o FUNPRESP (ou ao regime de previdência complementar).

Essa afirmação decorre do fato de que a migração ao FUNPRESP impõe a limitação da aposentadoria futura do servidor ao teto do INSS, o que gera a sensação falsa de que o servidor contribuirá com menor valor. Os servidores que tomaram posse, pela primeira vez, no serviço público federal do Poder Executivo a partir de 04 de fevereiro de 2013 já estão incursos na limitação de seus benefícios previdenciários públicos ao teto do INSS e, para esses, não haverá acréscimo contributivo.

Entretanto, deve-se frisar que a opção de migração ao FUNPRESP é potencialmente lesiva, na medida em que retira do servidor a possibilidade de receber um benefício público superior ao teto do INSS, aderindo esse servidor ao sistema de previdência complementar. Esse sistema implica na necessidade de acumulação de contribuições previdenciárias a uma entidade privada, que incide sobre a parcela da remuneração que ultrapassar o teto do INSS, no percentual de 7,5%, 8% ou 8,5%. Contudo, o sistema não gera a garantia real de qual será o valor do benefício futuro. O benefício da previdência complementar é diretamente proporcional ao montante existente na reserva individual do servidor, mas ele também arca com o risco do negócio, na medida em que essa poupança será investida do mercado de investimentos e de capitais. Se esses investimentos não obtiverem o retorno esperado, o prejuízo é integralmente do servidor.”

Podemos classificar essas iniciativas como um confisco salarial dos SPF, seja pelo adiamento para 2019 das alterações remuneratórias previstas para 2018, seja pelas alterações na contribuição previdenciária.

Campanha Unificada dos SPF

Em relação à Campanha Unificada dos Servidores Públicos Federais (SPF) - 2017, mesmo com o protocolo da pauta e solicitação de reuniões junto ao Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MPOG), nenhuma reunião aconteceu e

nenhuma resposta foi dada pelo governo. Desde o lançamento dessa campanha, o FONASEFE desenvolveu iniciativas de articulação com servidores(as) estaduais e municipais, além de movimentos sociais e populares, para construir as lutas em defesa do serviço público. Tais ações destinaram-se à organização dos Fóruns nos Estados, pressão sobre os parlamentares e construção das ações nacionais indicadas pelo conjunto das Centrais Sindicais, como as duas greves gerais e o #OcupeBrasília em 24 de maio. No momento de finalização deste texto, estava prevista para o dia 28 de novembro nova caravana a Brasília para enfrentar as políticas do governo federal que, a cada dia, ampliam a precarização do serviço público.

A organização dos SPF, no FONASEFE, tem sido debatida nos últimos Congressos e CONADs do ANDES-SN sobre a necessidade de rearticulação da Coordenação Nacional das Entidades de Servidores Federais (CNESF). Assim, além da reunião dessa entidade, realizada em maio de 2017, que tratou dessa pauta, no dia 4 de agosto as entidades propuseram a realização de um seminário para discutir a rearticulação desse espaço deliberativo dos SPF. O seminário ainda não foi encaminhado em função das ações políticas priorizadas pelas entidades em razão da conjuntura de intensas lutas que estamos vivendo.

Em 2017, houve dificuldades no FONASEFE de construir algumas ações políticas unificadas. Mas, ainda assim, houve momentos de superação dessas dificuldades, como foi o caso da Reunião Ampliada realizada em agosto que contou com 280 participantes de 24 estados. Nessa reunião foram realizadas mesas de debates com destaque para os impactos da Lei da Terceirização e das contrarreformas trabalhista e previdenciária para os serviços públicos e seus(suas) servidores(as). Tratou-se também da campanha unificada dos SPF.

Em seguida, foram realizadas ações de denúncias e de enfrentamentos às contrarreformas, inclusive com a produção de documentos remetidos às centrais sindicais pressionando-as para a construção de uma agenda comum dos(as) trabalhadores e trabalhadoras do serviço público e da iniciativa privada, visando à intensificação das lutas nacionais e à convocação de outra greve geral.

Para a campanha unificada de 2018, reafirma-se a indicação das pautas históricas dos SPF e a luta contra as políticas recentes do Governo Temer que atacam o serviço público, quais sejam: a) política salarial permanente com correção das distorções e a reposição das perdas inflacionárias; b) data-base 1º de maio; c) direito irrestrito de greve e negociação coletiva no serviço público, com base na convenção 151 da OIT; d) paridade salarial entre ativos(as) e aposentados(as); e) Isonomia de todos os benefícios entre os poderes; f) Isonomia salarial entre os poderes; g) Incorporação de todas as gratificações produtivistas; h) Oposição à anunciada Contrarreforma da Previdência; i) revogação da FUNPRESP e garantia de aposentadoria integral; j) fim dos cortes no orçamento federal e ampliação do financiamento público para qualificação dos serviços e servidores(as) públicos(as); k) concurso público pelo RJU, já!; l) Revogação da EC 95/16, MP 792/17 (PDV), MP 805/17 e da Lei 13.429/17; m) Contra o PLS 116/17 e PLS 204/16.

Na organização da luta para 2018, tanto o FONASEFE, quanto a CNESF deverão acumular o debate sobre a aceleração do desmonte do serviço público e investir na articulação das entidades para planejar ações mais contundentes de enfrentamento a esse desmonte. Nesse sentido, faz-se necessário debater a realização de uma Greve dos SPF pela defesa dos serviços públicos e dos direitos dos servidores.

NO ÂMBITO DO SETOR

No ano de 2017, o Setor das Federais teve os desafios ampliados pelo aprofundamento dos ataques ao caráter público das IFES. As reuniões e os debates realizados ao longo do ano apresentaram uma dinâmica diferenciada na medida em que a construção da luta em defesa dos direitos sociais e a necessidade do combate ao desmonte dos serviços públicos exigiram organização entre os diferentes setores (federais, estaduais e municipais) do Sindicato Nacional, privilegiando as pautas comuns a toda a categoria e uma atenção especial às lutas mais gerais.

A pauta de reivindicações definida no 36º Congresso do ANDES foi protocolada junto ao MEC e ao MPOG ainda no mês de fevereiro (16/2/17), juntamente com a solicitação de reunião para negociação, a qual não foi atendida. Por falta de diálogo, protocolou-se, no mês de abril, nova solicitação de reunião para a qual também não houve retorno. Na contramão do diálogo, verificamos, no começo de 2017, a imposição, por parte do governo federal, de mais um corte no orçamento do MEC no valor de 4,3 bilhões de reais.

Com todos os desafios colocados, no primeiro semestre de 2017, foram feitas quatro reuniões específicas do setor das IFES, nas quais a centralidade foi a construção das agendas de lutas nacionais e o desdobramento das pautas em cada instituição. Em todas as reuniões, o conjunto de seções sindicais apresentou os impactos negativos que os cortes no orçamento da educação federal, em especial em decorrência da aprovação da EC 95/16, têm trazido para o trabalho docente e a formação dos(as) estudantes: diminuição de verbas de capital e de custeio, gerando aumento de demissão de trabalhadores(as) terceirizados(as) e corte significativo das verbas para assistência e permanência estudantil; congelamento de concursos públicos; paralisação de obras de infraestrutura, entre outros aspectos correlatos.

Em relação ao trabalho docente, verificou-se uma preocupação com a possível imposição de registro e controle eletrônico de ponto para os(as) docentes, enfrentado pelo Cefet-RJ, que não é o primeiro caso no Brasil, a exemplo de tentativa similar na Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). Essas medidas, além de não respeitarem o processo de trabalho docente, trazem prejuízos importantes para a qualidade do ensino e do trabalho, inclusive na perspectiva de controle do conteúdo das aulas, com severa restrição à autonomia didático-pedagógica.

Desde o envio da PEC 287/16 e do substitutivo, vem aumentando o número de solicitações de aposentadoria junto à administração das IFES, o que poderá trazer graves consequências para a manutenção do caráter público das universidades. Isso ocorre devido ao funcionamento do Banco de Professores Equivalentes (BPE), como bem salientado no 62º CONAD, que deve ser compreendido e denunciado. O BPE atua na contramão da valorização do regime de dedicação exclusiva, o que pode acarretar, com o número excessivo de aposentadorias, a substituição de vários(as) docentes desse regime por um número maior de professores(as) com regime de 20h, para sanar, inclusive, o passivo deixado pelo REUNI, que não garantiu a oferta de docentes efetivos proporcional à expansão realizada. Esta opção impedirá a possibilidade concreta da realização da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Ao mesmo tempo, a Portaria Interministerial nº 109 de 27 de abril de 2017, que estabelece os procedimentos a serem adotados pelas Instituições Federais de Ensino e

pelo Ministério da Educação para encaminhamento das estimativas de acréscimo ao orçamento de pessoal, também representa mais uma ameaça à autonomia das IFES no âmbito da realização de concursos. Considerem-se, ainda, outras iniciativas que se colocam contra o caráter público das instituições federais de ensino, como a proposta de criação do Fundo Patrimonial, por meio de dois projetos de lei, e apresentação da PEC da cobrança pelo deputado André Sanchez, do PT de São Paulo, retirada em razão da pressão popular.

A essas questões externas, somam-se iniciativas internas nas IFES como aquelas que atingem as promoções e progressões em nome de uma política de cortes de gastos. Exigências abusivas de comprovação de titulação, como a não aceitação de ata de defesa de tese e dissertação como comprovante de titulação, têm servido para represar as progressões e promoções, atrasando, ou mesmo eliminando, a incorporação de efeitos financeiros correspondentes a esses direitos. Da mesma maneira, diversas instituições não têm reconhecido o tempo de formação docente como tempo de trabalho, tampouco a participação em eventos acadêmicos externos à instituição como atividade válida para a contagem de aposentadoria, sobretudo para docentes da carreira de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (EBTT).

No balanço das lutas do setor das IFES, constatou-se uma capacidade de construção das agendas nacionais em cada estado e em cada IFES, tanto para os atos nacionais, quanto para a construção da greve geral. Aqui cabe destacar o importante encaminhamento, sistematicamente deliberado em nossas instâncias, de articulação de fóruns, comitês, frentes etc., em defesa da previdência pública, do serviço público, dos direitos de construção da greve geral, enfim, um conjunto expressivo de iniciativas de espaços coletivos para organizar debates, panfletagens, atos, manifestações e diversas outras ações que tiveram protagonismo da categoria docente de diversas seções sindicais.

Entretanto, mesmo com muito esforço na construção de ações e encaminhamentos, é importante reconhecer que a mobilização atual ainda não se encontra à altura das exigências da conjuntura, sendo necessário aprofundar a atuação mais ativa e unificada das seções sindicais, na direção, inclusive, de ampliar a participação nas rodadas de assembleia de modo a construir a resposta coordenada e efetiva para acompanhar o acirramento da conjuntura que está dada.

Dando cumprimento às deliberações do 36º Congresso, o ANDES-SN se reuniu, no dia 29 de agosto, com a Associação Nacional de Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES) para discutir diversos pontos, entre eles os cortes orçamentários, que têm atingido em cheio as universidades e institutos federais de ensino básico, técnico e tecnológico no país. Além disso, foram analisados outros temas, como a cobrança de mensalidades nos cursos de pós-graduação *lato sensu*, a instalação de ponto eletrônico, progressões e promoções, contratações sem concurso público e fora do Regime Jurídico Único (RJU) e os protelamentos e reversões de aposentadorias, especialmente em relação aos(as) docentes da carreira de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (EBTT).

No dia 12 de setembro, representantes do ANDES-SN se reuniram com representantes do Conselho Nacional dos Dirigentes das Escolas de Educação Básica das Instituições Federais de Ensino Superior (CONDICAP), em Brasília (DF). Na ocasião foi apresentada a posição do sindicato sobre pautas da educação federal e dos(as) docentes de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (EBTT) e se discutiram possíveis ações em comum para defender os Colégios de Aplicação (CAp).

No dia 20 de setembro, em Brasília (DF), os diretores do ANDES-SN se reuniram com o coordenador do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Gestão de Pessoas das IFES (FORGEPE) para tratar de questões relacionadas à gestão de pessoas nas instituições, que haviam ficado de fora do debate do encontro anterior entre o Sindicato e a ANDIFES. Nessa reunião, os representantes do ANDES-SN ressaltaram a falta de transparência em relação aos dados e solicitaram o quantitativo de vagas para concurso de reposição e expansão de vagas docentes por IFES; de aposentadorias especiais (carreira EBTT); das vagas de concurso para professores de Dedicção Exclusiva (DE); e dos(as) docentes que estão em vias de se aposentar compulsoriamente ou estarão passíveis de receber abono permanência nos próximos cinco anos. Ainda no mesmo dia, o ANDES-SN se reuniu com o Fórum Nacional de Pró-Reitores de Planejamento e de Administração das Instituições Federais de Ensino Superior (FORPLAD), para tratar da previsão orçamentária geral para as instituições federais de ensino estimada para 2018. De acordo com o representante do FORPLAD, entre 2015 e 2018, o orçamento caiu cerca de 50%, e, quando comparada a Lei de Orçamento Anual (LOA) de 2017 com a previsão para 2018, os gastos com investimentos diminuíram 86,23% e houve um insuficiente crescimento com pessoal de 5%.

No entanto, até o momento, apesar dos esforços empreendidos para termos acesso aos dados, não recebemos informações sobre vagas existentes, sobre o número de docentes efetivos, substitutos, visitantes, aposentados e por se aposentar e, também, sobre os critérios de alocação das vagas para cada IFES. Tampouco conseguimos os dados sobre as obras planejadas, as iniciadas e concluídas e aquelas iniciadas e não concluídas.

O Setor das Federais realizou no 2º semestre três reuniões (18/09, 07 e 08/09 e 20 e 21/10) específicas e duas reuniões conjuntas com o setor das IEES / IMES (06/10 e 19/10). Nessas reuniões, debateram-se ações para barrar os ataques como a EC 95/16, a Contrarreforma Trabalhista, as leis das terceirizações, a Contrarreforma da Previdência, o PDV, a criminalização dos docentes e outros. Também foi organizado, em conjunto, o Fundo de solidariedade aos docentes das estaduais do RJ, que recebeu importantes contribuições de várias seções sindicais das IFES, reforçando o papel nacional do sindicato na construção da solidariedade da classe.

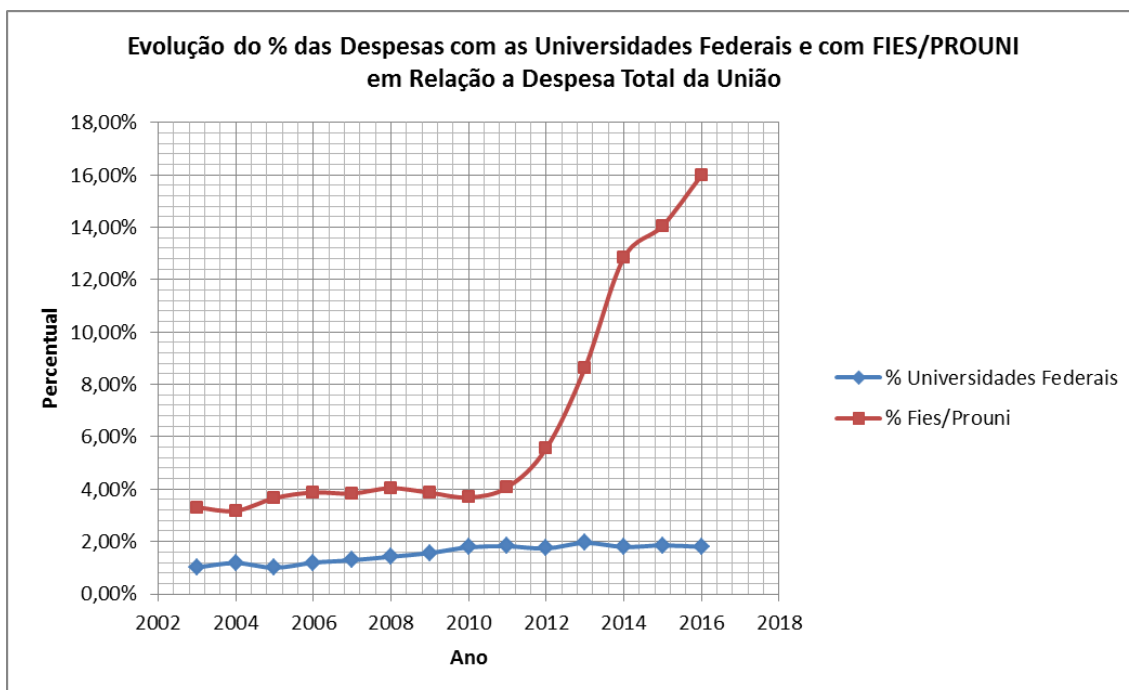
Como mais um resultado das reuniões conjuntas com o setor das IEES/IMES, foi criada a Frente Nacional em Defesa das Instituições de Ensino Superior Públicas, cujo lançamento ocorreu no dia 19 de outubro no Rio de Janeiro, Dia Nacional em Defesa da Educação Pública, que contou com atos em todo o país, organizados com o protagonismo do ANDES-SN e em conjunto com diversas outras entidades em esforço conjunto com a FASUBRA, SINASEFE e UNE. Nesse ato, foi lançado o manifesto que continua aberto para assinaturas. Nos dias 13 e 21 de novembro aconteceram reuniões desse Fórum para organizar novas ações, no qual foi indicado o lançamento da Frente nos estados com a realização de ações coletivas.

Situação das instituições federais de ensino e da docência em um contexto do aumento da transferência do fundo público para o setor privado e da retirada de direitos

Segundo o Anuário estatístico de 2017 do Instituto Latino-americano de Estudos Socioeconômicos (ILAESE), o investimento da União em educação representou, em 2016, apenas 3,53% das despesas totais (incluindo o gasto com a manutenção do sistema da dívida). Apesar de nunca ter alcançado nem mesmo 4% nos últimos 7 anos,

este índice vem caindo desde 2014, após ter alcançado um inexpressivo pico de 3,72% em 2013. Este gasto, sobretudo após a aprovação do Plano Nacional de Educação (Lei 13005/14), tem sido realizado, cada vez mais, no âmbito das parcerias público-privadas com as empresas do setor da educação “*inclusive na forma de incentivo e isenção fiscal*” como prevê o parágrafo 4º do artigo 5º desse plano.

Para uma melhor compreensão do comportamento das despesas com as universidades federais, o gráfico a seguir compara estas despesas com o FIES/PROUNI em relação a despesas totais da União entre 2003 e 2016.



Fonte: IPEA (2017); Banco Central do Brasil (2017); Senado Federal (2017).

A apropriação dos fundos públicos pelo setor privado tem garantido, por exemplo, à Kroton educacional o lugar de maior empresa global do setor com valor de mercado em torno de 8 bilhões de dólares, seguida pela chinesa New Oriental, cujo valor de mercado é próximo a 2 bilhões de dólares. Somente em 2016, a Kroton recebeu o equivalente a 1 bilhão de reais de verbas oriundas de programas como o FIES e, no segundo trimestre de 2017, registrou alta de 15% em seus ganhos, alcançando lucro líquido de cerca de 645 milhões de reais, valor este que é superior ao orçamento anual de qualquer Instituição Federal de Ensino do Brasil.

Ao mesmo tempo, o mesmo Anuário do ILAESE revela que a taxa de exploração da Estácio Participações é de 114%. Isto significa que, para cada 8h de jornada de trabalho nesta empresa, há 4h16' de trabalho não pago. Esta taxa vem aumentando, em 2012 era de 3h40'. De outro ponto de vista, constata-se que cada docente desta instituição está realizando o trabalho de, no mínimo, dois(duas) professores(as). Concretamente, isto vai significar turmas cada vez mais cheias, não reconhecimento de atividades diversas como pesquisa, orientações, planejamento de cursos etc.

Para ampliar ainda mais os ganhos, levando em consideração que estas empresas já detêm 75% das matrículas nacionais do ensino superior, é necessário rebaixar a

qualidade da oferta de ensino das instituições públicas que, em razão da constituição do tripé ensino-pesquisa-extensão, seguem como referência do melhor ensino superior.

Uma das consequências desse processo é que a desconstrução do caráter público, gratuito, laico, democrático, autônomo das IFES e de sua função social direcionada aos interesses da maioria da população não para de avançar. Os sucessivos cortes no orçamento público estatal para as IFES, o contingenciamento das verbas previstas e o aumento no repasse de dinheiro público para o setor privado foram os pilares da política dos últimos governos em relação à educação superior. Com a EC 95/16, esta situação tende a provocar o agravamento da precarização das condições do desenvolvimento do trabalho docente, a desestruturação da carreira, o ataque ao regime de Dedicção Exclusiva e, conseqüentemente, a dissociabilidade entre ensino-pesquisa-extensão, além da desvalorização salarial. Tudo isso sepulta de vez a isonomia salarial e a paridade entre os(as) docentes da ativa e aposentados(as).

Considerando o quadro de expansão que ocorreu nos últimos anos, somado à aposentadoria de vários(as) docentes e técnicos(as), seja por cumprimento do tempo, seja pela Contrarreforma da Previdência anunciada pelo governo, possivelmente teremos, no lugar de concursos públicos para efetivos, um aumento de contratos (para docentes e TAE) em caráter temporário, com maior precarização, inclusive, no contexto da possibilidade de criação de Organização Social no ensino, da aplicação da Lei da Terceirização e da Contrarreforma Trabalhista nessas instituições.

Como analisamos em outras reflexões, a materialização do Marco C&TI no cotidiano da organização do trabalho docente será mais um elemento de fragmentação e diferenciação para a categoria, aprofundando a mercantilização do conhecimento, com maior controle externo sobre o trabalho docente. Torna-se de extrema importância acompanharmos como tem ocorrido a materialização do Marco nas IFES, mapeando as situações resultantes e realizando o enfrentamento. É importante recordar que o Novo Marco de C&TI foi construído segundo uma lógica de desmonte do Regime de Dedicção Exclusiva.

Outro aspecto relevante tem sido o desrespeito ao preceito constitucional que assegura a autonomia universitária. Alguns processos de estatuintes, duramente conquistados pelos três segmentos da comunidade, não conseguem ser concluídos; e algumas administrações superiores realizam alterações estatutárias sem nenhuma consulta aos(às) docentes, técnicos(as) e estudantes. Muitas ações dos poderes executivo, legislativo e judiciário também corroboram esse desrespeito, como a imposição de prioridades e programas ditados pelo MEC, a imposição de adesão à EBSEH e à FUNPRESP. Aumentam também as perseguições e o assédio moral, com instalação de processos administrativos, ou ações do MPF, sobretudo aos(às) que lutam contra a mercantilização do trabalho acadêmico e a privatização das IFES. Existem casos em que as administrações das IFES entregam lista de grevistas ou dos que participam de ocupações nas reitorias.

Outra importante luta que passou a compor nossa pauta de reivindicações é a questão da inclusão e permanência das pessoas com deficiência nas IFES. Precisamos cobrar das administrações superiores: a implementação do Decreto nº 9.034/2017, que institui cotas para pessoas com deficiência nos institutos, universidades federais e CEFET; as cotas de vagas para concursos de docentes, técnicos-administrativos e técnicas-administrativas em educação; a defesa dos direitos das pessoas com deficiência; o combate à opressão e ao capacitismo; as adequações nos processos de seleção de acesso; a criação dos Núcleos de Atendimento Educacional com o objetivo de oferecer

condições pedagógicas e instrumentais para garantir processos de ensino-aprendizagem efetivos e programas que garantam aos(às) docentes, técnicos-administrativo e técnicas-administrativas o exercício das funções laborais.

RESOLUÇÕES DO 36º CONGRESSO DO ANDES-SN

II - PLANO DE LUTAS DO SETOR DAS IFES

O 36º CONGRESSO delibera

A - NO ÂMBITO DOS SPF

- 1. Dar continuidade a articulação de ações com as entidades da CNESF na perspectiva de sua rearticulação, para fortalecê-la como espaço de luta dos SPF.*
- 2. Reforçar a articulação classista na base dos servidores públicos federal, estadual e municipal e de outras organizações / entidades movimentos sociais e estudantis propondo a constituição de fóruns pela revogação da EC 95/2016 e para barrar a aprovação da PEC 287/2016 (Reforma da Previdência) do PL 67871/2016 (Reforma Trabalhista) e do PLS 204/2016.*
- 3. Construir, em conjunto com outras entidades dos servidores públicos (federais, estaduais e municipais), campanha nacional em defesa da previdência pública e contra a retirada de direitos previdenciários, anunciadas pelo governo federal com a contrarreforma da Previdência.*
- 4. Construir a Campanha 2017 dos SPF de forma articulada com o Fonasefe, a partir da definição de eixos, de pauta, de estratégias de ação e de calendário, integrando e consolidando a unidade política de ação dos servidores públicos federais:*
 - a) política salarial permanente com correção das distorções e da reposição das perdas inflacionárias;*
 - b) data-base 1º de maio;*
 - c) direito irrestrito de greve e negociação coletiva no serviço público, com base na convenção 151 OIT;*
 - d) paridade salarial entre ativos e aposentados;*
 - e) isonomia de todos os benefícios entre os poderes;*
 - f) isonomia salarial entre os poderes;*
 - g) incorporação de todas as gratificações produtivistas;*
 - h) lutar contra a aprovação da PEC 287/16 que aprofunda a contrarreforma da Previdência;*
 - i) revogação da FUNPRESP e garantia de aposentadoria integral;*
 - j) fim dos cortes no orçamento federal e ampliação do financiamento público para qualificação dos serviços e servidores públicos;.*
 - k) concurso público pelo RJU, já!*
- 6. Lutar contra as restrições ao direito de greve dos servidores públicos federais: corte de ponto instaurado pelo STF e a aprovação da PEC 53/2016 que, a pretexto de transformar a educação em serviço essencial, limita ainda mais o direito de greve conquistado pelos servidores públicos.*
- 7. Lutar pela Revogação da EC 95/2016 e do PLC 54/2016 que instituem cortes no orçamento da união, estados e municípios, principalmente nos recursos destinados aos direitos sociais como educação e saúde.*

B - A Pauta Específica e Agenda do Setor

Estratégia Geral

- 1. Articular as lutas do setor em defesa do caráter público, gratuito, laico, democrático, autônomo e de qualidade das IFEs e de garantia da função social das IFEs em prol da classe trabalhadora.*
- 2. Intensificar a luta pela reestruturação da carreira docente, por valorização salarial de ativos e aposentados, pela defesa da Dedicção Exclusiva como regime preferencialmente, por melhoria das condições de trabalho e autonomia das IFEs, tendo como referência a pauta do setor e o projeto de carreira única, aprovado no 30º Congresso.*

3. Denunciar o corte de 45% na rubrica 'custeio' dos orçamentos das universidades e institutos federais para o ano de 2017, destacando que este é o ano base para o congelamento do orçamento durante os próximos 20 anos (efeito da EC 95/2016).

Iniciativas e Ações

1. Cargos/vagas: cobrar do MEC/MPOG a ampliação do quadro efetivo de servidores (docentes e técnicos-administrativos em Educação) e de abertura de concursos públicos que estão suspensos, em número correspondente às necessidades na perspectiva da conquista do padrão unitário de qualidade. Intensificar a luta pela ampliação de vagas nas IES em regime de DE, tanto no MS quanto na EBTT. Cobrar transparência e divulgação das informações relativas ao número de docentes efetivos, substitutos e temporários, e a política de utilização das vagas e critérios de alocação, além de previsão de aposentadorias.

2. Infraestrutura e orçamento: intensificar a luta por ampliação do orçamento público para as IFE; cobrar demonstrativo contendo o quadro atual das obras, com vista a verificar adequações técnicas e de custos e prazos. Cobrar das reitorias informações a respeito das obras e do orçamento federal para as IFES (previsto e executado), distinguindo verbas de pessoal, custeio, investimento e HUs, incluindo os recursos do acesso e a permanência estudantil. Cobrar das reitorias garantia da acessibilidade nos campus das IFES para a comunidade acadêmica, nos termos da NBR 9050.

3. Democracia e autonomia:

3.1 denunciar os ataques à autonomia das IFE e as arbitrariedades praticadas pelo poder judiciário e legislativo, assim como de dirigentes; a inversão do sentido das decisões institucionais por submissão aos critérios de editais externos; a adesão compulsória aos projetos e prioridades emanadas do MEC; a criminalização/punição do direito de divergir, bem como as atitudes autoritárias de reitores que estabelecem acordos com o governo à revelia da comunidade universitária, tais como as resoluções de promoção/progressão/RSC, instalação de ponto e controle da atividade docente, processos estatuintes e contratualização com a EBSERH;

3.2 além disso, pressionar as reitorias para não enviar ao MEC, listas de docentes e técnicos administrativos em educação grevistas, ou mesmo estudantes ocupantes, bem como quaisquer informações que possam criminalizar as categorias em luta.

4. Ampliar a exposição pública dos deputadas(os) e senadoras (es) que votaram/votarem em projetos que retiram direitos das/dos trabalhadoras (es), como a EC 95/2017, (antiga PEC 241/2016) e contrarreformas Previdenciária (PEC 287/2016) e Trabalhista (PL 67871/2016), caracterizando-as(os) como inimigas (os) da classe trabalhadora.

Carreira e Salário

1. Continuar desenvolvendo ações políticas, administrativas e judiciais para garantia das progressões, promoções, RSC e reposicionamento na carreira com efeitos administrativos e financeiros a partir da data de cumprimento do interstício e aquisição do direito de defesa de dissertação e de tese. Lutar pela garantia de afastamento de docentes das carreiras MS e EBTT para mestrado e doutorado assegurando a contratação de professores substitutos

2. Ter, por meio das seções sindicais, como referência a concepção do ANDES-SN para a discussão e implementação da carreira docente nas IFE, destacando os princípios estabelecidos no art. 14, do projeto de carreira, que defende a valorização, de forma equilibrada, do tempo de serviço, da formação continuada e da avaliação do plano de trabalho aprovado na unidade acadêmica de lotação de cada docente.

3. Enfatizar, por meio das seções sindicais, a discussão sobre o desenvolvimento da carreira EBTT, o direito à qualificação dos professores, negligenciado pelo RSC, utilizando a cartilha "As políticas de desmonte da educação.

4. Elaborar e divulgar um InformANDES Especial acerca da Lei nº 13. 243/2016 (Código Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação) e seus impactos para a carreira dos docentes federais.

5. Aprofundar, no âmbito das seções sindicais, o debate sobre a Lei nº 13.325/2016 que precariza a manutenção da Dedicção Exclusiva ao consolidar um achatamento da malha salarial entre os diferentes regimes de trabalho.

6. Denunciar e dar visibilidade às perdas que as mudanças na carreira docente têm imposto aos professores aposentados, exigindo o reenquadramento na posição relativa ao topo quando do estabelecimento de novas carreiras.

7. Combater a utilização de critérios produtivistas que induzem à competição na avaliação do trabalho e desenvolvimento da carreira docente.

8. Intensificar o debate e a luta nas IFEs contra as consequências da EMC 95/2016 e da Lei nº 13.243/16 (Código Nacional de Ciência e Tecnologia e Inovação), mostrando os impactos da carreira, como progressões, promoções, dedicação exclusiva e nas condições de trabalho.

Precarização das Condições de Trabalho e Funpresp

1. Intensificar a luta para que os sistemas de operacionalização acadêmica não sejam utilizados como ferramenta de vigilância, controle e subnotificação do trabalho nas IFE.

2. Realizar levantamento em cada IFE, IEE e IME sobre o impacto da suspensão do abono permanência e suspensão de concurso público, utilizando-o como ferramenta de denúncia no interior e fora das IFE e de mobilização da categoria em busca de melhores condições de trabalho e de luta contra a aprovação da PEC139/15.

3. Intensificar as ações conjuntas com os trabalhadores da educação e com os estudantes, nacionalmente e nos estados, na perspectiva de ampla mobilização em defesa da educação pública, contra o PLS 782/15, a PEC 395/2014, o Marco Legal da Ciência e Tecnologia (Lei nº 13.243/2015), os cortes orçamentários na educação pública e a transferência de recursos públicos para a iniciativa privada, que atacam o caráter público das IES públicas.

4. Intensificar o trabalho com os docentes para esclarecimento e divulgação dos efeitos nefastos que a Funpresp representa, denunciando a obrigatoriedade imposta pela lei e indicando a necessidade de intensificar a luta pela revogação da reforma da previdência.

5. Que as seções sindicais debatam e lutem em defesa de condições de trabalho dos docentes com deficiência, como a garantia de acessibilidade pedagógica, comunicacional e arquitetônica para exercerem o seu trabalho.

6. Lutar contra qualquer restrição ao direito de greve dos servidores públicos, a exemplo da Decisão do STF sobre cortes de ponto dos grevistas e a PEC 53/2016 que a pretexto de defender a educação como serviço essencial, limitará, ainda mais esse direito.

Ações

1. Reafirmar, em 2017, a pauta do setor aprovada em 2016.

2. Protocolar nas instâncias governamentais e divulgar a Pauta da Campanha do Setor da IFES, com possibilidade de atualização a serem feitas pela reunião do setor.

3. Exigir reuniões de negociações com o governo federal sobre reestruturação da carreira, condições de trabalho, verbas para as IFE e liberação de vagas para concurso público.

4. Ajustar o cronograma de lutas da Campanha 2017 nas reuniões do Setor das IFE.

5. Lutar contra a terceirização defendendo a efetivação dos terceirizados democraticamente por meio do concurso público.

6. Que as seções sindicais, em articulação com as entidades dos técnicos administrativos em educação, movimento estudantil e associações ou sindicatos dos trabalhadores terceirizados (onde houver), realizem um mapeamento preliminar da situação desses trabalhadores (as) destacando, entre outras questões, condições de trabalho, contrato de trabalho, salário, problemas no pagamento, denúncias contra empresas contratantes e forma de editais. Envidar esforços para apresentar o resultado desse mapeamento no 62º CONAD, como subsídio de elaboração de ações de denúncias e de enfrentamentos a ser apresentado no próximo Congresso da CSP-Conlutas.

AGENDA

Fevereiro e Março

Tema: Barrar a contrarreforma da previdência (PEC 287/2016)

a) protocolar a pauta da campanha salarial 2017 no Ministério da Educação e Ministério do Planejamento;

- b) exigir reuniões de negociação com o governo federal para a pauta dos docentes federais;*
- c) realizar ações nas seções sindicais de debate e enfrentamento à contrarreforma da previdência (PEC 287/2016);*
- d) construir ações de combate à contrarreforma da previdência (PEC 287/2016) em unidade com setores da educação e demais entidades do movimento sindical, social e popular;*
- e) realizar campanha para barrar a contrarreforma da previdência (PEC 287/2017), elaborando materiais que explicitem o caráter nefasto da contrarreforma e ações de enfrentamento à proposta do governo que pretende destruir a previdência pública;*

CALENDÁRIO DE ATIVIDADES:

- 03 a 05/02 - Reunião da Coordenação do CSP/SP
- 09/02 - Reunião ampliada SPF, BSB
- 10 e 11/02 - Reunião Conjunta do setor IFE e IEES/IMES, BSB
- Entre fevereiro e março, a depender da diretoria do ANDES-SN - Reunião conjunta no dia nacional de mobilização e luta contra o desmonte das IEES/IMES, no Rio de Janeiro.
- 15/03 – Dia Nacional de Greve, Paralisações e mobilizações

TR – 20

O 37º CONGRESSO DO ANDES-SN DELIBERA:

A – NO ÂMBITO DOS SPF

- 1.** propor à CNESF a realização de um Seminário para dar continuidade à rearticulação, pautando a necessidade de convocar uma plenária para definir ações do conjunto dos SPF na perspectiva de radicalização do enfrentamento às medidas do governo que atacam o serviço público federal;
- 2.** intensificar as ações de servidores(as) públicos(as) federais, estaduais e municipais com outras organizações, entidades, movimentos sociais e populares, reforçando a articulação classista na base, com destaque para a necessidade de fortalecer ou construir fóruns de atuação pela revogação da EC 95/16, da Contrarreforma Trabalhista, da Lei nº 13.429/2017 (Lei da Terceirização), PDV, MP 805/17, e contra a aprovação da Reforma da Previdência, do PLS 116/17 e PLS 204/16;
- 3.** construir a Campanha 2018 dos SPF de forma articulada com o FONASEFE e a CNESF, a partir da definição dos eixos organizativos da pauta, de estratégias de ação e de calendário, integrando e consolidando a unidade política de ação dos SPF;
- 4.** propor pauta da campanha unificada dos SPF para 2018:
 - a)** política salarial permanente com correção das distorções e da reposição das perdas inflacionárias;
 - b)** data-base 1º de maio;
 - c)** direito irrestrito de greve e negociação coletiva no serviço público, com base na convenção 151 da OIT;
 - d)** paridade salarial entre ativos(as) e aposentados(as);
 - e)** isonomia de todos os benefícios entre os poderes;
 - f)** isonomia salarial entre os poderes;
 - g)** incorporação de todas as gratificações produtivistas;

- h)** oposição à Contrarreforma da Previdência-PEC 287/16 e Substitutivo;
 - i)** revogação da FUNPRESP e garantia de aposentadoria integral;
 - j)** fim dos cortes no orçamento federal e ampliação do financiamento público para qualificação dos serviços e servidores públicos;
 - k)** concurso público pelo RJU, já!
 - l)** revogação da EC 95/16, da MP 792/17 (PDV), da MP 805/17 e da Lei nº 13.429/17 (Lei da terceirização);
 - m)** oposição ao PLS 116/17 e PLS 204/16.
- 5.** lutar contra as restrições ao direito de greve dos(as) servidores(as) públicos(as) federais: corte de ponto instaurado pelo STF, PEC 53/2016 que, a pretexto de defender a educação como serviço essencial, limitará o direito de greve conquistado;
- 6.** lutar pela revogação da MP 792/17 (PDV) e da MP 805/17 (que eleva a contribuição previdenciária de 11% para 14%, e adia para 2019 as alterações nas tabelas remuneratórias previstas para 2018); e contra a aprovação do PLS 116/17 (que propõe o fim da estabilidade dos(as) servidores(as) públicos).

B - NO ÂMBITO DO SETOR DAS IFES

- 1.** reafirmar e atualizar a pauta de reivindicações do setor da IFES aprovada em 2017, para posteriormente protocolizá-la no MEC e no MPOG;
- 2.** lutar pela revogação da MP 805/17 que eleva, para parte da categoria, a alíquota da contribuição previdenciária de 11% para 14% e adia para 2019 as alterações nas tabelas remuneratórias previstas para 2018;
- 3.** dar ampla divulgação, por meio das seções sindicais, da cartilha sobre PDV, produzida pelo FONASEFE, como forma de mobilização contra a implementação nas IFES;
- 4.** continuar realizando levantamento, junto às seções sindicais, dos cortes orçamentários nas IFES e os efeitos negativos para o funcionamento das atividades administrativas e acadêmicas, da assistência estudantil, do número de aposentadorias e de docentes com abono permanência, da previsão de concursos, da existência de impedimento ou represamento de promoção ou progressão e do pagamento de retroativos.
 - 4.1** elaborar, a partir dos dados coletados, proposta de realização de painel sobre precarização das IFES com destaque para cortes no orçamento, desestruturação da carreira docente e aposentadoria.
- 5.** continuar realizando levantamento, junto às seções sindicais, sobre a implementação do Marco Legal da C&TI nas IFES, realizando ações de enfrentamento;
- 6.** lutar, em conjunto com as seções sindicais, pela implementação do Decreto 9.034/17, que institui cotas para pessoas com deficiência nos institutos, universidades federais e CEFET; pelas cotas de vagas para concursos de docentes e técnicos-administrativos em educação; pela defesa dos direitos das pessoas com deficiência; contra a opressão e o capacitismo; pela adequação nos processos de seleção e acesso e pela criação dos núcleos de atendimento educacional;

7. solicitar nova audiência com a ANDIFES, CONDICAP e CONIF para continuar tratando dos cortes orçamentários, cobrança de cursos de graduação e pós-graduação, ponto eletrônico, impedimento de aposentadoria, represamento de promoções e progressões, planejamento e realização de obras;

8. lutar contra a aprovação do PLS 16/15 e do PL 4.643/12, que dispõem sobre a criação e o funcionamento de fundos patrimoniais, vinculados ao financiamento de instituições públicas de ensino superior.

9. atuar, a partir das seções sindicais e das secretarias regionais, nos fóruns e comitês em defesa da educação pública, para organização e lançamento da Frente em defesa das Instituições Ensino Superior Públicas nos estados.

10. dar continuidade, por meio da seções sindicais, da campanha de solidariedade às IEES do RJ, contribuindo com fundo criado para essa finalidade, divulgando-o nas páginas das seções.

CALENDÁRIO: APROVAR CRONOGRAMA DE AÇÕES (a ser atualizado no 37º Congresso)

TEXTO 21

Contribuição da Diretoria da ADUnB Seção Sindical

CARREIRA FEDERAL DO PROFESSORADO UNIVERSITÁRIO E AFINS

TEXTO DE APOIO

Justificativa: Em função da alta capacitação de seus integrantes e da singular responsabilidade conjunta de ensino, pesquisa e extensão, atividades vinculadas de maneira primordial ao desenvolvimento nacional.

TR - 21

O 37º CONGRESSO do ANDES-SN delibera:

Que a carreira federal do professorado universitário seja considerada típica de Estado.

TEXTO 22

Contribuição da Diretoria da ADUnB Seção Sindical

PROGRESSÃO FUNCIONAL E PROMOÇÃO

TEXTO DE APOIO

Justificativa: carreiras consideradas típicas de Estado possibilitam a seus membros chegar ao fim da carreira com dez anos, caso ele ou ela tenha doutorado. Nesse sentido, a dos professores, com igual grau de titulação, aproxima-se dos 20 anos. Desta forma, o governo pode corrigir uma distorção.

TR - 22

O 37º CONGRESSO do ANDES-SN delibera:

Modificar o prazo de cumprimento do interstício mínimo de 24 meses da Lei 12.720/2012 para 12 meses, conforme se segue:

A Progressão Funcional do docente dar-se-á mediante: I – o cumprimento do interstício mínimo de **12(doze)** meses de efetivo exercício em cada nível; e II – aprovação em avaliação de desempenho.

A promoção ocorrerá observado o interstício mínimo de **12(doze)** meses no último nível de cada Classe antecedente àquela para qual se dará a promoção e, ainda, as seguintes condições:

I - para a Classe B, com denominação de Professor Assistente, ser aprovado em processo de avaliação de desempenho;

II - para a Classe C, com denominação de Professor Adjunto, ser aprovado em processo de avaliação de desempenho;

III - para a Classe D, com denominação de Professor Associado:

a) ter cumprido o interstício mínimo de **12 (doze)** meses no último nível da classe de Professor Adjunto;

b) possuir título de doutor; e

c) ser aprovado em avaliação de desempenho.

IV - para a Classe E, com denominação de Professor Titular:

a) possuir o título de doutor;

b) ter cumprido o interstício mínimo de **12 (doze)** meses no último nível da Classe D, com denominação de Professor Associado nível IV;

c) ser aprovado em processo de avaliação de desempenho;

d) lograr aprovação de tese acadêmica inédita ou de memorial, o qual deverá considerar as atividades de ensino, pesquisa, extensão, gestão acadêmica e produção profissional relevante.

Parágrafo único. Ficará a critério do docente a opção por memorial ou defesa de tese acadêmica inédita, que deverá ser feita quando da solicitação da avaliação de desempenho.

TEMA IV – QUESTÕES ORGANIZATIVAS E FINANCEIRAS

TEXTO 23

Diretoria do ANDES-SN

ALTERAÇÕES NO ESTATUTO DO ANDES-SN

TEXTO DE APOIO

A diretoria do ANDES-SINDICATO NACIONAL apresenta os artigos do Estatuto do Sindicato Nacional que precisam de atualização no 37º Congresso.

A alteração do § 1º do Inciso V do Art. 25 é apenas uma retificação concernente a um equívoco anterior de redação.

A inclusão do Título VII, sobre Comissão de Enfrentamento ao Assédio nos Congressos e CONADs do ANDES-SN justifica-se por conta do desafio de enfrentar todas as formas de violência contra a mulher, assédios moral e sexual, lbtfobia, homofobia, racismo, xenofobia, etarismo e outras formas de preconceito que vicejam na sociedade capitalista, patriarcal, machista e classista, e que vão de encontro à defesa da diversidade que o ANDES-Sindicato Nacional promove. Neste sentido, a partir da deliberação dessa diretoria de implementar nos regimentos dos Congressos e CONADs a Comissão de Enfrentamento ao Assédio, foi elaborada a proposta de normatização da referida comissão no Estatuto com o objetivo de consolidar esta instância e assegurar o seu pleno funcionamento no combate permanente desse sindicato a todas às formas de assédio. A partir da inclusão, faz-se necessária a renumeração dos títulos e artigos subsequentes, mantendo-se a ordem atual.

TR – 23

O 37º CONGRESSO do ANDES-SN aprova as seguintes alterações no Estatuto do ANDES-SN:

1 – Alteração do § 1º do Inciso V do Art. 25

§ 1º. Os demais membros em exercício da Diretoria, cujo âmbito de competência e atuação limita-se à área de sua Regional (Art. 32, V), podem participar do ~~CONGRESSO~~ (CONAD) na qualidade de delegados ou observadores de suas respectivas S.SINDs ou AD-S.SINDs.

2 – Inclusão de um Título VII sobre Comissão de Enfrentamento ao Assédio nos Congressos e CONADs do ANDES-SN renumerando o próximo título e os artigos seguintes.

TÍTULO VII

Da Comissão de Enfrentamento ao Assédio nos CONGRESSOS e CONADs

Art. xx. A Comissão será formada na plenária de instalação dos Congressos e CONAD sendo composta por três membros da Diretoria do ANDES-SN e por dois membros

indicados pela Diretoria da Seção Sindical que sedia o evento, devendo a mesma ser composta por no mínimo 3/5 de pessoas do sexo feminino.

Art. xx. A Comissão de Enfrentamento ao Assédio tem como finalidade:

I - receber representações de assédio praticado contra participantes e colaboradores dos eventos durante o período de sua realização;

II – dar encaminhamento às representações recebidas no âmbito dos CONGRESSOS e CONADs;

III – propor, em parceria com a comissão organizadora, estratégias educativas e de prevenção ao assédio e demais opressões;

Art. xx. A Comissão divulgará durante o evento, o local e horário de atendimento e o fluxo a ser seguido para a realização da representação.

Art. xx. Recebida a representação, a Comissão deve convidar o(a) representante e o (a) representado (a) para uma reunião de oitiva, separadamente, registrando seus depoimentos em relatório assinado pela partes e pela comissão;

Parágrafo único: O depoimento poderá ser gravado com a concordância do(a) depoente;

Art. xx. A Comissão poderá, como encaminhamento para cada representação:

I – realizar orientações e intervenções educativas, separadamente, imediatamente após depoimento do (a) representante e do(a) representado (a);

II – sugerir à comissão organizadora a aplicação de penalidades de advertência e suspensão a sindicalizados(as), na forma do artigo 11 deste estatuto;

Parágrafo único – Caso o(a) representado(a) não seja sindicalizado(a), a comissão proporá outras medidas cabíveis para cada caso.

III – Após a plenária de encerramento a comissão enviará para a diretoria do Andes- SN um relatório com a descrição das representações, apuração e encaminhamentos.

3- Prorrogação de vigência do atual artigo 70, seu parágrafo único e do § 2º do artigo 71.

Art. 70. O ANDES-SINDICATO NACIONAL reconhece e dá prerrogativa de seções sindicais (AD-Seções Sindicais) a todas as Associações de Docentes (AD) filiadas, até o trigésimo sétimo (38º) Congresso, ressalvados os direitos daquelas que, em assembleia geral, decidirem o contrário.

Parágrafo único. As AD às quais se refere o caput deste artigo deverão, para se constituírem em AD-Seções Sindicais, até o 38º CONGRESSO, aprovar seus regimentos e encaminhar à Diretoria as atas das assembleias gerais convocadas especificamente para este fim, juntamente com a comprovação de ampla divulgação prévia, inclusive em órgão de imprensa oficial ou de grande circulação local com, no mínimo, 72 (setenta e duas) horas de antecedência (art. 45), para homologação no CONAD, ad referendum do congresso (art. 23, XI), ou no Congresso (art. 15 VI).

§2º do Artigo 71 O 37º CONGRESSO do ANDES-SINDICATO NACIONAL estabelece o 38º CONGRESSO como prazo final para a implantação da política de contribuição dos sindicalizados do ANDES - Sindicato Nacional, nos termos do

estabelecido no § 1º, para o caso das seções sindicais que ainda estejam arrecadando percentual inferior ao reconhecido no caput.

TEXTO 24

Diretoria do ANDES-SN

FUNDO ÚNICO – FUNDO NACIONAL DE SOLIDARIEDADE, MOBILIZAÇÃO E GREVE DO ANDES-SN

TEXTO DE APOIO

O Fundo Único, denominado Fundo Nacional de Solidariedade, Mobilização e Greve do ANDES-SN, foi criado no 32º Congresso, realizado no Rio de Janeiro, em março de 2013. É mantido pela destinação de 2% (dois por cento) da receita integral das contribuições mensais dos(as) sindicalizados(as), relativamente às parcelas correspondentes a cada seção sindical e à tesouraria nacional. Nessa premissa, cada seção sindical destina 2% de suas arrecadações líquidas mensais (arrecadação total menos repasse à tesouraria nacional) ao fundo, e a tesouraria nacional destina 2% de sua receita mensal de contribuições ao fundo.

O 61º CONAD (Boa Vista/2016) alterou os critérios para utilização do fundo único a partir da delegação do 35º Congresso (Curitiba/2016). A nova resolução prevê, no artigo primeiro, que *“As solicitações de apoio financeiro das seções sindicais com dificuldades financeiras para despesas com greves e mobilizações devem ser feitas, por escrito, à Tesouraria do ANDES-SN, informando as Secretarias Regionais, justificando os motivos do pedido e os usos a que se destinam e a planilha financeira explicitando as despesas”*.

O valor total disponibilizado pela Diretoria do ANDES-SN corresponderá a 60% do saldo bancário do Fundo Único em 1º de janeiro de cada ano, distribuídos nos seguintes montantes: até 20% para Solidariedade, até 40% para a Mobilização e até 60% para Greve.

No ano de 2017, o Fundo Único foi utilizado, na parcela relativa à mobilização, para realização das jornadas de lutas. No mês de março: Dia 8, Dia internacional de Luta das Mulheres; dias 15 e 31, Dias de Lutas Contra as Reformas da Previdência e Trabalhista. Em abril: dia 28, Greve Geral. Em maio, dia 24, Marcha #ocupeBrasília, que reuniu mais de 150 mil trabalhadores(as), estudantes e movimentos sociais. Em junho, dia 30, Greve Geral. Em agosto, dia 11, Dia Nacional de Lutas em Defesa da Educação Pública e Gratuita. Em setembro, dia 14, Dia Nacional de Lutas, Mobilização e Paralisação em Defesa dos Serviços Públicos e contra a Reforma da Previdência. Em outubro, dia 27, antecedendo o Dia do Servidor Público, Dia Nacional de Mobilização dos Servidores Públicos Federais, Estaduais e Municipais. Em novembro, dia 10, Dia de Luta, Paralisações e Greves.

Essas atividades de mobilização permitiram ao ANDES-SN contribuir com o conjunto das entidades, seções sindicais e com a CSP Conlutas, no esforço de trazer a Brasília várias caravanas de estudantes, professores(as) e de movimentos populares organizados.

Além dessas despesas, convocamos a Comissão Nacional de Mobilização por várias semanas e repassamos recurso para implantação de novas seções sindicais e ajuda para outras seções com dificuldades financeiras.

O Fundo contribuiu, ainda, com o movimento das IEES do Ceará, Bahia, Rio Grande do Norte, Pará, Piauí e Rio de Janeiro, que entraram em greve ou passaram por dificuldades financeiras em 2017, como também algumas seções do setor das federais.

O 36º Congresso autorizou a diretoria do ANDES-SN a ordenar despesas para garantir o custeio das atividades de mobilização, campanhas, marchas e eventos, reconhecidas como centrais na luta do Sindicato, no limite de 700 mil reais da parcela referente à mobilização para 2017. Na mesma resolução, também autorizou o 60º CONAD a apreciar e deliberar sobre os custeios de mobilização e de luta para o segundo semestre de 2017. Neste sentido, estamos corrigindo o valor de 700 para 800 mil no ano vindouro (2018), em razão da perspectiva de mais ataques.

Tomando como referência 13 de novembro de 2017, o Fundo Único apresenta um saldo de R\$ 6.284.809,73. Nesse balanço preliminar, podemos afirmar que o aporte financeiro mensal, proveniente da contribuição das seções sindicais e do ANDES-SN, estabelecido pelo 32º Congresso, está sendo suficiente para a manutenção do Fundo Único e cumprimento das ações previstas para o seu uso.

No momento de elaboração deste texto, está indicado, na pauta imediata de luta, a mobilização para o Dia da Consciência Negra, em 20 de novembro, e para o dia 25 de novembro o Dia Latino-Americano e Caribenho de Luta Contra a Violência Contra a Mulher. Além disso, está previsto para o dia 28 de novembro a realização de uma caravana para Brasília, no plano de luta contra as reformas, particularmente a previdenciária, prevendo lutas maiores visando à construção de uma nova greve geral.

Para finalizar, solicitamos no item 5 da TR autorização para a diretoria do ANDES-SN utilizar recursos do Fundo Único para ressarcimento ao caixa nacional das despesas com mobilização no segundo semestre de 2017 que excederem o valor autorizado pelo 36º Congresso. Fazemos isso de forma preventiva, pois ainda não temos conhecimento, no momento da elaboração deste texto, das despesas com as manifestações que serão realizadas em novembro e dezembro.

TR – 24

O 37º CONGRESSO DO ANDES-SN DELIBERA:

1. autorizar a diretoria do ANDES-SN a ordenar despesas para garantir o custeio das atividades de mobilização, campanhas, marchas e eventos definidos pelo 37º Congresso, como centrais na luta do Sindicato, no limite de 800 mil reais da parcela referente à mobilização;
2. autorizar o 63º CONAD a apreciar e deliberar sobre os custeios de mobilização e de luta para o segundo semestre de 2018;
3. autorizar as seções sindicais do setor das IEES/IMES em dificuldades financeiras, que entrarem em greve no ano de 2018, a suspender a contribuição para o Fundo Único, enquanto durar o movimento paredista;

4. autorizar a diretoria do ANDES-SN a disponibilizar recursos da parcela de mobilização do Fundo Único Nacional de Solidariedade, Mobilização e Greve para ajudar nas ações políticas e organizativas de novas seções sindicais pelo prazo de um ano, a partir de sua homologação, tempo para que consigam viabilizar a autossustentação e a regularização das receitas por meio da contribuição dos sindicalizados, mantendo-se válidas as demais resoluções pertinentes definidas pelo 58º CONAD;

5. autorizar a diretoria do ANDES-SN a utilizar recursos do Fundo Único para o ressarcimento ao caixa nacional das despesas com mobilização no segundo semestre de 2017, no valor de R\$ (valor a ser informado no congresso).

TEXTO 25

Diretoria do ANDES-SN

FUNDO NACIONAL PERMANENTE DE SOLIDARIEDADE AOS(ÀS) DOCENTES

TEXTO DE APOIO

O 36º Congresso do ANDES-SN, realizado em Cuiabá em 2017, deliberou pela criação de um fundo de solidariedade aos(às) professores(as) das universidades estaduais do Rio de Janeiro que, na ocasião, encontravam-se com meses de salários atrasados. Esta situação se manteve durante todo o ano de 2017, e, até o momento da preparação deste texto, não haviam recebido o pagamento do 13º de 2016.

Nas reuniões subsequentes do setor, discutiu-se, com o conjunto das seções sindicais, o modelo de construção desse fundo. Desse debate e do debate com as seções sindicais das IIES do Rio de Janeiro (ASDUERJ, ADUENF, ADUEZO, ADES-FAETEC), constituiu-se um fundo nacional, com uma conta bancária na qual as seções sindicais, sindicatos, professores(as) e qualquer pessoa física poderiam depositar doações.

Uma comissão composta pela secretaria regional do Rio de Janeiro e docentes das seções sindicais das instituições beneficiadas pelo fundo a cada distribuição (foram três ao total em 2017) realizou a inscrição dos(as) docentes interessados(as), que preencheram uma ficha com dados pessoais e bancários e um termo de compromisso onde se comprometem a devolver o dinheiro para o fundo quando os salários forem regularizados, em até dez parcelas. O único requisito para inscrever-se no fundo era o docente ser sindicalizado, e o critério de distribuição foi a divisão por igual dos recursos arrecadados pelo total de inscritos naquela distribuição.

Ao total foram doados e arrecadados os seguintes valores:

Datas do repasse	Valor repassado para cada docente	Número de solicitações feitas por docentes		
		ASDUERJ	ADUEZO	SESDUENF
06 de julho	R\$ 600,00	25	6	34
07 de agosto	R\$ 1.200,00	29	5	22
30 de outubro	R\$ 1.000,00	37	2	21
Total de contribuição não repassada	R\$ 166.200,00	91	13	77

Infelizmente, mesmo com toda luta e resistência, a situação das IEES do Rio de Janeiro não se normalizou, e outras universidades, como a UERN, no Rio Grande do Norte, tiveram salários atrasados neste ano. Avaliamos positivamente a constituição do Fundo, não como uma substituição dos salários nem como um instrumento para a luta das seções sindicais, mas como um instrumento para o exercício da solidariedade aos colegas e como forma de dar visibilidade à situação das universidades.

Entendemos, também, que essa situação não se restringe e não se restringirá às IEES do Rio de Janeiro.

TR – 25

O 37º CONGRESSO DO ANDES-SN DELIBERA:

1. tornar o fundo nacional de solidariedade aos(às) docentes das IEES do Rio de Janeiro em Fundo Nacional Permanente de Solidariedade aos(às) Docentes;
2. restringir o acesso ao fundo a docentes sindicalizados(as) ao ANDES-SN, cujas IES estejam com salários atrasados há, no mínimo, 60 dias;
3. compor, junto à respectiva regional do ANDES-SN, comissões para inscrição dos(as) docentes que queiram receber recursos do fundo, a título de empréstimo para distribuição;
4. determinar que os(as) docentes que receberem recursos do Fundo devolverão a quantia recebida quando os salários forem regularizados. Essa devolução será realizada em até dez parcelas;
5. definir que o Fundo será composto exclusivamente por recursos doados por seções sindicais, sindicatos ou pessoas físicas. O ANDES-SN realizará campanhas nacionais de arrecadação;
6. determinar que a diretoria do ANDES-SN apresente um balanço dos recursos arrecadados e distribuídos pelo Fundo nos CONADs.

HOMOLOGAÇÕES DE SEÇÕES SINDICAIS: CONSTITUIÇÃO, REORGANIZAÇÃO E ALTERAÇÃO REGIMENTAL

TEXTO DE APOIO

A Diretoria do ANDES-SN apresenta ao 37º CONGRESSO a homologação de seções sindicais.

TR – 26

O 37º CONGRESSO DO ANDES-SN DELIBERA:

1. CONSTITUIÇÃO DE SEÇÃO SINDICAL

Em consonância com art. 15 do estatuto do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior – ANDES-SN e de acordo com a documentação apresentada, o 37º CONGRESSO manifesta-se favoravelmente à constituição da Associação dos Docentes da Educação Superior da FAETEC (Fundação de Apoio à Escola Técnica do Estado do Rio de Janeiro) – ADESFAETEC-SSind em Seção Sindical do ANDES-SN.

2. REORGANIZAÇÃO DE SEÇÃO SINDICAL

2.1 Considerando a deliberação da assembleia geral dos docentes da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, realizada no dia 20 de setembro de 2017, o 37º CONGRESSO do ANDES-SINDICATO NACIONAL manifesta-se favoravelmente à aprovação do retorno da ADUFMS como seção sindical do ANDES-SN, ficando condicionada sua efetivação a aprovação *a posteriori* do seu regimento nos termos do Estatuto do ANDES-SN.

2.2 Considerando a necessidade de manter-se a representação sindical ativa, evitando-se prejuízos para os docentes da Fundação de Ensino Superior de Goiatuba/UNICERRADO, do Estado de Goiás, o 37º CONGRESSO do ANDES-SINDICATO NACIONAL ratifica, de acordo com a documentação apresentada, as providências tomadas pela Secretaria Regional Planalto para, no âmbito de suas atribuições, ter convocado a Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 27 de setembro de 2017 para a reorganização da SESDFESG Seção Sindical.

2. ALTERAÇÃO REGIMENTAL

2.1 Em consonância com o art. 15 do estatuto do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior e de acordo com a documentação apresentada, o 37º CONGRESSO do ANDES-SN manifesta-se favoravelmente à aprovação das alterações

verificadas no Regimento da SESDFESG inclusive da nomenclatura, que passa a ser **Seção Sindical dos Docentes do Centro Universitário de Goiatuba – SSIND UNICERRADO.**



Diretoria do ANDES-SN

PRESTAÇÃO DE CONTAS DO 62º CONAD

TR - 27

O 37º CONGRESSO DO ANDES-SN aprova a prestação de contas do 62º CONAD.

Nº	ITEM	RATEIO ANDES-SN	RATEIO ADUFF
1	Pessoal		
1.1	ANDES-SN		
	Horas Extras	20.894,77	2.869,36
	Diárias	5.400,00	0,00
	Passagem Aérea	3.957,91	0,00
	Hospedagem	9.905,22	0,00
	SUBTOTAL	40.157,90	2.869,36
1.2	Apoio		
	Serviço de Apoio/Monitores	0,00	8.780,50
	Apoio recreadores	0,00	6.695,00
	Apresentação Cultural	0,00	1.150,00
	Segurança	0,00	5.903,00
	Serviço de Enfermagem e Ambulância	0,00	5.000,00
	Transporte/Táxi	0,00	251,00
	Combustível	0,00	475,00
	SUBTOTAL	0,00	28.254,50
2	Imprensa e Divulgação		
	Cartazes/Outdoor	0,00	725,00
	Logomarca do CONAD	0,00	1.440,00
	Banner/ Folder	0,00	6.489,00
	Filmagem	0,00	8.810,00
	Transportadora	7.325,33	0,00
	Informandes	0,00	2.480,00
	SUBTOTAL	7.325,33	19.944,00
3	Infraestrutura		
	Material de Escritório	0,00	389,41
	Material de recreação creche	0,00	582,65
	Alimentação recreação creche	0,00	416,60
	Aluguel de Impressora	0,00	3.500,00
	Equipamentos Áudio Visuais	0,00	25.855,00
	Tonner para Impressora	1.949,00	521,00
	Computador/ Notebook	0,00	660,00
	Pagu Produções	0,00	30.322,00

	Aluguel de mesas e cadeiras	0,00	3.165,00
	Operador/Serviço de montagem	0,00	9.270,00
	Serviço Elétrico	0,00	500,00
	Aluguel do espaço	0,00	30.000,00
	Correios	0,00	0,00
	Medicamentos	0,00	81,27
	Coffe Break	0,00	25.271,84
	Café/ Água Mineral	0,00	0,00
	Papel A4	1.316,95	0,00
	Material de informática	671,59	0,00
	Serviço de internet	0,00	10.045,00
	Serviço de Limpeza	0,00	4.400,00
	SUBTOTAL	3.937,54	144.979,77
4	Material Distribuído para Delegados e Observadores		
	Bolsas	0,00	6.000,00
	Camisetas	0,00	5.882,45
	Caneta	0,00	525,00
	Mapa de guia	0,00	600,00
	Crachás	0,00	1.055,00
	Bloco de anotações	0,00	0,00
	SUBTOTAL	0,00	14.062,45
5	Gastos com Comissão Organizadora		
	Diárias	1920,00	0,00
	Hospedagem	2.399,10	0,00
	Passagens Aéreas	3.643,25	0,00
	Pedágios, Combustíveis, Passagens Terrestres	0,00	0,00
	SUBTOTAL	7.962,35	0,00
6	Despesa c/ transporte de um delegado das Seções Sindicais c/ menos de 101 filiados.		
	SUBTOTAL	6.512,00	0,00
7	Delegados eleitos conforme o Art. 41 Inciso 8 parágrafo 5 (via secretarias regionais)		
	SUBTOTAL	7.782,00	0,00
	TOTAL	67.165,12	210.110,08
	Total de Despesas Realizadas	277.275,20	

Total de Despesas Previstas para Rateio	281.465,76
Total de Despesas Realizadas	277.275,20
Porcentagem da diferença	1,49%
Valor pago a maior	4.190,56

MANUTENÇÃO DO APOIO FINANCEIRO À ESCOLA NACIONAL FLORESTAN FERNANDES

TEXTO DE APOIO

A Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF), situada em Guararema, na Região Metropolitana de São Paulo, é um centro de educação e formação idealizado pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). A ENFF não é apenas uma escola do MST; é uma unidade escolar da classe trabalhadora e está a serviço dos movimentos populares do Brasil e de vários países do mundo.

Neste ano, a ENFF completa treze anos, após muito esforço de mais de 1.200 trabalhadores(as) do MST que a construíram coletivamente. Já passaram pela escola cerca de 4.400 estudantes, em cursos formais, com diversas etapas em alternância – todos(as) filhos(as) da classe trabalhadora. Aproximadamente, 12 mil pessoas participaram em distintas atividades formativas esporádicas, como seminários, eventos, congressos e conferências de curta duração. Nesse período, 286 professores e professoras colaboraram de forma solidária com a escola.

A instituição promove cursos formais e informais voltados para produção, comércio e gestão dos acampamentos e assentamentos. Os cursos, em diversas áreas, estimulam a capacidade crítica das pessoas e o desenvolvimento de conhecimento para a construção de um projeto popular para o Brasil. A grande diferença em relação às demais escolas é que, após passar pela ENFF, os(as) alunos(as) voltam para a sua comunidade rural e utilizam na prática o que aprenderam no banco escolar. Exemplos de cursos ministrados na ENFF: alfabetização; administração cooperativista; pedagogia da terra; saúde comunitária; planejamento agrícola e técnicas agroindustriais.

Os(as) professores(as) que lecionam na escola trabalham nas universidades conveniadas e escolas técnicas. Os cursos de formação técnica são ministrados pelo Instituto Técnico de Pesquisa e Reforma Agrária (ITERRA), registrado no MEC, ou por outros parceiros, como a UNICAMP (Realidade Brasileira), a UERJ (Teorias Sociais), a UFMG (Realidade Latino-Americana), a UFPB (História) e a UFJF (Especialização em Estudos Latinos).

Acrescente-se que, também, contribuem para o sistema educacional do MST amigos(as) e simpatizantes do movimento – quase todos(as) voluntários(as). Além dos cursos, são realizados, na escola, muitos encontros, seminários e atividades culturais para assentados(as) e acampados(as).

A escola foi construída graças ao trabalho voluntário de 1.115 militantes dos movimentos sociais brasileiros. As obras foram iniciadas em 2000. O projeto conceitual

e arquitetônico das cinco edificações que compõem o campus é de autoria da arquiteta Lilian Avivia Lubochinski, ex-professora da PUC-SP.

Os(as) trabalhadores(as) e militantes do MST que ajudaram a ENFF passaram por cursos de alfabetização e supletivos ao longo da obra. Organizados(as) em brigadas, esses(as) trabalhadores(as) ficavam cerca de 60 dias trabalhando na construção da escola, em seguida, voltavam para seus estados e eram substituídos(as) por nova brigada. Ao retornar a seus locais de origem, utilizavam os ensinamentos obtidos na escola para melhorar a qualidade dos assentamentos e acampamentos.

Desse modo, é importante a continuidade da ajuda financeira do ANDES-SN à Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF) para que ela possa se manter, com autonomia, como uma referência de grande importância para o processo de formação da militância do MST e de outras organizações que lutam na defesa da reforma agrária.

TR – 28

O 37º CONGRESSO DO ANDES-SN DELIBERA:

1. autorizar a Diretoria do ANDES-SN a manter a contribuição, por um período de 12 meses, de R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais) mensais para a Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF).



Diretoria do ANDES-SN

MANUTENÇÃO DO APOIO FINANCEIRO À AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA

TEXTO DE APOIO

A AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA (ACD) é uma associação não governamental, sem fins lucrativos, que tem, entre os seus objetivos: Art. 2º (...) i) *Realizar, de forma cidadã, auditoria da dívida pública brasileira, interna e externa, federal, estaduais e municipais; ii) Demonstrar a necessidade do cumprimento do disposto no artigo 26 do ADCT da Constituição Federal de 1988, que prevê a realização da auditoria da dívida externa.*

A Auditoria Cidadã da Dívida (ACD), criada no ano de 2001 vem, desde então, realizando estudos, investigações, publicações e eventos sobre o endividamento público brasileiro – interno e externo – e respectivos impactos nas políticas públicas e nos direitos sociais da população brasileira.

O ANDES-SN, com base nas contribuições dos grupos de trabalhos (GT) e, tendo como referência as deliberações decorrentes de Congresso e CONAD, tem articulado junto a ACD para viabilizar ações que embasem a luta por reivindicações específicas do

movimento docente e por bandeiras gerais do movimento sindical e de movimentos sociais.

Desde a edição da PEC 55/2016 (que tramitou na Câmara como PEC 241/2016), transformada na EC-95/2016, a ACD vem alertando que a PEC “que insere no texto da Constituição Federal o congelamento de gastos e investimentos sociais por até 20 anos, garante recursos para pagamento de juros de uma dívida pública, não auditada, e para ‘empresas estatais não dependentes’”. Assim, essa emenda privilegia a destinação de recursos para esse esquema financeiro ilegal, enquanto sacrifica a saúde, a educação, a assistência, a segurança e todos os demais gastos e investimentos sociais. Para a ACD, os Projetos de Lei 204/2016, 181/2015 e 3337/2015 visam “legalizar” esse esquema de ataque ao fundo público.

O ANDES-SN compõe o Conselho Político da ACD e, desse lugar, apoiou uma articulação no âmbito do Congresso Nacional que resultou na criação da Frente Parlamentar Mista pela Auditoria da Dívida Pública com Participação Popular, cujo lançamento ocorreu em agosto de 2016.

Recentemente, no início de novembro de 2017, o ANDES-SN apoiou um importante evento internacional, qual seja, o Seminário Internacional “Esquema Financeiro Fraudulento e Sistema da Dívida”, organizado pela Auditoria Cidadã da Dívida, do qual participaram representantes da Diretoria do ANDES-SN, de seções sindicais, de outras entidades sindicais e de movimentos sociais.

O ANDES-SN contribui com uma ajuda financeira para a ACD, mensal e regularmente, desde o 30º Congresso – Uberlândia/MG, de 14 a 20 de fevereiro de 2011. E, desse modo, a Diretoria propõe a continuidade dessa ajuda financeira.

TR – 29

O 37º CONGRESSO DO ANDES-SN DELIBERA:

1. autorizar a Diretoria do ANDES-SN a manter a contribuição, por um período de 12 meses, de R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais) mensais para a Auditoria Cidadã da Dívida (ACD).



Diretoria do ANDES-SN

MANUTENÇÃO DO APOIO FINANCEIRO AO CASARÃO DA LUTA DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TETO (MTST)

TEXTO DE APOIO

O apoio político e financeiro do ANDES-SN revela-se como indispensável à realização de um conjunto variado de atividades nacionais de formação político-cultural do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), que acontece, sobretudo no Casarão da Luta. Como conquista de um ciclo de luta de mais de uma década, o movimento

conseguiu, além de moradias, a desapropriação de uma casa ociosa em Taboão da Serra (SP), que passou a ser chamada Casarão da Luta.

A partir daí, o MTST instaurou um espaço nacional de formação. Com apoio político e financeiro do ANDES-SN, o movimento mobilizou a militância e conseguiu organizar biblioteca, videoteca, brinquedoteca, estrutura de creche (para assegurar a participação das militantes com filhos(as)) e mantém o esforço de preservá-las.

Importante destacar que, no processo diário de mobilização, organização e luta de trabalhadores e trabalhadoras concentrados(as) nos territórios de pobreza das periferias urbanas, o MTST desenvolve um repertório de ações, cujo centro é a ocupação de latifúndios urbanos que não cumprem função social. Com isso, a matriz do percurso formativo do movimento é a própria vida cotidiana nas ocupações (e o conjunto de ações e experiências a ela vinculadas). Entretanto, essa matriz formativa requer mais mediações formativas e formadoras para se potencializar e se qualificar. Por isso, os diversos cursos, debates, oficinas, dinâmicas e vivências de grupos, desenvolvidos no Casarão, contribuem, decisivamente, para o cotidiano de atuação do MTST.

Levando em conta que o MTST preserva o princípio da autonomia perante empresas, governos, igrejas e partidos políticos e aglutina uma base social formada por desempregados(as), informalizados(as) ou precarizados(as), a diretoria do ANDES-SN propõe manter o apoio político e financeiro, por um período de mais doze meses, ao Casarão da Luta e ao sistema de formação do Movimento.

TR - 30

O 37º CONGRESSO DO ANDES-SN DELIBERA:

1. autorizar a Diretoria do ANDES-SN a contribuir, por um período de 12 meses, com R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais) com o Casarão da Luta e o sistema de formação do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST).



Diretoria do ANDES-SN

SEDE DO 38º CONGRESSO DO ANDES-SINDICATO NACIONAL

TEXTO DE APOIO

As seções sindicais que se dispuserem a sediar o 38º CONGRESSO do ANDES-SN deverão apresentar proposta, por escrito, até às 18h do dia 23/01/18, para garantir a sua discussão nos grupos mistos do Tema 4 - Questões Organizativas e Financeiras.

TR - 31

O 38º CONGRESSO do ANDES - SINDICATO NACIONAL realizar-se-á na cidade de, sob a organização da ... Seção Sindical.

TEXTO 32

Diretoria do ANDES-SN

GRUPOS DE TRABALHO (GT) DO ANDES-SN**TEXTO DE APOIO**

O ANDES-SN tem em funcionamento os seguintes Grupos de Trabalho: GTPE, GTC&T, GTCA, GTPAUA, GT-Carreira, GT-Verbas, GTHMD, GTPFS, GTPCEGDS, GT-Fundações e GTSS/A. As seções sindicais que desejarem se integrar aos Grupos de Trabalho ou modificar a sua participação deverão preencher o formulário abaixo e encaminhá-lo com suas propostas de participação nos GTs à Secretaria do ANDES-SN, para homologação no 37º CONGRESSO.

Seção Sindical:
Grupo de Trabalho:
Componentes:

REVISTA UNIVERSIDADE E SOCIEDADE**TEXTO DE APOIO**

A Revista Universidade e Sociedade (US) tem como objetivo analisar com densidade teórico-política questões conjunturais que marcam as lutas em que se insere o Sindicato Nacional e, também, questões estruturais que embasam os elementos de conjuntura. Constitui-se em um fórum de debates sobre a temática da educação brasileira, em especial do ensino superior, da organização e atuação sindical, particularmente a docente, e sobre a luta por uma sociedade radicalmente humana e democrática.

Neste sentido, é um significativo instrumento político e acadêmico de diálogo e comunicação com a categoria e a sociedade. Sua distribuição é gratuita e possibilita o acesso às seções sindicais, movimentos sociais e populares, sindicatos de outras categorias, confederações e federações, bibliotecas, entre outras organizações em todo o território nacional.

A Revista Universidade e Sociedade existe desde 1º. de janeiro de 1980 (US nº 1), tem periodicidade semestral e lançamento em Congressos e CONADs do ANDES-SN. Além dos exemplares impressos, está acessível no site do ANDES no formato PDF.

Observamos, porém, que as dificuldades em distribuir nacionalmente a revista no formato impresso gera um número significativo de exemplares ociosos nas regionais e em algumas seções sindicais. Por outro lado, vivemos um momento em que a comunicação digital se amplia e “as novas tecnologias de comunicação têm possibilitado a configuração de outras formas de circulação do conhecimento, tornando-a mais rápida, mais próxima e menos onerosa”.

Com a preocupação de fazer a US chegar a um número cada vez maior de pessoas e, levando em consideração o número de sindicalizados que assinam e produzem revistas em formato eletrônico, propomos:

TR - 33**O 37º CONGRESSO DO ANDES-SN DELIBERA:**

1. Publicar a Revista Universidade e Sociedade também no formato eletrônico, indexado, e na *forma de* e-book, além do que já existe no site do sindicato, reduzindo o número de exemplares impressos, os quais serão distribuídos prioritariamente em CONADs, Congressos, seções sindicais do ANDES-SN, autores, biblioteca e entidades correlatas.

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO DO ANDES-SN - CEDOC

TEXTO APOIO

O Projeto de Digitalização do acervo documental do ANDES-SN encontra-se subsidiado por um Convênio, assinado em 2012, entre o Sindicato Nacional e a Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE. O instrumento tem vigência prevista de 04 (quatro) anos. No decorrer deste tempo aproximadamente 64 metros lineares da documentação do CEDOC já foi digitalizada, gerando aproximadamente 444 mil laudas (convencionou-se que 01 caixa-box acomode 1000 laudas).

O ANDES-SN arca com custos relativos à manutenção da equipe e bolsistas junto a Universidade UNIOESTE mensalmente e com custos de manutenção dos equipamentos, conforme o Termo de Convênio firmado.

Dentre alguns benefícios promovidos por projetos de digitalização, destaca-se:

- Difusão e o compartilhamento de documentos institucionais em formato digital em redes informatizadas;
- Contribuição à preservação do acervo documental não digital, já que o manuseio e consulta ao conjunto impresso torna-se menos frequente;
- Contribuição para a segurança dos documentos, produzindo uma ‘cópia de segurança’, já que o efeito de fatores ambientais (umidade, calor) ou extravios e acidentes podem se manifestar eventualmente ao material em papel.

De acordo com informações obtidas no setor, foram destinados à digitalização, prioritariamente, os conjuntos relativos ao Fundo Pesquisa, este já concluído, e parte do Fundo Secretaria. As imagens encontram-se disponíveis em mídias digitais (CDs e DVDs), e no repositório local do CEDOC, em servidor de documentos eletrônicos.

No Projeto de Digitalização recomenda-se o tratamento arquivístico prévio de todo acervo institucional. Algumas etapas pertinentes como higienização, ordenação, classificação e, especialmente, a avaliação são imprescindíveis, pois contribuem para a identificação e recuperação das relações orgânicas existentes entre os documentos, além de proporcionar elementos seguros para a seleção do conjunto que efetivamente esteja apto e necessário a digitalizar, tornando mais econômico o Projeto ao final.

Ao ANDES-SN compete a seleção, embalagem e encaminhamento mensal dos documentos à UNIOESTE para digitalização. Como o projeto é executado externamente, compete ao Sindicato a responsabilidade e o custeio relativo ao transporte de todo o material até a Universidade e o respectivo retorno à Brasília. Ademais, embora com baixa probabilidade de ocorrência, há o risco de extravio, além, de eventuais danos físicos no deslocamento da documentação. Constatamos

outro aspecto grave no transporte desta documentação: a caixa-box é inspecionada pela Polícia Federal, colocando em risco a segurança do Sindicato Nacional.

Apesar da grande quantidade de material já digitalizado ainda existe uma quantidade grande a ser encaminhado para a digitalização. Avaliando o material já digitalizado identificamos a necessidade de uma seleção prévia, que inclui descarte de material a partir das normas de descarte da arquivologia, das orientações da assessoria jurídica nacional e também da contadora, para evitar digitalização de material descartável. Para a consolidação de um projeto de memória do acervo histórico do ANDES-SN é, portanto, necessário um acompanhamento mais próximo do processo de digitalização para a consecução de etapas futuras, como por exemplo, a forma de publicização do material digitalizado.

Vale destacar, que quando da aprovação do convênio com a UNIOESTE se tinha por objetivo, futuramente, transferir a digitalização para Brasília, diminuindo gastos com transporte do material e visando a segurança do acervo.

TR – 34

O 37º CONGRESSO DO ANDES-SN DELIBERA:

- 1.** Rescindir o atual Convênio firmado entre o ANDES-SN com Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE);
- 2.** Estabelecer um convênio em Brasília entre o ANDES-SN e, preferencialmente, com a Universidade de Brasília (UnB) para desempenhar atividades operacionais de digitalização da documentação do Sindicato Nacional, mediante acompanhamento e controle de qualidade de funcionários do quadro funcional e membros da Diretoria;
- 3.** Que haja articulação do CEDOC com o GTHMD e a Comissão da Verdade para pautar a necessidade de elaboração de um Projeto de Memória para o Sindicato Nacional.

TEXTO 35

Diretoria do ANDES-SN

ATUALIZAÇÃO DOS VALORES PARA AQUISIÇÃO DE IMÓVEL EM BRASÍLIA/DF PARA AMPLIAÇÃO DA SEDE NACIONAL DO ANDES-SN

TEXTO DE APOIO

O 31º CONGRESSO do ANDES-SN autorizou a *Diretoria do ANDES-SN: Adquirir imóvel, para a ampliação do espaço físico da SEDE NACIONAL, até o limite de R\$ 1.650.000,00 (um milhão e seiscentos e cinquenta mil reais), utilizando recursos próprios do Caixa Nacional do Sindicato.* Diante da não efetivação da compra e da

permanência dos problemas relacionados nas justificativas apresentadas no 31º CONGRESSO, ou seja: a necessidade de em muitos momentos alugar ou solicitar salas para a realização de reuniões em hotéis ou entidades sindicais, pois não há espaço físico na sede do Sindicato; a falta de um auditório compatível com as nossas atividades; e também, a necessidade de ampliação do espaço físico do CEDOC, a Diretoria propõe a atualização dos valores para a compra imediata de um novo espaço, considerando que há condições financeiras para a ampliação da Sede em Brasília, com recursos do caixa nacional. Além disso, como dito na justificativa anterior, a aquisição de um novo espaço preservará o capital do ANDES-SN, visto que transformará parte do Patrimônio Líquido em Patrimônio Imobilizado.

TR - 35

O 37º CONGRESSO DO ANDES-SN DELIBERA:

1. Autorizar a Diretoria do ANDES-SN a adquirir imóvel, para a ampliação do espaço físico da SEDE NACIONAL, até o limite de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais), utilizando recursos próprios do caixa nacional do Sindicato.



Diretoria do ANDES-SN

REGIMENTO ELEITORAL

TEXTO DE APOIO

Considerando que uma das atribuições/competências do Congresso é a elaboração do Regimento Eleitoral para a Eleição da Diretoria do ANDES-SINDICATO NACIONAL, biênio 2018/2020 (Art. 52 do Estatuto) a Diretoria apresenta, para apreciação do 37º Congresso, uma proposta de Regimento Eleitoral, nos termos contidos no Texto de Resolução (TR) e Texto Documento (TD).

TR - 36

O 37º CONGRESSO do ANDES-SN aprova o Regimento Eleitoral – Eleições da Diretoria do ANDES-SINDICATO NACIONAL biênio 2018/2020.

TEXTO DOCUMENTO

REGIMENTO ELEITORAL

O 37º CONGRESSO do ANDES-SN aprova o Regimento Eleitoral – Eleições da Diretoria do ANDES-SINDICATO NACIONAL biênio 2018/2020.

Regimento Eleitoral

Eleição da diretoria do ANDES-SINDICATO NACIONAL – Biênio 2018/2020

CAPÍTULO I DA ELEIÇÃO

Art. 1º O presente Regimento Eleitoral define as normas e os procedimentos para a eleição da diretoria do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES-SINDICATO NACIONAL), para o biênio 2018/2020, de acordo com o estabelecido pelo Estatuto do ANDES-SINDICATO NACIONAL.

§ 1º A eleição a que se refere o caput deste artigo realizar-se-á nos dias **9 e 10 de maio de 2018**.

§ 2º O escrutínio dar-se-á pelo voto secreto, universal e direto dos sindicalizados ao ANDES-SINDICATO NACIONAL em pleno gozo de seus direitos.

CAPÍTULO II DOS ELEITORES

Art. 2º São eleitores todos os sindicalizados ao ANDES-SINDICATO NACIONAL que:

I – nele se sindicalizarem **até 8 de fevereiro de 2018**;

II – estiverem em dia com suas contribuições **até 8 de março de 2018**.

§ 1º As seções sindicais que apresentam dificuldades em repassar as contribuições dos sindicalizados em razão de procedimentos administrativos das IES ou órgãos governamentais deverão notificar à tesouraria do ANDES-SINDICATO NACIONAL e esta, à Comissão Eleitoral, os motivos para tal **até o dia 6 de abril de 2018**.

§ 2º A tesouraria do ANDES-SINDICATO NACIONAL deverá encaminhar à Comissão Eleitoral Central (CEC), **até o dia 19 de março de 2018**, a relação das seções sindicais que apresentaram dificuldades no repasse das contribuições a partir do 61º CONAD (Boa Vista/RR, 30/6 a 3/7/2016), bem como a situação dos acordos a respeito dos repasses de contribuições em vigor até a data mencionada neste parágrafo.

§ 3º O não repasse das contribuições decorrente de procedimentos administrativos das IES ou órgãos governamentais, após o prazo previsto no inciso II, não será impeditivo de participação dos sindicalizados no processo eleitoral.

Art. 3º As seções sindicais e as secretarias regionais têm prazo **até o dia 5 de abril de 2018** para enviarem à CEC a relação completa de seus sindicalizados aptos a exercerem o direito ao voto.

§ 1º O número de sindicalizados aptos a votar não poderá ser superior ao número de sindicalizados declarados à tesouraria do ANDES-SINDICATO NACIONAL quando do envio das contribuições referentes ao mês **de fevereiro de 2018**.

§ 2º Quaisquer alterações na lista que venham a ser identificadas após a data estipulada no *caput* deste artigo deverão ser comunicadas à CEC e à Comissão Eleitoral Local (CEL) até 7 (sete) dias corridos antes do primeiro dia previsto para o início da eleição. A solicitação de retificação deverá ser devidamente comprovada.

§ 3º As seções sindicais disponibilizarão, **no dia 11 de abril**, cópia da lista de filiados aptos a votar aos representantes das chapas concorrentes, desde que por eles solicitada.

Art. 4º Aos eleitores é assegurado o direito de voto em trânsito, a ser disciplinado pela CEC e pelas comissões eleitorais locais nos termos do disposto no artigo 35.

CAPÍTULO III DOS CANDIDATOS

Art. 5º Podem ser candidatos todos os docentes pertencentes ao quadro de sindicalizados do ANDES-SINDICATO NACIONAL **até o dia 22 de outubro de 2017** e que estiverem em dia com sua contribuição financeira ao ANDES-SINDICATO NACIONAL **até o dia 21 de dezembro de 2017**, ressalvando o disposto no §2º e no §3º do Art. 53 do Estatuto do ANDES-SINDICATO NACIONAL.

Parágrafo único. No caso de diretores e ex-diretores do ANDES-SINDICATO NACIONAL, estes poderão ser candidatos se estiverem em dia com a tesouraria do ANDES-SINDICATO NACIONAL **até o dia 23 de fevereiro de 2018**, ressalvando o disposto no § 1º do artigo 53 do Estatuto do ANDES-SINDICATO NACIONAL.

CAPÍTULO IV DO REGISTRO DE CHAPAS

Art. 6º Os candidatos devem compor chapas e registrá-las na secretaria geral do ANDES-SINDICATO NACIONAL, obedecendo ao que se segue:

I – durante o 37º CONGRESSO, até uma hora após aprovado este Regimento Eleitoral pela plenária de Questões Organizativas e Financeiras, as chapas deverão registrar, pelo menos, os candidatos aos cargos de presidente, secretário geral e 1º tesoureiro, mediante requerimento (anexo I) assinado pelos candidatos ao(s) cargo(s) de presidente ou secretário geral. O requerimento deve ser encaminhado à secretaria geral do ANDES-SINDICATO NACIONAL, acompanhado do respectivo Manifesto da chapa, bem como indicar o seu representante e respectivos suplentes na CEC;

II – o registro definitivo das chapas, com a nominata completa dos candidatos aos demais cargos, dar-se-á até o dia **27 de fevereiro de 2018, das 9h às 18h, ressalvado o disposto nos parágrafos primeiro e segundo deste artigo.**

III – os componentes das chapas deverão entregar à secretaria da CEC, **até o prazo final de registro definitivo**, os seguintes documentos, sendo os dos itens “a” e “b” originais:

a) termo de concordância (anexo II), assinado por cada candidato, contendo: endereço residencial completo; número de telefone; endereço eletrônico, número do PIS/PASEP; número do RG; número do CPF; estado civil; denominação da seção sindical ou, se for o caso, da secretaria regional à qual o candidato encontra-se vinculado; denominação da IES à qual o candidato encontra-se vinculado e o cargo a que postula.

b) programa da chapa devidamente subscrito pelo candidato a presidente.

c) cópia de um documento de identificação que contenha foto e assinatura do candidato (RG, CNH, CTPS, Passaporte ou carteira de conselho profissional).

d) documento original expedido pela seção sindical, associação de docentes (AD) ou secretaria regional à qual o candidato se vincula, em papel timbrado, comprobatório de sindicalização ao ANDES-SN, com data de filiação e indicação de adimplência financeira ou cópia dos contracheques que comprovem filiação dos meses que atendam aos prazos previstos no artigo 5º deste Regimento.

IV – Os documentos referidos no inciso III deste artigo, recebidos pela secretaria do ANDES-SINDICATO NACIONAL, na sua sede, serão lacrados e abertos na primeira reunião da CEC.

V – Não havendo registro de chapas durante o 37º CONGRESSO, o prazo para registro, nos termos previstos no § 1º, do artigo 54 do Estatuto do ANDES-SINDICATO NACIONAL, será prorrogado até 15 (quinze) dias a partir da data do final do 37º CONGRESSO, realizando-se na secretaria do ANDES-SINDICATO NACIONAL, em horário comercial.

§ 1º – No caso previsto no inciso V, o registro dos candidatos aos demais cargos será estendido por mais 30 (trinta) dias corridos após o prazo final para o registro das chapas;

§ 2º – A chapa, ao ser registrada, receberá um número de identificação de acordo com a ordem cronológica de solicitação do registro.

Art. 7º - A CEC reunir-se-á no prazo de 24 horas após o prazo de registro das chapas para verificar a documentação entregue e proceder ao início da homologação da(s) chapa(s) **devendo manifestar-se definitivamente no prazo de até 7 (sete) dias corridos.**

Parágrafo único. Em caso de dúvida em relação às condições de elegibilidade de qualquer candidato, a CEC fará conferência junto à respectiva seção sindical, AD-Seção Sindical ou secretaria regional.

Art. 8º Qualquer alteração na nominata dos candidatos ou de cargos na chapa, após os prazos previstos nos incisos II e V do artigo 6º, deverão ser encaminhadas por documento com a exposição de motivos à CEC que, em reunião, deverá analisar e se pronunciar pelo aceite ou não dos motivos no prazo de 5 (cinco) dias corridos.

§ 1º A faculdade prevista no *caput* deste artigo não se aplica aos candidatos e aos cargos de presidente, secretário geral e 1º tesoureiro.

§ 2º A não aceitação dos motivos apresentados, deliberada pela maioria absoluta dos componentes da CEC presentes à reunião, implicará a manutenção da chapa originalmente registrada.

§ 3º Diante da impossibilidade da manutenção da nominata originalmente registrada pela chapa, o registro estará cancelado.

Art. 9º - Os candidatos descritos no artigo 32, inciso IV e V do Estatuto do ANDES-SINDICATO NACIONAL deverão ser sindicalizados da área de abrangência geográfica da respectiva secretaria regional.

Parágrafo único. As alterações previstas no artigo 8º só poderão ser consideradas pela CEC se lhe forem entregues **em até quarenta e oito horas após o encerramento do prazo final de registro definitivo das chapas**, improrrogavelmente.

Art. 10 No ato de registro da chapa, seus integrantes comprometem-se a acatar este Regimento e as demais normas que venham a ser elaboradas pela CEC.

Art. 11 É livre a propaganda eleitoral, respeitado o Estatuto do ANDES-SINDICATO NACIONAL e este Regimento.

CAPÍTULO V
DA COORDENAÇÃO DO PROCESSO ELEITORAL

SEÇÃO I
DA COMISSÃO ELEITORAL CENTRAL

Art. 12 A eleição para a diretoria do ANDES-SINDICATO NACIONAL, biênio 2018/2020, será coordenada por uma Comissão Eleitoral Central (CEC) composta por:

I – 1 (um) membro da diretoria do ANDES-SINDICATO NACIONAL, como seu presidente;

II – 1 (um) sindicalizado do ANDES-SINDICATO NACIONAL indicado por cada chapa concorrente;

III – sindicalizados do ANDES-SN, em número igual ao de chapa(s) registradas, indicados e homologados pela plenária das questões organizativas e financeiras do 37º CONGRESSO do ANDES-Sindicato Nacional.

IV – a composição da CEC deverá ser em número ímpar.

V – No caso de não homologação do(s) registro(s) de chapa(s), os seus indicado(s) deixará(ão) de compor a CEC, situação a partir da qual será convocado o suplente mais votado pela respectiva plenária do 37º CONGRESSO do ANDES-SINDICATO NACIONAL, a fim de atender o inciso IV deste artigo.

§ 1º Os componentes da CEC, com exceção daquele previsto no inciso I deste artigo, terão seus nomes homologados no 37º CONGRESSO, na plenária do tema das Questões Organizativas e Financeiras.

§ 2º A diretoria do ANDES-SINDICATO NACIONAL, as chapas concorrentes e a plenária das Questões Organizativas e Financeiras do 37º CONGRESSO do ANDES-SINDICATO NACIONAL deverão indicar 2 (dois) suplentes para cada integrante da CEC previstos nos incisos I, II e III do *caput* deste artigo.

§ 3º É vedada a participação dos membros da diretoria do ANDES-SINDICATO NACIONAL como representante de qualquer uma das chapas concorrentes na CEC.

§ 4º É vedada a participação de candidato na CEC.

§ 5º No caso de registro de uma única chapa, a plenária indicará e homologará 3 (três) sindicalizados para composição da CEC.

Art. 13 Compete à CEC:

I – cumprir e fazer cumprir o Estatuto do ANDES-SINDICATO NACIONAL e este Regimento;

II – oficializar e divulgar o registro de chapa(s);

III – divulgar a composição do eleitorado até o dia **11 de abril de 2018**;

IV – confeccionar as cédulas eleitorais;

V – coordenar as comissões eleitorais locais;

VI – decidir sobre recursos interpostos;

VII – homologar, proclamar e divulgar o resultado da eleição, e

VIII – elaborar o Relatório Final a ser divulgado no **63º CONAD**

Parágrafo único. A CEC pode, sempre que necessário, arregimentar auxiliares.

Art. 14 A CEC só se reunirá com a presença de, no mínimo, mais da metade de seus integrantes, sendo em cada reunião lavrada uma ata, que será assinada pelos presentes.

Parágrafo único. As chapas concorrentes receberão cópias das atas das reuniões da CEC por intermédio de seu representante na Comissão.

Art. 15 As decisões da CEC serão tomadas pela maioria simples de seus integrantes presentes à reunião, exceto o previsto no parágrafo segundo do artigo oitavo.

Art. 16 O integrante da CEC que faltar a duas reuniões consecutivas ou a três intercaladas, sem justificativa, perderá a sua condição de membro titular dessa Comissão, assumindo-a seu suplente.

Parágrafo único. Na falta eventual de um membro titular, o suplente poderá assumir desde que essa ausência seja comunicada com, no mínimo, 72 (setenta e duas) horas de antecedência.

Art. 17 Cada chapa concorrente indicará, mediante documento, até dois representantes autorizados a realizar qualquer tipo de comunicação entre a respectiva chapa e a CEC.

Parágrafo único. No documento definido no *caput* deste artigo deverão estar explícitas as informações necessárias para o estabelecimento de contato entre a CEC e os representantes autorizados pela chapa.

SEÇÃO II DAS COMISSÕES ELEITORAIS LOCAIS

Art. 18 Em cada seção sindical será constituída uma Comissão Eleitoral Local (CEL) composta por:

I – 1 (um) membro de sua diretoria, na condição de presidente;

II – até 2 (dois) membros indicados por cada chapa concorrente, obrigatoriamente sindicalizados do ANDES-SINDICATO NACIONAL;

III – nas seções sindicais em que as diretorias não constituírem comissões eleitorais locais, as secretarias regionais poderão fazê-lo, indicando o seu presidente.

Parágrafo único. A diretoria e as chapas poderão indicar suplentes, obrigatoriamente sindicalizados do ANDES-SINDICATO NACIONAL, para os cargos previstos nos incisos I e II.

Art. 19 A composição das comissões eleitorais locais deve ser enviada para a CEC **até o dia 17 de abril de 2018.**

Art. 20 Compete às comissões eleitorais locais:

I – definir e organizar as seções eleitorais **até o dia 20 de abril de 2018;**

II – apurar os votos e enviar para a CEC o mapa dos resultados e a respectiva documentação;

III – decidir sobre a impugnação de urnas e recursos interpostos em primeira instância.

Parágrafo único. A CEL pode, sempre que necessário, arregimentar auxiliares.

Art. 21 A CEL só se reunirá com a presença de mais da metade de seus integrantes, sendo que em cada reunião deverá ser lavrada uma ata, que será assinada pelos presentes.

Parágrafo único. As chapas concorrentes receberão cópias das atas das reuniões da CEL por intermédio de seus representantes na Comissão.

Art. 22 As decisões da CEL serão tomadas pela maioria simples de seus integrantes presentes à reunião.

Parágrafo único. Das decisões da CEL cabe recurso à CEC.

Art. 23 O integrante da CEL que faltar a duas reuniões consecutivas ou a três intercaladas, sem justificativa, perderá sua condição de membro titular dessa comissão, assumindo em seu lugar o suplente.

Art. 24 Cada chapa concorrente indicará, mediante documento, no mínimo um representante autorizado a realizar qualquer tipo de comunicação entre a respectiva chapa e a CEL.

Parágrafo único. No documento definido no *caput* deste artigo deverão estar explícitas as informações necessárias para contato entre a CEL e os representantes autorizados pela chapa.

CAPÍTULO VI DA VOTAÇÃO

SEÇÃO I DA CÉDULA ELEITORAL

Art. 25 A votação é realizada em cédula eleitoral única.

§ 1º A cédula contém a(s) chapa(s) registrada(s), em ordem cronológica de registro e com o nome da(s) chapa(s).

§ 2º Ao lado de cada chapa, haverá um retângulo em branco em que o eleitor assinalará a sua escolha.

Art. 26 Para efeito de votação, a cédula eleitoral só se tornará válida depois de rubricada por, pelo menos, dois integrantes da mesa receptora de votos da respectiva seção eleitoral.

SEÇÃO II DAS SEÇÕES ELEITORAIS

Art. 27 As seções eleitorais serão estabelecidas pelas comissões eleitorais locais em número e locais suficientes para o atendimento dos eleitores de cada IES.

Parágrafo único. Os locais de votação deverão ser fixos, sendo vedada a prática da chamada “urna itinerante”.

Art. 28 Os eleitores sindicalizados nas seções sindicais votam nas seções eleitorais designadas pela Comissão Eleitoral de sua respectiva seção sindical.

Art. 29 Nas seções sindicais, previamente definidas pela CEC, haverá uma seção eleitoral designada pela CEL para o recolhimento dos votos dos sindicalizados, via secretaria regional.

Art. 30 As secretarias regionais têm prazo **até o dia 4 de abril de 2018** para fornecer a listagem completa dos sindicalizados, via secretaria regional, às seções sindicais em que poderão votar.

§ 1º No mesmo prazo estabelecido no *caput* deste artigo, as secretarias regionais deverão informar aos sindicalizados, via secretaria regional, a seção eleitoral em que eles poderão votar.

§ 2º O voto desses sindicalizados em qualquer outra seção eleitoral deverá ser considerado em trânsito.

§ 3º Mediante autorização da CEL e da fiscalização das chapas concorrentes, a secretaria regional poderá constituir uma seção eleitoral para recepção de votos dos sindicalizados definidos no *caput* deste artigo.

Art. 31 Em cada seção eleitoral, haverá uma mesa receptora composta por 1 (um) presidente e 2 (dois) mesários, indicados pela CEL.

§ 1º Só podem permanecer na seção eleitoral, além do presidente e dos mesários, 1 (um) fiscal de cada chapa concorrente, e o eleitor, durante o tempo necessário para votar.

§ 2º A mesa receptora de cada seção eleitoral é responsável pela urna e pelos documentos relativos ao processo eleitoral durante os dias de eleição e até que sejam entregues à CEL.

Art. 32 Na seção eleitoral, providenciado pela CEL, deve existir:

I – urna;

II – cédulas oficiais;

III – folha de ocorrência;

IV – lista específica para eleitor em trânsito;

V – cópia deste Regimento;

VI – lista de eleitores;

VII – nominata com a composição integral das chapas a ser afixada na cabine de votação;

VIII – cabine indevassável;

IX – lacre para as urnas;

X – envelopes para o voto em trânsito;

XI – modelo de ata de votação;

XII – envelope para voto em separado.

SEÇÃO III DO ATO DE VOTAR

Art. 33 A fim de resguardar a lisura do pleito, o sigilo do voto e a inviolabilidade das urnas, devem-se adotar as seguintes providências:

I – no início da votação, o rompimento do lacre da urna deve ser feito na presença dos fiscais das chapas.

II – a ordem de votação é a da chegada dos eleitores;

III – identificado, o eleitor assinará a lista de presença e receberá a cédula rubricada pelos integrantes da mesa receptora;

IV – o eleitor usará cabine indevassável para votar;

V – ao final de cada período de votação, a urna será lacrada e rubricada pelos integrantes da mesa receptora e pelos fiscais de chapa;

VI – a guarda do material de votação e da respectiva urna é de responsabilidade da CEL;

VII – ao término do último período de votação, a urna será lacrada e rubricada pelos integrantes da mesa receptora e pelos fiscais de chapa e, juntamente com o restante do material, deverá ser entregue à CEL.

Parágrafo único. Na ausência de fiscais, o rompimento do lacre será feito na presença do primeiro eleitor, devendo ser registrado em ata.

Art. 34 Os sindicalizados, via secretarias regionais, votarão na seção sindical indicada pela secretaria regional e na seção eleitoral indicada pela CEL segundo listas fornecidas pelas respectivas secretarias regionais.

Art. 35 O voto em trânsito obedecerá ao seguinte procedimento:

I – o eleitor assinará lista específica na seção eleitoral do local em que se encontre, declarando, por escrito, a sua seção sindical de origem ou, se sindicalizado via secretaria regional, a sua regional de sindicalização.

II – o voto será colocado em envelope que não contenha identificação e este num segundo envelope, que servirá de sobrecarta, numerado na sequência de ordem de chegada para votar.

SEÇÃO IV DA FISCALIZAÇÃO

Art. 36 É assegurado às chapas a fiscalização dos processos de votação e de apuração das urnas mediante a indicação de fiscais.

§ 1º As chapas indicarão à CEL, por meio de documento, os sindicalizados para exercerem as funções de fiscais de votação e de apuração, com uma antecedência de, no mínimo, 48 horas do início da votação e 24 horas do início da apuração dos votos.

§ 2º Cada chapa tem direito a indicar quantos fiscais de votação desejar e, no máximo, 2 (dois) fiscais por mesa de apuração, com seus respectivos suplentes.

§ 3º A indicação do(s) fiscal (is) de apuração não pode recair em integrantes da CEL ou de mesa receptora.

Art. 37 É assegurada a cada chapa a fiscalização da computação dos resultados pela CEC mediante a indicação de fiscais.

§ 1º As chapas indicarão para a CEC, por meio de documento, os sindicalizados para exercerem a função de fiscal de computação dos resultados, até 24 (vinte e quatro) horas antes do início previsto para a computação dos votos.

§ 2º Cada chapa tem direito a indicar, no máximo, 2 (dois) fiscais, com seus respectivos suplentes.

§ 3º A indicação do(s) fiscal(is) não pode recair em integrante(s) da CEC.

CAPÍTULO VII DA APURAÇÃO

Art. 38 A apuração dos votos nas seções sindicais iniciar-se-á, obrigatoriamente, **no dia 11 de maio de 2018**, no horário indicado pela CEL e será concluída, impreterivelmente, até às 24h do mesmo dia.

Parágrafo único. Nos *campi* fora da sede da seção sindical, a apuração poderá ser feita pelos integrantes da mesa receptora, a critério da CEL, desde que obedecidos os preceitos estabelecidos nos artigos. 36 e 37.

Art. 39 As comissões eleitorais locais deverão encaminhar, impreterivelmente, **até as 16 horas do dia 12 de maio de 2018** (horário de Brasília), via meio eletrônico, à sede do ANDES-SINDICATO NACIONAL, o resultado da eleição na sua respectiva seção sindical.

§ 1º As comissões eleitorais locais têm, como prazo máximo, **até o dia 21 de maio de 2018** para encaminhar, por SEDEX, à sede do ANDES-SINDICATO NACIONAL, os originais dos mapas, das atas, das listas de assinaturas e dos relatórios. As **cédulas eleitorais ficarão sob a guarda da seção sindical.**

§ 2º A documentação pode ser entregue em mãos, até a data prevista no § 1º, ou, também, enviada, na referida data, por serviço ultrarrápido de entrega de correspondência.

Art. 40 A computação dos votos pela CEC iniciará-se **às 15 (quinze) horas (horário de Brasília) do dia 13 de maio de 2018**, estendendo-se, sem interrupção, até o cômputo da totalidade dos resultados parciais.

Art. 41 Os mapas eleitorais das seções sindicais somente serão liberados aos fiscais de chapa após sua computação pela CEC.

Art. 42 No caso de voto em separado, a CEL providenciará, junto à seção sindical ou, se for o caso, à secretaria regional de origem do eleitor, a confirmação da sua habilitação para votar.

Parágrafo único. Depois de confirmada a habilitação para votar, a sobrecarta será inutilizada e o envelope que contém o voto poderá ser colocado na urna.

Art. 43 As urnas somente serão abertas após a constatação da integridade do lacre, da presença da respectiva lista de eleitores e da folha de ocorrência.

Parágrafo único. Após a abertura da urna, o primeiro ato será incorporar os votos em separado já confirmados, contidos em envelopes, ao conjunto das cédulas.

Art. 44 Iniciada a apuração, os trabalhos somente serão interrompidos após a proclamação do resultado final.

Parágrafo único. O resultado oficial será promulgado no dia 16 de maio de 2016, respeitado o estabelecido nos artigos 50 e 60.

Art. 45 Será anulada a urna que:

- I – apresentar, comprovadamente, sinais de violação;
- II – apresentar número de cédulas superior em mais de 5% ao de assinaturas;
- III – não estiver acompanhada das respectivas listas de eleitores e folha de ocorrência.

Art. 46 Será anulada a cédula que:

- I – não contiver a rubrica dos integrantes da respectiva mesa receptora;
- II – não corresponder ao modelo oficial.

Art. 47 Serão considerados nulos os votos que contiverem:

- I – mais de uma chapa assinalada;
- II – rasuras de qualquer espécie;

III – qualquer caractere que permita identificação.

Art. 48 As cédulas apuradas serão conservadas sob a guarda da CEL até a proclamação do resultado final pela CEC.

CAPÍTULO VIII DOS RECURSOS

Art. 49 Qualquer recurso deverá ser apresentado à CEL, no máximo, **até as 9h do dia 13 de maio de 2018**.

§ 1º A CEL, encerrado o prazo estabelecido no *caput* deste artigo, deverá, no prazo máximo de duas horas, deliberar sobre os recursos apresentados e publicar os resultados.

§ 2º Das deliberações da CEL cabem recursos à CEC, no prazo de três horas após sua publicação.

§ 3º Os recursos à CEC deverão ser apresentados pelos respectivos representantes da chapa junto à CEC.

Art. 50 Qualquer recurso relacionado à computação final dos resultados deverá ser apresentado à CEC no prazo máximo de até 24 horas após a divulgação dos resultados por esta.

Art. 51 Os recursos somente poderão ser apresentados pelos fiscais das chapas ou pelos candidatos às comissões eleitorais locais e central.

Parágrafo único. No caso de não haver na seção sindical fiscal indicado por chapa ou pelos candidatos, qualquer sindicalizado poderá apresentar recurso à CEL.

CAPÍTULO IX DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 52 Compete à diretoria do ANDES-SINDICATO NACIONAL e às diretorias das seções sindicais garantirem todo o apoio logístico necessário para o pleno funcionamento das comissões eleitorais central e locais.

Art. 53 O descumprimento de quaisquer das normas eleitorais implicará na anulação do registro da chapa pela CEC.

Art. 54 As comissões eleitorais, local e central, não têm prerrogativas de alterar as datas previstas neste Regimento.

Parágrafo único. Em situações comprovadamente excepcionais, a CEC poderá, com a aprovação de 4/5 os seus membros efetivos, fazer alterações de datas previstas, excetuadas aquelas definidas pelos artigos 1º e 6º.

Art. 55 As chapas deverão encaminhar à CEC os originais dos documentos enviados por qualquer meio eletrônico num prazo máximo de 5 (cinco) dias, prazo de postagem, com aviso de recebimento (AR).

Parágrafo único. Caso não seja observado o prazo estipulado no *caput* deste artigo, os documentos não terão valor, o que acarretará as consequências cabíveis.

Art. 56 Os recursos materiais e financeiros necessários para levar a cabo as eleições para a diretoria do ANDES-SINDICATO NACIONAL serão providos pela tesouraria do Sindicato, mediante solicitação do presidente da CEC.

Parágrafo único. No prazo de quinze dias após a promulgação do resultado da eleição, o presidente da CEC apresentará à diretoria do Sindicato o relatório financeiro do processo eleitoral.

Art. 57 O presidente da CEC deverá, em tempo hábil, apresentar à tesouraria do ANDES-SINDICATO NACIONAL o cronograma de reuniões da CEC, a fim de permitir que esta providencie a aquisição de passagens, reserva de alojamento e repasse de diárias para os integrantes da Comissão.

§ 1º O valor da diária dos integrantes da CEC será o mesmo dos diretores do Sindicato e servirá para cobrir as despesas de alimentação e de deslocamento local.

§ 2º No prazo de sete dias, após a promulgação do resultado da eleição, os integrantes da CEC deverão apresentar à tesouraria do Sindicato sua prestação de contas final.

Art. 58 A assessoria jurídica nacional do ANDES-SINDICATO NACIONAL estará à disposição da CEC durante todo o processo eleitoral.

Art. 59 É vedada qualquer alteração no presente Regimento Eleitoral, exceto aquelas definidas pelo parágrafo único do artigo 54.

Art. 60 A proclamação final dos resultados será feita pela CEC somente depois de esgotados todos os prazos estabelecidos no Capítulo VIII deste Regimento.

Parágrafo único. O relatório final dos trabalhos da CEC e o relatório financeiro definido no parágrafo único do artigo 56 deverão ser apresentados no 63º CONAD.

Art. 61 Os casos omissos neste Regimento serão resolvidos pela CEC.

Parágrafo único. Tratando-se de questões locais, os casos omissos neste Regimento serão resolvidos em primeira instância pela CEL e, em instância final, pela CEC.

Art. 62 Este Regimento entra em vigor a partir da sua aprovação pelo 37º CONGRESSO.

Salvador/BA, ... de janeiro de 2018

**ANEXO I
REQUERIMENTO**

Ao Professor
Alexandre Galvão Carvalho
Secretário-Geral do ANDES-SINDICATO NACIONAL

Prezado Professor,

O/A(s) professor (es/as) _____ e
_____, candidato(s) ao(s) cargo(s)
de _____ e _____, vêm
requerer o REGISTRO da chapa denominada _____
_____ para concorrer à
eleição da Diretoria do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino
Superior - ANDES-SINDICATO NACIONAL, biênio 2018-2020, e apresentam como
candidato ao cargo de Presidente, o Professor _____
_____, ao cargo de Secretário Geral, o Professor
_____, ao cargo de 1º
Tesoureiro, o Professor _____ e, como seu
representante e seu suplente na Comissão Eleitoral Central, os (as) Professores(as)

Apresentamos, anexo, o Manifesto da Chapa.

N. T.
Pede deferimento

Salvador, de de 2018

Professor _____
(assinatura)

Professor _____
(assinatura)

RECIBO:

Documentos recebidos às _____ horas do dia ____/1/2018.

Número de identificação da chapa: _____

Prof. Alexandre Galvão Carvalho
Secretário-Geral do ANDES-SINDICATO NACIONAL

ANEXO II

**ELEIÇÕES PARA A DIRETORIA DO ANDES-SN 2018/2020
TERMO DE CONCORDÂNCIA**

Professor _____, abaixo assinado, declara, para fins de cumprimento do Art. 6º, Inciso III, do Regimento Eleitoral aprovado no 37º CONGRESSO do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior, que concordo em concorrer à eleição da Diretoria, biênio 2018/2020 na condição de candidato ao cargo de _____ na Chapa denominada _____ e que tem o número _____ como identificação oficial.

_____, _____ de 2018.

(assinatura do candidato igual ao documento de identidade)

DADOS DO CANDIDATO:

a) Endereço completo (Rua, Nº, Cidade, Estado, CEP)

b) Telefone: ()

()

()

c) E-mail:

d) Estado Civil: _____

e) Nº do PIS/PASEP: _____

f) Nº do RG: _____

g) Nº do CPF: _____

h) Sindicalizado à Seção Sindical: _____

i) Secretaria Regional (caso sindicalizado via Secretaria Regional) _____

j) IES de vínculo: _____

TEXTO 37

Contribuição da Diretoria da ADUnB Seção Sindical

FILIAÇÃO DE PENSIONISTAS

TEXTO DE APOIO

Justificativa: O(a) pensionista poderá permanecer vinculado à seção sindical após o falecimento do(a) cônjuge. Desta maneira, continuará tendo acesso aos serviços como, por exemplo, atendimento jurídico, ofertas culturais e esportivas, como pilates e yoga, atendimento contábil, entre outros benefícios oferecidos de maneira cotidiana aos associados(as) a depender da seção sindical.

TR - 37

O 37º CONGRESSO do ANDES-SN delibera:

Quando do falecimento do(a) cônjuge, a Seção Sindical poderá manter a filiação do(a) pensionista caso haja manifestação por parte deste (a).

TEXTO 38

Contribuição do(a)s professore(a)s Alberto Handfas e Fabio Venturini (ADUNIFESP), Everaldo Andrade (ADUSP), Cássia Hack (SINDUFAP)

PELA CONSTRUÇÃO DE EVENTOS MAIS DEMOCRÁTICOS QUE EFETIVAMENTE ORGANIZEM A CATEGORIA DOCENTE

TEXTO DE APOIO

A cada ano, o Andes-SN realiza dois eventos de abrangência nacional: o Congresso e o Conad, sendo este dedicado à atualização do Plano de Lutas e atuando como Conselho Fiscal do Sindicato Nacional. Entre cada um deles, há encontros de grupos de trabalho, bem como dos setores das Federais e Estaduais/Municipais.

Tal formato foi adotado para a administração se desse forma compartilhada. Na prática, esta dinâmica penaliza financeiramente a maioria das seções sindicais com as inúmeras e custosas viagens, com decorrentes gastos com hospedagens e eventuais diárias, condenando-as a não participar. Com um grande número de delegados mas uma relativa

baixa participação, criou-se uma estrutura burocratizada e um legalismo no qual a política proposta pelo grupo que ocupa a direção seja legitimada pelo método e pelas formalidades.

Ao se discutirem todas as teses em todos os grupos de trabalho, na prática nada se debate por falta de tempo, tendo a diretoria uma incalculável capacidade de direcionar o que será deliberado, quais são as supressões, dando brechas a uma prática de rejeição apriorística do que vem das seções sindicais. Dessa forma, são longos e cansativos eventos concentrando-se em aspectos de léxico e morfologia, de modo que a inserção de teses que não emanam da diretoria é sistematicamente inviabilizada.

Nos últimos anos, os congressos quanto os Conads cujos resultados são dados mais pelo método do que pela política se afastaram da base, processo que cria a sensação de que o sindicato nacional de nada serve. Nesse sentido, propomos a busca pela democracia num formato que promova a construção de consenso a partir do diálogo com o dissenso.

TR - 38

O 37º CONGRESSO DO ANDES-SN DELIBERA:

Que o Andes-SN reestruture seus eventos nacionais da seguinte forma

1. Transformação dos congressos do Andes em bianuais, precedidos de uma etapa preparatória, também de caráter bianual, promovida no âmbito das regionais, com o mesmo formato do Congresso Nacional do Andes-SN.

2. Adotar para os eventos o seguinte protocolo:

A – Plenárias Iniciais

Plenária de Abertura – conjuntura geral: debate aberto, sem deliberações.

Plenária de Instalação: debate e aprovação do regimento do congresso

B – Trabalhos temáticos: manter-se-ão os quatro temas do formato atual, a saber:

- Tema I – Movimento docente, conjuntura e centralidade da luta.
- Tema II – Políticas sociais e plano geral de lutas.
- Tema III – Plano de lutas dos setores.
- Tema IV – Questões organizativas e financeiras

A partir desses eixos, cada tema será debatido da seguinte forma:

I – Plenária Temática de Abertura, com mesa e debates, oferecendo subsídios para todos os delegados participarem da análise das teses.

II – Grupos Temáticos: aos quais os delegados e observadores se dirigem para os GTs por eles próprios escolhidos, condicionados a critérios estabelecidos pela coordenação do Congresso (tamanhos das salas e razão delegados/número de GTs) de modo que cada Seção Sindical tenha pelo menos um delegado ou observador em cada foro de debate e não restem grupos esvaziados. Nesses grupos temáticos se apresentarão e se debaterão as teses enviadas por seções sindicais ou sindicalizados. Ao final, a coordenação do GT deverá construir uma tese de consenso. Não havendo tal possibilidade, as teses divergentes serão remetidas à plenária.

III – Plenária Temática de Encerramento: onde serão apresentadas as teses consensuais, bem como se realizará o debate e a votação das teses divergentes.

IV – Os trabalhos do Tema III serão realizados em seções paralelas respectivas aos setores das IFES e das IMES para que professores de um não deliberem sobre os temas do outro e vice-versa.

V – Trabalhos do tema IV (Questões organizativas e financeiras) servirão também como Conselho Fiscal do Andes-SN e suas regionais.

C – Plenária de Enceramento: as coordenações dos grupos temáticos apresentam os resultados. A plenária será complementada pela análise de moções, leitura da carta do evento, aprovação de contas e definição de local do congresso posterior.

3. Os CONADs serão realizados em caráter anual e ordinários na sede em Brasília, com um delegado por Seção Sindical, tendo como única finalidade atuar como Conselho Fiscal do Andes-SN.

SIGLAS

ABI: Associação Brasileira de Imprensa
AGU: Advocacia-Geral da União
ANDIFES: Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior
BGA: Bacharelados em Grandes Áreas
C&T: Ciência e Tecnologia
CADIN: Cadastro de Inadimplentes
CAPES/MEC: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior /MEC
CEFET: Centro Federal de Educação Tecnológica
CLT - Consolidação das Leis de Trabalho
CNE: Conselho Nacional de Educação
CNESF: Coordenação Nacional das Entidades de Servidores Federais
CNPQ: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CONAD: Conselho do Andes Sindicato Nacional
CONED: Congresso Nacional de Educação
CONGRESSO: Congresso do Andes-SN
CONLUTAS: Coordenação Nacional de Lutas.
CONLUTE: Coordenação Nacional de Luta dos Estudantes
CPA: Comissões Próprias de Avaliação
CPI: Comissão Parlamentar de Inquérito
CSS: Contribuição Social para Saúde
DA: Diretórios Acadêmicos
DCE: Diretório Central de Estudantes
DE: Dedicção Exclusiva
DIEESE: Departamento Intersindical de Estatística e Estudo
DPC: Diretrizes Gerais para Planos de Carreira dos Servidores Públicos
DRU: Desvinculação de Recursos da União
EaD: Educação a Distância
EC: Emenda Constitucional
ETF: Escolas Técnicas Federais
ENADE: Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes
ENEM: Exame Nacional do Ensino Médio
ENFF: Escola Nacional Florestan Fernandes
FASUBRA-Sindical: Federação de Sindicatos de Trabalhadores das Universidades Brasileiras
FIES: Financiamento Estudantil
FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
FHC: Fernando Henrique Cardoso

FINEP: Financiadora de Estudos e Projetos
FNDC: Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação
FNDE: Fundação Nacional de Desenvolvimento da Educação
FNDEP: Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública
FUNDEB: Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
GEBTT : Gratificação da Educação Básica, Técnica e Tecnológica
GEMAS: Gratificação de Estímulo ao Magistério Superior
GT: Grupo de Trabalho
GTCA: Grupo de Trabalho de Comunicação e Arte
GTPFS: Grupo de Trabalho de Política e Formação Sindical
HU: Hospital Universitário
ICV: Índice do Custo de Vida
IEES: Instituições Estaduais de Ensino Superior
IES: Instituições de Ensino Superior
IFE: Instituições Federais de Ensino
IFES: Instituições Federais de Ensino Superior
IFET: Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia
IMES: Instituições Municipais de Ensino Superior
INCRA: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPES: Instituições Particulares de Ensino Superior
LDB: Lei de Diretrizes e Bases
LDO: Lei de Diretrizes Orçamentárias
LGBTTT: Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgênero
LOA: Lei Orçamentária Anual
MDA: Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDE: Manutenção e Desenvolvimento do Ensino
MEC: Ministério do Estado da Educação
MPOG: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
MTE: Ministério do Trabalho e Emprego
OAB: Ordem dos Advogados do Brasil
OCC: Outros Custeios de Capital
OIT: Organização Internacional do Trabalho
PAC: Programa de Aceleração do Crescimento
PCMSO: Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional
PDE: Plano de Desenvolvimento da Educação
PDI: Plano de Desenvolvimento Institucional – Diretrizes para a Educação
PEC: Proposta de Emenda Constitucional
PIB: Produto Interno Bruto
PL: Projeto de Lei

PLANFOR: Plano Nacional de Formação Docente
PLC: Projeto de Lei da Câmara dos Deputados
PLP: Projeto de Lei Complementar
PLS: Projeto de Lei do Senado Federal
PNE: Plano Nacional de Educação
PPA: Plano Plurianual
PPG: Projeto de Pós-Graduação
PPPs: Parcerias Público Privadas
PPRA: Programas de Prevenção de Risco Ambiental
PROEP: Programa de Expansão da Educação Profissional
PROIFES: Fórum de Professores das Instituições Federais de Ensino Superior
PROUNI: Programa Universidade para Todos
REHUF: Programa Nacional de Reestruturação dos Hospitais Universitários Federais
PUCRCE: Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos
REUNI: Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
RGPS: Regime Geral da Previdência Social
RJU: Regime Jurídico Único
RT: Retribuição por Titulação
SESu/MEC: Secretaria de Educação Superior / MEC
SINAES: Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior
SINASEFE: Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica e Profissional
SISOSP: Sistema Integrado de Saúde Ocupacional do Servidor
SPF: Servidores Públicos Federais
SR: Secretarias Regionais
STF: Supremo Tribunal Federal
STJ: Superior Tribunal de Justiça
SUS: Sistema Único de Saúde
TCU: Tribunal de Contas da União
UAB: Universidade Aberta do Brasil
USAID: United States Agency for International Development

LEGISLAÇÃO CITADA NOS TEXTOS DA DIRETORIA DO ANDES-SN

- **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 – CF** - É a lei fundamental e suprema do Brasil, servindo de parâmetro de validade a todas as demais espécies normativas, situando-se no topo do ordenamento jurídico.
- **Lei nº 8.112/1990** - Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais.
- **Lei nº 8.213/1991**- Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências.
- **Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) - Lei nº 8.742/1993** - Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências.
- **Emenda Constitucional - EC 20/1998** - Modifica o sistema de previdência social, estabelece normas de transição e dá outras providências.
- **Lei nº 9.876/1999** - Dispõe sobre a contribuição previdenciária do contribuinte individual, o cálculo do benefício, altera dispositivos das Leis nº 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, e dá outras providências.
- **Emenda Constitucional - EC 41/2003** - Modifica os arts. 37, 40, 42, 48, 96, 149 e 201 da Constituição Federal, revoga o inciso IX do § 3 do art. 142 da Constituição Federal e dispositivos da Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998, e dá outras providências.
- **Lei Estadual nº 7.643/2004 – Paraíba** – Dispõe sobre a autonomia da Universidade Estadual da Paraíba e dá outras providências.
- **Lei nº 10.887/2004** - Dispõe sobre a aplicação de disposições da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, altera dispositivos das Leis nº 9.717, de 27 de novembro de 1998, 8.213, de 24 de julho de 1991, 9.532, de 10 de dezembro de 1997, e dá outras providências.
- **Emenda Constitucional - EC 47/2005** - Altera os arts. 37, 40, 195 e 201 da Constituição Federal, para dispor sobre a previdência social, e dá outras providências.
- **Projeto de Lei - PL 7419/2006** - Altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde.
- Projeto de Lei - PL 2.177/2011 - Institui o Código Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação.
- **Lei nº 12.618/2012** - Institui o regime de previdência complementar para os servidores públicos federais titulares de cargo efetivo, inclusive os membros dos órgãos que menciona; fixa o limite máximo para a concessão de aposentadorias e pensões pelo regime de previdência de que trata o art. 40 da Constituição Federal; autoriza a criação de 3 (três) entidades fechadas de previdência complementar, denominadas Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Executivo (Funpresp-Exe), Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Legislativo (Funpresp-Leg) e Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Judiciário (Funpresp-Jud); altera dispositivos da Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004; e dá outras providências.
- **Lei nº 12.772/2012** - Dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal; sobre a Carreira do Magistério Superior, de que trata a Lei nº 7.596, de 10 de abril de 1987; sobre o Plano de Carreira e Cargos de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico e sobre o Plano de Carreiras de Magistério do Ensino Básico Federal, de que trata a Lei nº 11.784, de 22 de setembro de 2008; sobre a contratação de professores substitutos, visitantes e estrangeiros, de que trata a Lei nº 8.745 de 9 de dezembro de 1993; sobre a remuneração das Carreiras e Planos Especiais do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira e do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, de que trata a Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006; altera remuneração do Plano de Cargos Técnico-Administrativos em Educação; altera as Leis nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, 11.784, de 22 de setembro de 2008, 11.091, de 12 de janeiro de 2005, 11.892, de 29 de dezembro de 2008, 11.357, de 19 de outubro de 2006, 11.344, de 8 de setembro de 2006, 12.702, de 7 de agosto de 2012, e 8.168, de 16 de janeiro de 1991; revoga o art. 4º da Lei nº 12.677, de 25 de junho de 2012; e dá outras providências.

- **Projeto de Lei – PL nº 4059/2012** - Regulamenta o art. 190, da Constituição Federal, altera o art. 1º, da Lei nº 4.131, de 3 de setembro de 1962, o art. 1º da Lei nº 5.868, de 12 de dezembro de 1972 e o art. 6º Lei nº 9.393, de 19 de dezembro de 1996 e dá outras providências.
- **Projeto de Lei - PL 4643/2012** - Autoriza a criação de Fundo Patrimonial (*endowment fund*) nas instituições federais de ensino superior.
- **Medida Provisória – MP 664/2014** - Altera as Leis nº 8.213, de 24 de julho de 1991, nº 10.876, de 2 de junho de 2004, nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e a Lei nº 10.666, de 8 de maio de 2003.
- **Medida Provisória – MP 665/2014** - Convertida na Lei nº 13.134/2015.
- **Lei nº 13.135/2015** - Altera as Leis nº 8.213, de 24 de julho de 1991, nº 10.876, de 2 de junho de 2004, nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e nº 10.666, de 8 de maio de 2003, e dá outras providências.
- **Lei nº 13.183/2015** - Altera as Leis nºs 8.212, de 24 de julho de 1991, e 8.213, de 24 de julho de 1991, para tratar da associação do segurado especial em cooperativa de crédito rural e, ainda essa última, para atualizar o rol de dependentes, estabelecer regra de não incidência do fator previdenciário, regras de pensão por morte e de empréstimo consignado, a Lei nº 10.779, de 25 de novembro de 2003, para assegurar pagamento do seguro-defeso para familiar que exerça atividade de apoio à pesca, a Lei nº 12.618, de 30 de abril de 2012, para estabelecer regra de inscrição no regime de previdência complementar dos servidores públicos federais titulares de cargo efetivo, a Lei nº 10.820, de 17 de dezembro de 2003, para dispor sobre o pagamento de empréstimos realizados por participantes e assistidos com entidades fechadas e abertas de previdência complementar e a Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990; e dá outras providências.
- **Projeto de Lei – PL nº 3.337/2015** - Dispõe sobre a cessão de créditos da Dívida Ativa da União a pessoas jurídicas de direito privado e dá outras providências.
- **Projeto de Lei - PL 3831/15** - Estabelece normas gerais para a negociação coletiva na administração pública direta, nas autarquias e nas fundações públicas dos poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
- **Projeto de Lei Complementar- PLP nº 181/2015** - Modifica a Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional, para dispor sobre cessão de créditos da dívida ativa
- **Projeto de Lei do Senado - PLS nº 16/2015** - Dispõe sobre a criação e o funcionamento de fundos patrimoniais vinculados ao financiamento de instituições públicas de ensino superior.
- **Lei Estadual nº 10.660/2016 – Paraíba** - Dispõe sobre a suspensão dos reajustes das remunerações e subsídios dos servidores ativos civis e militares da administração direta e indireta do Poder Executivo estadual, bem como dos proventos dos servidores inativos e pensionistas, e dá outras providências.
- **Lei nº 13.243/2016** - Dispõe sobre estímulos ao desenvolvimento científico, à pesquisa, à capacitação científica e tecnológica e à inovação e altera a Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004, a Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011, a Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, a Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994, a Lei nº 8.010, de 29 de março de 1990, a Lei nº 8.032, de 12 de abril de 1990, e a Lei nº 12.772, de 28 de dezembro de 2012, nos termos da Emenda Constitucional nº 85, de 26 de fevereiro de 2015.
- **Lei 13.325/2016** (antigo PL 4251/2015) - Altera a remuneração, as regras de promoção, as regras de incorporação de gratificação de desempenho a aposentadorias e pensões de servidores públicos da área da educação, e dá outras providências.
- **Lei nº 13.365/2016** - Altera a Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, para facultar à Petrobras o direito de preferência para atuar como operador e possuir participação mínima de 30% (trinta por cento) nos consórcios formados para exploração de blocos licitados no regime de partilha de produção.
- **Emenda Constitucional - EC 95/2016** - Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências.
- **Medida Provisória nº 726/2016** - Altera e revoga dispositivos da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios. Convertida na Lei nº 13.341, de 2016.

- **Proposta de Emenda à Constituição - PEC 55 (que tramitou na Câmara como PEC 241)** - Institui o Novo Regime Fiscal no âmbito dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, que vigorará por 20 exercícios financeiros, existindo limites individualizados para as despesas primárias de cada um dos três Poderes, do Ministério Público da União e da Defensoria Pública.
- **Proposta de Emenda à Constituição - PEC 287/2016** - Altera os arts. 37, 40, 109, 149, 167, 195, 201 e 203 da Constituição, para dispor sobre a seguridade social, estabelece regras de transição e dá outras providências.
- **Projeto de Lei - PL 5288/2016** - Dispõe sobre a possibilidade de correção do valor de imóvel para fins de atualização patrimonial e de apuração do ganho de capital; e dá outras providências.
- **Projeto de Lei do Senado – PLS nº 116/2016** - Regulamenta o art. 41, § 1º, III, da Constituição Federal, para dispor sobre a perda do cargo público por insuficiência de desempenho do servidor público estável.
- **Projeto de Lei do Senado – PLS nº 204/2016** - Dispõe sobre a cessão de direitos creditórios originados de créditos tributários e não tributários dos entes da Federação consolidada a instituições financeiras.
- **Decreto nº 9.147/2017** - Revoga o Decreto nº 9.142, de 22 de agosto de 2017, que extinguiu a Reserva Nacional do Cobre e Seus Associados - RENCA e extingue a Reserva Nacional do Cobre e Seus Associados - RENCA para regulamentar a exploração mineral apenas na área onde não haja sobreposição com unidades de conservação, terras indígenas e faixa de fronteira.
- **Decreto nº 9.159/17** - Revoga o Decreto no 9.147, de 28 de agosto de 2017, que dispõe sobre a Reserva Nacional de Cobre e seus Associados - RENCA, e dá outras providências.
- **Lei nº 13.415/2017** - Altera as Leis nºs 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei nº 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral.
- **Lei nº 13.429/2017** - Altera dispositivos da Lei nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974, que dispõe sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas e dá outras providências; e dispõe sobre as relações de trabalho na empresa de prestação de serviços a terceiros.
- **Lei nº 13.467/2017** - Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943, e as Leis nºs 6.019, de 3 de janeiro de 1974, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 8.212, de 24 de julho de 1991, a fim de adequar a legislação às novas relações de trabalho.
- **Lei Complementar - LCP nº 159/2017** - Institui o Regime de Recuperação Fiscal dos Estados e do Distrito Federal e altera as Leis Complementares nº 101, de 4 de maio de 2000, e nº 156, de 28 de dezembro de 2016.
- **Medida Provisória nº 792/2017** - Institui, no âmbito do Poder Executivo federal, o Programa de Desligamento Voluntário, a jornada de trabalho reduzida com remuneração proporcional e a licença sem remuneração com pagamento de incentivo em pecúnia, destinados ao servidor da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.
- **Medida Provisória – MP 805/17** - Posterga ou cancela aumentos remuneratórios para os exercícios subsequentes, altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, e a Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004, quanto à alíquota da contribuição social do servidor público e a outras questões.
- **Política Nacional de Atenção Básica (PNAB) - Portaria nº 2.436, de 21 de setembro de 2017** - Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes para a organização da Atenção Básica, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).
- **Proposta de Emenda à Constituição - PEC 366/2017** - Dá nova redação ao inciso IV e acrescenta parágrafo ao art. 206 da Constituição Federal.

- Portaria do Ministério do Trabalho - Portaria MTB nº 1.129/17 - Dispõe sobre os conceitos de trabalho forçado, jornada exaustiva e condições análogas à de escravo para fins de concessão de seguro-desemprego ao trabalhador que vier a ser resgatado em fiscalização do Ministério do Trabalho, nos termos do artigo 2-C da Lei nº 7998, de 11 de janeiro de 1990; bem como altera dispositivos da PI MTPS/MMIRDH nº 4, de 11 de maio de 2016.